



Clarissa Pires de Almeida Naback

**Remoções biopolíticas: o habitar e a
resistência da Vila Autódromo**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo programa de
Pós-Graduação em Direito na PUC-Rio

Orientadora: Prof.^a Thula Rafaela de Oliveira Pires

Coorientadora: Prof.^a Bethânia de Albuquerque Assy

Volume I

Rio de Janeiro
Abril de 2015



Clarissa Pires de Almeida Naback

Remoções Biopolíticas: O Habitar e a Resistência da Vila Autódromo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Thula Rafaela de Oliveira Pires

Orientadora

Departamento de Direito – PUC-Rio

Profª Bethânia de Albuquerque Assy

Co-orientadora

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Giuseppe Mario Cocco

UFRJ

Profª. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2015.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Clarissa Pires de Almeida Naback

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 2012 pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Participa desde a graduação de projetos de pesquisa e extensão relacionados ao acesso à terra no meio urbano e rural

Ficha Catalográfica

Naback, Clarissa Pires de Almeida.

Remoções biopolíticas: o habitar e a resistência da Vila Autódromo/ Clarissa Pires de Almeida Naback; Orientadora: Thula Rafaela de Oliveira Pires – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2015.

2 v 315 f; 29,7 cm

Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – teses. 2. Vila Autódromo. 3. Remoção. 4. Favela. 5. Biopolítica. 6. Habitar. I. Pires, Thula Rafaela de Oliveira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Esse trabalho é dedicado à minha querida mãe!

Agradecimentos

Agradeço à professora Thula Pires por sua orientação nesse trabalho, mostrando sempre um olhar sensível às minhas dúvidas e ideias.

Agradeço à professora Bethânia Assy pela escuta e atenção às minhas inquietações

Ao meu irmão e minha família pelo carinho que se renovam a cada dia.

Ao meu pai pelo amor e apoio, sempre revelados.

Ao Alexandre Mendes pelo afeto e companheirismo. Agradeço por sempre me motivar a afirmar meu pensamento, sem medo, e pela ajuda nesse trabalho, sem a qual não conseguiria terminá-lo.

Agradeço aos amigos Ana Carolina, Gabriela, Fabrício e Rafael pelas agradáveis conversas e trocas que tornaram esse mestrado mais rico.

Aos professores e alunos do projeto *Direitos em Movimento*, cujos debates realizados contribuíram para uma reflexão mais profunda sobre as relações políticas e sociais na cidade do Rio de Janeiro

Aos amigos do NUTH, cuja experiência é inesquecível, em especial às defensoras públicas Maria Lúcia de Pontes e Adriana Beviláqua que me ajudaram na pesquisa sobre a Vila Autódromo, disponibilizando documentos e informações (além de caronas para as reuniões na Vila Autódromo)

Aos companheiros do Projeto de Cartografias Insurgentes, que participaram da experiência de pensar, junto com as crianças da Vila Autódromo, os afetos e imaginários de um espaço: Mariana Medeiros, Pedro Mendes, Sara Uchoa, Tainá Vital, Bruno Tarin e Laila Sandroni.

Agradeço aos moradores da Vila Autódromo, especialmente à Penha e Jane, que me ajudaram a compreender melhor a resistência do habitar e a realizar essa pesquisa. Agradeço também a todos os entrevistados que concederam parte de seu tempo para falar um pouco de suas lutas, sonhos e dúvidas.

Agradeço à Carmem e ao Anderson, por sempre oferecerem ajuda de forma prestativa.

À PUC-Rio e CAPES, pelos auxílios e bolsas sem os quais nada disso teria sido possível.

Resumo

Naback, Clarissa Pires de Almeida; Pires, Thula Rafaela de Oliveira. **Remoções biopolíticas: o habitar e a resistência da Vila Autódromo.** Rio de Janeiro, 2015. 315p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Após pressões e táticas de "convencimento" do poder público, parte da população da Vila Autódromo aceitou a oferta de reassentamento no conjunto habitacional Parque Carioca ou de indenização. A Vila Autódromo consiste em um assentamento regularizado, considerado favela para o Estado, que se localiza ao lado da área destinada ao complexo esportivo do Parque Olímpico. Mesmo com algumas garantias legais, sua remoção vem ocorrendo, mais sobre um campo biopolítico do que jurídico - na investida na vida dos moradores. Torna-se importante refletir a reatualização das remoções e as normalizações do espaço urbano carioca. A favela muitas vezes significou uma heterotopia, um espaço outro, o diferente ou o anormal para o urbanismo. Ao percorrer produções teóricas no campo da sociologia e história urbana se verifica a criação de diferentes respostas ao "problema favela", principalmente mediante políticas habitacionais. Não se trata, porém, de entendê-la apenas como *habitat*, produto da exclusão e segregação do poder. A favela consiste também em uma produção de espaço: um "habitar como poeta" que compreende a constituição de rede de relações e afetos, da história, da memória, do trabalho e da luta pela liberdade de produzir diferenças. Com o aporte teórico de Michel Foucault e de Henri Lefebvre, se investigará a resistência dos moradores da Vila Autódromo e os procedimentos que a Prefeitura adota para realizar a remoção através da interferência da própria produção urbana dessa comunidade. Pretende-se nesse trabalho elevar à reflexão não apenas os aspectos macroeconômicos ou macropolíticos, mas o campo "subterrâneo" dos próprios desejos e necessidades que envolvem a política sobre a vida e a resistência na cidade.

Palavras-chaves

Vila Autódromo; remoção; favela; biopolítica; habitar .

Abstract

Naback, Clarissa Pires de Almeida; Pires, Thula Rafaela de Oliveira (Advisor). **Biopolitics forced evictions: habiting and resistance at Vila Autódromo.** Rio de Janeiro, 2015. 315p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

After pressures and tactics of persuasion by the government, part of the Vila Autódromo population accepted the resettlement offer in an Housing Project called “Parque Carioca”, or compensations. Vila Autódromo consists in a regularized settlement, considered favela by the state, which is next to the area for sports complex of the Olympic Park. Even with some legal guarantees, its removal has been taking place, not only in a judicial arena, but, mainly, over a bio-political terrain - which invests in the lives of residents. It is important to develop a reflection about the updating of the favela's removals and the normalization of Rio's urban space. The favela often meant a heterotopia, “the other space”, different or abnormal for urban planning. Academic research in urban sociology and history have created different responses to “slum problem”. The favela won't be considered as an habitat, a product only of exclusion and segregation of power. The favela also consists in a production of space: a sort of “living as a poet”, that involves the formation of network relations and affections, history, memory, work and the struggle for freedom and the production of difference. With the theoretical contribution of Michel Foucault and Henri Lefebvre, it will be investigated the resistance of the residents of Vila Autódromo and the procedure that the City adopts to perform the eviction through the interference of the urban production of this community. This study guides the reflection not only to macroeconomic or macro-political aspects, but to the “underground” field of personal desires and needs that involve a politics of life and resistance in the city.

Keywords

Vila Autódromo; forced eviction; biopolitics; habiting

Sumário

1. Introdução	14
2. O "habitar a cidade" e a biopolítica	22
2.1. Entre o <i>habitat</i> e o "habitar como poeta": considerações sobre o urbano e a produção de espaço	22
2.2. A biopolítica sobre o urbano	40
3. Favela como produção do espaço e remoções: a biopolítica urbana e o habitar dos moradores	56
3.1 A constituição de um "problema": favelas, disciplinas e biopoder	58
3.2. A favela, soberania e direito: a nova normatividade urbana e a expansão dos direitos para a favela	65
3.3. As favelas e a biopolítica contemporânea	70
3.4. Habitar como favela, resistir como poeta	83
4. Vila autódromo: habitar o espaço, resistir à remoção biopolítica	89
4.1. A produção social do espaço vila autódromo	91
4.1.1. A poética do espaço da vila autódromo	91
4.1.2. Observações a respeito de uma representação do espaço: a vila autódromo como comunidade	94
4.1.3. A prática espacial da vila autódromo e sua urbanização	96
4.1.4. As transformações na composição social da Vila Autódromo e suas atuais características urbanas	100
4.2. A urbanização e a política de remoção das favelas da Baixada de Jacarepaguá	102
4.2.1 o processo de remoção da Vila Autódromo e de sua regularização fundiária	107
4.2.2. As investidas remocionistas no contexto do pan americano e a expansão da Barra da Tijuca	111

4.3. As Olimpíadas e a atual remoção	114
4.3.1. As reuniões com a prefeitura: os motivos e propostas apresentados	116
4.3.2. A proposta da prefeitura: o Parque Carioca	119
4.3.2.1. O cadastramento: entre ameaças e táticas de "convencimento"	125
4.3.2.2. O impasse da mudança para o Parque Carioca e os efeitos na vida dos moradores da Vila Autódromo	129
4.3.3. As ofertas de indenização no valor do mercado: outras formas de "convencimento"	131
4.3.4. A reconfiguração do espaço da Vila Autódromo	133
4.3.4.1. A saída dos vizinhos, dos amigos e da família	133
4.3.4.2. As demolições e a degradação do ambiente urbano local	134
4.3.4.3. As obras do Parque Olímpico sobre a comunidade	136
4.3.4.4. Outros efeitos do processo de remoção	138
4.3.4. A luta dos moradores pelo espaço da vila autódromo e os atuais desafios	139
4.4. Notas sobre a remoção biopolítica da vila autódromo	142
5. Conclusão	145
6. Referências Bibliográficas	149
7. Anexos	166

Tabelas de abreviaturas e siglas

ACP - Ação Civil Pública

AEIS - Área de Especial Interesse Social

AMPVA - Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEF - Caixa Econômica Federal

CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana da Grande Rio

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COHAB - Companhia de Habitação Popular

FAFERJ - Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo e Serviço.

FNRU – Fórum Nacional da Reforma Urbana

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

MNRU - Movimento Nacional de Reforma Urbana

NUTH – Núcleo de Terras e Habitação

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SAGMACS - Sociedade de Análise Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SEAF - Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

UTF - União dos Trabalhadores Favelados

Lista de tabelas e figuras

Figura 1 - Cartografia Afetiva da Vila Autódromo	92
Figura 2 - Figuras da campanha <i>Viva Vila Autódromo</i>	140

*A refavela
Alegoria
Elegia, alegria e dor
Rico brinquedo
De samba-enredo
Sobre medo, segredo e amor*

(Gilberto Gil)

1

Introdução

Em 1916, moradores do Morro de Santo Antônio se dirigiram ao Palácio do Catete para pedir ao Presidente da República a anulação da ordem de demolição emanada pelo diretor da Saúde Pública, após o esgotamento de recursos jurídicos. Na época, a operação foi anulada em razão do recrudescimento das tensões sociais.¹ A favela somente sofreria um processo de remoção na década de 1950, não mais por discursos higienistas, mas em função de projetos viários que exigiram o desmonte do morro².

Um século depois, as remoções ainda são práticas empregadas na cidade do Rio de Janeiro. Desde a preparação dos eventos *Copa do Mundo 2014* e *Jogos Olímpicos 2016*, cujos anúncios ocorreram em 2008, estima-se que mais de 10 mil famílias foram removidas, ou sofrem ameaça, por diferentes motivos: obras viárias, instalação de equipamento esportivo e risco ambiental.³ Por dentro desse *continuum* histórico (a continuidade da política de remoções), uma série de distintas táticas e estratégias foram inventadas de acordo com os diversos contextos políticos e sociais da cidade. Remove-se, mas não da mesma forma nem necessariamente com os mesmos mecanismos.

O objetivo desse trabalho é compreender, na conjuntura atual do Rio de Janeiro, os dispositivos que tornam possível a prática de remoção de uma favela. Para tanto, não trataremos do tema sob um enfoque exclusivamente jurídico (as remoções analisadas apenas pelo binômio legalidade/ilegalidade) e, tampouco, a partir de uma concepção imperativa do poder, ou seja, um "ponha-se na rua" que é

¹ O episódio é narrado por Rafael Gonçalves no livro *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*, com base em reportagens obtidas através do jornal *Correio da Manhã* (GONÇALVES, 2013, p. 80).

² A partir do Estado Novo se começa a pensar em obras viárias no centro da cidade e, para isso, era planejado o desmonte do Morro do Castelo, que apenas veio a ocorrer em 1950, no governo de Dulcídio Cardoso (1952-1954) e, com ele, o fim da favela que ali existia. Mauro Amoroso relata o "esquecimento" da remoção dessa favela durante a cobertura das operações do desmonte (AMOROSO, 2009, p. 24).

³ Informações retiradas do Dossiê *do Comitê da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2011*. Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2014.

imediatamente eficaz e conclusivo. Na mesma forma, não trataremos das remoções como um simples resultado da satisfação de interesses econômicos localizados em determinados atores (incorporadoras, bancos, empreiteiras etc.). O que nos interessa é investigá-la desde os discursos e práticas que compõem o espaço urbano, utilizando, em especial, como campo de análise a Vila Autódromo.

A necessidade de trabalhar esse enfoque surgiu da minha vivência entre 2010 e 2011 como estagiária do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH). Uma das funções era participar de reuniões e realizar atendimentos de famílias sob ameaça de remoção. Entre as conversas com os moradores e os acompanhamentos processuais foi possível perceber que uma remoção não começa na propositura de uma ação judicial e não termina em uma decisão judicial final. Ela é composta de uma miríade de ações que tentam fazer com que aconteça certo deslocamento das pessoas. Muitos funcionários da Prefeitura visitavam as favelas e ocupações para, entre ameaças e argumentos persuasivos, convencer cada residente ou comerciante local a aceitar a alternativa oferecida pela Prefeitura - geralmente o reassentamento em um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida. Nesse decurso, os assistidos reclamavam que suas vidas se desestruturavam nas incertezas quanto ao destino da sua moradia⁴.

A oportunidade de realizar um trabalho acadêmico sobre o tema permitiu que a mesma inquietação pudesse ser desdobrada de outra forma. Importava dar mais consistência às reflexões que surgiam durante a atuação no campo jurídico-conflitual. A presente dissertação tem pretensão de levantar um esforço teórico para compreender o diagrama da remoção no Rio de Janeiro. Para isso, ela se divide em três níveis.

O primeiro capítulo trata de desenvolver os conceitos que serão utilizados como suporte para a reflexão. Eles serão traçados a partir das obras de Henri

⁴ Como estagiária, acompanhei os processos das seguintes favelas e ocupações: Morro dos Prazeres, Tabajaras, Restinga (parcialmente removida em 2010), Vila Harmonia (removida em 2011), Vila Recreio (removida em 2011), Campinho (removida em 2011) e Domingos Lopes (removida em 2011).

Lefebvre e de Michel Foucault. Ambos são filósofos franceses que produziram seu arsenal teórico em um mesmo terreno histórico: o desgaste de teorias marxistas "ortodoxas" e as mobilizações da década de 1960.

Lefebvre se debruçou nos anos 1970 sobre o fenômeno urbano. Ele analisou as relações entre os processos de urbanização e industrialização e como isso interferiu na produção do espaço. Teceu críticas ao urbanismo funcionalista que pensava a cidade de forma fria e racionalista. Mas também se distanciou das teses de teóricos marxistas, para as quais a cidade consistia em apenas um suporte da produção ou como simples espaço da reprodução social. Ao contrário, o autor confere uma centralidade ao urbano nas relações de produção e também valoriza o campo menor do cotidiano. Interessava-lhe refletir a esfera "menor" do vivido e suas relações espaciais (LEFEBVRE, 1991, p. 33).

Foucault, mesmo sem tomar o urbano como um objeto prioritário de análise, teceu importantes reflexões sobre a relação entre o espaço e as diversas modalidades de poder articuladas na modernidade (soberania, disciplina e biopoder). Para o filósofo, o mecanismo da soberania convive com procedimentos de normalização que funcionam para além do binômio legalidade/ilegalidade. Nessa perspectiva, longe de ser regulado por um poder que emanaria de um único centro, o urbano aparece como um espaço atravessado por um feixe de relações de poder, de produções de regimes de verdade e formas de governar condutas dos homens e mulheres.

Com base nesses autores, as remoções serão analisadas pelo ângulo de três pontos referenciais. Primeiramente, elas serão compreendidas como práticas inseridas nos mecanismos de poder sobre a cidade. O urbano é um terreno de produção de centralidades e de segregações. Os conflitos não envolvem apenas questões fundiárias, mas também a produção de diferenças, de *heterotopias* (LEFEBVRE, 2008, p. 19-24). As favelas foram consideradas como espaços irregulares e ilegais. Em muitos casos, a remoção vem acompanhada de políticas habitacionais, que surgem como uma alternativa mais "adequada", conforme os parâmetros urbanísticos. O deslocamento forçado e o reassentamento consistem em "formas de governar" os moradores de favela.

A segunda perspectiva tomada é de que as favelas não serão pensadas como um *habitat*, construída pelos pobres em consequência do *déficit* habitacional. Henri Lefebvre aponta que o espaço, mas do que um *sítio*, é uma atividade. Ele é produzido a partir de práticas, representações e afetos que transpassam as dimensões geométricas e físicas. Para o filósofo, o ser humano não apenas ocupa um determinado lugar, mas ele "habita como poeta". Seus desejos e necessidades constroem a sua forma de *habitar*, de se constituir (LEFEBVRE, 2008, p. 79).

Com o aporte de Henri Lefebvre, a favela será tratada aqui como espaço. Ela não é apenas o lugar de moradia, mas uma prática espacial, produzida por seus moradores. Pretende-se elevar a reflexão teórica não só a necessidade de habitação, mas os desejos, os imaginários, a resistência e a vida cotidiana que teceu o habitar da favela na cidade.

Como terceiro ponto, a reflexão não será traçada através de um campo jurídico, para verificar a eficácia ou a violação do direito à moradia; ela percorre o campo material dos conflitos, das estratégias do poder e da resistência. Esse trabalho toma como referência o conceito de poder de Michel Foucault. O filósofo se distancia de qualquer análise contratual, pela qual o poder pode ser transferido, cedido, detido, de um indivíduo para o outro. Ele não é uma essência, algo que se possa conter; ele é uma prática, cujo exercício se sucede em redes, em práticas distribuídas e sucessivas. E o poder tem caráter relacional: é uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2010a, p. 24-27). Nesse sentido, o poder opera na ordem do governo, em como "conduzir condutas" e ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 2014b, p. 134).

A partir da história urbana das favelas, o segundo capítulo percorre as (des)continuidades das políticas remocionistas, acopladas muitas vezes a outras políticas habitacionais. Com o aporte teórico do primeiro capítulo, o intuito é compreender quais as modalidades de poder que operam nessas práticas e o efeito delas para o espaço urbano da favela. A análise recairá também sobre as mudanças jurídicas pós-constitucionais que trouxeram avanços para os direitos à moradia. Apesar desse quadro jurídico, certos mecanismos continuam tornando possível as remoções de favelas no contexto atual em que as transformações neoliberais remodulam as políticas urbanas.

Nesse cenário, o caso da Vila Autódromo é bem significativo. Situada na Barra da Tijuca, ao lado das obras do Parque Olímpico, desde a década de 1990 ela responde uma ação que o Município moveu para a sua desocupação. Moradores obtiveram decisões favoráveis e ainda conseguiram, por um processo de regularização fundiária, formalizar a condição legal de sua posse, recebendo títulos de concessões reais de uso. Atualmente, uma parte de sua população aceitou a oferta da Prefeitura para um conjunto habitacional, chamado de *Residencial Parque Carioca*; outros negociaram uma indenização por suas casas; e alguns ainda lutam pela permanência local.

O conhecimento sobre o processo de remoção da Vila Autódromo ocorreu a partir da experiência do NUTH que continuou nos anos seguintes, através de trabalhos voluntários de assessoria jurídica e da participação na construção do Mapa Afetivo da Vila Autódromo (2012 a 2013). Essa atividade foi realizada pelo Laboratório de Cartografias em conjunto com a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), que resultou na produção de uma cartografia da comunidade produzida pela as crianças⁵.

Através da participação no projeto de pesquisa e extensão *Direitos em Movimento: territórios e comunidades*, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi possível continuar acompanhando o processo de remoção da Vila Autódromo⁶. A participação em reuniões, assembleias, atos e atividades nesse espaço permitiu uma visão mais ampla e complexa sobre as investidas contra a permanência dos moradores e os diversos problemas que eles tinham que enfrentar cotidianamente.

O que chama a atenção nesse processo é que a remoção não decorre de decisões legais, mas de diferentes estratégias do poder público. Por esses motivos,

⁵ Esses trabalhos foram realizados pelo Projeto de Pesquisa Cartografias Insurgentes promovido pela Associação I-Motirô – Novo Mutirão Aproximando Teorias e Práticas das Culturas analógicas e Digitais, do qual a autora dessa dissertação participou como bolsista. Participaram desse trabalho Mariana Medeiros, Geo Abreu, Pedro Mendes, Sara Uchoa, Tainá Vital, Bruno Tarin e Laila Sandroni.

⁶ Sob coordenação de Adriano Pilatti, o projeto “Direitos em movimento: territórios e comunidades” foi criado em janeiro de 2013, no âmbito do Núcleo de Estudos Constitucionais do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (NEC/PUC-Rio), sendo integrado por professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da referida unidade de ensino.

o caso da Vila Autódromo se torna um laboratório de análise do diagrama de uma remoção, que será traçado no terceiro capítulo. A intenção não é apenas verificar os desdobramentos de ações políticas ou jurídicas, mas examinar as práticas "marginais" que afetam as dinâmicas espaciais-urbanas e a vida das pessoas.

Para isso, o estudo envolverá fontes bibliográficas e documentais. Alguns trabalhos sobre o desenvolvimento urbano da Barra da Tijuca contribuíram para o conhecimento de sua urbanização e as implicações desse processo na produção de centralidade e segregações desse bairro. Foram também utilizados textos sobre o processo de licitação do Parque Olímpico e sobre o atual contexto de remoção que moradores da Vila Autódromo enfrentam.

Os diferentes momentos e ameaças que essa favela sofreu foram também investigados a partir de reportagens, utilizando principalmente dois veículos de comunicação: o jornal *O Globo*, que documenta notícias sobre a Vila Autódromo desde a década de 1980; e notícias da *RioOnWatch*. O primeiro foi escolhido não só pelo acesso ao acervo digital, mas também por ser uma mídia com uma linha editorial que se posiciona a favor das remoções, em especial a da Vila Autódromo.⁷ Com uma visão diferente, o segundo consiste em um dos projetos da organização "Comunidades Catalisadoras" (ComCat) que acompanha de perto a Vila Autódromo desde 2009. A ComCat é uma ONG americana com sede no Brasil, que tem como objetivo dar atenção local e global para os pontos de vistas das favelas⁸.

A Vila Autódromo responde a um processo judicial há vinte anos. Recentemente, outras ações judiciais foram movidas pela Defensoria Pública, diante do projeto de reassentamento que a Prefeitura "impôs" aos moradores como alternativa habitacional à remoção que ela declarou como inevitável em diferentes ocasiões. Observa-se que os instrumentos jurídicos foram utilizados tanto para fazer remover, quanto para frear ou diminuir os efeitos de uma remoção. Por isso, foi imprescindível analisar peças e documentos judiciais referentes ao caso,

⁷ O acervo do jornal *O Globo* é disponibilizado em seu site (<http://oglobo.globo.com/>). A opinião a favor das remoções é encontrada na matéria "Medida Essencial", publicada em 13 de outubro de 2011, p. 6.

⁸ As notícias da *RioOnWatch* são disponibilizadas no site <http://rioonwatch.org.br/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2015.

disponibilizados pela Defensoria Pública, através do NUTH. O objetivo não é entender a remoção a partir desses processos, mas investigar como eles se inserem e reverberam em um conflito que se desdobra em diferentes feixes de ação sobre um determinado espaço.

Nem a Prefeitura nem os moradores agiram somente pelos mecanismos jurídicos. As relações de poder e resistência se inserem nas próprias dinâmicas espaciais, levando em consideração que a Vila Autódromo é mais do que um lugar de moradia, é um habitar. Para isso, foram realizadas entrevistas junto aos moradores, para compreender os efeitos da remoção na própria vida urbana. Foram feitas sete entrevistas, entre outubro e novembro, com moradores de diferentes áreas da Vila Autódromo, que são afetadas pela remoção de forma distinta. O contato com os entrevistados foi auxiliado por uma liderança local, que exerce um importante papel de articulação⁹.

As entrevistas não consistem em provas objetivas sobre a Vila Autódromo, nem em um levantamento quantitativo sobre os impactos das remoções. As falas, permeadas de sentimentos e memórias, nos direcionam para os entrelaçamentos entre os imaginários, desejos e necessidades que compõem o espaço. Elas nos permitem perceber como a resistência e como o poder agem sobre o campo "marginal" do cotidiano.

Nesse sentido, elas foram estruturadas de forma semiaberta. Com um roteiro pré-estabelecido, as perguntas foram direcionadas para cinco temas: "Vida na Comunidade", "Remoção", "Relação com a Prefeitura", "Reconfiguração da Comunidade" e "Vida Atual na Comunidade". Essas temáticas foram formuladas a partir das observações obtidas durante as reuniões e atividades que participei através de diferentes trabalhos. A aplicação desse roteiro não ocorreu de forma fechada, permitindo que moradores desenvolvessem suas falas para além das perguntas, mesmo que não previstas inicialmente. Elas permitiram um olhar mais profundo sobre os procedimentos e táticas adotadas pelo poder para convencer os moradores pelo reassentamento ou indenização; e os impactos gerados pela remoção na vida de cada habitante e da Vila Autódromo. Por isso, o relato dos

⁹ Nesse trabalho se optou por não revelar a identidade de moradores que foram entrevistados.

entrevistados alcançam dimensões do conflito, que não se reduzem nem a um objetivismo nem a um subjetivismo do caso, permeando todo o terceiro capítulo.

Para a análise do processo de remoção da Vila Autódromo ainda foram utilizadas fotos, mapas e vídeos produzidos pelos moradores e por outros parceiros que realizaram trabalhos em favor da permanência. Foram importantes os documentos e informações produzidos pela equipe de professores e arquitetos que elaboraram o Plano Popular da Vila Autódromo (projeto popular de urbanização para a favela).

O estudo da remoção da Vila Autódromo será realizado por uma pesquisa qualitativa. Trata-se de uma análise de um processo em aberto, tendo em vista que o conflito ainda se desdobra na resistência dos moradores que querem permanecer, não conseguindo a Prefeitura retirar todas as famílias, nem demolir todas as casas. Portanto, não se trata de traçar respostas conclusivas. Junto com o aporte teórico elaborado no dois primeiros capítulos, o intuito é compreender como podem operar as relações de poder, e quais os mecanismos empregados para o deslocamento das pessoas nesse caso.

A partir desses três níveis de análise (o eixo conceitual, a interface da história das favelas e do estudo das relações de poder, e o estudo de caso) pretendemos abrir um campo de investigação que privilegia os efeitos dos processos de remoção sobre o espaço urbano e a esfera do vivido, em especial no caso Vila Autódromo. O olhar é direcionado para uma trama de relações que compõem um terreno a partir do qual, a despeito da consagração de novos direitos, torna-se possível remover um espaço representado como favela. A exploração desse terreno não revela apenas um modo de funcionamento do poder, mas, também, possibilidades de afirmação de diferentes modalidades de habitar a cidade, como um plano poético de resistência que se refere diretamente à vida urbana.

2

O "habitar a cidade" e a biopolítica

2.1

Entre o *habitat* e o "habitar como poeta": considerações sobre o urbano e a produção de espaço

Em 1960, o filósofo Henri Lefebvre lançava críticas à construção dos conjuntos habitacionais na França. Naquela década, Paris passava por um processo de forte urbanização e, na mesma proporção, uma crise habitacional. A solução reclamada por grupos e partidos de esquerda era a edificação de novas casas, dando origem, justamente, aos conjuntos habitacionais como paradigma de política social. Lefebvre observou, porém, que no planejamento estatal e na racionalidade operacional, os conjuntos foram construídos de modo mais rápido e menos custoso, acarretando na formulação do *habitat* de forma mais pura e abstrata possível: "O *habitat* foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o 'vivido' a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou 'máquinas de habitar' (LEFEBVRE, 1999, p. 79).

Segundo o autor, no final do século XIX e início do século XX, um pensamento urbanístico concebeu o *habitat* a partir de alguns atos elementares do "ser humano": comer, dormir e reproduzir-se (LEFEBVRE, 1999, p. 78). Tratava-se do nascimento da disciplina do *urbanismo*, como "ciência do estabelecimento humano". Inicialmente ela se direcionou, prioritariamente, para problemas de higiene e circulação.

Em Paris, o centro era um lugar de alta concentração demográfica, ocupado tanto pela burguesia quanto pela classe proletária. Nele, pobres viviam "amontoados" em razão dos altos preços de aluguel, que cresceram ainda mais depois da intervenção urbana promovida pelo prefeito da cidade entre 1853 e 1970, Georges-Eugène Haussmann (conhecido como Barão Haussmann, o "artista demolidor") (PERROT, 1988, p. 111).

Hausmann realizou "cortes cirúrgicos" para ampliar vias, a fim de melhorar a salubridade, o escoamento e a distribuição de água. Criou grandes corredores para uniformizar os estabelecimentos; e dificultar a construção de barricadas, utilizadas durante a revolta de 1848, quando a cidade foi tomada por artesãos e operários. Ele também demoliu vários quarteirões, intensificando a densidade no centro e expulsando para periferia inúmeros trabalhadores.

Por sua vez, nas primeiras décadas do século XX, as políticas de erradicação dos cortiços, acusados de "focos de doença", e de estímulo à proliferação dos subúrbios (*banlieues*), contribuíram para acentuar a divisão do espaço urbano parisiense (PERROT, 1988, p. 121- 122)¹⁰. A Paris de Lefebvre herdava todas essas intervenções e inaugurava mais um momento de contradições e embates entre centro e periferia.

O filósofo francês relembra que essas medidas anteriores fizeram parte de uma estratégia de classe, ao segregar a classe proletária do centro da cidade, ocupado, então, pela burguesia. Os subúrbios e pavilhões¹¹ projetaram a moradia *fora* da cidade e em construções isoladas, como uma tentativa de promover o reencontro com a natureza e com o "verde". Por isso, Lefebvre os chamou de "urbanização desurbanizante": este fenômeno sufocou toda a realidade urbana (ruas, praças, monumentos e espaços de encontros) e afastou os suburbanos da Cidade, criando espaços meramente residenciais. Os efeitos negativos dessa operação repercutiriam contra a capacidade de participar e de produzir atividades urbanas (LEFEBVRE, 2001, p. 18).

Quando Lefebvre se debruçou sobre as questões urbanas, em 1970, predominava no planejamento urbano o pensamento urbanístico funcionalista. As

¹⁰ Em *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, a historiadora Michelle Perrot (1988) discorre que já no século XIX os trabalhadores lutavam pela sua permanência na cidade: não aderindo à habitação das vilas operárias, controladas e anexadas às fábricas, preferindo muitas vezes morar de forma "amontoadas" no centro, lugar onde teriam maior liberdade. Suas manifestações se direcionavam principalmente contra os alugueis, reivindicando taxas, moratórias de dívida e a paralisação dos despejos. Eles acusavam os donos dos imóveis de serem os verdadeiros promotores da insalubridade, devido às condições precárias das habitações alugadas. Tudo isso, fazia parte de um caldo de reivindicações dos operários pelo direito à cidade, as quais estiveram também presentes na Comuna de Paris em 1871 (PERROT, 1988, p. 101-121)

¹¹ Os pavilhões são "conjuntos residenciais suburbanos, formados por casas isoladas uma das outras", que proliferou ao redor de Paris nos "banlieues" (LEFEBVRE, 2001, p. 19)

idades vivenciavam os desdobramentos e as transformações do processo de urbanização, intensificado desde o século anterior: o crescente aumento da densidade demográfica, a expansão da utilização de veículos motorizados e a ascensão do predomínio do setor terciário nas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, havia um intenso estímulo político às práticas de consumo, que na década de 1960, já eram exercidas em grande escala.

A política urbana do pós-guerra implementou algumas operações de modificação e renovação de bairros e de diferentes setores urbanos. Esses programas, denominados de "Reconquista urbana de Paris", objetivavam a transformação de uma cidade industrial para um centro comercial e financeiro de organizações e empresas. As políticas vieram acompanhadas de mudança de instalações industriais e crescimento na construção de escritórios e seus equipamentos necessários (serviços de metrô e estacionamentos), quando se predominou construções funcionais e modernas, como os altos edifícios.

Em relação à habitação, foram procedidas as demolições de casas e construções de moradias populares nos arrabaldes, contribuindo para a intensificação e reprodução da segregação espacial, na qual os bairros renovados seriam ocupados pelos "estratos superiores" (CASTELLS, 2006, p. 424-437). Na visão de Lefebvre, esses projetos urbanísticos negaram a cidade e a urbanidade, ao dividir os espaços, dar predomínio a prédios comerciais, ao centro urbano, segregar os pobres da cidade e projetar nos conjuntos habitacionais um padrão uniforme e homogêneo de moradia.

Aqui a racionalidade estatal leva a lógica do *habitat* até o fim: se os pavilhões do início do século permitiam uma certa plasticidade, modificações e modelagem do espaço - uma margem de liberdade -, a rigidez dos conjuntos exclui o *habitar*, isto é, a "apropriação dos indivíduos de suas condições de existência". Para Lefebvre (2001, p. 19), o habitat estatal-funcionalista absorve e esquadrija uma "cotidianidade complexa", um emprego rígido do tempo, de suas funções e seus usos.

Para compreender sua visão teórica, será necessário esmiuçar seus conceitos e os caminhos que o conduziram para tais formulações. O autor recebeu sua

influência inicial no movimento surrealista, direcionando seus estudos posteriormente para as obras de Hegel e Marx, no que diz respeito ao pensamento dialético e materialista. Antes da Segunda Guerra Mundial, já vinha se aproximando do Partido Comunista Francês, se tornando posteriormente um teórico marxista renomado.

Seus trabalhos se baseavam numa episteme dialética assimilada às questões materiais das alienações sociais e da lógica da mercadoria, mas não deixavam de trazer à reflexão a própria esfera da vida concreta e a crítica da racionalidade moderna, influenciando tanto de sua aproximação ao surrealismo quanto de seus estudos da obra de Nietzsche.

Essa confrontação teórica se torna mais clara em suas análises sobre o cotidiano. Em 1946, ele redigiu a *Crítica da Vida Cotidiana*, que foi um esforço de elevar o cotidiano a um plano teórico, assunto que ele retoma na década de 60 em obras como *Crítica da Vida Cotidiana II: Fundamentos de uma Sociologia da Cotidianidade* (1961), *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno* (1968) (BARREIRA, 2009, p. 72).

Na década seguinte, o contexto que o autor escreve já é de uma intensa reflexão crítica do urbanismo moderno. O movimento Internacional Situacionista¹² do qual Lefebvre fica próximo no final dos anos 1950, questionava as práticas de consumo e de produção do consumo, como também o planejamento urbano e a arquitetura nessa estruturação da sociedade do espetáculo.¹³ Eles destacavam assim a luta pela reapropriação da vida cotidiana a

¹² Os situacionistas se formaram no final dos anos 1950, com a junção de movimentos artísticos e intelectuais. Suas figuras mais conhecidas são Guy Debord que escreveu *Perspectivas Conscientes da Vida Cotidiana e Sociedade do Espetáculo* e Raoul Vaneigen que desenvolveu críticas sobre urbanismo e arquitetura como ideologia na revista *Internationale Situationniste*. Tinham como pensamento revolucionário a própria libertação do cotidiano e pensavam em estratégias de resistência a partir da criação de situações, que seriam práticas concretas construídas coletivamente, que gerassem acontecimentos de ruptura e subversão da ordem do consumo.

¹³ Sociedade do Espetáculo foi um termo cunhado por Guy Debord para designar os efeitos da *mass mídia* e das relações de consumo na organização social fordista - "O espetáculo não é mero conjunto de imagens; trata-se da relação social entre pessoas e entre classes, mediada por imagens (...) (cujos) conteúdos estão as representações da vida (...) A imagem, separada da realidade, ganha, assim, autonomia. A tais aspectos, o autor denomina 'inversão concreta da vida' (NABACK, VIEIRA, 2011, p. 3). A comunicação de massa exerceria o papel também de criar novas (pseudo)necessidades de acordo com a produção e as relações de consumo. O próprio consumo é

partir de uma aproximação entre arte e política¹⁴. Assim, reivindicavam a liberdade no espaço urbano, mediante estratégias que criassem situações de prazer e rupturas da vida alienada, produzidas pela intensa influência dos meios de comunicação de massa e o crescimento das relações de consumo nos anos de 1960 (CORTÉS, 2008).

Henri Lefebvre, dialogando com esses acontecimentos, desenvolveu uma densa análise reflexiva e prospectiva sobre a problemática urbana. Quando escreveu *Direito à Cidade*, em março de 1968, sua obra acabou sendo um prenúncio da irrupção social de maio de 68, que paralisou Paris. Esse livro, em conjunto com a *Revolução Urbana* (1971) e *A Produção Social do Espaço* (1973), teceu críticas aos efeitos homogeneizantes e segregadores que acompanharam a aplicação prática do urbanismo moderno e da lógica mercadológica nos espaços urbanos. Esses não eram temas muito valorizados nos circuitos oficiais da esquerda.

Com efeito, em 1970, quando Lefebvre passa a estudar o fenômeno urbano, ele não se restringiu a pensar a cidade apenas como uma mera "superestrutura", um simples resultado do crescimento e das relações de produção: "a realidade urbana não se vincula só ao consumo, ao 'terciário', às redes de distribuição, ela intervém na produção e nas relações de produção" (LEFEBVRE, 1999, p. 24; 50). Em Lefebvre, o urbano se torna também força produtiva.

Pode-se dizer que Lefebvre vai além das teorias marxistas: pensa de forma mais abrangente a urbanidade, da esfera estrutural à cotidianidade - a própria *vida urbana*. Três elementos são fundamentais para entender a dinâmica densa de seu pensamento: espaço, cotidiano e urbano. Nesse sentido, sua teoria pode ser uma ferramenta para a compreensão da problemática da moradia em suas relações com

um espetáculo na medida que o produto é apresentado de forma singular, como uma metonímia da felicidade (DEBORD, 1997, p. 46).

¹⁴ Os situacionistas elaboraram técnicas como a deriva e a psicogeografia que procuravam experimentar e pensar a cidade de forma criativa e subversiva das divisões espaciais formais¹⁴. Nesse período, outros movimentos de arquitetos e artistas contestavam também a organização e estruturação da cidade. Surgiram na década de 1960 o grupo de arquitetos chamado Archigram que pensavam a comunicação de rede, a mobilidade e a mudança permanente da cidade (idem, p. 26).

o espaço urbano, e não como uma unidade autossuficiente, nos moldes do urbanismo funcionalista.

Para Lefebvre, o espaço é uma produção social: cada sociedade compreende-o à sua maneira e, assim, dele se apropria. Não se trata de um espaço natural, físico, geométrico ou matemático, mas de um espaço social. Nele, três termos operam de forma dialética:

(a) o espaço percebido, ou a *prática espacial*, que engloba a associação da produção (tempo do trabalho) e a reprodução (tempo da vida privada), envolvendo o exercício de lugares específicos ou conjuntos espaciais com determinada *performance* e posicionamentos próprios da formação social onde estão inseridos (por exemplo, o conjunto habitacional);

(b) o espaço concebido, pelo qual as *representações do espaço* constroem signos, saberes dominantes (urbanismo ou arquitetura, por exemplo);

(c) o espaço vivido, *os espaços de representação*, que tratam do imaginário, do simbolismo ligado ao âmbito menor da vida social, aquele usado e apropriado pelos "habitantes" (LEFEBVRE, 2000, p. 55).

Conforme determinado contexto social, esses termos intervêm de forma complexa na produção do espaço, englobando sua multiplicidade, a coexistência entre a ordem e a desordem. A modernidade concebeu certo espaço abstrato de forma homogênea, através de métodos de gestão, controle e vigilância; fragmentado, por divisão em lotes, parcelas e zonas; hierarquizado mediante a classificação dos espaços em residenciais, comerciais, de lazer, marginais e etc. (LEFEBVRE, 2000). Ela, assim, o produziu de modo que ele não era apenas um objeto cambiável e consumível, conforme um valor de troca, mas também uma coisa que intervinha na própria produção: organização do trabalho, transporte, centros comerciais, residências etc. Nos anos 1950, foi predominante na França - lugar a partir do qual fala Lefebvre - a organização planificada.

Por meio dela, tentava-se controlar a urbanização "selvagem" e modelar racionalmente o espaço francês. Vinte anos depois, essa forma espacial seria amplamente contestada, tanto pela direita, através de um projeto neoliberal,

quanto por parte da esquerda, contra o autoritarismo e controle disciplinar da vida cotidiana produzida por essa racionalidade. O espaço se torna central tanto no modo de produção contemporâneo - sendo produto e produtor - quanto para a própria luta de classes.

Nessa concepção de espaço, estava também em questão a modelagem do próprio cotidiano. Se no século XIX a produção industrial tinha papel predominante na organização social, no século seguinte, o cotidiano passa a ser, de forma cada vez mais intensa, "objeto dos todos os cuidados do poder": desde a burocracia estatal à captura da *mass media* e da publicidade (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

Tratava-se de uma "arte do consumir" (ou do fazer consumir), com base da produção de necessidades individuais, que procuravam estimular certos imaginários e desejos - "ele (o consumo) adquire um aspecto metafórico (a felicidade em cada bocado em cada erosão do objeto) e metonímico (todo o consumo e toda a felicidade de consumir em cada objeto, em cada ato)" (LEFEBVRE, 1991, p. 69).

A organização dessa atividade do consumo ocorreu juntamente com a administração burocrática do cotidiano (trabalho, vida privada e lazer) (idem, p. 67). Os atos mais modestos, as obras mais singelas, as atividades elementares se tornaram objetos de coações e repressões (biologia, trabalho, economia ou ideologia - necessidades e normas):

Bem cuidado (o cotidiano), ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção - consumo - produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso substituiria as auto-regulações espontâneas e cegas do período da concorrência" (LEFEBVRE, 1991, p. 82)

A produção (trabalho e forças produtivas) se deslocou do espaço restrito da indústria e da empresa, para envolver o espaço social: "este é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas" (LEFEBVRE, 1999, p. 140). O cotidiano se tornou central na análise da *praxis*. De acordo com Lefebvre, a obra de Marx mantinha sua importância para a crítica do cotidiano. Aqui, a noção de *produção* abrange não somente a fabricação de produtos e as relações materiais

do trabalho, mas também a "produção do 'ser humano' por si mesmo, no decorrer de seu desenvolvimento histórico (LEFEBVRE, 1991, p. 36)."¹⁵

O urbano se tornava o ambiente, por excelência, dessa organização, cujo objeto principal seria a "produção" do próprio cotidiano. O espaço percebido compreenderia, então, a associação entre "realidade cotidiana (o emprego do tempo) a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida "privada", dos lazeres" (LEFEBVRE, 2000, p. 55). Ele qualifica essa sociedade de “sociedade burocrática do consumo dirigido”, que tentava, mediante a lógica do consumo, orientar o desejo, produzir necessidades e apropriar-se da cotidianidade, tornando-a rentável:

"A cotidianidade, lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada (...) não se instaura no seio 'urbano' como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades" (LEFEBVRE, 1999, p. 127).

Apesar de estratégias e táticas para integrar os habitantes às *apropriações* da vida cotidiana, outras contradições surgiram a partir do mal-estar ocasionado pela padronização das necessidades e satisfações. O desejo é um elemento irreduzível e o cotidiano escapa desse controle: "apesar dos esforços para institucionalizá-lo, o cotidiano foge; sua base se furta, ele escapa ao assalto das formas" (LEFEBVRE, 1991, p. 193).

Lefebvre(1991, p. 20) considera nesses momentos "mais baixos" a possibilidade de criação - o ato inaugural, tomando como referência Nietzsche. O cotidiano, assim, tem um duplo aspecto: pode ser resíduo das relações estruturais, mas também terreno de *reapropriação*, da “trans-formação” (e não conformação) do repetitivo em obra e liberdade (apropriação do corpo, do espaço, do tempo e do desejo) (LEFEBVRE, 1991, p. 20). A dimensão da reprodução, que envolve ou resignifica o termo produção, se encontra na encruzilhada entre atos de liberdade e atos de coação, sob a ideologia do consumo.

¹⁵ Noção que Lefebvre colhe das obras iniciais de Marx e dos Grundrisse. Para uma edição brasileira, conferir: MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011.

Lefebvre procura analisar tanto a alienação da vida cotidiana pelo capitalismo (da sociedade do consumo dirigido), como a *poiesis*, a capacidade de re-criar e resistir que está presente na cotidianidade. Seus estudos abordaram as estruturas e características políticas herdeiras do regime do Estado de Bem Estar Social, mas apontaram também outras tendências que iriam se encorpar cada vez mais no neoliberalismo: a tendência da *empresa* se apropriar da prática social e implantar sua racionalidade sobre a "gestão" da sociedade.

Nesse momento de transição, Lefebvre se lança à reflexão das estruturas e reformulações nas relações econômicas e sociais, que passam a se pautar menos nas linhas de produção e mais nas práticas sociais - há um deslocamento do industrial para o urbano e o cotidiano. Para ele, o urbano está na centralidade dessa "zona crítica", e é sobre ele que o filósofo se debruça para compreender as mudanças da sociedade. Ele o caracteriza como campo cego: um campo ainda ignorado e desconhecido, reduzido de um lado pela forma industrial, e de outro, pela representação desse espaço pelo *urbanismo*. Trata-se também de um objeto virtual, de uma realidade emergente: a vida urbana abre possibilidades de reapropriações dos espaços e do tempo - da própria cidade. (LEFEBVRE, 1999, p. 36-37).

Em sua teoria, o fenômeno urbano é uma realidade global, que compreende diferentes níveis e dimensões. Abrange de forma mais geral a projeção das relações sociais no solo, ou seja: a concepção de estratégias e tecnologias políticas e econômicas, a produção de *saber* específico (o urbanismo) e a articulação de instituições nessas atividades. Ele é o próprio terreno das relações de poder, dos confrontos e estratégias. E de forma mais específica, trata também da prática urbana, do âmbito da cotidianidade, do "vivido", que não se reduz às práticas do urbanismo institucional (LEFEBVRE, 1999, p. 83).

Ele é a um só tempo objeto da sociedade burocrática do consumo dirigido, como também a produção de um espaço social e de um espaço de resistência. Se a realidade urbana nasce da industrialização, ela a engloba e segue em direção à *outra coisa* (LEFEBVRE, 1999, p. 67) O urbano não é um campo fechado, completo, mas o sentido de uma prática social em marcha, a tendência e o

horizonte de uma realidade pós-industrial - hipótese que Lefebvre designa de sociedade urbana.

Nesse ponto, é necessário fazer novamente uma inflexão dentro da investigação teórica de Henri Lefebvre. Ele toma como ponto de partida a industrialização. A lógica espacial industrial concebeu o espaço como meio vazio, homogêneo e sobre o qual se estabeleceriam ou se inseririam máquinas/objetos, pessoas e circulações. A organização industrial do espaço e do tempo procurou, mediante ordens e coações, encerrar à uma certa *coerência*, à uma certa ordem, uma multiplicidade de objetos, pessoas e atividades, que sua própria racionalidade analítica decompõe. Trata-se da concepção de um espaço abstrato. O campo industrial reduz a realidade urbana ao crescimento - "Tudo torna-se calculável e previsível, quantificável e determinável (...) Tal representação destrói, ao reduzir os espaços diferenciais do urbano e do habitar" (LEFEBVRE, 1999, p. 41;51)

Em um primeiro momento, a indústria tomou de assalto a Cidade, que preexistia a industrialização. A realidade da Cidade predominou em diferentes temporalidades - na cidade oriental, na cidade arcaica e na cidade medieval. As cidades comerciais foram constituída como centro da vida social e política, e como *locus* de acúmulo de riqueza, de conhecimento técnico e artístico. Se elas faziam parte de uma centralidade comercial, em direção às relações de troca, aos *produtos* e ao dinheiro, por outro lado elas foram obra dos mercadores e banqueiros que usufruíam da cidade, de sua beleza, festas e locais de encontro. Na visão de Lefebvre, a industrialização arraigou o valor de troca em detrimento do valor de uso, e generalizou a lógica da *mercadoria*, "subordinando a si, a cidade e a realidade urbana (LEFEBVRE, 2001, p. 6)".

A Cidade, nas palavras de Lefebvre, é uma obra no sentido de que é uma "produção e reprodução dos seres humanos por seres humanos", conforme suas condições históricas. Ela, como obra de arte, tem uma história e um valor de uso (LEFEBVRE, 2001, p. 47). A cidade, dado prático sensível (arquitetônico) afeta as relações sociais, apesar de não determiná-las. Ela atrai para si os produtos de trabalho, centraliza as criações: age como força centrípeta. Ao aproximar as relações - e nada, nem trocas, nem produção existe sem proximidade - a cidade também cria a situação urbana (LEFEBVRE, 1999, p. 109). Lefebvre distingue,

apesar de não separar, a cidade do urbano (a morfologia material e a morfologia social, respectivamente). Este seria a "realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento" (LEFEBVRE, 2001, p. 49).

O "urbano" não se reduz aos objetos, equipamentos arquitetônicos, ou qualquer outra base material do espaço, apesar de não se separar delas. Nas palavras de Lefebvre, "é uma qualidade que nasce de quantidades (espaços, objetos, produtos)", isto é, o resultado de uma atividade diferencial (espaço-tempo) e também um conjunto "aberto" de diferenças (forma). A forma urbana se caracteriza pela simultaneidade, pela convergência, e pela sua *poli(multi)centralidade*, ou seja, a concentração e dispersão de multidão, objetos e situações. Sua trama - seus encontros e trocas - pode ser percebida pela imagem de uma *rede*, ou justaposições de redes, "constituídas umas em função do território, outras em função da indústria, outras em função de outros centros urbanos" (LEFEBVRE, 1999, p. 112).

Nas palavras de Lefebvre, o espaço urbano se realiza numa *realidade diferencial*, na qual se superam as dicotomias do aberto e fechado, ou da ordem próxima e ordem distante: esses termos não se separam, mas se transformam em diferenças imanentes - reúne elementos e os "trans-forma" reunindo (LEFEBVRE, 2008, p. 44). As diferenças não são concebidas meramente como particularidades (ideia de comunidade), mas percebidas através da prática urbana, das relações espaciais e temporais, dos contrastes e oposições reunidos.

Para definir o espaço urbano, Lefebvre utiliza os conceitos de isotopias (mesmo lugar), produzidas por demarcação de zonas, semelhanças e normas; heterotopia (outro lugar), espaços da diferença, da heterogeneidade; e a utopia (lugar não localizável) que é a projeção do imaginário sobre o espaço. Essas propriedades estão em movimento dinâmico, em contradições de *topias* (lugar). O urbano, assim, é lugar do conflito e da contradição. E é também o lugar do desejo: um lugar de relativo desequilíbrio, de festa e de drama - "campo de tensões altamente complexo; uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado" (LEFEBVRE, 2008, p. 45).

Nessas aproximações e possibilidades de encontro, Lefebvre aponta que o "urbano" se baseia no valor de uso (LEFEBVRE, 2001, p. 82). Em direção oposta, a lógica da mercadoria - do valor de troca e da equivalência - se pauta na indiferença. Nesse ponto reside para Lefebvre o conflito entre industrialização e a urbanização.

De forma dialética, fora a industrialização que fornecera condições e abria possibilidades para a urbanização. O processo de indução de expansão do urbano se manifestou, em um primeiro momento, no crescimento demográfico, na concentração e acúmulo de atividades e coisas. Como resposta à "implosão" das cidades, desdobrou-se um processo de explosão do tecido urbano, em periferias, cidades satélites e subúrbios. Esse tecido passa a corroer o campo, não só pela sua extensão edificada, mas pelo predomínio da manifestação da cidade sobre a vida rural, desde seus signos até ao consumo de produtos industriais. Trata-se de um processo duplo entre industrialização e urbanização:

"O crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos" (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

Nesse processo de implosão-explosão, a realidade urbana passou a ser objeto de ordenações teóricas e administrativas, que tentavam empregar certa "coerência" aos conflitos e contradições da cidade. No século XVIII, as questões urbanas se direcionavam para os problemas de higiene e estética de uma cidade cada vez mais numerosa. Somente no século seguinte, começou a se pensar em um planejamento maior, envolvendo serviços públicos, a habitação dos operários e pobres e o desenvolvimento de vias arteriais para o melhoramento da circulação.

A política urbana de Haussmann é um exemplo dessas transformações. Junto a ela, segundo a historiadora Françoise Choay, surgem os primeiros pensamentos urbanísticos com pretensão científica, se diferenciando de anteriores artes urbanísticas (CHOAY, 2000, p. 4). As reflexões, muitas vezes inspiradas em sentimentos *humanitários*, teciam críticas às cidades industriais, caracterizadas pela deterioração física e moral. A habitação dos proletários estava no cerne dessas discussões. Modelos de habitação coletiva foram criados, segundo certos padrões de salubridade e disposição espacial. Podemos citar a ideia de

associações-modelo do socialista utópico Robert Owen, que serviriam de alojamento padrão para os trabalhadores, onde estariam dispostos espaços coletivos (cozinhas, banheiros, enfermaria, etc), espaços verdes, lugares destinados à vigilância e o *habitat* para cada família.

Outro socialista, Charles Fourier propôs também um modelos de cidade, o Falanstério, onde um número limitado de pessoas viveriam em regime de cooperação, nos conjuntos de prédios que seriam autosuficientes (idem, p. 61-75). E devido a sua importância, não podemos deixar de mencionar o projeto influente das cidades-jardins de Ebenezer Howard, onde as preocupações com higiene e natureza deveriam ser consideradas na distribuição espacial, entre um centro comercial e administrativo, o local de habitação e uma zona agrícola, procurando reunir aspectos do campo e da cidade em um só lugar (HAROUEL, 2004, p. 125).

Apesar de suas diferenças, esses pensamentos urbanísticos tinham em comum a intenção de organizar a cidade através da dissecação de seus elementos e de suas respectivas funções: trabalho, habitação, higiene e lazer. Lefebvre chama de racionalismo tecnicista essa tendência dominante do saber em relação à cidade, que vai tentar ordenar, dar coerência a "desordem" urbana, considerada anormal, malsã: "o médico da sociedade moderna se vê como um médico do espaço social doente" (LEFEBVRE, 2001, p. 23).

Esse "racionalismo" se tornou predominante no início do século XX. Influenciados pelas ideias de Tony Garnier,¹⁶ arquitetos "racionalistas" defendiam a modernização do espaço e valorizavam o surgimento das novas tecnologias na indústria, nos transportes, como o automóvel e o avião, e nas construções dos arranha-céus. Fundaram em 1929 o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em que foi desenvolvida a Carta de Atenas (1933), como manifesto do urbanismo moderno. O urbanismo, juntamente com a arquitetura deveriam servir como "ciência dos estabelecimentos humanos" - uma "permanente ação no cotidiano e na vida" (LE CORBUSIER, 1979, p. 64). Essa carta teve como

¹⁶ O arquiteto Tony Garnier em *La cité industrielle* lança os princípios diretores e analíticos que deveriam guiar uma cidade industrial, cujas funções urbanas deveriam ser destrinchadas, os espaços verdes e vazios valorizados, os diferentes estabelecimentos (fábricas, casas, pavilhões, escolas, etc.) deveriam ser padronizados e utilizados materiais novos, como o concreto armado (CHOAY, 2000, p. 164)

principal influencia o pensamento de Charles-Edouard Jeanneret, conhecido por seu pseudônimo, Le Corbusier.

O arquiteto suíço se opunha as tendências urbanísticas que valorizavam primordialmente questões relacionadas à ornamentação, ou mesmo teorias que propunham um urbanismo "anti-urbano" ou antigo - no sentido que negava o meio urbano emergido pelos desdobramentos da industrialização. Foi crítico das ideias de Camillo Sitte, que destacava a irregularidade do espaço, e das cidades-jardins de Howard, que propunham um "reencontro" com a natureza e fuga da cidade caótica.

Para ele, as cidades medievais se desenvolveram como um "caminho das mulas", sem planejamento, de forma descontínua e irregular; construídas geralmente ao longo de um rio ou de um cruzamento de estradas moldadas por transporte de tração animal. Contra o "acaso", o arquiteto valorizou as formas geométricas, uniformes e funcionais, em oposição ao urbanismo que se preocupava apenas com a estética e apreciava a linha curva¹⁷. Como ele mesmo exprimiu: "esse sentimento moderno é um espírito de geometria, um espírito de construção e síntese" (LE CORBUSIER, 2009, p. 36).

Em seu pensamento, o urbanismo tinha como desafio ordenar as grandes cidades e traçar uma linha de conduta, de forma refletida no homem: "o Homem (o homem racional) anda em linha reta, pois ele traça seus objetivos e conduz seus atos" (idem, p. 06). As cidades deveriam ser planejadas conforme as necessidades humanas, as transformações maquinicas, a velocidade da produção, a circulação, os "espaços verdes" e a higiene. Os espaços, assim, seriam divididos e produzidos de acordo com as funções essenciais: trabalhar, habitar, cultivar o corpo e o espírito.

Le Corbusier projetou o "urbano" a partir do que considerava o cotidiano do homem urbano: os itinerários, circuitos e estabelecimentos que deveriam articular e conduzir a hora de trabalho e a hora do repouso. Em suas palavras, a arquitetura

¹⁷ Trata-se da crítica à obra de Camillo Sitte - "O movimento partiu da Alemanha, consequência de uma obra de Camillo Sitte sobre o urbanismo, obra repleta de arbitrariedade: glorificação da linha curva e demonstração especiosa de suas belezas inigualáveis" (LE CORBUSIER, 2009, p. 9)

e o urbanismo seriam dispositivos "aptos a construir o quadro sólido e gerador de saúde dos atos cotidianos" (LE CORBUSIER, 1979, p. 64). Em relação à habitação, Le Corbusier pensou as unidades habitacionais, projetadas na vertical, em blocos de prédios, de modo que ocupassem menos espaço, e permitissem maior disposição espacial para ruas, áreas verdes e esportivas (LE CORBUSIER, 1979, p. 143). Elas deveriam ser articuladas com vias internas e estradas que conduziriam seus moradores ao local de trabalho, separadas das áreas industriais e dos centros comerciais. O *habitat* é pensado de forma celular, individual e reservado, embora agrupado em um grande imóvel coletivo (prédios).

Le Corbusier chegou a formular inúmeros planos de cidade, dentre eles o Plano Voisin (Plano Vizinho) de Paris, no qual pretendia demolir diversos bairros, incluídos os de arquitetura e signos históricos, para alargar as ruas e erguer arranha-céus, parques e espaços verdes. A maioria de seus planos não foram concretizados, mas suas ideias se tornaram parte de um pensamento funcionalista, que influenciou políticas, práticas e próprio saber urbanístico e arquitetural.

Lefebvre critica esse urbanismo ao passo que reduz "a sociedade urbana à realização de algumas funções previstas e prescritas na prática da arquitetura" (LEFEBVRE, 2001, p. 42). Em sua visão, o que se produz é uma ideologia que declara como verdade as "funções" que "descreve" da cidade e trata estritamente em termos espaciais os problemas da sociedade. Aqui, o arquiteto, com domínio de seu conhecimento e técnica viraria "médico" da sociedade.

Esse urbanismo funcional concebeu o planejamento da cidade subordinado à planificação geral da indústria. A cidade "torna-se dispositivo material próprio para a organização da produção, e controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos" (LEFEBVRE, 2000, p. 76). É a concepção homogeneizante e funcional do espaço que segue o isomorfismo industrial: um espaço abstrato que nega o histórico, a natureza e as diferenças, reduzindo os dois primeiros à nostalgia e sufocando o último.

O funcionalismo atua através da simplificação das relações sociais, simplificando-as nos termos de trabalho, produção, circulação e reprodução.

Entretanto, o *urbanismo* mais do que uma representação de espaço, torna-se uma prática espacial envolvendo Estado e mercado. Com a pretensão de ser uma técnica, ou uma ciência, o urbanismo se torna uma ideologia: dissimula e oculta estratégias de classe, mascara os problemas e conflitos, acreditando compreender a prática urbana. Essa ilusão urbanística é atributo do Estado, cuja pretensão tecnocrática de planejar o espaço não contempla a multiplicidade do urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 147).

Já as empresas e os promotores imobiliários, procuram vender um *urbanismo* (o cotidiano feliz), ou estimular a especulação imobiliária, e a compra e venda de espaços. Nesse sentido, a reestruturação do mercado na sociedade burocrática do consumo dirigido insere o espaço na produção de mais valia (LEFEBVRE, 1999, p. 147). Os espaços são concebidos também como atividades de consumo - tornam-se espaços de consumo e consumo de espaços.

Apenas as coações se projetam sobre a prática, num estado de deslocação permanente. Do lado a habitação, a decupagem e a disposição da vida quotidiana, o uso maciço do automóvel (meio de transporte 'privado'), a mobilidade (aliás freiada e insuficiente), a influência dos *mass-media* separam do lugar e do território os indivíduos e os grupos (famílias, corpos organizados). A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os 'habitantes'), se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não tem mais importância (LEFEBVRE, 2001, p. 77)

Essa *ordem* urbana afeta tanto a escala da produção como da reprodução. O urbanismo técnico e institucional, na forma do Estado ou na forma da empresa, tenta controlar o urbano, que ele fragmenta em trabalho, transporte, lazer e habitação. O cotidiano é encerrado de forma monótona, em isotopias geométricas, segundo necessidades funcionalizáveis - "as necessidades são fixadas admitidas, classificadas, apenas em função de imperativos econômicos, normas e 'valores' sociais" (LEFEBVRE, 1999, p. 68).

O "urbano", ou a prática urbana, em sua multiplicidade é sufocada. Se ele é também o lugar do desejo, a ideia do *habitat* assimilada às outras funções de trabalho e lazer, são "monstruosidades dogmáticas, que ameaçam fabricar monstros a partir das larvas humanas que lhes são confiadas" (idem p. 69). São "modos de vida" normalizados, que esmagam o "vivido" em reproduções

meramente biológicas. A problemática espacial urbana conduz também a problemática do *habitar*.

Esse desejo, não está separado das necessidades, mas emerge aquém e além daquelas que são "produzidas" segundo as exigências da produção ou mesmo o controle do cotidiano (idem, p. 68). O desejo pode se encontrar em conflito ou se fundir a elas. Na visão de Lefebvre, o "ser" antropológico "jamais abandona a ambiguidade": são necessidades, desejos e imaginários assimétricos (idem, p. 69). Sobre o espaço, movimenta-se o corpo e a ação da *poiesis*: subsiste ainda a projeção do imaginário, da utopia, bem como a necessidade de uma atividade criadora, de modelagem e intervenção. A prática urbana se manifesta nos desejos/necessidades dos encontros e usos dos espaços; na própria participação e produção da obra que é a cidade.

Os desejos, presentes no urbano, extrapolam a lógica quantificável do valor de troca. A lógica do *habitat* é redutora de toda a esfera do "vivido", da memória, do imaginário, do corpo, das trajetórias e do desejo - nele o "ser" habita apenas como espécie. A morada talvez seja a primeira experiência do *habitar*, de toda essa concretude da vivência do espaço, de sua própria produção. Lefebvre diz que "o ser humano só pode habitar como poeta" (idem, p. 79). Ele faz referência à releitura existencialista de Heidegger das palavras do poeta alemão Hölderlin, "o homem habita como poeta" ¹⁸. Não se trata para o autor francês de reproduzir uma crítica nostálgica contra o espaço industrial, mas de expressar a apropriação, a atividade criadora do "ser" no seu cotidiano, e na sua morada.

Em *A Poética do Espaço*, Gaston Bachelard discorre sobre a cosmologia da casa: essa representação do "nosso canto", do nosso universo, que carregamos conosco e a vivenciamos em sua realidade e virtualidade (BACHELARD, 1993, p. 25). O livro é uma investigação fenomenológica sobre a imagem poética¹⁹ -

¹⁸ A sobre os versos do poema de Hölderlin "No azul adorável", Heidegger constrói sua ideia de que o habitar (a própria existência do homem) é poético, forma ignorada pelo cotidiano trivial - "Heidegger parte dos poemas hölderlinianos para afirmar que a existência humana se mantém de modo privilegiado pela poesia e que a ruptura com essa existência poética pode levar à decadência do homem." (COSTA, 2010, p. 189)

¹⁹ Para Bachelard, a imaginação é uma atividade que possui tanto uma função real quanto uma função irreal, igualmente positiva. A imagem poética tem uma "ser" próprio, uma ontologia que,

imagens que possuem tanto uma dimensão singular, quanto se comunicam com outras experiências, com força transubjetiva - tratando, especificamente, das imagens que envolvem o *espaço feliz (topofilia)*.

A compreensão do espaço não se desdobra a partir da sua medida (espaço geométrico), mas mediante a trajetória de poemas que ele utiliza como referências. Nesse sentido, o espaço não é capaz de sofrer mensuração: cada elemento, cada componente tem um valor onírico. A poética da casa exprime um corpo de imagens, um imaginário, composto por lembranças, apegos e afetos. Pode ser o lugar de proteção, refúgio, abrigo, sonho, devaneio ou solidão: "Já podemos ver que as imagens da casa caminham em dois sentidos: estão em nós tanto quanto estamos nelas" (BACHELARD, 1993, p. 20)

O habitar envolve a relação do ser com o possível, a "relação do 'ser' com seu próprio ser", ou seja, a produção de si no espaço. Trata-se da *poiesis*, nas maneiras de viver, das modulações da vida cotidiana, que o *urbano* engloba em sua diversidade. Nesse âmbito, os encontros e aproximações, que abrangem a vida urbana, trazem ao *habitar* a possibilidade de se constituir diferente e a necessidade de ser partícipe dessas relações. Implica em uma transfuncionalidade.

O "habitar como poeta" se torna um *continuum* de "habitar a cidade" (*urbano*): "Ele implica, antes, a liberdade de produzir diferenças (de diferir e de inventar o que difere)" (LEFEBVRE, 1999, p. 156). Há nele um âmbito de resistência, uma potência: "se não lhe é dado, como oferta e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele fabricará à sua maneira" (LEFEBVRE, 2008, p. 79).

Como o cotidiano, que guarda vestígios de poesia, o urbano e o desejo passam pelas "fissuras" do *urbanismo*. A resistência para Lefebvre é uma questão bem mais complexa (LEFEBVRE, 2000, p. 32). A representação de espaço e o espaço vivido são termos que nem sempre estão em *coerência*, podendo ocorrer inúmeras contradições e conflitos. Nesses casos, estão em relação de antagonismo. O espaço concebido, por um lado, pode operar ideologicamente

por mais singular que possa surgir, ela repercute e ressoa; se comunica com outras almas, tem uma força transubjetiva (BACHELARD, 1993, p. 2; 3).

através de um saber e subordinar os espaços de representação mediante práticas espaciais dominantes. Por outro lado, a luta pode ocorrer tanto de modo subterrâneo, quanto à céu aberto. O "vivido", de uma maneira ou de outra "escapa". Não há dominação absoluta: a resistência é um termo sempre presente na obra do filósofo francês.

Em sua produção teórica, Lefebvre não se contentou somente em fazer uma crítica das relações de controle e assujeitamento do cotidiano e do urbano, mas de fazer proposições (estratégias) para a constituição, a produção de outro urbano, este objeto que ele tomou como possível-impossível. A luta se direcionaria para uma transformação da vida cotidiana, a retomada do urbano, e a participação da cidade - do direito à cidade à revolução urbana (LEFEBVRE, 2008, p. 135)

O que importa assinalar é a constante inclusão da dimensão do conflito em seu esforço teórico. Sua crítica se direciona contra um pensamento racionalista e totalitário que tenta compreender a dinâmica urbana por um economismo, ou por um urbanismo (estatal). Para ele, esses saberes se apresentam como ideologias que mascaram os problemas e contradições urbano-sociais.

As estratégias de poder ocorrem tanto sobre a vida cotidiana sufocada pelo consumo, quanto sobre a realidade urbana asfixiada pelas representações do espaço em isotopias geométricas. No entanto, Lefebvre coloca em primeiro plano a vida urbana: o desejo, a *poiesis* do espaço e a diferença. E esses elementos não podem ser negligenciados na própria problemática da moradia e na constituição do *habitar*. Habitamos e resistimos como poetas.

2.2

A biopolítica sobre o urbano

O Urbanismo, em Lefebvre, mais do que aquilo que oculta a estratégia de classe (ideologia), se tornou uma prática espacial com atuação de diferentes atores (Estado, mercado e especialistas) que produz representações e intervém no espaço urbano seja para determinar padrões (isotopias) ou para marcar diferenças (heterotopias), hierarquizando lugares e distribuindo valor entre eles, proibindo ou

interditando. Ele atua sobre o próprio cotidiano e suas expressões urbanas: habitação, circulação, saneamento, transporte, lazer etc.

Inicialmente, podemos refletir sobre a constituição do urbanismo como *saber*, com pretensões científicas. Nesse viés, as obras *O Urbanismo* (1965) e *A Regra e o Modelo* (1980), da historiadora François Choay, são bastante interessantes, pois apontam as condições e os discursos que envolveram a emergência da disciplina do urbanismo. A organização do espaço, sua arquitetura, passavam a ser importantes para a condução de certos comportamentos, não apenas como signos de uma estética ou ostentação do poder soberano - como fora para as monarquias. Cada vez mais, tratava-se de como resolver problemas de salubridade, da proliferação de doenças, de certas condutas sexuais e da abertura de vias em cidades cada vez mais adensadas, com aglomerações de moradias precárias para a classe operária.

Com influência na literatura utópica de Thomas More, as primeiras teorias, denominadas de pré-urbanismo, projetavam um modelo de cidade ideal, uma contracidade, que levava em conta a educação, a habitação e as trocas. Os projetos de Owen ou de Fourier, por exemplo, propunham a construção econômica de prédios e estabelecimentos, considerando questões de higiene, salubridade, circulação, criação de espaços verdes, em suma: a fabricação de um ambiente que permitisse um "bem estar" melhor e, com isso, a reprodução de comportamentos mais adequados (CHOAY, 2000).²⁰

A produção de um modelo sobre a cidade continuou presente em teorias urbanísticas posteriores, já na fase do urbanismo organizado como um saber específico. A criação do protótipo, de uma contracidade, funcionou, muitas vezes, como a construção de uma "norma" do que *deveria ser* uma cidade. Choay aponta que no século XVIII se desdobrou, junto aos modelos utópicos, um discurso cientificista. Para ela, a *Teoría General de la Urbanización*, elaborada pelo

²⁰ Owen e Fourier junto com Richardson e Cabet são considerados autores do pré-urbanismo, quando lançaram a reflexão da cidade e a construção de modelos de espaços urbanos, quando ainda não existia uma disciplina ou especialização desses temas. Cf. *O Urbanismo* de Françoise Choay.

engenheiro espanhol Ildefonso Cerdà em 1867 foi um paradigma da construção de uma "ciência" urbana.

Cerdà se envolvera na feitura do Plano de Expansão em Barcelona (1885), cujas formulações para a reestruturação da cidade espanhola ele fundamentou a partir do desenvolvimento de métodos e princípios gerais sobre as aplicações urbanísticas. Para tanto, não dispensou uma análise empírica sobre a realidade urbana, mas a combinou com certos conceitos biológicos, a partir dos quais ele compreendeu o funcionamento da cidade como um organismo. Os problemas urbanos foram concebidos como patologias do espaço, sobre os quais caberia o técnico estabelecer as "técnicas de medicalização". Tratava-se de traçar a normalidade urbana com base no plano de cidade ideal, "obtido" a partir de regras científicas.

Cerdà faz da sua teoria uma composição entre modelos e regras para a solução urbana, isto é, a constituição de "espaços sãos". Essa combinação esteve presente em outras teorias urbanísticas, como no culturalista Camillo Sitte ou no funcionalista Le Corbusier. Este chegou a pensar uma "biologia" da cidade, elaborando modelos de estabelecimentos urbanos ou princípios do urbanismo moderno²¹.

De acordo com a historiadora, esses dois tipos textuais - a utopia e a norma médica-científica - foram importantes para a produção de um "verdade" urbanística (CHOAY, 1985, p. 280). O que interessa ressaltar no estudo de Choay é que o *urbanismo* como disciplina se desenvolveu em apoio as outras teorias e ciências físicas, em conjunto com suas aplicações técnicas: medicalização do

²¹ Le Corbusier elaborou uma "biologia" das cidades. Pensou a cidade radiocêntrica - o centro de Paris, por exemplo - como cérebro onde ocorreriam as trocas e se reuniriam estabelecimentos comerciais, administrativos e de conhecimento (os escritórios e faculdades). A cidade industrial linear seria desenvolvida a partir de "fábricas verdes" - contornadas de cinturões verdes e de "perspectivas paisagísticas - onde seriam articulados os circuitos das matérias-primas e produtos; e os circuitos dos operários - desde vias de acesso aos diferentes locais de trabalho (sala de ponto, vestuário, etc.), até estradas direcionadas para os locais de habitação. As ruas e estradas serviriam como artérias que ligariam o lugar do trabalho, ao lugar da moradia e por onde ocorreriam os transportes de produtos e mercadorias. Unidades habitacionais, pensadas como células, deveriam ser projetadas na vertical, em blocos de prédios, de modo que ocupem menos espaço, e permitem maior disposição espacial de vias, de áreas verdes, esportivas e de jardinagem (LE CORBUSIER, 1979, p. 143).

conhecimento e das práticas sociais, além da disciplinarização (CHOAY, 1985, p. 252).

Para desenvolver sua obra, a historiadora se apoiou no esforço teórico de Michel Foucault. Especificamente, em *A regra e o modelo*, sua análise arqueológica apontava que a generalização de procedimentos médicos e das práticas disciplinares exerciam influência sobre a organização do espaço. Esses mecanismos proliferavam a partir do século XVIII, temas que o filósofo francês abordou em suas obras como *O Nascimento da Clínica* (1963)²² e *Vigiar e Punir* (1975).

A própria arqueologia foi um método que Foucault adotou para seus primeiros estudos sobre a produção de saber - especialmente o científico. Trata-se de analisar os discursos não como objetos, mas como práticas temporais e descontínuas. A formação dessas práticas discursivas se relaciona a uma rede de atos, não-discursivos também (como o hospital, a família, a escola etc.), e sua inteligibilidade depende de "regras que regem essas práticas", sendo tarefa do arqueólogo descrever essa positividade histórica dos discursos (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 114).

Em *Arqueologia do Saber* (1969), afirma Foucault:

"Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; **é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios que se pode falar no discurso** psiquiátrico); um saber é também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (nesse sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); um saber também é um campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos e outras práticas que não são discursivas" (FOUCAULT, 2013, p. 219-220, grifo nosso).

²² Em *O Nascimento da Clínica* (1963), Foucault aponta que as "ciências humanas", em vias de constituição, foram marcadas pelo procedimento médico, em que se operavam os elementos normal e patológico. Choay menciona que no plano urbano, o espaço foi submetido ao olho clínico, onde seriam necessárias técnicas de medicalização (CHOAY, 1985, p. 255)

Na década de 1970, Foucault passa a analisar a produção de *saber* não mais a partir unicamente das formações discursivas e suas regras de distribuição, mas através do próprio funcionamento do poder. Ele desloca sua pesquisa arqueológica, para um estudo genealógico. O que passa a interessar não é mais a investigação das possibilidades de emergência, das condições de validade, que permitiriam a formação de determinados enunciados e sistemas cognitivos, mas os estudos dos procedimentos e aparelhos verificação (os regimes de verdade), onde as práticas discursivas se inserem (FOUCAULT, 2010a).

A genealogia trata de compreender a inteligibilidade histórica a partir do campo de forças, das fissuras, das intensidades e descontinuidades das lutas e estratégias: "é o próprio corpo do devir" (FOUCAULT, 2010a, p. 70). Não há para o teórico uma exterioridade entre saber e o poder: embora específicas, as práticas de poder se articulam com técnicas de saber, como a ciência foi para o ocidente. Quando Foucault estudou a loucura, a sexualidade ou a delinquência, procurou investigá-las não como coisas pré-dadas, mas como coisas produzidas: quais práticas, quais mecanismos institucionais, quais regimes de verdade transformaram algo que não existia em uma coisa, que não é ilusória, mas se inscreve no real (FOUCAULT, 2008a, p. 27). Trata-se, então, de analisar não a intenção, mas os atos externos, os mecanismos de poder, suas tecnologias.

Foucault não chegou a desenvolver um estudo específico sobre o urbano, mas suas reflexões atravessaram esse tema. Por elas, depreende-se que a cidade foi muitas vezes o laboratório de discursos, de técnicas, regimes de verdade e procedimentos de poder. No curso *Segurança, Território e População* (1977-78), Foucault demonstra que três mecanismos atuaram na organização do espaço: o mecanismo *jurídico-legal* da soberania, o *disciplinar* e o da *segurança*.

No século XVIII, cidade colocava uma série de problemas jurídicos, administrativos e econômicos. Diferente das relações do campo, as cidades se formaram a partir de uma especificidade jurídico-administrativa, encerrada dentro de um espaço delimitado por muralhas, com uma heterogeneidade social e econômica. Essas características cada vez mais se contrapunham ao crescimento comercial, ao aumento da demografia urbana e ao desenvolvimento dos Estados administrativos: "E, em linhas gerais, era precisamente desse desencravamento

espacial, jurídico, administrativo, econômico da cidade que se tratava no século XVIII" (FOUCAULT, 2008b, p. 17).

Observa-se, nesse período, o aperfeiçoamento e a concentração do aparato administrativo centralizado.²³ A manutenção dos Estados girava em torno do edifício da soberania: como manter e expandir seu território e como fazer os súditos obedecerem à lei, foram questões que marcaram esse mecanismo poder.

O espaço será pensado nos termos de territórios; e a cidade, a partir na noção de capital, isto é, no registro das relações entre soberania e território. Como ilustração, Foucault cita um escrito produzido em meados do século XVII de Alexandre Le Maître, chamado *La Métropolitée*. Este projeta de forma utópica as funções da capital com o centro das leis, do conhecimento, da administração, da moralidade e do ornamento da soberania. A construção do espaço capitalizado envolvia os problemas da eficácia da soberania, ou seja, de como controlar a circulação política e comercial, a obediência ao soberano e o crescimento das forças do Estado (FOUCAULT, 2008b, p. 19-20).

A cidade foi objeto também de outra racionalidade, não mais nos termos globais do território, mas no sentido de uma arquitetura espacial. Foucault discorre sobre pequenas cidades europeias, como Richelieu na França, ou de Gotemburgo na Suécia, que foram, artificialmente, planejadas e construídas com base na ideia do acampamento romano, onde o espaço foi esquadrinhado e dividido em retângulos, não completamente simétricos conforme a distribuição de seus elementos (moradia, comércio, Igreja, etc.). Esses são exemplos de cidades disciplinares: criadas conforme um módulo arquitetônico, uma figura geométrica, elas se edificaram a partir de um espaço "vazio" sobre o qual serão dispostas suas multiplicidades artificialmente criadas (lugar da moradia, do comércio, dos edifícios administrativos, etc), objetivando a funcionalização e hierarquização da

²³ Nessa época, o problema do governo está atrelado à emergência da "razão de Estado", que para Foucault é mais do que um imperativo conceitual: é toda uma engenharia ou uma arte de governo, uma "racionalidade segundo o qual o príncipe deve exercer sua soberania sobre os homens" (FOUCAULT, 2008b, p. 491). À razão de Estado, não se pretendia um poder imperial; os Estados buscavam sua sobrevivência perante os outros e desenvolver suas forças internas, sobre o território e a população. O objetivo último era, então, a própria manutenção e crescimento da força do Estado internamente e no âmbito interestatal - ultrapassava-se o interesse primordial de um governo justo e correto, com base em leis naturais e gerais, como fora na Idade Média.

distribuição espacial (FOUCAULT, 2008b, p. 23).

Vale mencionar que no século XVII e XVIII houve uma generalização de dispositivos disciplinares em instituições como as escolas, o exército, nas instituições carcerárias, hospitais e fábricas. Em certa medida, elas foram uma resposta a dois processos que marcaram esse período: a expansão demográfica, com intensos fluxos de pessoas e o crescimento do aparelho de produção mais complexo e extenso (FOUCAULT, 187, p. 180). Essa tecnologia se apoiava mais sobre os corpos dos indivíduos, do que sobre a terra e a exploração de riqueza.

Sua organização levava em conta a utilidade e eficiência dos aparelhos e procedimentos estabelecidos: toda uma economia de poder que pensava o potencial das forças dominadas (em termos de utilidade e obediência) e o crescimento das dominantes. Ela atua a partir da multiplicidade de indivíduos, sobre seus corpos, disciplinando-os, tornando-os "corpos dóceis". Isso ocorre mediante a distribuição dos corpos sobre um espaço, do controle das atividades (horários e gestos), todo um sistema de coerção (corretiva e recompensatória) e vigilância constante sobre os hábitos e comportamentos.

De forma resumida, a disciplina funciona a partir da decomposição dos elementos (indivíduos, lugares, tempo e gestos), de sua classificação, coordenação e de procedimentos de adequação. Seu objetivo será a ordenação das multiplicidades. Seu material de base vai consistir em uma diversidade de regulamentos, decretos e relatórios onde serão prescrito as condutas e gestos permitidos ou obrigatório. Trata-se da produção de uma normalização que procede de forma diferente da codificação da lei: a norma na disciplina atua mais como um "contradireito" operando de forma específica, classificando e hierarquizando indivíduos: "Elas tem o papel preciso de introduzir assimetrias insuperáveis e de excluir reciprocidades" (FOUCAULT, 1987, p. 183).

No curso *Os Anormais* (1974), Foucault esclarece que a norma não se restringe ao papel de interdição; ela carrega um âmbito positivo de intervenção e transformação: mediante a construção de "enunciados verdadeiros fabrica certas fronteiras, certos binômios ("normal e patológico", "doentes e sãos", o "perigoso e o inofensivo"), sobre os quais operam diversos mecanismos de individualização -

"individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar as exclusões (asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, os hospitais e etc.)" (FOUCAULT, 2010b, p. 165).

O mecanismo disciplinar organiza o espaço de forma analítica e individualizante: "importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um e apreciá-lo" (idem, p. 123). Nesse contexto, não se tratava de pensar a cidade inserida em um espaço global, mas a partir de seus elementos menores (a disposição espacial dos corpos e dos estabelecimentos).

O recorte do espaço, sua arquitetura, deveriam levar em conta a eficiência, a vigilância e distribuição dos corpos, que permitiriam a articulação e o isolamento conforme as atividades programadas: são espaços complexos, funcionalizáveis e hierárquicos. As contradições dos pré-urbanistas guardavam aspectos dos espaços disciplinar. A classificação dos espaços urbanos, suas hierarquização, distribuição de funções fazem parte da produção de uma normalização espacial urbana.

Mais do que uma maneira de projetar a cidade, as técnicas disciplinares também interferiram na vida urbana através de diferentes dispositivos que articularam a partir da arquitetura do espaço o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço. Um exemplo específico foram as construções das Vilas Operárias, no século XIX, que não tinham apenas a intenção de possibilitar moradias mais salubre aos operários - em contraponto às aglomerações das habitações em cortiços e pequenos quartos no centro das cidades - como também de estabelecer melhor controle sobre o trabalhador.

Foucault aponta, em *Vigiar e Punir* (1975) que no século XVIII houve um movimento de generalização das técnicas disciplinares: para além de instituições cerradas - a prisão, a escola, o hospital e a fábrica - os mecanismos disciplinares tenderam a se difundir através do corpo social e da cidade (FOUCAULT, 1987, p

173)²⁴. Como exemplo, pode-se citar o poder de polícia (que nessa época tinha um sentido que conhecemos como administração) desenvolvido a partir do século XVII, que tinha como função intervir em uma série de problemas relativos à troca e à coexistência densa (saúde, alimentação, circulação, segurança, etc), mediante toda uma atividade regulamentar (decreto, proibição, instrução). Eram objetos tipicamente urbanos, alvos de uma disciplinarização geral (estatal), de regulamentação geral de suas práticas (FOUCAULT, 2008b, p. 458)²⁵.

Foucault demonstra que, no século XVIII, algumas cidades em expansão comercial foram alvo de outro estilo de urbanização. Ele recorre ao exemplo de Nantes, uma cidade em desenvolvimento econômico, que colocava certos problemas: potencialização das trocas comerciais, no interior da cidade e com o entorno rural; as questões de higiene e arejamento contra a proliferação de miasmas mórbidos nos bairros demasiadamente apertados; e a vigilância de ruas, onde se intensificavam os afluxos de pessoas, tendo em vista a supressão das muralhas.

O projeto de urbanização da cidade, elaborado por Vigné de Vigne, consistia em abrir eixos que atravessam a cidade, ruas largas para o arejamento e circulação de mercadorias, as quais deveriam se conectar com estradas externas, além da construção de um porto (FOUCAULT, 2008b, p. 24). O que Foucault ressalta nesse exemplo é o deslocamento de uma técnica disciplinar, que trabalhava com a construção de espaço vazio e artificial para a de uma urbanização real, que passa a lidar com uma série de dados existentes (rios, topografia, aglomerações, etc.). Ele chama de mecanismo de segurança os dispositivos que vão intervir em um espaço dado, de modo a potencializar ou despotencializar certos efeitos (roubos, doenças, epidemias, escassez etc.).

²⁴ Em *Vigiar e Punir*, Foucault descreve duas imagens da disciplina: a disciplina-bloco construída a partir de instituições fechadas; e o panoptismo, ou disciplina-mecanismo, como dispositivo de vigilância generalizada. Foucault se reporta ao Panóptico, um modelo e arquitetura de encarceramento, pelo qual J. Bentham desenvolveu um diagrama de poder, que estabelece uma vigilância contínua, incorpórea, produtiva e econômica. Através dessa física benthamiana, realizou-se para o filósofo a generalização disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 173)

²⁵ O poder de polícia nessa época tinha um sentido diferente ao da época atual. A partir de manuais alemães e italianos, Foucault analisa a produção de técnicas e procedimentos de intervenção do Estado em uma série de domínios e procedimentos: conhecer o número da população, as necessidades imediatas (alimentação e produção agrícola), a saúde, o trabalho, a circulação (de mercadorias, monetárias, fluxo dos homens, etc.) a segurança do território, a educação e o urbanismo (FOUCAULT, 2012a, p. 370-374)

Não se trata de buscar uma cidade ideal: "a cidade não vai ser concebida nem em função de uma percepção estática que garantiria a perfeição da função, mas vai se abrir para o futuro (...) levar em conta o que pode acontecer" (FOUCAULT, 2008b, p. 26). Outra característica desses dispositivos é que eles trabalham com elementos marcados pela polifuncionalidade (a rua será o lugar das revoltas, do comércio, do foco de doenças, etc). Probabilidade, futuro, polifuncionalidade, "naturalidade" e circulação: são componentes que orbitam nos dispositivos de segurança urbanos do século XVIII.

Diferente da soberania, que lida com o espaço em termos territoriais, ou da disciplina que o arquiteta, a segurança trabalha o espaço pela noção de "meio": como um conjunto de elementos naturais, onde circulam uma série de elementos e acontecimentos naturais, de causas e efeitos, produzidas por uma multiplicidade de indivíduos (FOUCAULT, 2008b, p. 24):

"Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam e planejam o meio (...) O meio é um conjunto de dados naturais, rios pântanos e morros, é conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casa, etc. O meio é certo número de efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento **circular** dos efeitos e das causas, já o que é o efeito de um lado é a causa de outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente (...) E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direitos de ações voluntárias - o que acontecia no caso da soberania - em vez de atingí-los como uma multiplicidade de organismo, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai se procurar atingir, precisamente, a **população**. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e só existem profunda, essencial e biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. **O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos do tipo quase natural que se produzem ao redor deles**" (FOUCAULT, 2008b, p. 28, grifo nosso).

A segurança atua por mecanismos reguladores e corretivos, para intervir nos acontecimentos, nos elementos possíveis, em uma série de fatores a serem regulados. Trata-se de como permitir que os fenômenos ocorram, que as coisas circulem, sem que esse deslocamento ou dispersão traga algum perigo ou insegurança (FOUCAULT, 2008b, p.85). Essa interferência no meio não ocorre conforme os procedimentos de normalização da disciplina. A norma da segurança será uma resultante de um parâmetro de normalidade, identificável através das variáveis de uma realidade. O "normal" será traçado com base na "curva da

normalidade”, ou seja: “a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidades funcionarem umas em relações às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às mais favoráveis” (FOUCAULT, 2008b, p. 82).

Não se está diante da intervenção corretiva de um corpo individualizado, mas de técnicas que regulam, medem, equilibram e compensam fenômenos globais, operando de forma massificada sobre um corpo mais amplo (população), que leva em consideração os homens enquanto “seres vivos” (FOUCAULT, 2010a, p. 207.). Foucault aponta que no século XVIII, a população surge como sujeito-objeto dos mecanismos de segurança. Ela passa a ser considerada pela sua multiplicidade, a partir da ideia de homem biológico, da insipiente noção de espécie humana. Pela própria técnica das estatísticas, ela foi identificada por específicas regularidades: sua mortalidade, sua taxa de nascimento, sua densidade demográfica, toda uma variável baseada em certos fenômenos naturais, próprios a ela.²⁶

No funcionamento do poder isso não se traduziu estritamente em como “fazer” que ocorra a obediência à norma, ou melhor, que os indivíduos não se “mexam”, ou situações não aconteçam (mecanismos da soberania): “na verdade as variáveis de que depende a população fazem com que ela escape consideravelmente da ação voluntarista do soberano na forma da lei” (idem, p. 93). Para Foucault, a emergência da população como objeto biopolítico coloca outros problemas, não apenas da ordem da obediência, mas da ordem do *governo*, de como conduzir a conduta dos homens, que possuem realidades próprias (necessidades e desejos). Nessa dinâmica, os dispositivos de segurança não tinham como pretensão nem proibir, nem adestrar certa prática ou indivíduo; mas anular, frear ou regular determinada realidade (FOUCAULT, 2008b, p. 61)²⁷.

²⁶ Foucault assinala que foi a partir da noção de população como fenômeno/realidade própria, quando esta se torna um correlato do poder e objeto de saber (seja da biologia, seja da economia política). Nesses termos, o homem passa de sujeito de direito, como é para a soberania, para uma espécie, um ser vivo. (FOUCAULT, 2008b, p. 103)

²⁷ Foucault demonstra que a partir do século XVIII, primeiro com os fisiocratas e depois com os economistas, vai surgir uma outra racionalidade sobre os acontecimentos: o problema do governo não será mais como aumentar as forças do Estado, como na arte de governar mercantil, mas se será útil ou não determinada intervenção. Como respeitar a natureza dos objetos da

A cidade foi inserida nesta outra "física" do poder. Para Foucault, a inversão da cidade como problema primeiro, em detrimento do território foi um fenômeno característico da passagem do século XVIII ao XIX, ao qual foi preciso responder com novos mecanismos (FOUCAULT, 2008b, p. 84). O problema girava em torno de como governar a cidade, esse lugar de revolta, de heterogeneidade social, do comércio, de doenças. A higiene ou a medicalização do espaço sobre os quais Françoise Choay comenta são signos dessa mudança, que passa a compreender a realidade a partir das noções de naturalidade, do homem (ou população) como um ser vivo ou de fenômenos próprio a ela.

Foucault observa que nessas inversões, nesses deslocamentos, houve toda uma proliferação de tecnologias políticas sobre "espaços de existência": o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar, de morar e outras tantas condições de vida. Mediante os dispositivos de segurança, cada vez mais o poder assumiu a tarefa de gerir a vida: mortalidade, saúde, longevidade e nascimentos. Tratava-se da emergência de uma biopolítica, de um poder que levava cada vez mais em consideração um "fazer viver" - ocorria "a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder - no campo das técnicas políticas" (FOUCAULT, 2013, p. 154). Começaram a surgir inúmeras instituições de assistência, de seguro e de previdência. O saber e procedimentos médicos ganhavam outros contornos, pela higiene pública e pelos problemas sociais da medicalização da população.

Foucault não coloca as discontinuidades das tecnologias de poder em forma de progressão: primeiro viria o mecanismo da lei para a soberania, depois a tecnologia disciplinar moderna, e por fim o biopoder. Em suas palavras, trata-se

governamentalidade? Trata-se de outra economia do poder – “uma ratio governamental autolimitativa” (FOUCAULT, 2008a, 22). A economia política levava em consideração "certa medida" para a arte de governar, o que lhe seria suficiente. Esse saber se pautava sobre a análise da natureza dos eventos, e a partir dela discernir a prática governamental. O governo não deveria ignorar essa circulação, essas variáveis de acontecimentos, mas deixar passar – “laissez faire”. Nesse horizonte, nesse sentido de liberdade, liberdade de circulação, se situa a arte de governar liberal (idem, p. 64). Nesse momento, a economia, ou melhor, o mercado pela economia política (nos seus mecanismos de preço), emerge como um regime de verdade para a arte de governar liberal, como fora a razão de Estado no século XVI e XVII. Desse modo, foram mecanismos de "um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar apoiando-se na liberdade de cada um" (FOUCAULT, 2008b, p. 64). Observa-se, que nessa arte de governar a liberdade foi produzida juntamente com a segurança - "É preciso produzir de forma segura" (MENDES, 2012, p. 32).

de "edifícios complexos" onde as técnicas se aperfeiçoam e se complicam: "o que vai mudar é o sistema de correlação entre os mecanismo jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança" (FOUCAULT, 200b, p. 11).

Entretanto, a mudança que Foucault quer assinalar, entre os séculos XVII e XVIII, trata do relativo deslocamento das relações de poder e da produção de saber que passam a centrar cada vez mais na vida: "A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão da vida" (FOUCAULT, 2013, p. 152).

Existe, nesse período, uma série de fatores históricos, desde a industrialização ao aumento demográfico, que colocaram em questão o aumento das forças produtivas e a circulação (ou liberação) de certos processos (por exemplo, a formação de preços e a produção de alimentos). Junto aos problemas de crescimento e expansão da produção industrial, estava a questão do próprio governo da vida no desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT, 2010a, p. 152)

Tanto a administração dos corpos, quanto a gestão da vida são economias de poder que operam no nível dos detalhes, dos espaços de existência, como em sua generalização, no nível da massa. Essa ação calculista sobre a vida escapa, de certa maneira, da "velha mecânica da soberania" (a fórmula do gládio) (FOUCAULT, 2010a, p. 2010). No curso *Em defesa da sociedade* (1976) e na obra *A vontade de saber* (o primeiro livro da sequência *A história da sexualidade* - 1976), o filósofo discorre sobre o deslocamento dos mecanismos de poder, antes baseados na racionalidade do poder soberano, no direito de deixar viver e fazer morrer, para a partir do século XVII se encarregarem cada vez mais dos corpos, pelo poder disciplinar, e depois da população, pelo biopoder.

Esse "poder sobre a vida" funcionou em duas vertentes: de um lado pelas técnicas disciplinares sobre um corpo-máquina, isto é, "a anatomo-política do corpo humano"; de outro, por dispositivos reguladores (ou de segurança), no sentido de uma biopolítica da população, tida como corpo-espécie (FOUCAULT, 2013, p. 151). Ambas tecnologias agiram, cada uma a sua maneira, sobre os "espaços de existência" (o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar, de morar

etc).

Assim, elas foram aplicadas de forma difusa (na família, na medicina, nas escolas, na polícia, na administração de coletividades) e intervieram também sobre processos econômicos, potencializando e expansão das forças de produção, sem deixar que essas forças não se sujeitem, que seus corpos sejam "docilizados", hierarquizando e criando hegemonias no corpo social - distribuindo uma valoração e utilidade da vida.

A normalização, então, aparece como efeito de um poder que se encarrega cada vez mais da vida e, complementaríamos, da *vida urbana*. A norma aqui não opera como a lei que, de forma geral e abstrata proíbe e exige obediência. Ao contrário, essa "velha mecânica da soberania", a lei, vai funcionar cada vez mais como norma, isto é, aplicar ou legitimar assimetrias e distribuições. A imersão do poder nos espaços de existência se desenvolveu mediante o jogo duplo dessas tecnologias (disciplinar e biopolítica) e a "norma" foi o elemento que circulou entre elas: "A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação" (FOUCAULT, 2010a. p. 213).

Mais do que restringir ou interditar, a norma opera, assim, de forma positiva, a mais e a menos do sistema jurídico: hierarquiza, valoriza, atua e produz a cesura entre o normal e o anormal, seja no nível do corpo, seja no nível da população. Se nos últimos séculos houve uma produção "ruidosa e crescente" de leis e códigos, isso foi, para Foucault, um efeito regressivo de "formas que tornam aceitáveis um poder normalizador" (FOUCAULT, 2013b. p. 157):

Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funcione cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos.) cujas funções são sobretudo reguladoras (FOUCAULT, 2013b. p. 157).

A própria cidade aparece na obra de Foucault como objeto desses "edifícios complexos". Governo da população, disciplina dos corpos e obediência à lei foram problemas da órbita da própria vida urbana. De um lado, os dispositivos de segurança e disciplinares foram, segundo o autor, uma resposta a todo o problema que a cidade colocava à soberania - esse lugar caracterizado pela coexistência

densa, diversidade, liberdade e pelo governo de si: "No fundo foi necessário reconciliar a cidade com a legitimidade da soberania" (FOUCAULT, 2008b, p. 84).

Aqui percebemos os efeitos de um processo histórico que resultou na governamentalização do Estado - quando este não se encarrega apenas de aumentar suas forças territoriais e monetárias (razão de Estado) mas se debruça cada vez mais sobre a vida, o governo da população (FOUCAULT, 2008b, p. 146). De outro lado, ela foi objeto da articulação entre mecanismo disciplinar e mecanismo de segurança. No curso *Em Defesa da Sociedade* (1976), isso se torna mais claro:

"(...) examinem, se quiserem, o problema da cidade, ou, mas precisamente, essa disposição espacial pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade realidade utópica, tal como não só a sonharam mas a constituíram efetivamente no século XIX. Examinem algo como a cidade operária. A cidade operária, tal como existe no século XIX, o que é? Vê-se muito bem como ela se articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadricula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte por indivíduos, em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária. E depois vocês tem uma série de mecanismos que são ao contrário, mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao habitat, à locação do habitat e, eventualmente, à sua compra. Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população, pressões que a própria organização da cidade exercem sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc." (FOUCAULT, 2010a., p. 211).

Nesse exemplo, percebemos que sobre a cidade os mecanismos disciplinares e os mecanismos biopolíticos produziram também normalizações sobre a vida urbana. A própria habitação, não por acaso, foi um elemento-alvo das duas tecnologias. Vemos aqui a construção de uma arquitetura disciplinar (cada família em sua casa, e cada membro em um cômodo) como técnicas reguladoras que atuam não só no campo da saúde pública, como no próprio campo econômico (poupança, seguro, financiamento, etc.). São procedimentos sobre o *habitat* que procuram conduzir a uma determinada prática de *habitar a cidade*.

Como afirma Foucault: "O exercício do poder consiste em 'conduzir

condutas' e em ordenar uma probabilidade" (FOUCAULT, 1995, p. 244). Aqui o poder opera mais na ordem do governo, em sentido amplo, do que do enfrentamento. Desse modo, podemos afirmar que a produção de espaço moderno envolve também a condução de modos de vida (subjetividade). Portanto, o urbanismo como prática não funciona apenas nos termos de ideologia (oculta a estratégia de classe), ou nas escalas da produção; mas *atua de forma positiva*, no registro do governo, entre técnicas de poder-saber sobre os "espaços de existência". Um dispositivo, assim por dizer, que circula e se reproduz nas redes do urbano, de forma complexa e difusa; que se insere cada vez mais nos circuitos biopolíticos do poder, os quais devêm dominantes no século XX. Trata-se de toda uma miríade de procedimentos que, à margem ou ao lado da lei, operam nessa produção da normalização do espaço junto ao governo da vida.

A Favela como produção do espaço e as remoções: a biopolítica urbana e o habitar dos moradores

O processo duplo entre urbanização e industrialização ocorreu de modo relativamente diferente nas cidades de antigas colônias europeias. No Brasil, a incipiente formação urbano-industrial dos núcleos urbanos esteve assimilada à então composição escravocrata e oligárquica nas estruturas do regime monárquico. Somente em meados do século seguinte o país deixaria de ser considerado agrário, e o tecido urbano "explodiria" de forma intensiva. Grandes metrópoles se estabeleceram e processos de "periferização" e segregação também foram desdobrados (ABREU, 2008).

"Batizadas" pelo nome de uma planta, as favelas emergiram "tímidas" na paisagem urbana do final do século XIX, para cada vez mais ganhar destaque ao longo do século XX. Consideradas remanescentes das ocupações dos soldados de canudos ou de antigos moradores dos cortiços demolidos, o crescimento das favelas ganhou outras explicações e fatores, com a chegada de imigrantes nas décadas de 1940 e 1950 e o déficit de habitação. Lugar de sambistas, de malandros e de capoeiras, passou a ser também das escolas de samba, dos bailes *funks* e dos traficantes (ABREU, 2008).

Muitas imagens culturais, sociais e urbanas são relacionadas às favelas. Nesse trabalho, porém, atentaremos a ela como um espaço urbano produzido, não no sentido mecânico de uma ocupação de terra, mas a partir de um feixe de relações, representações, discursos e práticas de poder e resistência que a constituíram, a partir do final do séc. XIX. E por esse caminho, cujo aporte teórico já foi visto em Lefebvre e Foucault, tentaremos compreender o processo de remoção, os elementos que o compõe e o que faz com que as favelas sejam objetos dessas práticas.

Se tomarmos a remoção em si, como um ato isolado,²⁸ podemos compreendê-la como um mecanismo de soberania: o Estado determina a retirada dos moradores e move esforços para executá-la. No entanto, as remoções não foram práticas que se procederam conforme a fórmula restrita do gládio: estiveram atreladas a normalizações do espaço, a discursos e políticas sobre habitação e a outros mecanismo mais "subterrâneos", que interferiram diretamente no espaço e nas dinâmicas urbanas da favela. Elas são compostas de ações inseridas nas relações de poder da gestão urbana.

Nesse capítulo, portanto, pretendemos analisar, a partir das práticas e dos discursos (do funcionamento extrínseco do poder), como as remoções são possíveis em um contexto urbano. Tomamos como referência a imagem foucaultinana do "edifício complexo" de relações de poder, que, por sua vez, não escondem algumas linhas de predominância. Para tanto, se recorrerá a alguns textos históricos e sociológicos como suporte dessa análise. Não há aqui pretensão de realizar uma revisão histórica, produzida e revista diversas vezes em interessantes produções teóricas; mas, a partir delas, de observar o que tornou possível as ações remocionistas contra as favelas e quais diferenças/características marcam o tempo presente.

O contexto urbano atual do Rio de Janeiro é tecido por diferentes operações urbanas, dispersas na cidade, mas simultâneas ao período dos preparativos de dois importantes eventos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Durante esse período, as práticas remocionistas se aceleraram, instaurando um novo ciclo, em que coexistem, também, diversos dispositivos legais que garantem e protegem o direito à moradia.

²⁸ Para a ONU, a remoção forçada pode ser definida como a retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das casas e/ou da terra que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção dos direitos dos envolvidos e busca de soluções apropriadas. (Cf. Observação Geral nº 04 e 07, do Comitê de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais – ONU). Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/PAGINA2-1-dir-econ.html>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2015. Por outro lado, no presente trabalho, interessa-nos problematizar a remoção forçada, não a partir de um suposto livre-arbítrio dos moradores envolvidos, mas através de um feixe de relações que se estabelece no território no momento da tentativa de remoção. Nosso foco são as condições pela quais se exerce um poder de decisão e não propriamente a decisão em si.

Entender que as remoções são efetuadas por outros mecanismos de poder, e não apenas a partir do quadro jurídico da soberania, é a pretensão desse capítulo. Com efeito, não nos restringiremos exclusivamente à visão urbano-legal, que, em breve síntese, trata das favelas como espaços de exclusão da população que não acessou uma moradia conforme os procedimentos formais. Na parte final, daremos destaque ao espaço vivido das favelas, as ações dos moradores que produziram esse espaço, a partir de necessidades e desejos de habitar a cidade. As favelas, portanto, são efeitos de uma trama cotidiana entre resistência e poder no governo urbano.

3.1

A constituição de um “problema”: favelas, disciplinas e biopoder

A "favela como problema" é uma expressão utilizada por Lícia do Prado Valladares em seu livro *A invenção da favela, do mito de origem a favela.com* (2005), para designar a condição que a favela passava a ser inserida no debate público e institucional sobre a cidade, no início do século XX. No segundo decênio, a favela se tornara um conceito genérico para tratar de uma categoria de habitação dos pobres, com construções precárias, anti-higiênicas, geralmente estabelecidas sobre os morros (VALLADARES, 2005).

A "favela como problema" esteve presente em diferentes momentos políticos e históricos, envolvendo remoções e a aplicação de políticas habitacionais. Pretende-se, então, analisar alguns discursos e políticas urbanas efetuadas mediante dispositivos disciplinares e biopolíticos.

No início do século XX, a utilização do termo "favela" passou a designar uma representação de espaço, associada à história de Canudos e imbuída de uma visão exótica - um *outro* espaço na cidade, marcado por uma disposição "rudimentar", pela ausência das instituições públicas e um *habitat* de pessoas perigosas, de ociosos, de hábitos imorais (VALLADARES, 2005). "O que fazer com a favela?" era uma preocupação que rondava engenheiros e médicos que ocupavam gabinetes públicos.

Havia nessa época o entendimento de que o meio ambiente era uma fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos: "as favelas seriam elementos que tanto se opunham à racionalidade técnica quanto à regulação da cidade. Acabar com elas seria uma consequência natural" (VALLADARES, 2005, p. 41). No início da década de 1920, inúmeras pessoas já haviam sido removidas em razão do projeto de embelezamento e higienização de várias favelas, como parte dos preparativos para comemoração do Centenário da República, que resultou também no desmonte do Morro Castelo (1921), onde viviam cerca de cinco mil famílias (GONÇALVES, 2013, p. 85).

Nota-se aqui que um dos argumentos predominantes para a remoção da favela atravessava o campo biopolítico (higiene) e tinha como questão a própria saúde coletiva da cidade (VALLADARES, 2005). Esse discurso esteve presente também no plano urbanístico de 1927, conhecido como Plano Agache - escrito por Alfred Agache, arquiteto francês que fora contratado pela Prefeitura do Rio, sob o governo de Mattos Pimenta. Agache também previu a erradicação das alvenarias erguidas ao longo dos morros, mas acompanhada da construção de vilas-jardins operárias, como uma "etapa de educação" para "preparar para uma vida mais normal" (VALLADARES, 2005, p. 49).²⁹ A favela aparecia como um espaço a ser corrigido e as vilas operárias serviriam para disciplinar os favelados. A habitação adquiria, então, uma função normalizadora disciplinar.³⁰

O plano não foi implementado na gestão posterior exercida durante o governo de Getúlio Vargas, mas o discurso da higiene e da "educação" permaneceu influente em uma das políticas habitacionais implementadas por Henrique Dodsworth na década de 1940: a construção de Parques Proletários. Nessa época, a preocupação sobre a moradia estava atrelada à figura do "trabalhador" - característica da política varguista. Os Parques não tinham apenas um objetivo habitacional, mas exerciam também uma função pedagógica ao

²⁹ Segundo Mauricio de Abreu, "O Plano Agache pretendia ordenar e embelezar a cidade segundo critérios funcionais e de estratificação do espaço (ABREU, 2006, p. 86)

³⁰ Como aponta Valladares, havia entre engenheiros e médicos que ocupavam gabinetes públicos, o entendimento que o meio ambiente era uma fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos - as favelas seriam elementos que tanto se opunham à racionalidade técnica quanto à regulação da cidade" (VALLADARES, 2005, p. 41)

trabalhador e sua família: "a integração posterior dos habitantes à vida urbana (VALLADARES, 2005, p. 62).

Inicialmente, de caráter provisório, as famílias eram remanejadas para casas de madeira até que as favelas, onde moravam, fossem devidamente urbanizadas (GONÇALVES, 2013). Os parques consistiam em um espaço disciplinar, com um posto policial no interior, limite de horário de chegada, serviços de auto falante, ou seja, todo um sistema de vigilância interna (GONÇALVES, 2013). Contudo, nem um por cento da pretensão inicial de afetar 100 mil moradores foi atingida, ou mesmo realizada a urbanização almejada e os Parques implantados acabaram se tornando favelas.

A penetração de um discurso biopolítico e disciplinar no incipiente quadro jurídico referente ao urbano pode ser vista no Código de Obras (1937). Esse código foi elaborado por engenheiros e tinha a pretensão de racionalizar a cidade, no momento que esta crescia cada vez mais de forma horizontal (em função da industrialização e do fluxo migratório) e vertical (com a construção de edifícios em concreto armado) (VALLADARES, 2005). Da mesma forma, houve um aumento no número de habitantes de favelas, bem como uma expansão do subúrbio e da periferia (ABREU, 2008).

O código versava sobre inúmeras matérias: loteamento, zoneamento, construções etc. Ele assim previu a extinção das "habitações anti-higiênicas", com o controle das favelas existentes, impedindo a expansão, construção ou comercialização de imóveis e sua substituição por "habitação de tipo mínimo" (VALLADARES, 2005).³¹ Por outro lado, só prescrevia o congelamento de construções em favelas erguidas em encostas que rodeavam os bairros da elite, mesclando rigor e tolerância de acordo com a localização geográfica da favela (GONÇALVES, 2013). Portanto, menos que o exercício de um poder de gládio, baseado no rigor da proibição, a lei estabeleceu assimetrias e distribuições da "favela" na produção do espaço urbano, de acordo com a região onde se localizava. Percebe-se que a relação com as favelas aproxima-se mais daquilo que

³¹ Cf. Código de Obras 1937, disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/raridades>>. Acesso 08 de janeiro de 2015.

Foucault denominava de “governo” – uma arte complexa de conduzir os homens e as coisas.

O Código de 1937 foi o primeiro documento legal que dispôs sobre a favela e permaneceu em vigor até a década de 1970. A mesma ambiguidade permeou também outros documentos normativos: enquanto algumas leis reconheciam certos direitos dos moradores e permitiam a construção de creches, escolas, postos médicos e melhorias locais, outros documentos legais proibiam a construção de novos barracos ou permitiam a demolição dos existentes (GONÇALVES, 2013, p. 171).

Essa complexidade biopolítica, que de um lado permitia a erradicação e de outro reconhecia certos direitos ao favelados, resultou naquilo que Rafael Gonçalves (2013, p. 123) chamou de "um *status* jurídico e político *sui generis*: toleradas, mas jamais consolidadas." O autor entende que a associação entre favela e ilegalidade contribuiu para sua estigmatização e para justificar a ausência de serviços públicos nesses espaços. Em nosso entendimento, utilizando a perspectiva foucaultiana, a constituição da favela como “problema” deriva, não apenas da atuação dos mecanismos jurídicos (binômio legalidade-ilegalidade) mas, fundamentalmente, da relação entre diversas modalidades de poder, em especial as disciplinas e o biopoder.

A Igreja Católica produziu também uma outra forma de tratar da questão. Havia uma preocupação com relação à influência do Partido Comunista nas favelas e, por isso, foram criadas duas instituições, a Fundação Leão XIII (1947) e a Cruzada São Sebastião (1955) que passaram agir no próprio espaço das favelas, em assistência material e moral. Ambas contribuíram para a "promoção das favelas ao estatuto de comunidade" (VALLADARES, 2005, p. 77). Pelo princípio comunitário, era necessário o autodesenvolvimento local para a formação da autonomia da comunidade. Tratava-se então de estabelecer um processo de reeducação no lugar da remoção (PESTANA, 2013).

Segundo Don Helder Câmara - que criara a Cruzada - era importante a formação de sujeito político potencialmente autônomo. Ele solicitou à SAGMACS (Sociedade de Análise Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos

Complexos Sociais) de São Paulo, um estudo detalhado sobre a favela, que foi coordenada pelo Padre Lebre. ³² Compartilhando da mesma visão de Dom Helder - que as favelas deveriam ter um direito de representação política - o padre-pesquisador produziu, junto a uma equipe interdisciplinar, um relatório que repercutiu nos debates e políticas sobre as favelas.

Por ele, os pobres eram considerados capazes de ter senso de comunidade e, por isso, era preciso melhorar as condições de moradia e, quando necessário, servir como intermediários desse acesso pleno à cidade (VALLADARES, 2005, p. 86). Pela notoriedade da pesquisa, José Arthur Rios, que participara do grupo de trabalho, assumiu o cargo de secretário de Serviços Sociais, e em 1961 requereu por decreto a formação de associações de moradores de favelas. Além disso, adotou um programa de urbanização das favelas a partir de mutirões (GONÇALVES, 2013). Rafael Gonçalves (2013, p. 214) relata, porém, que Rios procedeu uma política de "controle negociado" ao integrar as associações à Coordenação de Serviços Sociais, subordinando essas associações a esse organismo e cooptando suas lideranças.

Vale mencionar que essas políticas foram adotadas no bojo de um período de intensa mobilização política pelas Reformas de Base, quando também se discutia a reforma urbana e as políticas de moradia. ³³ Além disso, desde a década de 1950, os favelados vinham se organizando politicamente por meio da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), criada em 1954, que segundo Marco Pestana (2013, p. 74), foi importante em diversas conquistas das favelas, seja nas ações de despejos, seja na pressão política que faziam para que o Estado promovesse desapropriações em favor ao seu favor. ³⁴ Posteriormente foi fundada a Coligação dos Trabalhadores Favelados, em 1959, e a Federação das Associações de Favelas

³² A pesquisa da SAGMACS foi realizada de 1957 e 1959, sob direção de José Arthur Rios, mas de responsabilidade científica do Padre Lebre (VALLADARES, 2005).

³³ Em apoio a documentos do Seminário de Habitação e Reforma, realizado em 1963, Fátima Tardin (2012, p92) aponta que a questão urbana e habitacional estava inserida das discussões da reforma de base - "Surtem no bojo das reformas de base do governo João Goulart, em torno da questão habitacional, que se configurava como problema nos maiores centros urbanos do país, diagnosticada como decorrente do fenômeno de urbanização e das condições de subdesenvolvimento provocados por fatores diversos, inclusive processos espoliativos a que se acham submetidos os países latino-americanos."

³⁴ Pestana demonstra em sua dissertação que a mobilização dos moradores de favela não começou com a UTF, sendo esta um efeito da resistência.

do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) em 1963. Esta última teve um importante papel em uma campanha pela urbanização em detrimento da remoção.

Em 1962, ao destituir Rios da Coordenação de Serviços Sociais e substituí-lo por Sandra Cavalcanti, Carlos Lacerda recrudescceu sua política sobre as favelas, sob o discurso da erradicação. Assim, no governo lacerdista, 27 favelas foram total ou parcialmente removidas para bairros distantes do núcleo urbano, como Senador Camará, Bangu e Vigário Geral (nos reassentamentos Vila Kenedy, Vila Aliança e Vila Esperança, respectivamente), atingindo uma escala de 40 mil famílias (GONÇALVES, 2013).

Essa política foi continuada após o golpe militar, quando se passou a reassentar os moradores em conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (GONÇALVES, 2013, p. 89).³⁵ A maioria das favelas removidas se situava na zona sul, em lugares valorizados como a Lagoa Rodrigo de Freitas, atingindo em torno de 100 mil pessoas (desde a época de Lacerda).

Afora toda a arbitrariedade do regime militar, o governo havia direcionado a gestão urbana para um planejamento racionalista-tecnocrático. Em 1964 foi criado o BNH, que passou a contar, em 1966, com recursos do Fundo de Garantia de Tempo e Serviço (FGTS).³⁶ O objetivo da instituição era fomentar o mercado imobiliário e de construção, mediante repasses financeiros a agentes que executariam obras de habitação popular ou financeiras para moradias da classe média (SANTOS, 1980, p. 19). Nesse sentido, ele cumpriria a função de gerar demandas para absorver a mão de obra, bem como atender o problema habitacional, mediante políticas de estímulo ao acesso à propriedade privada.

³⁵ As vilas populares no governo de Carlos Lacerda foram construídas pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) que era uma firma construtora e comercializadora de unidades habitacionais e que contava com recursos do USAID - "Acordo Trigo" que destinou três milhões de dólares para a urbanização de favelas e para as construções de habitações populares. No governo Negrão de Lima, essa companhia passou a ser coordenada pela CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana da Grande Rio, um dos órgãos do BNH que atuou até 1973 (VALLADARES, 1978, p. 13-18).

³⁶ O BNH fazia parte do Sistema Financeiro de Habitação que integrava a Política Nacional de Habitação - criado pela Lei Federal nº 4381 de 1964 - pela qual a crise da habitação deveria ser enfrentada a partir de um política que, mediante a atuação da iniciativa privada, difundiu-se a propriedade privada que asseguraria, assim, maior estabilidade social" (GONÇAVES, 2013, p. 220)

A construção de habitações populares desempenhou, sem dúvida, um papel ponderável na dinamização das atividades da construção civil no Rio de Janeiro naquele período. Certamente, interessou mais de perto a empresas de médio porte, a quem compensava economicamente tal empreendimento, pelas características que apresentava. Tratava-se de construções em série, o que significava o barateamento do custo do metro quadrado construído. Tratando-se, por definição, de habitações de baixo custo, podiam-se empregar materiais de construção de qualidade inferior, o que compensaria ainda mais a iniciativa (VALLADARES, 1978, p. 5)

Similar aos Parques Proletários, a "favela como problema" reivindicou uma solução através de uma política do *habitat*. Entretanto, não se tratava mais de controlar as favelas a partir de "procedimentos educativos" (seja dos Parques Proletários, seja da Igreja), mas de resolvê-la, de normalizá-la, através de uma política habitacional que incluísse os moradores no sistema de propriedade (envolvendo financiamento, pagamento de tributos etc.). Tratava-se agora de atuar no campo econômico, dentro do qual a remoção se tornou um mecanismo para fazê-lo valer sobre a favela, e contra ela.

Essa política de erradicação se mostrou um fiasco: muitos moradores não conseguiram pagar as prestações do financiamento do BNH, além de outros gastos adicionais que não costumavam arcar, como taxas, tributos e transporte (moravam em áreas centrais e próximas ao seu local de trabalho). Além disso, o deslocamento significou também uma redução orçamentária, tendo em vista que muitos moradores usufruíam da proximidade entre certas favelas e bairros que demandavam uma série de serviços, pelos quais eles poderiam oferecer mão de obra (trabalho doméstico, biscates, portaria, etc.) (GONÇALVES, 2013, p. 249). A favela é um espaço dinâmico, que não só constitui uma alternativa de *habitat*, mas também possibilita aos moradores tantas outras condições de vida.

As remoções eram exercidas a partir de acentos biopolíticos ou disciplinares, dependendo do período: da tutela da "saúde pública", à moralização do trabalhador nos parques operários, passando por sua inscrição em conjuntos habitacionais racionalizados (*habitat*), os deslocamentos não se restringiam unicamente ao registro da soberania-jurídica. Pelo contrário, foi um conjunto de saberes especializados, ideais disciplinadores, considerações biológicas sobre a população, esquadrinhamentos operados no espaço etc., que constituíram o horizonte e as condições de possibilidade das práticas de remoção. Ao lado das

remoções, os reassentamentos consistiram em dispositivos de normalização da favela, considerada como um "problema urbano".

3.2

Favela, soberania e direito: a nova normatividade urbana, a expansão dos direitos para a favela e as assimetrias de sua representação jurídica

No final da década de 1979, assiste-se a uma virada nas políticas sobre as favelas: urbanização se tornava cada vez mais a linha de força. Nesse período³⁷, quando já se iniciava um processo de abertura política, houve uma inflexão das ações remocionistas e na década seguinte governos passaram a se direcionar para os projetos de urbanização e regularização fundiária. Especificamente, durante a administração de Leonel Brizola (de 1983 a 1987), foram instalados serviços públicos de água e esgoto e lançado o projeto Cada Família Um Lote, no qual cada família teria direito a registrar seu título no Registro de Imóveis após o pagamento de prestações, que não ultrapassavam 10% do salário mínimo. Esses projetos muitas vezes foram realizados ao largo da legislação vigente, por meio de decretos ou outros contornos jurídicos (GONÇALVES, 2013).

As mudanças na linha política sobre as favelas foram acompanhadas por uma intensa atividade legislativa em relação ao urbano, impulsionada também pela instauração do processo constituinte. A crescente produção e importância de normas urbanísticas nas três esferas federativas (federal, estadual e municipal), contribuiu para o desenvolvimento do Direito Urbanístico como uma disciplina autônoma, o qual Rosângela Cavallazzi (2007, p. 54) designa como um espaço interdisciplinar de mediação entre Direito e Urbanismo.

Essa expansão jurídica teve como uma das principais forças motrizes o projeto de Reforma Urbana, levado adiante por diversos atores sociais. Na tese *O*

³⁷ Em 1979 foi criado o PROMORAR - Programa de erradicação da sub-habitação, financiado pelo BNH, que tinha como objetivo executar a urbanização em diversas favelas (GONÇALVES, 2013)

ocaso da Reforma Urbana (2012), Fátima Tardin aponta que na virada da década de 1970 para a de 1980, inúmeros encontros entre entidades da Igreja Católica - a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as Comissões Pastorais da Terra - a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), criada em 1983, e outros movimentos populares, como a FAFERJ, possibilitaram a consolidação do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) em 1987. Esse movimento foi importante durante o processo constituinte, a partir da elaboração da Emenda Popular da Reforma Urbana, que reivindicava os princípios do direito à cidade, da função social da propriedade e da gestão democrática da cidade (TARDIN, 2012, p. 111).

Quase como um sucessor do MNRU, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) continuou nos anos subsequentes com o projeto de reforma urbana. Segundo Tardin (2012, p. 117), composto por técnicos e ONGs da área do urbanismo, o FNRU atuou de forma prioritária no campo jurídico-institucional, disputando, pelo "ideário da reforma urbana", o conteúdo das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, a aprovação dos Planos Diretores e a regulamentação constitucional da política urbana, que veio a se realizar com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001.³⁸

Observamos que nos anos subsequentes à abertura do regime, torna-se cada vez mais encorpado o discurso sobre o direito à cidade. A referida mobilização produziu no cenário jurídico uma nova normatividade sobre a moradia e o urbano. A tônica da gestão democrática da cidade e do direito à moradia passou a permear diversos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, os quais podemos citar resumidamente nas linhas que seguem.

³⁸ A tese elaborada por Fátima Tardin Costa retoma, por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica, o desenvolvimento das mobilizações que giraram em torno da Reforma Urbana, o contexto de disputa e os motivos políticos. A autora tece ao final fortes críticas ao FNRU - "A intenção nesta seção é contribuir para a construção de uma contra-argumentação à noção, apresentada pelo FNRU como incontestável, de que há avanços na luta por reforma urbana. Defendemos nesta tese que tal argumento se sustenta pela despolitização na mediação das relações no âmbito da institucionalidade e profissionalização no campo político-intelectual da reforma urbana no Brasil. Esse ambiente despolitizado, um sintoma deste tempo e não só desse campo, tem como resultado a quase eliminação da capacidade crítica de fazer oposição à barbárie desta forma social e, também, a quase eliminação da capacidade social em negar, criativamente, a luta conformista e reprodutora do sistema que marginaliza os ditos excluídos"(COSTA, 2012, p. 271).

Na Constituição Federal previu-se o direito social à moradia (art. 6º); inseriu-se um capítulo sobre política nos quais estabeleceu como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (arts. 182 e 183); distribui-se competências legislativas para os três entes federativos (art. 21, XX, e art.182), dentre elas a construção de moradias, melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico (art. 23, IX); e foi relativizada a propriedade privada mediante o cumprimento da sua função social, com penalidades relacionadas ao estabelecimento escalonado de imposto progressivo, parcelamento ou edificação compulsórios, ou sua desapropriação (art. 182).

Cita-se também o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 2001), que dispôs dentre outras diretrizes gerais, sobre a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, com normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo (art. 2º, XVI); prevendo os institutos da concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia e usucapião especial de imóvel urbano (art. 4º).

A Constituição Estadual do Rio de Janeiro e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro acompanharam essas diretrizes, assegurando, dentre outros instrumentos: o direito de concessão real de uso; a criação de Zonas de Especial Interesse Social, que atribuiu parâmetros urbanísticos mais flexíveis para possibilitar a promoção de serviços públicos e a urbanização local; a usucapião especial urbano e a permanência dos serviços públicos independente da regularidade da ocupação.

O cenário jurídico se tornou mais favorável às favelas, principalmente em relação aos direitos relativos à moradia e à posse. Em certa medida, a nova expansão jurídica trouxe mais facilidade para a aplicação da regularização fundiária e urbanização, dispondo de vários direitos e instrumentos jurídicos. Tanto pela Constituição do Estado (1989), quanto pela Lei Orgânica do Município (1990), as favelas passaram a pertencer à esfera da política urbana de ambos entes. Nos mesmos documentos, a remoção se tornou um procedimento de aplicação excepcional nas situações em que as condições físicas das áreas

colocassem em risco a vida dos moradores (art. 429 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e art. 234 da Constituição Estadual).³⁹ Em certa medida, ela conseguiu diluir a ilegalidade da favela antes registrada no Código de Obras e dificultou o exercício político dos deslocamentos forçados.

No entanto, essa expansão jurídica não consegue interromper um processo que diz respeito mais à normalização da favela no sentido biopolítico, do que no sentido jurídico. A penetração de uma biopolítica das favelas no direito faz com que ela continue a ser considerada como *o* outro espaço urbano: uma anormalidade. Em 1991, o IBGE passou a adotar para elas a definição de "aglomerados subnormais", caracterizados pela ausência de título de propriedade, irregularidades das vias e tamanhos dos lotes, ou carência de serviços públicos essenciais.⁴⁰

Nos Planos Diretores do Rio de Janeiro de 1992 e de 2011 a favela foi caracterizada pela "precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais". O último plano adicionou ainda o atributo de "ocupação clandestina".

O mecanismo legal opera muitas vezes através de binarismos, na demarcação de fronteiras na própria constituição do sujeito jurídico⁴¹. Na própria produção de direitos sobre certos espaços existe uma assimetria, ou uma reprodução de certas normalizações urbanísticas que constroem suas *heterotopias* espaciais. Como informa Foucault, a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção (FOUCAULT, 2010b, p. 43)

A expressão "subnormal" é bem significativa: ela contém o sentido de um desvio urbano ou de uma "quase" normalidade da favela. Esta aparece em uma

³⁹ O art. 429, VI dispõe da seguinte forma: "urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes (...)". Da mesma forma, expressa o art. 234 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro: "urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área imponham risco à vida de seus habitantes"

⁴⁰ Nesse sentido, ver: < <http://www.ibge.gov.br> >

⁴¹ Cf. 2.4 *Habitar como favela, resistir como poeta*

classificação inferior na hierarquia dos espaços urbanos e permite eventuais mecanismos de "correção". No feixe dos direitos urbanos, a favela ainda permanece como um problema. Como visto, inúmeros discursos foram produzidos sobre a favela e algumas práticas institucionais se articularam mediante um certo conhecimento, uma certa visão desse espaço. Esses diferentes processos produzem normalizações sobre a cidade acopladas ou em paralelo aos dispositivos legais.

Rafael Gonçalves (2013) aponta que a irregularidade da ocupação do solo não é uma exclusividade da favela: loteamentos, áreas no subúrbio e até habitações construídas pelo Estado também se encontram em condições jurídicas precárias. Para o autor, a legitimação da informalidade do acesso à moradia nas favelas, em razão da reduzida promoção de políticas de regularização fundiária, contribuiu para a reprodução de uma forte estigmatização espacial dos habitantes.

Apesar da multiplicação de mecanismo jurídico-urbanísticos a favor das favelas, isso não lhes assegurou plenamente o direito à cidade. Com efeito, ainda se estabelece assimetrias nas políticas urbanas - "a nova ordem não conseguiu suprimir as desigualdades no acesso aos serviços públicos que ainda pesa sobre esse espaço" (GONÇALVES, 2013, p. 362).

O discurso da moradia, da regularização e da urbanização, produzido por uma mobilização que logrou conquistas no plano jurídico-institucional, colocou certos "pressupostos" ou outra normatividade, outras possibilidades de ações políticas para as favelas. Isso produziu certos efeitos: houve uma inflexão nas remoções. Isso não concorreu para o fim dos deslocamentos forçados, mas estabeleceu outros "marcos" sobre estes processos, os quais irão se intensificar com os preparativos de megaeventos que o Rio de Janeiro passa a sediar no século XXI.

Não se trata de tentar entender essa "reviravolta" remocionista a partir da ineficácia da lei, ou uma "falta de consciência" sobre os novos marcos jurídicos, mas perceber que o próprio urbano e a produção de representações de espaço e suas normalizações são operações em disputa, produzidas no cruzamento de modalidades distintas de poder, que se renovam. O urbano é o próprio terreno das

estratégias de poder, de conflitos, de batalhas perpétuas e reviravoltas que estão para além do gládio - e suas configurações são reverberações dessas relações.

3.3

As favelas e a biopolítica contemporânea

Com a preparação dos eventos Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016, cujos anúncios ocorreram em 2008 e 2009, respectivamente, o Rio de Janeiro encontrou as condições de possibilidade para realizar diversas operações urbanas de infraestrutura, de instalações esportivas e culturais, envolvendo diferentes regiões da cidade (zona portuária, Maracanã e Barra da Tijuca). Esse processo intensificou e empregou velocidade a um estilo dinâmico de gestão urbana que já vinha sendo aplicado desde a gestão de Cesar Maia (SANCHEZ, 2014).

O primeiro Plano Estratégico lançado, em 1995, tinha a pretensão de transformar a cidade em uma metrópole competitiva, através de uma estratégia urbanística inspirada na experiência espanhola nas Olimpíadas de 1992 (GONÇALVES, 2013). Tendo em vista a realização do megaevento e a reformulação da cidade, foi lançado o *Plano Barcelona 2000* com a finalidade de definir essa cidade como uma verdadeira metrópole europeia.

Segundo Otília Arantes (2000, p. 52), esse plano tinha como fórmula "conjurar microintervenções" como estratégias de um quadro mais geral da cidade: infraestrutura, sistema viário, restaurantes, redes de hotelaria, novos equipamentos esportivos e valorizações de bens naturais. A esse leque de projetos, estava também envolvida uma forte atividade publicitária e de *marketing* da cidade, "explorando ao máximo seu capital simbólico" (ARANTES, 2000, p. 52).

Esse estilo de gestão urbana fazia parte de uma linha política neoliberal que, segundo David Harvey (2006), ganhava contornos desde a década de 1980 e que tinha como objetivo trazer uma dinâmica mais empreendedora sobre a cidade a fim de estimular um aquecimento econômico. As mudanças na produção capitalista, pautadas antes em uma estrutura industrial fordista rígida, se

direcionaram para arranjos flexíveis e descentralizados, com ênfase cada vez maior nos fluxos financeiros globais. A inflexão promove uma reorganização geoeconômica elevando a importância dos processos locais de investimento (HARVEY, 2006).

Isso apontava um deslocamento sobre a figura da administração burocrática - característica da década de 1960 - para a do empreendedor urbano. Em vez de um planejamento territorial, tratava-se de intervir em situações e lugares específicos, e as autoridades locais passavam a dar prioridade a projetos urbanos que visassem a revitalização, a melhoria física do meio ambiente urbano, a realização de eventos, atrações de consumo e de entretenimento, o que Harvey chama de urbanismo empreendedor (2006, p. 166).

Em *O nascimento da biopolítica* (1978-1979), Foucault (2008a) se debruça sobre teses econômicas neoliberais desenvolvidas tanto na Alemanha como nos Estados Unidos, em resposta a uma série de problemas contextuais, desde a crise do *New Deal*. Com maestria, o autor explica que não se tratava apenas do surgimento de teorias ou ideologias com pretensão de reformular o pensamento liberal, mas da emergência de uma nova arte de governar.

Não se estava mais diante de um governo pautado pelo *laissez-faire*, que procurava agir a partir de um desdobramento natural do mercado e um jogo de valor e equivalências de preço. No liberalismo, segundo Foucault, os dispositivos de segurança e disciplina são aplicados para garantir, paradoxalmente, a liberdade de mercado ou de eventuais perigos a essa liberdade.

Para os neoliberais, ao contrário, o importante do mercado não está na troca e sim na concorrência, que não aparece como uma consequência ou fenômeno natural do próprio mercado, mas como seu próprio *eîdos* (essência): como princípio e estrutura formal do mercado. Seria preciso, então, respeitar a sua lógica e produzir a própria concorrência: "a concorrência pura, que é a própria essência do mercado, só pode aparecer se for produzida, e produzida por uma governamentalidade ativa" (FOUCAULT, 2008a, p. 165).

Vemos aqui um deslocamento do problema da circulação e da troca. Na economia de mercado neoliberal, o sujeito econômico que aparece não é mais o homem da troca (*homo economicus*), nem o consumidor, mas a "empresa", não como instituição, mas como uma prática: "uma certa maneira de se comportar no campo econômico na forma da concorrência em função de planos e projetos com objetivos e táticas" (FOUCAULT, 2008a, p. 240). Aqui, a economia não é composta de indivíduos de interesses e necessidades, mas de unidades-empresa. O que isso significa? Uma reformulação da compreensão dos processos econômicos, que não se restringirão a velha forma terra-capital-trabalho, mas de outras esferas e atividades, antes interpretadas como não econômicas (FOUCAULT, 2008a, p. 240).

Nessa linha, o trabalho não será tratado como uma mercadoria (a venda da força de trabalho), ou objeto da relação entre oferta e procura, mas uma atividade oriunda de um conjunto de competências e habilidades do trabalhador, reconhecidas como um capital humano que produzirá uma renda (salário). Os recursos desse capital fazem parte de outras áreas, antes consideradas sociais (educação, cultura, mobilidade e saúde) e é, nesse sentido, que o "homem" aparece como empresário de si mesmo, em que ele próprio se torna sua fonte de renda (FOUCAULT, 2008a, p. 315).

O crescimento econômico não será interpretado apenas como resultado de um investimento no capital físico, mas também no capital humano. Segundo Foucault (2008a, p. 332), não se está diante de um governo da população, mas de uma *política de sociedade*: "o retorno da empresa é uma política de economização de todo o campo social". A governamentalidade neoliberal atuará, assim, no ambiente social, nos próprios parâmetros da economia de mercado - dos cálculos e custos, dos riscos de perdas e ganhos possíveis com determinada política. Nota-se uma intervenção ambiental, menos em termos disciplinares do que biopolíticos, levando em consideração todo um processo oscilatório, toda uma multiplicidade dessa sociedade empresarial, ao que Foucault chama de "otimização de processos de diferença" (2008a, p. 354).

Alexandre Mendes em sua tese de doutorado *Para além da tragédia do comum* (2012), condensa bem os efeitos e mutações econômicas e suas implicações na biopolítica:

"O neoliberalismo modifica a relação com as políticas sociais retirando os objetivos de homogeneização e compensação econômica e incluindo uma gestão das diferenças (...) O neoliberalismo transforma, necessariamente, todas as pessoas em 'homens-empresa' e toda a vida em 'espaços econômico produtivo'. Aqui a biopolítica está definitivamente para além da mera regulação da espécie, e passa a significar uma verdadeira 'política da sociedade' que coloca como objetivo a 'constituição da subjetividade' (MENDES, 2012, 51-53).

Para Mendes, o deslocamento efetuado pelas políticas neoliberais conduz uma reformulação do espaço de trocas, para um "espaço definido por uma generalização da forma-empresa na direção de todos os elementos da vida dos indivíduos" (2012, p. 52). Há aqui um deslocamento na produção de espaço, que não ocorre mais nos termos funcionais que procedera antes no espaço industrial. As mudanças nas relações produtivas de trabalho, antes prioritariamente determinadas pela disciplinarização da fábrica, vão se tornar cada vez mais difusas e investir diretamente na vida social, através da produção de ideias, conhecimento, cooperação e relações afetivas:

O espaço urbano industrial, estriado, áspero, definido pelos 'muros' das fábricas, manicômios, escolas, casernas, hospitais etc., é gradualmente substituído por um espaço liso, onde os fluxos de produção circulam rapidamente pelos diversos 'centros' (MENDES, 2008).

Como analisamos, quando escreveu sobre o fenômeno urbano, na década de 1970, Lefebvre já observara uma "crise", uma zona crítica no planejamento funcionalista. A cidade industrial dava lugar à outra relação espacial. Tratado como um campo cego por Lefebvre, o urbano seria essa outra coisa que surgiria no contexto pós-industrial, em que as diferenças produzidas no encontro e na simultaneidade das cidades são reconhecidas e levadas em consideração - de um lado por movimentos que atuaram em direção a reapropriação da cidade, da cultura e da arte (mobilizações da década de 1960 e 1970); do outro, pela crítica neoliberal que colocou a competição livre das empresas em contraposição a um dirigismo estatal.

Nesse contexto, Lefebvre observa ainda que a produção se torna cada vez mais social, extensa e intensa, não se limitando a fabricação e circulação de

objetos - "a realidade urbana torna-se força produtiva" (2008, p. 140). Podemos, então, dizer que o cotidiano e o urbano, ou os espaços de reprodução, são inseridos cada vez mais no circuito da produção - o valor de troca gerado a partir da vida urbana (o valor de uso).

Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do *espaço social* como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se diz). O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna um produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte da formação da mais-valia. É assim, e por esse caminho, que a produção torna-se social nos próprios marcos do neocapitalismo. Caminho imprevisto e imprevisível há algumas dezenas de anos, quando se vislumbrava a produção e o caráter social da produção somente a partir das empresas e do trabalho produtivo nas empresas, isto é, das forças produtivas, transparece na produção social do espaço (LEFEBVRE, 2008, p. 140).

Nessa prática, os grandes eventos vem servindo como atividades propulsoras de um novo tipo de acumulação, como ocorrera em 1992 nos Jogos Olímpico de Barcelona. Inseridos em uma economia cada vez mais baseada nos ativos imateriais - o lucro das empresas organizadoras está em boa parte atrelado a propagandas, marketing e outros rendimentos extraídos de direitos relativos à propriedade intelectual - tanto a iniciativa privada quanto o governo local dependem da construção positiva da imagem da cidade-sede para o sucesso desse projeto fortemente especulativo (HARVEY, 2011). No Rio de Janeiro, essa dinâmica envolve os processos produtivos - publicitários, comerciais e financeiros – que se direcionam para os modos de vida urbana.

Áreas de renovação, monumentos naturais e artificiais, corpos e gestos do *ethos* carioca são transformados em focos que, junto e às representações e imagem-síntese, fazem da cidade um nó propício ao funcionamento de redes de atividades econômicas (SÁNCHEZ, 2014, p. 47).

Desde o Plano Estratégico de 1995, se começou a pensar como estabelecer o desenvolvimento local com base na mobilização das próprias dinâmicas locais (COCCO, 2014). O discurso das favelas se redireciona para a sua integração à cidade. A criação do projeto Favela Bairro se volta não apenas para a reivindicação da urbanização e regularização fundiária, desdobrada na década de 1980, mas também pela integração desses bairros à "cidade formal". Sua execução

envolveu, assim, a participação de escritórios privados de arquitetura, ONGs e Associações de Moradores.⁴²

O projeto foi implementado em diversas favelas mas mostrou certas falhas desde a má qualidade das obras de infraestrutura à implementação incompleta da regularização fundiária (GONÇALVES, 2013). Vale destacar um dos efeitos da urbanização promovida: a valorização de imóveis na favelas e no entorno dessas, com estimativa de aumento em até 20% (GONÇALVES, 2013, p. 332).

Aproximadamente dez anos depois, o discurso da integração passa a ser inserido em outro programa direcionado para as favelas, não pelo viés da urbanização, mas da segurança pública. A política de segurança das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), implementadas em 2008 não tinha apenas o objetivo de restituir ao Estado territórios "dominados" pelo tráfico de drogas armado, mas também de regularizar comunidades de *"baixa institucionalidade e alto grau de informalidade"* (Decreto nº 42.787 de 2011, art. 1º, § 1º).

Esse programa atuou no próprio ambiente da favela, não só nos termos da "guerra ao tráfico", mas na própria vida urbana ali: o "choque de ordem" nos comércios e nos transportes e as intervenções da polícia militar nos hábitos (festas, toque de recolher) fazem parte de uma "integração unilateral" - a Secretaria de Assuntos Estratégico da Presidência da República assim definira a necessidade da imposição escalonada e programada da regularização e formalização dos "espaços subnormais", sem consulta ou participação dos moradores na condução da implementação do programa (MENDES, 2014, p. 237).

A formalização das UPPs envolve também a inserção de novos investimentos na favela. Desde a regularização de serviços básicos, como a prestação de luz pela empresa Light S/A, até a implementação de outros empreendimentos, como a abertura de lojas, de microempresas, empresas de seguro popular ou mesmo de um shopping no Alemão, demonstram a corrida do

⁴² Apesar de prever participação popular, esta muitas vezes se resumiu a legitimar intervenções públicas (GONÇALVES, 2013, p. 329).

mercado naquelas áreas, vistas como potenciais territórios de consumo.⁴³ As favelas passam a ser tratadas como novas fronteiras de investimento; onde ao mesmo tempo procura se apropriar da urbanidade ali produzida (funk, dança, gastronomia, festas, etc.). Se no programa Favela Bairro a integração da favela à cidade ocorreria através de sua transformação em bairro, nas políticas de pacificação ela decorreria do controle do poder público sobre aquele espaço, para, de forma segura, inseri-lo nas dinâmicas produtivas urbanas.

A formalização e ordem são dois termos que ganham destaque na nova dinâmica biopolítica para a favela. Eles aparecem nos Planos Estratégicos (2009-2012 e 2013-2016) do governo de Eduardo Paes. Neles se anunciou a pretensão de "coibir e novas ocupações ilegais e a expansão horizontal ou vertical das comunidades estabelecidas, a partir do uso efetivo de ecolimites e de um monitoramento aerofotográfico constante".⁴⁴ O controle da edificação se encontra também no Plano Plurianual de Ação, encaminhado em 31 de agosto de 2009, na meta de redução de 5% das favelas do Rio de Janeiro até 2013, e de 3,5% delas já no primeiro ano (GONÇALVES, 2013).

Esse "congelamento urbanístico" foi acompanhado por inúmeros decretos que o prefeito publicou para "interromper o processo de expansão das favelas" (MAGALHÃES *apud* MENDES, 2014, p. 101). Tais medidas consistem em práticas de controle e contensão da urbanização produzida pela favela.

Luiz Cezar Queiroz Ribeiro e Marianna Olinger (2012, P. 337)) salientam que o atual período é marcado pela articulação de dois discursos: de um lado, a integração da favela à cidade, através da criação de um espaço consumidor, e de outro, a remoção. Um dos primeiros pronunciamentos do prefeito Eduardo Paes, assim que empossado, indicou o sentido de sua política sobre as favelas, aquilo que se denominou "a quebra do tabu das remoções": "A remoção não é a melhor

⁴³ Esses dados foram tirados da pesquisa "Desafios e pontos críticos do Processo de Pacificação na cidade do Rio de Janeiro" coordenada pelo professores Giuseppe Cocco e Gerardo Silva, com a participação do professor Alexandre Mendes, dos estudantes Clarissa Naback (mestrado), Matteo Meirelles (graduação) e Leo Carvalho (graduação), pelo Laboratório Território e Comunicação – LABTeC (UFRJ). Apoio CNPQ (Processo 4012882/2010-4). Seus dados foram sistematizados no artigo escrito pelos estudantes "As favelas e as UPPs: a re-existência dos moradores no outro cenário chamado pacificação" no prelo.

⁴⁴ Ct. <<http://www.conselhodacidade.com/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015

opção no caso de comunidades já consolidadas. Mas o assunto não pode ser tratado como tabu, nem descartado completamente."⁴⁵ O Tribunal de Contas do Município expôs a mesma visão, pela qual as remoções poderiam ser repensadas em "benefício da cidade", com vistas na preparação dos nos megaeventos (MENDES, 2014, p. 102).

Notamos aqui que a atual política sobre as favelas faz parte do que havíamos considerado "gestão das diferenças". As remoções não seriam medidas aplicadas a todas as favelas, especialmente nas favelas consolidadas, isto é, aquelas onde foram implementados projetos de urbanização e demonstram proporções demográficas e urbanas significativas.⁴⁶ Não podemos falar de uma política de erradicação. Observa-se uma miríade de técnicas biopolíticas de controle e de vigilância da produção urbana local, bem como de procedimentos de deslocamento de determinadas pessoas, nos quais não há uma pretensão ou discurso de aplicação homogênea e exaustiva. A "quebra de tabu" consiste em recolocar as remoções no rol de possibilidades de ações do governo. Essas medidas mais "repressivas" coexistem em um contexto onde há promoção (mesmo que sem efetuação) de outros programas de urbanização e regularização fundiária.

Ao longo do atual governo, estima-se que mais de 10 mil famílias foram removidas ou sofrem ameaça de remoção.⁴⁷ Nesse atual contexto, as remoções não estão inseridas em um política geral ou centralizada em algum órgão ou ente público. Observa-se que elas ocorrem de maneira difusa e molecular, emaranhadas em diferentes projetos urbanísticos ou discursos biopolíticos (risco ou meio

⁴⁵ O pronunciamento foi realizado para o jornal *O Globo*, mas retransmitido por outros veículos jornalísticos como *O Extra*, que é a fonte desta citação: "A remoção não é a melhor opção no caso de comunidades já consolidadas. Mas o assunto não pode ser tratado como tabu, nem descartado completamente. Por isso, deve e merece ser discutido pela sociedade - afirma Paes". Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/paes-diz-que-remocao-de-favelas-nao-pode-ser-tabu-265452.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

⁴⁶ Em 2010, com o lançamento do programa Morar Carioca, a Prefeitura procedeu uma nova classificação dos assentamentos de população de baixa renda, subdividindo-os em favelas (conforme a definição do Plano Direito: loteamentos irregulares) e comunidades urbanizadas, que consistem em assentamentos irregulares que receberam algum programa do governo - Favela-Bairro (PROAP), Bairro, Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e outros similares. Informações retiradas do site da Prefeitura, disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4782931>>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

⁴⁷ Informações retiradas do *Dossiê do Comitê da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013*.

ambiente).

E nesse ciclo podemos citar em 2010, as tentativas de remoções completas do complexo do Morro dos Prazeres, do Tabajaras ou do Borel, mediante a alegação de risco total de desabamento, antes mesmo de qualquer estudo técnico específico e detalhado sobre o local (MENDES, 2014). O poder público justificava as remoções como um mecanismo necessário para a defesa da vida dos moradores. Vale destacar que, durante esse processo, se desencadeou uma ampla frente de resistência entre moradores, Associações de Moradores, Universidades, instituições públicas (Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública/RJ e Subprocuradoria de Direitos Humanos do Ministério Público/RJ) movimentos como o Conselho Popular, a Pastoral de Terras. Tal articulação construiu, para Alexandre Mendes (2014), um verdadeiro óbice ao avanço desses processos de remoção por risco.

A partir de 2010, outros assentamentos populares foram removidos em razão da construção de grandes corredores viários chamados *Bus Rapid Transport* - BRT. No Recreio dos Bandeirantes, a Restinga (em parte), a Vila Harmonia e a Vila Recreio II foram removidas pelos motivos oficiais de ampliação da Avenida das Américas para o corredor Transoeste, que vai da Barra da Tijuca a Santa Cruz.⁴⁸ De igual modo, o projeto do corredor Transcarioca, que segue da Barra da Tijuca a Teodoro estipula remoções de assentamentos populares, como ocorreu contra a Vila Campinho em 2011 (FAUHABER; NACIF; 2014).

Outro caso importante se refere à remoção da favela da Providência e o despejo de muitas ocupações localizadas na zona portuária. Essa área tem sido alvo de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) que objetiva uma revitalização da região - o projeto chamado Porto Maravilha -, a partir de uma parceria público-privada. Com efeito, existe uma intensa intervenção na infra-estrutura da região, afora a especulação imobiliária que vem sendo aplicada ali mediante os

⁴⁸Cf. monografia de Leo Fontes Paes de Carvalho *Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro*. Nesse trabalho, o autor descreve o duro processo de remoção da Restinga Vila Harmonia e Vila Recreio, entre 2010 e 2011. Para os moradores, a Prefeitura ofertou apenas casas do programa Minha Casa Minha Vida em lugares muito distantes, e aqueles que recusaram acabaram ganhando indenizações baixíssimas. Vale mencionar que nessa época, eu participava do NUTH como estagiária, e acompanhei de perto ações judiciais relativas a esses casos, o que me fez conhecer melhor esse processo de remoção.

Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), cujos títulos agentes imobiliários podem comprar e investir no mercado financeiro (BRANDÃO, 2013, p. 37).

Essa empreitada vem envolvendo operações de retirada de moradores pobres de ocupações, com os quais a Secretaria Municipal de Habitação negocia - com informações truncadas - os contratos da Caixa Econômica Federal para a aquisição de imóvel do Minha Casa Minha Vida (PAIVA, 2013, p. 114). Sobre o Morro da Providência, um projeto do Morar Carioca previa, inicialmente, a remoção de 832 residências. Esse programa, lançado em 2010, fazia parte de uma política de urbanização, regularização e integração social das favelas, com semelhança ao Favela Bairro.

Inicialmente, o programa foi apresentado como um grande legado dos Jogos Olímpicos, como a meta de urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro até 2020. No entanto, ele não trouxe significativas melhorias urbanísticas, quando não previu remoções pontuais ou instalações discrepantes com as demandas locais. Pelo contrário, é comum a denúncia da imposição desses programas sem qualquer debate público com os moradores (LEITÃO, DELECAVE, 2013).

Sobre as remoções previstas para a favela da Providência, a alegação era que haveria áreas povoadas em "risco geotécnico estrutural e insalubre", bem como a necessidade de um "desadensamento" da favela (PAIVA, 2013, p. 113). Em razão da resistência dos moradores, articulados no Fórum Comunitário do Porto, e da atuação de outras instituições públicas como o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal, a remoção tem sido relativamente freada (PAIVA, 2013).⁴⁹

Na dissertação *Enfim, global: a volta das políticas de remoção no Rio de Janeiro do século XXI* (2013), Ludmila Paiva menciona alguns procedimentos tomados para desencadear a remoção de moradores da favela da Providência e das

⁴⁹ Na dissertação, Ludmila Paiva descreve o processo de remoção e desocupação da Providência e de ocupações populares na região portuária. Em relação à Providência ela aponta um recuo da Prefeitura após as grandes manifestações ocorridas em junho de 2013, que reduziu o número de casas a serem removidas e propôs um reassentamento na própria comunidade (PAIVA, 2013).

ocupações. Neles, funcionários da Prefeitura, principalmente vinculados à Secretaria Municipal de Habitação, marcam com um *spray* as casas previstas para a demolição e depois conversam com os moradores, pressionando-os, com ameaças ou informações truncadas, a aceitarem a oferta da Prefeitura.

Método semelhante é possível encontrar no artigo *Comunidade indiana – Programa Minha Casa Minha Vida: Incentivo à política habitacional ou mecanismo de estímulo a remoção na cidade do Rio de Janeiro* escrito por Maria Lúcia Pontes, defensora pública que atua no NUTH. Ela descreve como foram iniciadas as "negociações" para o reassentamento da comunidade Indiana no Bairro Carioca localizado em Triagem, que é vinculado ao programa do Minha Casa. O discurso proferido era da "livre escolha" dos moradores, da "remoção consentida", mas permeados de atos e estratégias que objetivavam pressionar os moradores a aceitarem a oferta da Prefeitura - como deixar entulhos das casas demolidas provocando insalubridade local (PONTES, 2014, p. 77).

Os termos "negociação" ou "remoção voluntária" estão presentes agora em alguns processos de remoção, dentre eles o caso da Vila Autódromo que será melhor analisado no terceiro capítulo. Quando o poder público intenta promover uma remoção ele dispõe de diferentes ofertas previstas no próprio Decreto nº 34522 de 2011, que estabelece as diretrizes de demolição e realocação de moradores que residem em assentamentos populares localizados em áreas de interesse público ou que apresentam fatores de risco para a habitação. Por esse decreto, a remoção deve ser precedida da participação da população atingida, buscando soluções, consensos e a aceitação das famílias.

Nele, se prevê algumas opções de moradia que a família poderá escolher: uma nova moradia no local, mediante a construção de unidades residenciais de bom padrão construtivo, quando previsto no projeto ou num empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida; indenização da benfeitoria; compra de uma nova moradia, preferencialmente na própria comunidade, denominada compra assistida; e nos casos de recolocação de famílias desabrigadas, auxílio financeiro específico para liquidação antecipada do parcelamento do contrato de compra e venda de imóvel do Programa Minha, Casa Minha Vida

No artigo *Desapropriação e remoções para tornar o Rio de Janeiro competitivo* (2014), Cristina Lontra Nacif e Lucas Faulhaber fizeram um levantamento para onde iam os moradores removidos, a partir de dados do Gerenciamento de Terras e Reassentamento da Secretaria Municipal de Habitação. Eles observaram que boa parte dos moradores recebiam aluguel social para posterior reassentamento no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (NACIF e FAUHABER, 2014, p. 146). As alternativas da compra assistida ou indenização da benfeitoria acabavam não sendo interessantes: o valor avaliado do imóvel incide apenas sobre as benfeitorias, o que o torna muito baixo para o padrão de mercado (NACIF e FAUHABER, 2014, p. 144).

O MCMV, regulado pela Lei Federal n.º 11.977, de 7 de julho de 2009, trata de uma política de habitação do governo federal para atender o déficit de habitação. No Rio de Janeiro, os conjuntos habitacionais construídos por esse programa se localizam na zona oeste, muitas vezes em áreas desprovidas de serviços públicos e infra-estrutura e geralmente distantes das favelas removidas (NACIF e FAUHABER, 2014, p. 146).

Alexandre Magalhães (2013) atenta para o viés biopolítico desses reassentamentos "forçados" nesses conjuntos, em que se promove o deslocamento de uma determinada população para outras regiões da cidade. As remoções estariam, então, inseridas em mecanismos de segurança que impulsionariam ou reduziriam certos fluxos, certas condutas no meio urbano.

"todas essas técnicas (remocionistas) buscaram, em um determinado campo de forças por elas instaurado, conduzir e controlar moradores de favelas, a partir de uma intervenção que implicava por em circulação um conjunto de pessoas pelo espaço urbano" (MAGALHÃES, 2013, p. 201)⁵⁰

Dessa análise, podemos destacar quatro observações sobre os processos atuais de remoção:

⁵⁰ Em sua tese Alexandre Magalhães (2013) descreve as diferentes práticas e procedimentos que funcionários da Prefeitura do Rio exerceram para pressionar a remoção dos moradores. Ele analisou de forma mais específica três favelas: Parque Colúmbia, Vila Recreio II e Metrô Mangueira. De sua observação nesses processos, ele concluiu que as remoções são também parte de uma forma de gerir o espaço urbano e normalizar certos comportamentos.

(a) as remoções fazem parte de uma gestão biopolítica urbana, não pautada no discurso da erradicação, mas do controle sobre a produção da favela na cidade, implicando também em condicionar certos deslocamentos, certos fluxos dos moradores de favela;

(b) a alternativa trazida pelo poder público para as famílias removidas consiste em medidas habitacionais, predominando ainda os reassentamentos em conjuntos habitacionais, o que ainda trata de certos mecanismo relacionados às normalizações do habitar em oposição à morfologia da favela;

(c) as remoções se desdobram em volta de dois novos elementos que vão demarcar as estratégias e táticas do poder público para a remoção: a "negociação" de funcionários da prefeitura e a "decisão" dos moradores. Estes se tornam partes centrais para se desencadear a remoção que se pretende se "consentida"; enquanto os primeiros agem de forma capilar, constrangendo e assediando para pressionar os moradores a aceitarem a oferta da Prefeitura;

d) as estratégias utilizadas para a remoção, no contexto pós-constitucional, enfatizam uma série de atuações que ocorrem no terreno imediato da vida urbana, isto é, do *habitar*, atingindo as condições sociais, culturais e afetivas existentes entre as pessoas e o espaço.

Podemos pensar que em razão dos dispositivos de defesa da moradia (leis discursos), que de uma certa maneira contribuem para a luta da permanência da favela, o poder público joga com outras estratégias que conduzem, que buscam, que se exercem a partir de práticas de "convencimento" seja por ameaças, ou por discursos que estimulem a vontade de se mudar do seu lugar de origem. Nesse sentido, existem dois movimentos: o do governo municipal e do morador que "aceita" as alternativas habitacionais. Isso tudo estimula uma desorganização social e espacial entre os moradores da favela atingida, tema que será tratado no último capítulo.

O que é importa destacar é a predominância de uma intervenção molecular do poder que oferece e negocia especificamente com cada família a possibilidade

da remoção. A biopolítica se exerce entre as diferenças dos desejos e das necessidades e intervém na própria produção urbana local.

3.4

Habitar como favela, resistir como poeta

Muitas práticas foram exercidas sobre a favela (clientelismo, mutirão, urbanização estatal, remoções, regularização fundiária, políticas de segurança etc.) da mesma forma que inúmeras representações foram produzidas sobre esse espaço. Lefebvre aponta que a concepção do espaço tem uma vertente redutora do *vivido*, simplificando e tentando dar coerência a realidade permeada de contradições e diferenças. A favela como um "espaço subnormal" ou um "espaço não formal" esconde outra produtividade exercida pelos próprios moradores.

Mais uma vez recorremos aos estudos de Valladares, que discerne a construção de diferentes representações sociais, das quais a autora identificou a produção de três "dogmas" pela literatura que escreve sobre esse fenômeno: tratar a favela como um espaço específico e singular, no que se refere à sua arquitetura, a sua ocupação do solo, ao pluralismo legal, a sua composição social e a sua cultura; considerá-la como *locus* da pobreza, da marginalidade e da segregação social e espacial; e compreendê-la na perspectiva de uma unidade social (comunidade). Essas definições e visões reduzem as favelas em categorias que não dão conta da diversidade de pessoas, situações e estruturas intra e inter-favelas, de forma a homogeneizá-las e reproduzir, por vezes, estigmas.

Valladares (2005) contesta esses "dogmas" através de um estudo que fez sobre a Rocinha. Ali, ela identifica uma realidade complexa: o desenvolvimento do mercado, da comercialização de casas e aluguéis, de atividades turísticas e outros empreendimentos não condizem com a visão que afasta/exclui da composição da favela as dinâmicas e relações presentes em toda a cidade. A favela tem um canal de TV, *sites*, um McDonald, agência de correios, três pontos de vendas de celulares, centros médicos de exame, uma Associação Comercial e Industrial do Bairro, por exemplo.

Para a autora, a construção desses dogmas tem um efeito homogeneizante que interessa aos responsáveis pelas políticas públicas para a favela, que ao identificá-la como um lugar específico, especifica os projetos sociais e urbanos voltados para elas (remoções, urbanização de favela, UPP, e etc) (VALLADARES, 2005). Existe uma multiplicidade de situações, formas, pessoas em distintas favelas.

Os conflitos que giram em torno da *favela* apontam assim a produção de uma realidade urbana complexa. Lícia Valladares problematiza as tentativas de definir o que é a favela. A produção de um espaço é submetida a condições históricas, bem como às suas descontinuidades, tornando-se questionável qualquer tentativa de essencializá-lo. Para ela, a noção de favela decorre muito mais do contraste proveniente entre as favelas contíguas à certos bairros da elite, do que propriamente a caracterização de um lugar singular:

"Preferimos a hipótese de a identidade da favela afirmada pelos dogmas pretender-se muito mais ao contraste violento com os bairros de classe média e alta, (...) do que suas supostas características. Proximidade espacial com distância social" (VALLADARES, 2005, p. 158).

Seja a ideia de comunidade, seja a ideia de marginalidade e irregularidade, essas categorias reduzem a complexidade daqueles espaços, que de forma alguma estão fora das dinâmicas da cidade. Entretanto, esse condicionamento histórico não quer dizer que a *favela* não tenha realidade. Ela é uma "realidade transacional", utilizando as palavras de Foucault, produzida na interface dos governantes e governados, que "mesmo não tendo existido desde sempre, não são menos reais" (FOUCAULT, 2008a, p. 404). Podemos dizer, então, que nessa trama a favela é um espaço social continuamente produzido e re-produzido - no sentido lefebvriano. Ela não só integra a cidade, como também compõe uma urbanidade recheada de conflitos e diferenças.

Nesse sentido, é importante compreender a favela não só como uma representação social ou espacial, mas também como a experiência, a prática, a vivência de seus habitantes, ou seja, a favela como um *habitar* a cidade. Não estamos procurando entender sua origem, ou simplesmente se ela está atrelada aos processos de exclusão social ou necessidade habitacional. Trata-se de percorrer um viés positivo da ação dos moradores, sua *poiesis*; e de não tratá-los apenas

como agentes passivos de uma estrutura, mas que nos desejos-necessidades produzem um espaço, cujos sentidos e direção ultrapassam os termos funcionais de *habitat*.

A construção do espaço vivido é uma operação diuturna dos seus habitantes. Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau discorre que nas práticas cotidianas, nas formas sub-reptícias os usuário desenvolvem suas contrapartidas aos dispositivos do poder, ou seja, suas "maneiras de fazer" pelas quais "se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural" (CERTEAU, 2014 p. 41). Certeau compreende o cotidiano como um *patchwork* de operações heterogêneas, em que o poder aplica procedimentos disciplinares, moleculares e difusos (utilizando o aporte teórico de Foucault), mas onde há também uma rede antidisciplinar de re-apropriações, de táticas e astúcias dos governados, como uma contrapartida, uma subversão dessa microfísica do poder.⁵¹

Nesse ponto, Certau converge com Foucault e Lefebvre para identificar, na própria trama do cotidiano, a re-apropriação dos usos e espaços. Nas suas "maneiras de fazer", os moradores de favela escaparam, em parte, da própria prática do planejamento urbano tecnocrático. Como afirma Paola Berenstein Jacques "a favela não tem plano, não é construída a partir de um projeto" (JACQUES, 2011, p. 69). Em apoio as obras de Hélio Oiticica (*Parangolé*⁵² e

⁵¹ Certeau se apropria da teoria de Foucault no que se refere ao funcionamento do poder, mas se afasta dela quando procura registrar os processos difusos de resistência: "Elas colocam questões análogas e contrárias às abordagens do livro (Vigiar e Punir) de Foucault: análogas porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram seu funcionamento por uma multiplicidade de 'táticas' articuladas sobre os 'detalhes' do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos e dos indivíduos presos agora nas redes de vigilância" (CERTAU, 2014, p. 41). Certau escreveu esse livro na década de 1980 e não analisou também outras produções de Foucault, que versam sobre a biopolítica e o cuidado de si, obras que só viriam a ter repercussão maior posteriormente, com a transcrição dos cursos e coletâneas dos *Dits et Ecrits* (1994).

⁵² O Parangolé que Oiticica se refere, em um primeiro momento, à estrutura contínua e em movimento que a capa ou o estandarte formavam junto com quem a vestia. Esse obra plástica dependia da participação ativa do corpo dançante. Em *Bases fundamentais para uma definição do Parangolé* (1964), Hélio Oiticica havia identificado em sua pesquisa sobre o objeto plástico, sobre a "tentativa primeira e decisiva de desmonte da figura na arte ambiental", marca em Parangolé uma "arte ambiental" que, na cidade, o "acha" na arquitetura da favela (OTICICA, 2011, p. 70-71). Da sua vivência na Mangueira e na escola de samba da comunidade, Oiticica observa no parangolé uma estrutura-ação, contínua e inserida numa produção coletiva. Na arquitetura da favela ele

Tropicália), e a sua experiência na favela da Maré pelos estudos de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a autora em *Estética da Ginga, a Arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica* (2001) observou na própria produção do espaço da favela pelos seus moradores uma estética própria. Ela discerne ali uma arquitetura específica, sempre em construção, que se expande de forma rizomática e modular (vertical e horizontalmente), conforme o espaço sobre o qual se ergue, e de acordo com as ferramentas e materiais disponíveis.

O espaço-movimento não seria mais ligado somente ao próprio espaço físico, mas, sobretudo ao movimento do percurso, à experiência de percorrê-lo, o que é da ordem do vivido e, simultaneamente, ao movimento do próprio espaço em transformação. Diante disso, só podemos considerar a favela como um espaço-movimento (JACQUES, 2011, p. 153).

Apesar da obra abordar, de forma preponderante, as características de determinadas favelas localizadas sobre encostas de morros, como a Mangueira, ela não deixa ser interessante ao perceber nesses espaços uma prática espacial, um movimento urbano, mesmo que seja um *outro* urbano. Seus estudos foram desenvolvidos no momento em que o discurso da remoção não estava mais preponderante, destacando-se as políticas de urbanização de favelas.

O problema que ela levantou na sua obra consistia no caráter uniformizante que projetos de uma arquitetura racionalista, carregados de determinados padrões e normas, poderiam trazer sobre a favela. Esta, para o arquiteto projetista, emerge como uma heterotopia (o espaço *outro*): seu movimento labiríntico e imanente, a estrutura inacabada e criativa das construções das casas trazem uma outra racionalidade da produção de espaço, inversa da prática urbanística institucional (para a academia, e para o Estado que trabalham com a ideia de um planejamento e uma criação prévia da disposição dos estabelecimentos e elementos espaciais).

As favelas não deixam de ser uma "maneira de fazer" a cidade, conforme o "andamento" de um jogo político-urbano. Não se trata de tecer comparações valorativas entre esses espaços e outros territórios, nem de afirmar que ali não

observa uma "organicidade estrutural entre os elementos que constituem a circulação interna e o desmembramento externo dessas construções" (OTICICA, 2011, p.71).

precisa de uma política pública de urbanização, regularização fundiária ou de serviços públicos. O que interessa ressaltar é que na própria trama das construções das favelas como uma *heterotopia*, seja ela como um espaço de diferença ou como um *outro* subnormal, não se pode esquecer os processos múltiplos de resistências. Segundo Foucault (1995), o poder não é uma substância, ele tem caráter relacional. Por isso, não há poder sem resistência: "elas são o outro termo das relações de poder" (FOUCAULT, 1995, p. 106).

No artigo *Refavela (notas sobre a definição de favela)* (2011), Gerardo Silva tece considerações sobre a construção sobre o que designaria favela. Se, de um lado, há denominações que a marcam a partir de uma noção de falta (um lugar não regular, não legal, pobre, sem segurança, não integrado à cidade), de outro, há discursos que propõem pensar esses espaços pela sua positividade (reconhecer seus territórios como cidade, sua multiplicidade social, étnica e cultural, e a cidadania dos favelados - estes como sujeitos políticos independente da atuação ou "ausência" do Estado).⁵³

Dentre as instâncias afirmativas, ele dá destaque a dimensão de resistência que a favela expressa. Nela está implicada uma determinação subjetiva, ou seja, suas lutas e conquistas políticas e jurídicas "pressupõe esse momento anterior, primeiro e constituinte, que é o sentido (pleno) da permanência na cidade" (SILVA, 2013, p. 43). Mesmo em situações de risco, violência e insegurança de remoção, a favela-constituinte⁵⁴ constrói estratégias cotidianas para sustentar esse desejo de permanência. Aqui, o direito à cidade é correlato à própria luta pelo habitar (a liberdade de produzir diferenças), o que Silva chama de ReFavela.⁵⁵

Lefebvre fala que o "homem fabricará a sua maneira" seu habitar, mesmo que em condições desfavoráveis. Dessa maneira, a Refavela se revela de diversas

⁵³ Gerardo Silva retira essas perspectivas positivas de trabalhos como o da Licia Valladares, Alba Zaluar e Marcos Alvito em *Um século de favela*; se baseando ainda em um debate realizado pelo Observatório de Favelas, juntamente com o BNDES, *O que é favela afinal?*, cujo relatório pode ser acessado em <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2015.

⁵⁴ Gerardo se apropria do conceito "poder constituinte" de Antônio Negri para discorrer a instância afirmativa, de resistência e produtiva da favela. Cf. NEGRI, Antonio. Poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

⁵⁵ Refavela é também o nome de uma música de Gilberto Gil, composta década de 1970, na qual o cantor retrata as diversas "maneiras de fazer" dos favelados na cidade.

maneiras. Não apenas em um enfrentamento contra a remoção, por exemplo, mas também em momentos mais corriqueiros, cotidianos que tecem a própria apropriação e modelagem do espaço: a construção da casa, a organização sócio-espacial, os mutirões e cooperações, toda a vida urbana. Portanto, sobre o espaço vivido da favela, podemos pensá-lo em um "habitar como poeta", que não envolve apenas a disposição e a construção de seus elementos materiais, mas da relação com o ambiente em afetos, necessidades e desejos, que compõem as diferenças, os "modos de vida" e as possibilidades de re-existência na cidade (subjetividade).

4

Vila Autódromo: habitar o espaço, resistir à remoção biopolítica

A Vila Autódromo se localiza ao extremo norte da Barra da Tijuca, em uma pequena faixa de terra da Península de Itapeba. Ela é oriunda de uma colônia de pescadores, formada na década de 1960, que cresceu e se tornou uma pequena favela. Ali, moradores edificaram suas casas, bem como os espaços comuns, tecendo um vida urbana.

A história desse espaço é marcada por 20 anos de ameaça de remoção e resistência dos moradores. Durante a década de 1990, o governo municipal de Cesar Maia pretendeu retirar a Vila Autódromo através de uma ação judicial. Muitas favelas da região também sofreram a mesma pressão.

A Barra da Tijuca é um bairro que passou por um processo de urbanização inicialmente planejado pelo Estado, com um plano de urbanização elaborado por Lúcio Costa, para depois se desenvolver conforme as demandas das imobiliárias e construtoras. Ela foi marcada pela transição do planejamento funcional urbano para um planejamento estratégico, se tornando palco de grandes eventos, como o *Rock in Rio*, o *Pan Americano 2007* e, agora, as *Olimpíadas de 2016*.

No curso do processo judicial, moradores obtiveram decisões favoráveis e ainda conseguiram iniciar um processo de regularização fundiária, através do qual receberam títulos de concessão real de uso pelo Estado. A Vila Autódromo foi, então, uma favela que se beneficiou das políticas de urbanização e regularização fundiária desenvolvidas na década de 1980. No entanto, atualmente muitas famílias aceitaram a oferta de reassentamento ou de indenização proposta pela Prefeitura. Sua remoção vem ocorrendo nos termos da "negociação" e do "convencimento", que são promovidos sob constrangimento ou sob persuasão.

Esse capítulo discorre sobre esse longo processo de remoção e a resistência dos moradores. O objetivo é compreender os efeitos do conflito sobre o habitar. Ele foi dividido em três partes: a primeira traz uma reflexão sobre o espaço da Vila Autódromo, não apenas pelo viés habitacional, mas no próprio campo do vivido e da prática urbana; em seguida, foi analisada a primeira fase da remoção da Vila Autódromo - da década de 1990 até os jogos *Pan Americanos de 2007* - na qual os moradores lutaram por sua regularização fundiária; ao final, serão investigados os procedimentos que a atual Prefeitura adotou para pressionar os próprios moradores a saírem da Vila Autódromo, durante os preparativos para as *Olimpíadas de 2016*. Trata-se de analisar as ações marginais do poder, que interferem na dinâmica urbana e na vida de seus habitantes.

Para essa pesquisa foram utilizados diferentes documentos: ações judiciais, reportagens, materiais produzidos sobre o espaço da Vila Autódromo (Cartografia Afetiva e Plano Popular), fotos, mapas e entrevistas. Eles foram analisados a partir do desenvolvimento teórico traçado nos dois primeiros capítulos.

Foram realizadas sete entrevistas no total, as quais foram estruturadas de forma semiaberta. O intuito não era proceder um levantamento quantitativo, não havendo necessidade de aplicá-las em um grande contingente de pessoas. Tratava-se de escolher moradores em diferentes situações. Para isso, os entrevistados foram escolhidos por *sítios* da Vila Autódromo: início da Rua do Autódromo, onde as obras do Parque Olímpico estão bem avançadas e circulam ali muitos operários e funcionários; a Rua Beira Rio, onde muitos moradores aceitaram o reassentamento no Parque Carioca; a Rua Nelson Piquet, onde existem ainda bastantes casas; a Rua Francisco Landy e Pit Stop, onde muitas casas já foram demolidas; o final da Rua do Autódromo, onde as casas ocupam terrenos maiores e se localizam na faixa marginal de proteção, área cuja ocupação que está *sub judice* (mapa em Anexo 11).

Com o auxílio de uma das lideranças locais, que exerce um papel importante de articulação, foram escolhidos moradores em cada uma dessas zonas, com distintas perspectivas e experiências sobre a remoção e permanência da Vila

Autódromo⁵⁶. Fátima mora na Rua do Autódromo e é uma das lideranças da resistência (Anexo 1); Lúcia mora na Rua Beira Rio, possui um salão de beleza e está cansada quanto ao processo de remoção que se estende por mais de 20 anos (Anexo 2); João mora na Francisco Landy e entende que tem o direito de permanecer no local (Anexo 3); Maria possui um restaurante no início da Vila Autódromo e é considerada uma das moradoras mais antigas da comunidade, onde a família passou a morar na década de 1980 (Anexo 4); José reside atualmente entre muitas casas demolidas, próximo à Lagoa e tem incerteza quanto ao destino da Vila Autódromo (Anexo 5); Pedro mora na faixa marginal de proteção, cuja maioria dos vizinhos aceitaram indenização (Anexo 6); Ana reside na Nelson Piquet, rua onde ainda há muitas casas, mas parte de sua família foi reassentada e, por isso, ela pensa em sair de lá (Anexo 7).

As entrevistas percorrem todo o capítulo. Elas não servem como um prova cabal de como é a Vila Autódromo, ou como foi o processo de remoção. Elas são o relato de uma vivência e a expressão dos efeitos de um conflito na própria vida urbana. Não se trata de uma análise objetiva para descobrir a razão de sua remoção, nem de uma análise subjetivista, que tenta entender o motivo de um indivíduo querer permanecer ou não em determinado espaço. O que se busca compreender é como o poder age e afeta, de forma molecular e difusa, as dinâmicas espaciais: os desejos, as necessidades e imaginários.

4. 1

A produção social do espaço Vila Autódromo

4.1.1

A poética do espaço da Vila Autódromo

Na Vila Autódromo, foram construídas casas, e mais um pouco! Nela, há um parquinho onde as crianças se divertem; um campinho de futebol onde se jogam partidas, se fazem festas e outros eventos; o Bar do Cleber, onde os adultos se

⁵⁶ As entrevistas se encontram em anexo. A identidade dos entrevistados foi preservada, e se utilizou nomes fictícios para representá-los.

encontram; e a sede da Associação de Moradores, o lugar das reuniões. Igrejas católicas e evangélicas também fazem parte do espaço. E contrastam com fanque [sic] da Vila Autódromo, música ouvida por muitos moradores. Antigamente, o som da comunidade era composto pelo barulhos dos carros treinando no Autódromo. Na sinfonia, é ainda possível ouvir pássaros e outros animais. Aliás, moram ali gatos, cachorros, cavalos, cabras, patos e galinhas... Percorrendo a rua do canal, se avista muitas árvores e ao final chegamos na lagoa, antigo lugar dos pescadores e, atualmente, o preferido dos namorados!⁵⁷

Acima, está uma possível descrição do mapa interativo produzido a partir do trabalho de cartografia afetiva realizado pelo Laboratório de Cartografia com as crianças da Vila Autódromo⁵⁸. Durante alguns encontros, elas desenharam suas casas, os principais lugares, os animais que existiam ali, os sons e encontros das pessoas. Uma deriva também foi realizada, durante a qual as crianças conduziam a caminhada e mostravam os lugares que lhes chamavam mais atenção. Esse momento foi registrado com fotos e filmagens.



Figura 1: Licença: LAL 1.3

O material produzido nesses encontros compôs a cartografia, elaborado na Plataforma WEB - FIC chamada “Fronteiras imaginárias culturais”, pela qual é

⁵⁷ Essa é uma possível descrição do “Mapa Afetivo da Vila Autódromo”, elaborada por mim, que se aproxima do conteúdo produzido pelas crianças, nos seus desenhos e suas falas sobre a comunidade.

⁵⁸ O Mapa Afetivo da Vila Autódromo pode ser encontrado no link <<http://fronteirasimaginarias.org/node/555>>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

possível desenvolver mapas interativos com diferentes formas e conteúdos⁵⁹. No mapa afetivo da Vila Autódromo, os desenhos se tornaram ícones, em que era possível clicar para ler mensagens e ver fotos sobre os lugares mencionados pelas crianças.

O ponto de vista infantil sobre vivência cotidiana local mostra como se formam laços afetivos com o lugar e as pessoas que estão intimamente ligados ao espaço da Vila Autódromo. A sombra da árvore em frente ao Bar do Cleber, os mutirões de limpeza do canal, a convivência com os vizinhos, as brincadeiras na rua, os bichos, a lagoa... A interação dos moradores com esses lugares e entre si atribuem a esse espaço físico uma riqueza imaterial - cultural, histórica e social - que essa cartografia busca, dentro das suas limitações, retratar⁶⁰.

O mapa afetivo é uma representação possível do próprio espaço vivido. Ele expressa uma outra perspectiva sobre a Vila Autódromo. As crianças nos direcionam para um olhar mais sensível às memórias e aos afetos. Os usos, as histórias e relações sociais condicionam um vínculo com o lugar: cada canto, cada ambiente, cada componente possui seu valor onírico. Trata-se de uma poética desse espaço: imagens da Vila Autódromo produzidas pelas crianças, mas com força transubjetiva.

Seja a casa ou os espaços comuns, cada componente da Vila Autódromo tem traços simbólicos para cada habitante. No entanto, não se está diante de uma vivência estritamente individual. Os moradores compartilham sentimentos e imaginários comuns. Um lugar tranquilo que todos se conhecem, é desta forma que a maioria dos entrevistados descrevem a Vila Autódromo:

É uma comunidade muito boa, muito tranquila, muito pacífica. Apesar da gente ter toda essa dificuldade, a gente consegue enfrentar e dormir bem. A noite aqui é um silêncio muito bom, tudo aqui é bom. (...) Eu abro a porta já vejo o dia maravilhoso, o meu quintal, as minhas plantas. Eu tenho pé de manga, pé de goiaba, de acerola, pé de abacate. Então eu tiro uma fruta e levo para dentro de casa, faço uma vitamina. É diferente. É uma vida saudável. Eu não quero perder

⁵⁹ Essa plataforma multimídia pode ser encontrada no endereço eletrônico <<http://fronteirasimaginarias.org/node/8>>. Essa plataforma serve como base de dados de conteúdos agrupados por mapas.

⁶⁰ Esse trecho faz parte de um texto que acompanha o Mapa Afetivo da Vila Autódromo, produzido pela equipe que conduziu o trabalho de cartografia.

essa coisa. A minha família também gosta de morar aqui. Nós gostamos daqui. A minha filha gosta daqui. Ela cresceu aqui como sendo a casa dela. A gente é livre, tem o mercadinho. A gente sai a qualquer hora e volta qualquer hora da noite. A gente não tem medo de morar aqui. A gente deixa porta aberta. A minha porta fica aberta o tempo todo. Então se você passar aqui me procurando, eu vou falar 'entra aí, que o portão está aberto'. 'Pode entrar, não tem cachorro não'. Então a gente se conhece bem, tem uma vivência muito boa. A coisa assim é gostosa de viver. A gente passa assim: Bom dia, Boa tarde, “como é que tá você?” Você não vê vizinho brigar com vizinho. Então é muito bom morar aqui. Não tem coisa melhor (Anexo 1, p. 17).

A comunidade continuou com as mesmas características de uma comunidade que pode-se dizer que é uma comunidade excelente em pessoas(...) Porque há 20 anos que eu conheço as mesmas pessoas. Todo mundo que veio para cá nunca quis sair. É uma comunidade apaixonante. Porque qual local no Rio de Janeiro que você(...) moro aqui há 20 anos, e graças a Deus nunca fui roubado(...) Apesar de não ter poder público atuando, mas você tinha pessoas que se mobilizavam, tinha um condomínio (Anexo 6, p. 85)

Mas aqui é uma paz muito grande (...) Aqui não tem um tiro, não tem um estupro, não tem boca de fumo, não tem vagabundo. Aqui não tem essa coisa de crime organizada. Aqui é só trabalhador. Tem dia que minha mulher chega duas horas da manhã, porque ela trabalha de faxineira e as vezes entra pela noite, minhas filhas também, que fizeram faculdade e as vezes chegavam tarde da noite. Nunca ninguém mexeu com elas (Anexo 3, p. 36).

A poética do espaço demonstra que o habitar da Vila Autódromo não possui uma restrita dimensão individual, nem que a produção de espaço apenas ocorre no viés coletivo. O binômio coletivo/individual não abrange as relações sociais e afetivas que compõe um espaço: cada casa, cada morador, cada cooperação e organização foram e são importantes para a constituição da Vila Autódromo.

4.1.2

Observações a respeito de uma representação do espaço: a Vila Autódromo como comunidade

A representação das favelas como comunidade foi desenvolvida nos anos 1950, principalmente pela Igreja, que prestava na época ações assistencialistas. O termo guarda controvérsias: ele emergiu contra uma representação negativa das favelas como um mal a ser erradicado (VALLADARES, 2005); mas reproduz uma ideia de identidade e de unidade, de um lugar particular, diferente das dinâmicas individuais e conflituosas da cidade - o urbano é um espaço de conflitos e de diferenças.

O termo foi sendo utilizado ao longo dos anos, por grupos políticos, teóricos e o próprio poder público. Atualmente, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) criou uma distinção entre favelas e *comunidades urbanizadas*: estas são tratadas como *assentamentos irregulares que receberam algum programa do governo* - Favela-Bairro, Bairrinho, Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e outros similares⁶¹.

Embora a Vila Autódromo não seja reconhecida pelo poder público como uma *comunidade urbanizada*⁶², em reuniões, eventos, vídeos e textos, a Vila Autódromo é, recorrentemente, chamada de comunidade.⁶³ Moradores a descrevem como lugar pacífico e organizado; onde eles historicamente se mobilizaram; e onde não há tráfico nem violência. O termo "comunidade" é utilizado para ressaltar os aspectos positivos daquele espaço, e marcar sua diferença tanto em relação aos condomínios privados, quanto às representações negativas atribuídas às favelas.

Mas não era favela por não ter tráfico ou outro tipo de poder negativo. O ponto positivo daqui é que não tinha bandido, tinha só dependente químico (...) Quando fui no elevador, cumprimentei e eles não respondem. Na academia eles entram e um não fala com o outro. E na rua, quando eles vão entrando, não tem o hábito de cumprimentar o outro. Então na comunidade já é normal um cumprimentar o outro, socorrer o outro (Anexo 4, p. 67).

A comunidade é uma imagem heterotópica construída sobre esse espaço, frente às isotopias do bairro (os condomínios privados), à violência da cidade e às (a)normalizações urbanísticas produzidas contra as favelas. Esse trabalho não tem como pretensão avaliar se é correto ou não o uso do termo. As apropriações de determinada palavra, ou a construção de certa representação do espaço, ocorrem dentro de um campo de relações de poder. A Vila Autódromo, que é reconhecida como favela pelo poder público, enfrenta há mais de 20 anos um processo de remoção. Nesse contexto, apresentá-la como "comunidade" funciona também

⁶¹ Informações retiradas junto ao site do Instituto Municipal de Urbanização Pereira Passos (IPP), disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4782931>>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

⁶² Segundo o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) do IPP, a Vila Autódromo é classificada como favela nos termos do IBGE - aglomerado subnormal. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>>. Acesso em 08 de outubro de 2014.

⁶³ O título do blog criado por moradores da Vila Autódromo se chama "Comunidade Vila Autódromo" que a descrevem como uma comunidade consolidada e legítima. Ver em: <<http://comunidadevilaaudromo.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

como uma tática discursiva, que difunde a imagem positiva daquele espaço, e também de seus moradores.

4.1.3

A prática espacial da Vila Autódromo e sua urbanização

Cada habitante da Vila Autódromo possui uma história, que atravessa e compõe com a história do espaço. Entre necessidades e desejos eles construíram suas casas e estabeleceram vínculos no local. As falas dos moradores entrevistados são permeadas de memórias e sentimentos. Elas expressam a produção do espaço na própria vivência de cada um, nas relações estabelecidas, no seu percurso e no seu imaginário.

Fátima mora na Vila Autódromo há mais de 20 anos. Ela relata que parou ali após um anúncio no jornal: estava querendo se mudar da Rocinha e procurava um espaço maior e legalizado. Com o tempo, ela foi criando raízes:

Mas de cara eu me apaixonei pela Vila Autódromo. A minha família também. A minha filha ficou encantada com o espaço. Eu peguei um espaço enorme. A minha casa tem 300 m², meu terreno. Então o espaço era muito bom. Eu construí o resto da minha casa toda e começou a luta (Anexo 1, p. 37).

João também procurava um espaço maior. Ele morava com sua família em um quatinho do condomínio onde trabalhava como porteiro, próximo à lagoa. Quando se mudou para a Vila Autódromo, em 2002, ele já conhecia a região: "Quando eu morava no prédio, a gente ia pescar no final de semana no rio e, ali mesmo, a gente fritava os peixes limpinhos, e tomava cachaça. Era tipo uma praia: enquanto as crianças ficavam brincando na água a gente ia pescar" (Anexo 3, p. 37).

Em 1994, Pedro decidiu comprar um terreno na Vila Autódromo por dois motivos: "Primeiro aqui era um lugar agradável, achei um local agradável, e segundo foi uma oportunidade de estar próximo ao Autódromo, porque eu gosto muito de corrida (Anexo 6, p. 84)".

Lúcia comprou o espaço onde mora por outras razões: ela morava de aluguel e, por indicação de uma colega de trabalho, viu a oportunidade de ter o seu próprio imóvel. Hoje ela é dona de um salão de beleza que fica em frente a sua casa. Pelo mesmo motivo, José também viu na Vila Autódromo oportunidade de ter sua própria casa.

Maria é uma das moradoras mais antigas da Vila Autódromo. Ela se mudou para lá quando ainda era adolescente. Seus pais moravam de aluguel, e na década de 1980 ocuparam um terreno de lá. Nessa época, a Vila Autódromo ainda era um "espaço ocioso". Hoje, ela também tem um restaurante e *kitnets*, que atualmente aluga para os operários da obra do Parque Olímpico, um complexo esportivo que está sendo construído ao lado.

Meu pai minha mãe e meus irmãos vieram, e passamos a morar aqui, em casinha de madeira até a gente construir. No decorrer dos anos nós conseguimos construir e chegamos a onde nós chegamos: com casa de alvenaria (...) Esses 30 anos que a gente mora aqui, ninguém quer ficar morando de aluguel, ninguém quer ficar morando numa casa de madeira (...) Eu recebia meu salário e comprava meu caminhão de terra. Outro comparava os tijolos, e fui juntando meu salário para pagar mão-de-obra. Quando não tinha mão-de-obra, meus vizinhos vinham e me ajudavam a fazer. Isso aqui hoje tem até piscina (...) A minha casa foi construída, cada tijolo, com meu sangue, com minhas lágrimas, com meu suor (Anexo, 4, p. 49).

O esforço para melhorar a casa e as condições de vida também é descrito por outros entrevistados:

Eu morei 16 anos no tijolo. Desde 2011 quando teve uma pessoa que estava me patrocinando lá do Autódromo eu consegui construir minha casa. Com dificuldade e muito esforço eu botei *porcelanato* na minha casa, a minha casa está toda rebaixada com teto de gesso, com sobreluzes. Minha casa está com as portas de madeira, tudo bem feitinho (Anexo 6, 94).

A única casa mais antiga que tinha era essa aqui da frente. Que está toda bonitinha, e antigamente era um barraquinho. Mas os moradores continuam os mesmos. Acho que o pessoal acha que por você morar em uma comunidade ou uma favela, você tem que morar para o resto da vida mal. Então se você fizer uma melhoria vai falar 'Ah lá, ta melhorando'. As coisas progridem. Não tem que ficar o resto da vida morando em uma casa de madeira (Anexo 5, p. 70).

João descreve também a dificuldade de construção de sua casa: "Minha casa era muito desconfortável, sem luz, sem nada, muito aberta. Eu não estava acostumado a morar em comunidade" (Anexo 3, p. 36). Saber que ali é um imóvel titularizado o estimulou a investir na moradia: "Eu comecei a trabalhar, com meu

filhos, minha mulher. A gente foi fazendo a casinha, melhorando, embolsando. Aí eu fiz o segundo piso para minha filha” (Anexo 3, p. 36).

Entretanto, a ameaça constante de remoção também fez com que muitos moradores deixassem de investir mais em suas casas. A incerteza quanto ao futuro da Vila Autódromo funcionou também como um freio na melhora das condições de moradia.

Quando eu estava fazendo meu muro, uma moça chegou gritando: 'olha gente, os tratores vão vir para derrubar tudo. O Cesar Maia vai derrubar tudo hoje a noite! Pode parar com a obra!'. Aí chegou uma outra moça e disse: 'moço, não para não, continua com seu muro, isso aqui é antigo, eles de vez em quando ficam ameaçando a gente aqui!' Aí eu mandei o pedreiro ir embora - 'Eu não vou pagar você para uma coisa que vai ser derrubada. Vamos dá um tempo. Quando esfriar isso, aí eu te chamo de volta, para você terminar o meu muro' (Anexo 3, p. 37)

O que trazia assim era a incerteza, o medo de investir um pouco mais. Acabou trazendo muito mais a falta de conforto, porque hoje muita gente, falando por mim, eu moro hoje muito desconfortável por conta da ameaça. Eu poderia estar morando melhor, mas sempre por conta da ameaça dizia: 'Não constrói porque eles vão demolir', 'Vão remover e você não vai ter direito a nada', ou então vai ser o que eles quiserem para onde botar os moradores. Isso me angustia muito até hoje (Anexo 2, p. 21).

Além de suas casas, moradores também trabalharam na construção da infraestrutura e dos espaços comuns. A partir de mutirões eles urbanizaram a comunidade. Vale destacar que o terreno da Vila Autódromo era pantanoso e no local havia muito mato e taboa; a infraestrutura era precária, sem serviços de transporte ou luz.

Era difícil, tinha muita taboa, muita lama. Minha casa era muito desconfortável, sem luz, sem nada, muito aberta (Anexo 3, p. 35).

A comunidade era muita mais carente. Não tinha ônibus, não tinha luz, era bem pouquinho. E tudo isso foi melhorando (Anexo 1, p. 5).

Muitas ruas não existiam aqui quando eu cheguei (Anexo 7, p. 99)

Mas, assim, era um pouco mais difícil em relação a algumas coisas: não tinha luz no mercado, no salão, as pessoas reclamavam muito (Anexo 2, p. 20).

O terreno foi aterrado e as ruas foram construídas pelos próprios moradores. O sistema de esgoto foi realizado através da implementação de sumidouros em

cada casa. Frequentemente, moradores também se organizavam para limpar o rio que contorna a Vila Autódromo e deságua na lagoa:

O poder público nunca fez nada aqui. Mas a gente começou a aterrar as ruas, tirar os problemas das ruas; limpar o rio, fizemos um mutirão para limpar o rio, para tirar os lixos da comunidade, catar latinha, garrafa pet (Anexo 3, p. 36).

A partir da mobilização interna foi promovida a urbanização: implementação de tubulação para a distribuição de água, plantação de árvores, circulação de fumacê para diminuir os mosquitos etc.

Tudo na nossa comunidade foi o morador que correu atrás. As árvores que nós temos aqui foi o morador que plantou. As ruas, foi o morador que melhorou. Os pontos de ônibus. As mulheres aqui se reuniram, saímos de porta em porta pedindo dinheiro para fazer aquele ponto que tem na ponte. Quando chovia, quando a gente ficava em baixo do sol, não tinha nada para proteger a gente. As crianças esperavam o ônibus sem proteção. Então, nós mulheres, tomamos a decisão a muitos anos atrás - 13 anos atrás. Porque não tinha aqui na frente, e não tinha lá. A gente batalhou por um ponto de ônibus e conseguimos. Conseguimos que a *Comlurb* passasse com o caminhão de limpeza. Tudo isso foi um trabalho de formiguinha que o morador foi buscando pra melhor (Anexo 1, p. 5).

O urbano foi sendo tecido pelos moradores. Padarias, salões de beleza, mercadinho e bar foram se instalando na Vila Autódromo. Em torno de cinco igrejas evangélicas se implementaram no local, como também uma igreja católica e um centro de umbanda. Para as áreas de lazer, foi construído um parquinho e o campo de futebol.

O espaço, assim, foi sendo modelado pelos próprios moradores. Mesmo sem suporte ou auxílio do Estado, a Vila Autódromo foi sendo urbanizada. Isso tudo compôs em múltiplas "maneiras de fazer" um urbano, a despeito das dificuldades. A resistência dos moradores foi produzida na própria atividade cotidiana de reforma da casa ou de cooperação para a construção de espaços comuns e para organização local.

O habitar da Vila Autódromo foi reproduzido constantemente nas vivências, nos movimentos, nas suas práticas espaciais. Uma moradia ou a própria comunidade transpassam a materialidade do objeto e são marcas da própria vida urbana: do trabalho, dos sentimentos, do sofrimento, das lutas diárias, dos desejos e sonhos que permeiam a produção do espaço.

4.1.4

As transformações na composição social da Vila Autódromo e suas atuais características urbanas.

A história da Vila Autódromo remete à ocupação dos pescadores na Península de Itapeba, que margeia a Lagoa de Jacarepaguá. Por relatos de moradores, em 1960 algumas famílias já moravam em torno da lagoa. Com a construção do Autódromo Internacional Nelson Piquet os moradores locais foram sendo "empurrados" para uma pequena faixa à esquerda da península.

Porque aqui na época era um terreno ocioso, e tinha moradores, a maioria pescadores. Depois foram vindo algumas pessoas, foi crescendo e com um ano isso aqui já estava povoado. Mas os pescadores já estavam aqui desde a década de 60 mesmo (Anexo 4, p. 49)

Quando começou essa comunidade, no ano de 1985, eu trabalhava no condomínio Espigão, do Rio Centro, trabalho lá até hoje. Na época isso aqui era taboa, tinha muito mosquito, não tinha luz, não tinha nada. Essa comunidade existia antes, era dos pescadores, era chamada ilha dos pescadores, muito antiga (Anexo 3, p. 34).

Quando o Rio de Janeiro ainda era Estado da Guanabara, quando ainda não havia SERLA, FEEMA, Secretaria do Meio Ambiente, nem sequer havia ali luz da Light, quando ninguém queria morar pelas bandas da Barra e Jacarepaguá, porque era área rural, local deserto e inóspito, cheio de mosquitos, sem iluminação, água encanada e transporte, só pescadores ali habitavam por necessidade e questão de sobrevivência. Desde 1962 aqueles pescadores ocupavam as margens da Lagoa de Jacarepaguá, que eles denominavam Lagoinha, parte da qual foi aterrada em 1975 para as construções do Autódromo de Jacarepaguá e de um conjunto residencial para a Aeronáutica. Tanto estas construções quanto o aterro das pequenas lagoas existentes no local empurraram aqueles pescadores para uma estreita faixa de terra entre os muros do Autódromo e a sinuosa margem da lagoa.⁶⁴

Na década de 1980, a Vila Autódromo já não era mais um reduto de pescadores. Alguns operários das obras promovidas no entorno (Autódromo e RioCentro), passaram a morar ali e compuseram suas famílias. Na época, moradores começaram a se organizar e a dividir os terrenos para uma futura urbanização e constituíram sua Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) em 1987.

⁶⁴ Trecho de texto elaborado pela moradora Inalva Mendes Brito, sobre a história da comunidade dos pescadores da Barra da Tijuca e da origem da Vila Autódromo. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/351095.shtml>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2014. Acesso em 02 de fevereiro de 2014

Os terrenos, a maioria, foram fracionados. Como começou a crescer muito, aí os moradores começaram a se organizar para montar uma associação, essa parte daqui da frente, nesse lote aqui. Os terrenos ficaram entre 11, 12 por 25, 30 metros. O que na época a gente até falava para não virar favela (...) Com um ano que eu estava aqui, já começou o grupo com a associação. Só que não funcionava ali, a gente reunia onde tivesse um espaço "melhorzinho", que dava para abrigar, para fazer reunião, e começamos a fazer reunião. Depois começamos a construção da associação (Anexo 4, p. 50).

Depois tanta gente que chegou aqui, aumentou muito a comunidade. Todo ano vinha morador novo, porque aqui tinha espaço pra ser construído, e as famílias foram também crescendo. Nós estamos aqui já na quarta geração de filho. Eu conheci gente aqui menina, e gente já está sendo avó. Foi crescendo, e o povo não se intimidou não. Todo ano passava e quando a gente via que não ia sair, a gente aumentava um barraco. A necessidade foi botando isso (Anexo 1, p. 6).

Com o tempo, sua composição social se tornou heterogênea. Na paisagem urbana atual, algumas casas maiores na faixa marginal da lagoa contrastam com as residências menores da Rua Beira Rio.⁶⁵ Remanescentes de pescadores passaram habitar com imigrantes nordestinos, funcionários públicos, moradores de outras favelas ou até mesmo pessoas reassentadas da comunidade Cardoso Fontes em 1989. O próprio atual presidente da Associação de Moradores chegou à Vila Autódromo, após ser removido da Cidade de Deus em razão da construção da Linha Amarela⁶⁶. Muitas são as origens das atuais famílias que moram no local.

Ao longo dos anos a Vila Autódromo cresceu. Segundo o censo de 2010, na comunidade habitavam 1252 famílias e havia 356 domicílios (mais que o dobro em 1990 quando existiam ali aproximadamente 130 casas de alvenaria). É importante destacar que a população negra (pretos e pardos) se tonou significativa, representado dois terços da Vila Autódromo. A Barra da Tijuca, por

⁶⁵ Na entrevista concedida à revista eletrônica *Ibase*, Inalva Mendes comenta sobre a construção de sítios e grandes casas em torno da lagoa. Segundo a moradora, os donos dos "casarões" adquiriram terreno dos antigos pescadores. Durante a titularização das casas, através do processo de regularização fundiária, foram entregues termos de posse às pessoas dos casarões, mesmo havendo um conflito com as determinações da Superintendência Estadual - "Não sei se entre nós praticamos preconceito. Porque vejo o pessoal da lagoa, que é considerado o pessoal da zona sul, dizer: 'Somos favela mesmo, é tudo favela mesmo'. Quem mora nos casarões são profissionais liberais e funcionários públicos. Mas há também muita gente sem profissão definida, biscateiro. É amalgamado. Mesmo na parte privilegiada, não se encontra só gente de casarão, há um casarão aqui, um feirante do lado. E quando gente dos casarões desobedece a regra ambiental ou pretende explorar a comunidade, a galera reclama e combate, sobretudo os pescadores. A relação entre os moradores dos casarões e os moradores da Vila Autódromo é boa". Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/dv35_pan1_entrevista.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

⁶⁶ Temos o Direito de Morar Nessa Cidade, *O Globo*, 25 de agosto de 2012, Prosa e Verso, p. 8.

sua vez, possui apenas 11,7 % da população negra, comparada a 87,6% da população branca⁶⁷.

Segundo o IBGE, a maioria das pessoas moram em casas, em domicílios próprios, dotados de serviço de água e coleta de lixo. Destaca-se que a maioria das residências recebe energia elétrica da companhia distribuidora, com medidor de luz.

Mesmo com a regularidade de alguns serviços, com a titulação de muitos imóveis, o poder público a reconhece como favela nos termos do IBGE - aglomerado subnormal. Ao longo de 30 anos, ela sofreu ameaças de remoção. Isso nos aponta que a normalização sobre um espaço não apenas está sujeita à mecanismo jurídicos, mas a discursos e práticas institucionais que agem contra uma certa forma de compor o urbano por determinado grupo de pessoas.

A produção da Vila Autódromo como comunidade ou favela trata de um processo (des)contínuo de um espaço tecido entre o habitar dos moradores e a investida negativa de diferentes governos, seja pela precarização dos serviços, seja pelo deslocamento forçado.

4.2

A urbanização e a política de remoção das favelas da Baixada de Jacarepaguá

A urbanização da Baixada de Jacarepaguá foi intensificada a partir de 1970, quando Lúcio Costa acabara de elaborar um Plano Piloto para a Barra da Tijuca e a baixada (1969). O arquiteto fora contratado para desenvolver um projeto que disciplinasse a ocupação da área, para onde se pensava promover a expansão urbana e desafogar outras regiões adensadas (Zona Sul e Zona Norte). A baixada ainda era pouco habitada, localizada entre morros, areais e manguezais.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. Apesar desse trabalho não abordar uma discussão sobre racismo, não se ignora que as normalizações contra um espaço estão relacionadas também aos seus sujeitos. No Brasil, as relações de poder são atravessadas por questões raciais atreladas também à mecanismos biopolíticos, contra a vida dos negros.

De influência modernista, Lúcio Costa procurava trabalhar o urbano de forma racional, disciplinar e ordenada, como o fizera para Brasília na década de 1960. Como a nova capital, a Baixada de Jacarepaguá era um espaço "vazio" onde seria possível programar e controlar sua ocupação⁶⁸. O arquiteto pensou em recortar essa região em áreas de lazer; de trabalho, objetivando edificar um CBD (*Central Business District*); e de habitação através da construção de núcleos de residências coletivas, que vieram a se tornar condomínios fechados (REZENDE, LEITÃO, 2003). Na disposição espacial, Costa procurou preservar as condições paisagísticas da região e os "espaços verdes". Sua intenção era evitar desdobramentos urbanos de bairros da zona sul, como Copacabana, em que a edificação de prédios geminados ao longo da orla bloqueava a vista e a circulação de ar⁶⁹.

No final da década de 1960, foram desenvolvidos ali projetos viários, para melhorar o acesso à Barra da Tijuca e à Baixada de Jacarepaguá. Com o Decreto-lei nº 42 de 1969, durante o governo de Francisco Negrão de Lima, foi sancionando o Plano Piloto de Lúcio Costa e criado o Grupo de Trabalho da Baixada de Jacarepaguá que depois iria ser substituído pela Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca (SUDEBAR), responsável pela implementação de normas de construção e ocupação e do desenvolvimento do sistema viário (REZENDE, LEITÃO, 2004, p. 1). Na década seguinte, a baixada passa ser alvo de zoneamento e da construção dos primeiros condomínios residenciais, como Nova Ipanema e Novo Leblon. Foram duplicadas a Av. Sernambetiba e Via 11 (atual Airton Senna), construídos o Riocentro e o Autódromo de Jacarepaguá.

⁶⁸ Segundo Vera Rezende e Gerônimo Leitão "O Plano Piloto de Brasília, inaugurada em 1960 – também de autoria de Lucio Costa e idealizado dentro dos princípios do urbanismo modernista – constituía uma importante referência para o Plano Piloto da Baixada. Os princípios espaciais próprios do ideário modernista estão presentes nos dois planos: a ausência de lotes ou quadras e a verticalização utilizada como estratégia para a concentração de áreas edificadas com a criação de áreas vazias. Ao longo do tempo, ficariam evidentes também as diferenças, principalmente no que diz respeito ao processo de implantação. No caso da “novíssima fronteira de expansão urbana” da cidade do Rio de Janeiro, além de sua grande extensão, se destacaria, particularmente, a propriedade fundiária na região, que acarretaria uma constante pressão exercida pelos proprietários de terra, com vistas à definição de índices mais permissivos para o aproveitamento de terrenos" (REZENDE, LEITÃO, 2004).

⁶⁹ No Plano Piloto se previa quase nenhuma pavimentação na orla e ausência de construções, exceto pela possibilidade de construir dois hotéis nos extremos da faixa litorânea (FERNANDES, 2013)

A Barra da Tijuca, o Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá se tornavam novas fronteiras de investimento imobiliário. Nos anos 1980, outros empreendimentos como *shopping centers* e centros comerciais começavam a ser edificadas ali. O Decreto n. 3.046, de 27 de abril de 1981, estipulou novas regras de parcelamento, zoneamento e edificação, mais atrativas para o setor imobiliário, aumentando em geral o gabarito e permitindo a pavimentação e construção ao longo da orla, em até 15 andares (três vezes mais que a norma antiga, que determinava o máximo de 5 andares). Isso estimulou a construção de *apart-hotéis* na faixa litorânea e o desenvolvimento urbano do bairro se distanciou das características iniciais do Plano Piloto de Lúcio Costa (FERNANDES, 2013).

A propriedade fundiária da região era extremamente concentrada. Os maiores donos de terras eram Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho, (Carvalho Hosken), Tjong Hiong Oei (ESTA S.A.) e Múcio Athayde (Grupo Desenvolvimento) (MEDEIROS, 2014). Os interesses dos proprietários e das construtoras favoreceram a ocupação do solo e as construções que fossem mais lucrativas, se desviando da ordem urbanística do Plano Piloto. Em 1984, uma Comissão Parlamentar de Inquérito chegou a ser criada na Câmara Municipal para averiguar irregularidades nos licenciamentos de construções nas áreas do Plano Piloto (REZENDE, 2005)

Nessa urbanização desenfreada, os condomínios privados se tornaram a forma de habitar característica do bairro. Eles encerram em si as ruas, as áreas de lazer, uma diversidade de serviços, isto é, os espaços de encontro da cidade, funcionando como ilhas urbanas. Pelos termos de Lefebvre, tratam de uma urbanização desurbanizante que procura "conter" a produção de diferenças tecidas nas trocas e nos encontros que compõe a vida urbana. Para a publicidade dos imóveis, as construtoras utilizam de forma intensiva o *marketing*, e vendem diversos imaginários, como o *Barra Golden Green* que se associa à utopia urbana da área ecológica, ou o condomínio *Bora Bora Resort Real*, que assimila a heterotopia (o outro espaço) dos lugares turísticos exóticos (REZENDE et. al., 2003).

Na nova centralidade urbana construída para a Baixada de Jacarepaguá, as favelas começaram a parecer em sua paisagem. Segundo Vera Rezende e

Gerônimo Leitão, elas emergiram junto com o *boom* imobiliário dos anos 1970, as quais abrigavam inicialmente trabalhadores dos empreendimentos imobiliários, para se tornarem local permanente de moradia (REZENDE, LEITÃO, 2004). Vale destacar que nessa época a direção política para as favelas se voltava mais para urbanização, deixando para traz as ações remocionistas características do período do regime militar. Em uma reportagem, publicada em outubro de 1989 no jornal *O Globo*, a Chefe de Serviço Social da 24ª Regional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (governo de Marcello Alencar), Vera Fernandes, declarava que não havia por parte da Prefeitura pretensão de remover as favelas da Barra da Tijuca, mas tinha intenção no futuro em urbanizá-las.⁷⁰

Apenas na década de 1990, sob governo de Cesar Maia, as investidas contra as favelas da Barra da Tijuca se tornaram mais fortes. Em paralelo à implementação do programa Favela Bairro, as favelas da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes foram alvos de ações remocionistas. Eduardo Paes era, nessa época, subprefeito da Zona Oeste e esteve à frente dessas operações. Ele trabalhava no projeto político "Caravana da Legalidade" que realizava notificações e desocupações forçadas de estabelecimentos comerciais e residências que estariam "irregulares".

Os argumentos apresentados pela Prefeitura e pela mídia eram que as novas favelas estavam crescendo em áreas públicas, de risco e de proteção ambiental, ao longo de canais e lagoa. Na década de 1990, o jornal *O Globo* publicou reportagens, contendo declarações de Cesar Maia e de Eduardo Paes, afirmando que essas favelas seriam oriundas de "invasores de classe média."⁷¹ No mês de março de 1993, quatro reportagens apontavam o mesmo discurso, como a notícia *Barra: invasões escondem casas luxuosas*, em que o então subprefeito apontou a Vila Autódromo junto à Via Parque como exemplos de invasões com "interesses de especuladores". A reportagem mencionava que algumas casas tinham piscinas,

⁷⁰ Favelas causam preocupação, *O Globo*, 19 de outubro de 1989, jornal do bairro, BARRA, p. 23,

⁷¹ Apesar dos avanços da Caravana da Ilegalidade, três áreas estão pendente. *O Globo*, 03 de julho de 1993, Caderno Rio, p. 9

decks e lanchas, e se escondiam atrás de "barracos" construídos à frente da favela.⁷²

O discurso era invertido para as favelas, aquilo que poderia ser atribuído à ocupação da Barra da Tijuca por condomínios e outros empreendimentos. Desde a década de 1980, a urbanização deixou de ser "ordenada" conforme os termos elaborados por Lúcio Costa, para atender aos interesses do setor imobiliário. A construção dos empreendimentos precedeu a implementação de infraestrutura, e o bairro se desenvolveu com um precário saneamento para coletar e tratar os efluentes domésticos, contribuindo para a poluição do complexo lagunar local (FERNANDES, 2013).

Em 1993, a favela Via Parque foi parcialmente removida por uma operação repentina e violenta, com a derrubada imediata de imóveis e da própria sede da Associação de Moradores, além da prisão de moradores que resistiram. Desde 1990, o Município tentava na justiça retirar essa favela, mas a Defensoria Pública conseguiu por Mandado de Segurança anular a liminar. No curso do conflito fundiário, houve ocorrência de assassinatos de moradores e famílias. Essa favela estava localizada atrás do centro comercial Barrashopping e deu lugar a um parque às margens da Lagoa da Tijuca. Sua área estava extremamente valorizada, havendo algumas empresas sugerido sua venda em concorrência pública. A Carvalho Hosken S/A chegou a construir um conjunto habitacional com capacidade de abrigar 140 famílias dessa favela.⁷³

Outra favela removida foi a Vila Marapendi, sob o motivo de tratar de uma favela em área de risco e ambiental. A operação de desocupação, ocorrida em 1996, foi extremamente violenta e repentina, com a presença de funcionários da Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) para a retirada dos móveis e Guardas Municipais, que utilizaram cassetetes contra os moradores que resistiam. No mesmo caso, foi previsto o reassentamento das famílias para um conjunto

⁷² Barra: Invasões escondem casas luxuosas. *O Globo*, 27 de março de 1993, Caderno Rio, p. 13; Cesar Maia diz que há terrenos invadidos cotados à dolar. *O Globo*, 28 de março de 1993, Caderno Rio, p. 25; Confronto entre PMs e invasores da Via Park, *O Globo*, 16 de março de 1993, Caderno Rio, p. 12

⁷³ Confronto entre PMs e invasores da Via Park, *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1993, Caderno Rio, p. 12

habitacional construído em Costa Barros.⁷⁴ Na área onde a favela existia, hoje se situa o centro comercial *Downtown* (BRUM, 2013).

Embora a gestão de Cesar Maia tenha sido marcada pelo programa de urbanização e regularização fundiária Favela-Bairro, seu governo não foi isento de processos de remoção na "nova" fronteira da especulação imobiliária, que nos anos 1990 assistiu um novo *boom* com o aumento de procura por aquela área. A Barra da Tijuca se tornava um "laboratório de remoção", principalmente para Eduardo Paes que era subprefeito na época e atuava diretamente nas operações de desocupação e demolição das casas.

Destaca-se também nesse processo as alegações de risco e proteção ambiental para motivar a remoção, em concordância aos novos parâmetros legais que determinaram excepcionais as situações em que se poderia provocar uma desocupação pelo Estado. E mais uma vez o reassentamento em conjuntos habitacionais foi utilizado como a alternativa oferecida para as famílias atingidas, agora a serem oferecidos por construtoras com interesses imobiliários na região.

4.2.1

O processo de remoção da Vila Autódromo e de sua regularização fundiária

Nessa "urbanização", a Vila Autódromo foi também alvo da política de remoção. Em reportagens do jornal *O Globo* é possível encontrar registro de tentativas de reassentamento da comunidade para um terreno em Curicica, Jacarepaguá, em 1987.⁷⁵ O reassentamento acabou não ocorrendo em razão de protesto dos moradores de Curicica contra a construção do conjunto habitacional.

⁷⁴ Remoção de favela acaba em guerra, 13 de março de 1996, *O Globo*, caderno Rio, pg. 10

⁷⁵ Mudança de 80 famílias provoca protesto em moradores de Curicica. *O Globo*, 01 de março de 1987, Caderno Rio, p. 16

Havia, também, a prioridade de atender a demanda de moradia de pessoas desabrigadas devido a chuvas e alagamentos.⁷⁶

Em outros textos do final da mesma década, o jornal ainda publicava "preocupações" em relação ao crescimento de favelas no bairro da Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes. Dentre elas, estava a Vila Autódromo, que surgia atrás do Autódromo de Jacarepaguá e já havia estabelecido sua Associação de Moradores.⁷⁷

Em 1993, o Município moveu uma Ação Civil Pública (ACP)⁷⁸ para sua desocupação. Alegava que a comunidade provocava dano ao ambiente natural, pois foi edificada na área de proteção da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá e do Rio Pavuninha; dano estético, turístico e paisagístico, por agredir a beleza natural da Península de Itapeba, e prejudicar as atrações turísticas promovidas no Autódromo "em função dos impactos internacionais gerados a partir das transmissões de imagens para todo o mundo dos eventos esportivos mencionados"; e dano ao ambiente urbano, em razão da ocupação desordenada de uma área destinada a logradouros públicos, como a implementação da Av. Abelardo Bueno. O processo judicial requisitava o levantamento de todas as construções, o embargo das obras existentes, o cercamento da área, a inserção de placas indicativas da irregularidade e a presença da Polícia Militar para impedir novas invasões; para que, após o cumprimento desses pedidos, se procedesse a liminar de demolição dos imóveis.⁷⁹ Recorria-se a medidas que interrompessem o crescimento e incremento urbano da Vila Autódromo, para efetuar posteriormente a remoção.

Vale observar que o instrumento ingressado pelo Município consistia em uma ACP, que é uma ação cabível para proteger direitos difusos. A petição inicial utilizava argumentos do urbanismo moderno para tratar a Vila Autódromo como

⁷⁶ Favela pega nome emprestado, *O Globo*, 08 de setembro de 1988, jornal do bairro Barra, p. 37; Vila Autódromo cria impasses com vizinhos, *O Globo*, 25 fevereiro de 1988, jornal do bairro Barra, p. 15

⁷⁷ Favela da F-1 cresce a 300 km/h, *O Globo*, 01 de outubro de 1989, Caderno Rio, p. 18; Favelas causam preocupação, *O Globo*, 19 de outubro de 1989, Caderno Rio, p. 23

⁷⁸ Ação Civil Pública, Restituição de Área/Intervenção do Estado na Propriedade, 4ª Vara Fazendária, Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nº 0081973-19.1993.8.19.0001.

⁷⁹ Petição Inicial, processo nº 0081973-19.1993.8.19.0001, vol. 1, fls 2-16

algo que atingia a "qualidade de vida de toda a coletividade."⁸⁰ Existia uma evidente discriminação contra esse espaço, considerando-o como um dano à beleza natural e à ordem urbana. Outros condomínios e construções apresentavam algumas condições semelhantes, com problemas sanitários e edificação em áreas próximas às lagoas e rios. No entanto, as favelas eram reconhecida como os espaços "anormais" à paisagem urbana. Nessa linha, a remoção da comunidade deveria ser procedida em favor do meio urbano e do meio ambiente.

Havia, política e juridicamente, um conflito de interesse entre o Estado do Rio de Janeiro e o Município. O primeiro reivindicava a propriedade do terreno, quando registrara em 1984 a 1986 áreas da Península de Itapeba, antes pertencentes ao extinto Estado da Guanabara, as quais por ação expropriatória foram transferidas para o ente estatal. Além disso, em 1992, iniciou-se um cadastramento sócio-econômico pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF) com pretensão de dar início a regularização fundiária da comunidade Vila Autódromo.⁸¹ Em 1994, o Estado do Rio de Janeiro outorgou 85 títulos de concessão real de uso, pelo prazo de 30 anos, posteriormente estendidos para 99 anos; outorgando mais 162 termos em 1998.⁸²

A regularização da Vila Autódromo fazia parte do projeto de regularização fundiária "Meu Pé no Chão" durante o governo de Leonel Brizola.⁸³ Essa política

⁸⁰ A ação apresentava os seguintes argumentos: "16. Inquestionavelmente, a tutela da destinação de áreas públicas é imprescindível para o desempenho de funções urbanas elementares, quais sejam: habitação, recreação, turismo e circulação que, somadas ao trabalho, constituem as funções urbanas essenciais, consoante os princípios do urbanismo moderno. 17. É sabido âmbito de preocupação do direito urbanístico, assim, a disciplina, visando a um ambiente sadio, de todas as ações humanas relacionadas com o uso do solo (...) 18. Não há qualquer dúvida, assim, quanto aos reflexos danosos causados ao ambiente urbano pela ocupações irregulares do solo, especialmente, quando verificadas em áreas de bens de uso comum do povo, atingindo desta forma o direito de toda a coletividade, inclusive impedindo a municipalidade de implantar ali a rua projetada no PAL 26.071." (fls. 06 e 07)

⁸¹ Petição do Estado do Rio de Janeiro, proc. 0081973-19.1993.8.19.0001, vol. 1, fls 62-71; Ofício SEAF, proc. 0081973-19.1993.8.19.0001, vol. 1, fl.77

⁸² Os títulos outorgados pelo Estado do Rio de Janeiro foram proveniente de um processo administrativo pertencente a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, que substituiu a SEAF (PA. E-28/ 1057/93). Eles foram publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 04 de abril de 1994, e depois em 23 de janeiro de 1998.

⁸³ "Meu pé de chão" foi um programa promovido pela Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, no último governo do Brizola (1991-1994), que tratava da entrega de títulos de posse. No caso da Vila Autódromo, foram outorgadas concessões reais de uso, com base legal na Lei Complementar nº 08 de 25 de outubro de 1977 (lei que dispõe sobre bens do Estado do Rio de

foi depois continuada por Marcello Alencar que novamente outorgou títulos em 1998. Tais posturas contrastavam com a intenção da Prefeitura em remover as favelas da Baixada de Jacarepaguá. Havia desentendimentos entre Brizola e o prefeito Cesar Maia que requisitava a presença da Polícia Militar nas operações de remoção, o que o governador discordava.⁸⁴

Vale destacar que desde o final da década de 1980, os moradores da Vila Autódromo procuravam consolidar a comunidade. Foram construídas ruas, fossas assépticas e sumidouros para o esgoto.⁸⁵ Em 1987, a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo foi registrada e nos anos seguintes os moradores tentaram regularizar serviços de luz, telefone, água e coleta de lixo. Quando movida a ação judicial contra a comunidade, alguns já pagavam conta de luz e o próprio IPTU.⁸⁶ A regularização fundiária, solicitada por eles, foi mais uma forma de legalizar a situação, principalmente através da outorga dos títulos de concessão. Certos moradores chegaram até mesmo a registrar seus títulos no Registro Geral de Imóveis da região (9º ofício).

Durante a preparação dos jogos pan americanos, a Lei Complementar 74/2005, estabeleceu, dentre outras concessões urbanísticas, a Vila Autódromo como Área de Especial Interesse Social (AEIS), excluindo a faixa marginal de proteção da Lagoa de Jacarepaguá e o Projeto de Alinhamento da Av. Embaixador Abelardo Bueno. Apesar dessas restrições, a lei corroborou para o *status* legal da comunidade. Esse instrumento permitiria a continuação da regularização fundiária e a implementação da infraestrutura (MELO, 2010). A princípio, ele também

Janeiro). Nota-se que ainda não havia sido promulgado o novo Código Civil de 2002, onde se previu os institutos da concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso.

⁸⁴ Na reportagem "Brizola sugere que invasores pelam ajuda à PM em caso de remoção", do jornal *O Globo*, em 25 de março de 1993, Leonel Brizola declarou que a PM só acompanharia remoções quando houvesse um mandado judicial e a presença de um oficial de justiça, chegando a aconselhar os moradores a solicitarem a presença de policiais quando se sentissem ameaçados.

⁸⁵ Essas informações foram verificadas nos autos processuais da ACP, onde se juntou contas de luz e de IPTU. Na reportagem "Favela pede nome emprestado", do jornal *O Globo*, em 01 de outubro de 1989, o então presidente da Associação de Moradores, José Alves de Souza, relatou um pouco sobre a organização da comunidade, que tentava junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano que fosse instalada a energia elétrica no local através da Light, além da criação dos sumidouros pelos moradores como resposta ao problema de esgoto, e a pretensão de construir uma creche, uma escola e um estabelecimento para a Associação.

⁸⁶ Contestação, proc. 0081973-19.1993.8.19.0001, vol. 1, fls 179 - 191

impediria a promulgação de decretos de desapropriação para fins de utilidade pública, que removessem toda a comunidade.

Essa lei previu também que o poder público poderia negociar a retirada das edificações mediante reassentamento em área próxima, indenizações de benfeitorias ou por desapropriação específica para preservação do meio ambiente. Podemos interpretar que a remoção de boa parte do assentamento seria consentida caso se ofertasse outras alternativas habitacionais.

Em 2011, a sentença da ACP movida pelo Município deferiu apenas a demolição das casas construídas na faixa marginal de proteção ambiental, com o devido reassentamento para tais dentro da comunidade.⁸⁷ Apesar da decisão não ser totalmente favorável aos moradores, ela reafirmou a permanência de boa parte da Vila Autódromo, estando ainda em discussão a metragem dessa faixa.

A busca por urbanizar e formalizar a ocupação, foi uma luta que moradores travaram para sua permanência e melhor condição de moradia. A regularização fundiária foi um mecanismo que contribuiu para evitar que se procedesse uma desocupação violenta, como ocorrera com outras favelas da Barra da Tijuca. O movimento de "consolidação da comunidade"⁸⁸ formou certos "obstáculos" para a sua remoção e concedeu garantias legais frente ao processo judicial. Assim, a outorga dos títulos e a declaração de AEIS estabeleceram uma relativa segurança jurídica da ocupação e deram força à resistência dos habitantes da Vila Autódromo.

4.2.2

As investidas remocionistas no contexto do Pan Americano e a expansão da Barra da Tijuca

⁸⁷ Sentença obtida por meio eletrônico. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/02/18/remocao-de-parte-da-vila-autodromo-no-rio-nao-existe-outra-alternativa/>>. Acesso em 3 de novembro de 2014

⁸⁸ Expressão utilizada na apresentação do Blog Vila Autódromo. Disponível em: <<http://comunidadevilaaudromo.blogspot.com.br/>>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

Em 2002, o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os jogos Pan Americanos de 2007. A Barra da Tijuca e Jacarepaguá (entorno do Rio Centro) foram os bairros onde se concentrou a maior parte das instalações para o evento.⁸⁹ A área do autódromo foi destinada à construção de um complexo esportivo, onde se localizaram estádios e arenas esportiva: Velódromo, Parque Aquático Maria Lenk e estádio poliesportivo HSBC Arena.

Novamente, a Vila Autódromo sofreu tentativas de remoção. Em três reportagens do *O Globo*, publicadas no início de 2005, o então Secretário de Urbanismo, Alfredo Sirkis, declarou a pretensão da Prefeitura em retirar parte das construções da comunidade, que estavam localizadas na faixa marginal ou na área de alinhamento para a duplicação da Av. Embaixador Abelardo Bueno.⁹⁰ Na "Carta aos Leitores", Sirkis esclarece que para os moradores não atingidos, também seriam oferecidas três opções: reassentamento, indenizações das benfeitorias ou permanência acompanhada com projetos de melhorias.⁹¹ Na opinião do jornal, a fórmula adotada para a remoção da Vila Autódromo, através da negociação com os moradores, serviria como um modelo a ser seguido em outras favelas.⁹² A Vila Autódromo se tornava, então, um laboratório de remoção.

O discurso não era mais a remoção total. Em 2005, eles iniciaram um cadastramento, no qual funcionários da Prefeitura marcaram com *spray* as casas com um número e sigla da SMH. Esse procedimento tornou a ser novamente exercido sete anos depois, sob o governo de Eduardo Paes. Em 2006, durante os preparativos dos jogos pan americanos, porém, Cesar Maia desistiu de retirar a Vila Autódromo, alegando falta de recursos.⁹³

Vale destacar que o Pan Americano de 2007 foi um evento que marcou o processo de expansão urbana mais ao norte da Barra da Tijuca, ao redor da Av. Abelardo Bueno, Salvador Allende e Ayrton Senna. Desde a década de 2000, o

⁸⁹ Rio bate a favorita e sedia o Pan 2007, *O Globo*, 25 de agosto de 2012, Caderno Esporte, p. 44,

⁹⁰ Prefeitura vai demolir 105 casas em Jacarepaguá, *O Globo*, 08 de janeiro de 2005, Rio, p. 15; Pan: prefeitura estuda remoção em 3 favelas, *O Globo*, 28 de maio de 2005, caderno Rio, p. 18; Pan-Americano: prefeitura pretende remover favela ao lado do autódromo, *O Globo*, 06 de janeiro de 2005, caderno Rio, p. 05.

⁹¹ Sirkis, A. Carta dos Leitores, *O Globo*, 07 de janeiro de 2005, Opinião, p. 06

⁹² O Globo, Opinião, *O Globo*, 11 de janeiro de 2005, Rio, p. 17

⁹³ Pan, Cesar desiste de retirar favelas, *O Globo*, 30 de junho de 2006, Caderno Rio, p. 16

mercado imobiliário da região cresceu. A maioria dos entrevistados, que já moravam na Vila Autódromo na década de 1990, contam as mudanças que ocorreram no entorno:

A construção foi surgindo aos poucos.(...) Esses condomínios que foram crescendo com esses jogos que vieram... Primeiro foi com os jogos do Pan Americanos, quando se começou aterrorar tudo. Ali era reserva do Jacaré do Papo Amarelo. Acho que foi em 2006. Ali eles conseguiram fazer um parque para ciclista. Eles aterraram aquilo tudo e os bichos ficaram desesperados - os jacarés, as capivaras (...) Era uma pena, era cheio de bicho: gambá, guará (...) Aterraram com tudo. Começaram a diminuir o espaço, a entupir a lagoa para fazer o *Rock in Rio*. A lagoa foi chegando para cima da gente, porque eles foram aterrando. Onde era a antiga CEDAE, fizeram um hospital, o Sarah acho, e aterraram também outra parte da lagoa (Anexo 3, p. 36).

Quando entrou o governador Moreira Franco, na década de 80 pra cá, a Barra da Tijuca se expandiu muito rápido. Então como acabou o espaço da Barra da Tijuca, virou zona oeste, e passou a ser uma área nobre. Aí mudando a prefeitura e governadores, eles começaram a crescer o olho para esses lados aqui. Essa lado aqui era rural, aqui não passava ônibus, não passava nada. A gente andava até o Rio Centro ou Mundial para pegar. Aí eles começaram a comprar os sítios, porque aqui só tinha sítio. Começaram a comprar o sítio do entorno e começaram a fazer condomínio. Logo com 15 anos, isso aqui cresceu muito rápido. Aqui não existe mais terreno ocioso. Com quinze anos para cá, a pressão começou a crescer porque (...) Porque, na verdade, tem um sítio aqui do lado, o sítio do Gavião que está resistindo. Porque ele quer um valor de mercado e eles querem dar menos. Como é para construção de condomínio, ele também não aceita. Então o que acontece, tudo aqui que era brejo, já foi vendido e virou condomínio (Anexo 4, p. 50).

Hoje, no endereço da Av. Embaixador Abelardo Bueno se localizam diversos condomínios fechados, centros comerciais, rede hospitalar Sarah Kubitschek, supermercados e outros estabelecimentos comerciais. A realização de grandes eventos atraíram investimentos para o local. Essa região, chamada "Nova Barra" ou "Barra Olímpica", marca uma centralidade que recebe atualmente obras viárias como Transolímpica e Transcarioca, com um corredor de ônibus em cada uma delas (MEDEIROS, 2014).⁹⁴ Se de um lado há um processo de urbanização, de outro, ocorrem processos de exclusão, dentre os quais a remoção da Vila Autódromo se torna emblemática.

⁹⁴ CLARK, D. Imóveis da 'nova Barra' terão valorização de 50% com Rio 2016, prevê mercado. *G1*, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1333427-5606,00-IMOVEIS+DA+NOVA+BARRA+TERAO+VALORIZACAO+DE+COM+RIO+PREVE+MERCADO.html>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

4.3

As Olimpíadas e a atual remoção

Em 2007, após os jogos panamericanos, o Rio de Janeiro se candidatou às Olimpíadas de 2016. No projeto enviado ao Comitê Olímpico Internacional (COI), quatro principais regiões receberiam as instalações: Deodoro, Copacabana, Maracanã e Barra da Tijuca. Nesta, os eventos se concentrariam em torno do Rio Centro e no complexo de equipamentos esportivos "Parque Olímpico", localizado na Península de Itapeba, então terreno do Autódromo de Jacarepaguá.⁹⁵

Já no projeto de candidatura do Brasil às Olimpíadas de 2016, foi prevista a remoção de 3.500 famílias.⁹⁶ Ocorre que uma das áreas previstas para a construção de instalações e equipamentos era a do Autódromo de Jacarepaguá, que sofrera redução de seu terreno inicial durante o Pan Americano de 2007. Segundo a reportagem do *O Globo*, em outubro de 2008, a Vila Autódromo seria atingida pela duplicação da Av. Abelardo Bueno.⁹⁷

Em 2009, na cidade de Copenhagen, quando foi anunciado que o Rio de Janeiro seria a cidade sede dos próximos jogos olímpicos, Eduardo Paes, recém eleito no pleito de 2008 para a Prefeitura, declarou imediatamente que era necessária a remoção da comunidade para a construção do Centro de Mídia. Segundo o novo prefeito, os moradores seriam reassentados em um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida.⁹⁸

Na retomada das remoções do século XXI, Vila Autódromo estava entre as 119 favelas que seriam removidas pela política de redução de áreas favelizadas do Plano Estratégico 2009-2012.⁹⁹ Foram apresentados diversos motivos para a desocupação da área, o que, reiteradamente, deixava dúvidas sobre qual seria o

⁹⁵ Informações retiradas do *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016*, que pode ser encontrado no site Rio 2016. Disponível em: <<http://www.rio2016.org/comite-organizador/transparencia/documentos>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2015.

⁹⁶ Plano olímpico prevê a remoção de favelas, *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0810200906.htm>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015

⁹⁷ Olimpíada: só em transportes, obras de R\$1,5 bi, *O Globo*, 10 de outubro de 2008, Caderno Rio, p. 15

⁹⁸ Favela Vila Autódromo será removida, diz Paes, *O Globo*, 05 de outubro de 2009, p. 11

⁹⁹ Cf. Prefeitura remove 119 favelas, *O Globo*, 08 de janeiro de 2010, Caderno Rio, p. 13.

destino da comunidade. A maioria das justificativas esteve relacionada às Olimpíadas de 2016. Isso gerou expectativas e apreensões por parte dos moradores:

O que foi marcante é dele alegar que aqui era uma área de mobilidade, de interesse, por causa das Olimpíadas. Quando ele anunciou o Rio de Janeiro o direito a sediar as Olimpíadas, a primeira coisa que ele falou à imprensa foi que ele ia tirar a Vila Autódromo. Já havia um interesse dele anterior desde que ele era subprefeito (Anexo 6, p. 86)

Gerou um clima de expectativa - como ele vai usar essa área? A gente começou a tentar descobrir o que ele ia fazer nesse lugar que a gente está morando, para tentar nos tirar daqui para os jogos. Aí ele inventou um monte de coisa: que ia passar um viaduto, que aqui seria uma área de segurança da ONU (...) e conforme ele falava o que precisava fazer aqui, a gente descobria que era mentira (Anexo 3, p. 38).

Olha, eu como morador daqui achei que iria ser igual ao Pan-Americano em 2007. Quando falou que o Rio ia ser sede do Pan Americano que construíram aquela vila lá, a gente já falou, eles vão chegar aqui com tudo. Vão chegar com tudo, vão passar, vão massacrar (Anexo 5, p. 70).

Então eu ouvi, eu tava com a TV ligada nesse momento, e foi um impacto. E foi aí que eu fiquei com muito mais medo, porque a ameaça passou a ser maior e naquele momento, eu falei: 'agora vai ficar mais difícil que antes!' A qualquer custo eles vão querer tirar essa comunidade para que se faça as benfeitorias aqui que eles querem (Anexo 2, p. 22).

Com experiência do Pan Americano, e o conhecimento da conduta do Eduardo Paes como subprefeito, os moradores depreenderam que a Vila Autódromo sofreria, mais uma vez, investidas remocionistas:

A área do Autódromo que é de uso deles, que é área concedida para o grupo Rio Mais, é uma área lá dentro. Mas eles não querem ficar só lá dentro. A prefeitura não quer ficar só lá dentro, a prefeitura não está nem interessada com a Olimpíada, a prefeitura não está interessada com os atletas. Os atletas estão aí morrendo de fome, isso aí é só uma cortina de fumaça. (...) Quando acabar as Olimpíadas vai virar especulação imobiliária para as grandes corporações que bancam a campanha do prefeito Eduardo Paes (Anexo 6, p. 60).

Para a realização das Olimpíadas, a Península de Itapeba sofreria intervenções urbanísticas de grande porte. A remoção da Vila Autódromo não chegou com jogos olímpicos - havendo interesse anterior em sua retirada - e não está diretamente atreladas a estes - como se verá a seguir, que sua área não está afetada pelo perímetro de construção do Parque Olímpico. No entanto, a conjuntura que envolve os preparativos das Olimpíadas imprime uma maior velocidade e intensidade nesse processo. Para os entrevistados, o anúncio do

megaevento trouxe maior sensação de insegurança e medo, gerando dúvidas quanto à permanência do assentamento.

4.3.1

As reuniões com a Prefeitura: os motivos e propostas apresentados

Tornou-se comum que moradores descobrissem os motivos da remoção da Vila Autódromo por meio de notícias e publicações. Apenas em duas ocasiões a Prefeitura realizou reuniões com representantes da comunidade, para explicar os projetos do poder público destinados à área da Península de Itapeba.

As primeiras reuniões foram marcadas em março de 2010, após a realização de uma manifestação dos moradores em frente à Prefeitura no mês anterior. O prefeito os recebeu no dia 3 de março, e explicou que a remoção era uma "exigência do COI", reconhecendo "falhas" no processo pela ausência de diálogo com a comunidade. Ele ainda declarou que estava disposto a buscar uma solução consensual, apresentando como proposta o reassentamento em um conjunto habitacional localizado próximo à Vila Autódromo.¹⁰⁰

Outra reunião foi realizada no dia 30 de março de 2010, onde estavam presentes o Secretário Especial do Rio 2016, Ruy César, representantes da SMH (Jorge Bittar e Pierre Batista), o diretor de planejamento da SMH, Augusto Veríssimo, representantes da Vila Autódromo, da Defensoria Pública, arquitetos da equipe de apoio à comunidade e um jornalista do Núcleo Piratininga. Nela, foi apresentado o Projeto Olímpico para o Autódromo, pelo qual se argumentava que a comunidade estava inserida no perímetro de segurança, onde deveria ser criado uma área livre.¹⁰¹

¹⁰⁰ Nessa reunião estavam presentes além do prefeito Eduardo Paes e moradores, Jorge Bittar e Pierre Batista da SMH, defensores públicos do NUTH e lideranças da FAFERJ. Informações contidas em arquivo audiovisual pessoal, disponibilizado por moradores.

¹⁰¹ Informações retiradas da *Notificação ao Comitê Olímpico Internacional*, elaborado pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://fotos.midiaticca.info/gallery/main.php?g2_view=core.DownloadItem&g2_itemId=2586>. Acesso em 4 de fevereiro de 2015

Gradualmente, alguns argumentos foram se tornando insustentáveis, principalmente aqueles que remetiam às "exigências do COI". Em 19 de agosto de 2011, foi divulgado o projeto vencedor do concurso internacional para o Plano Geral do Parque Olímpico, que pertencia à empresa internacional de consultoria AECOM. O projeto manteve a Vila Autódromo intacta, fora da área reservada à construção do complexo esportivo; e localizou o Centro de Mídia nas mediações do terreno ocupado pelo Autódromo de Jacarepaguá. Vale destacar que o projeto não só elaborou um cenário para os jogos olímpicos, como também um cenário do "legado" - onde se viabilizaria a implantação de novos empreendimentos -, no qual a comunidade também permanecia¹⁰².

Entre agosto e outubro de 2013, a Prefeitura abriu uma segunda rodada de reuniões. Vale destacar que esses encontros foram marcados durante um contexto de intensa mobilização social em diversas cidades do Brasil, deflagradas no meio do ano, a partir das manifestações pela redução da tarifa de ônibus. Em 20 de junho de 2013, cerca de um milhão de pessoas foram à Av. Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, com diferentes reivindicações. Tratava-se de um ciclo de lutas pela democracia.¹⁰³

Nesse contexto, Eduardo Paes promoveu novamente reuniões com a Vila Autódromo, no período de agosto à outubro de 2013. Na segunda delas, realizada em 09 de agosto, o prefeito assume alguns "erros" e se dispõe a fazer um "diálogo", a chegar a um "acerto" com a comunidade. O discurso da Prefeitura,

¹⁰² Informações retiradas no site *Rio 2016* que contém notícias, informações sobre ingressos e jogos das Olimpíadas de 2016. Disponível em: <<http://www.rio2016.org/noticias/noticias/parque-olimpico-conheca-o-projeto-vencedor-para-o-plano-geral-urbanistico>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

¹⁰³ Adriano Pilatti descreve o ciclo de lutas como "As contestações que têm animado os levantes questionam simultaneamente as dimensões política e econômica – e, por conseguinte, ética e social – dos circuitos de comando e exploração que produzem e reproduzem as desigualdades e a denegação de direitos". Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/526897-esses-jovens-guerreiros-lutam-pela-realizacao-dos-objetivos-fundamentais-da-republica-entrevista-especial-com-adriano-pilatti>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014. Sobre o tema, conferir: COCCO, G; CAVA, B. (Orgs.) *Amanhã vai ser maior*.

então, recua: a comunidade inteira já não precisaria mais sair, apenas as construções da faixa marginal e da entrada da Vila Autódromo.¹⁰⁴

Nas reuniões seguintes, as discussões se voltaram sobre os "novos entraves urbanísticos", que surgiam a partir da apresentação de algumas intervenções de infraestrutura urbana, projetadas para atenderem o Parque Olímpico e a mobilidade da região. Por elas, boa parte da Vila Autódromo seria atingida pela duplicação da Av. Abelardo Bueno e Salvador Allende, pela construção de vias de acesso e passarelas para o Parque Olímpico, além da faixa marginal de proteção ambiental (Anexo 11).¹⁰⁵

Em tais reuniões estavam presentes moradores, secretários da SMH, da Secretaria do Meio Ambiente, da Rio Águas, o subprefeito da Barra da Tijuca, representantes da Empresa Olímpica Municipal, defensores públicos e uma equipe de arquitetos e engenheiros da UFRJ e da UFF que ajudaram a elaborar o Plano Popular da Vila Autódromo¹⁰⁶. Este plano consiste em um projeto de urbanização construído em conjunto com a comunidade, servindo também como uma contraproposta às remoções. Nos encontros, os técnicos problematizaram as intervenções urbanísticas que atingiriam a Vila Autódromo, sugerindo outras alternativas menos danosas, e que não prejudicassem sua urbanização.¹⁰⁷

Durante as reuniões, não se chegou a nenhum acordo e elas não voltaram acontecer depois do evento promovido pelo Eduardo Paes no Riocentro. A princípio, esta reunião fora destinada apenas às famílias que seriam atingidas pelas obras de infraestrutura, mas outros moradores também tentaram participar do encontro. Nele, ele apresentou o empreendimento habitacional Parque Carioca,

¹⁰⁴ Nota Pública: "Vila Autódromo conquista sua permanência". Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/2013/08/09/nota-publica-vila-autodromo-conquista-sua-permanencia/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015

¹⁰⁵ Informações obtidas junto aos moradores e em arquivos de audiovisual pessoal, fornecidos por um morador da reunião de 30 de agosto de 2013.

¹⁰⁶ O Plano Popular foi elaborado pelos os moradores, com a assessoria técnica de professores e pesquisadores do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (UFF). O Plano está disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudodromo.pdf>>. Acesso em 24 de setembro de 2014

¹⁰⁷ Informações obtidas junto aos moradores e em arquivos de audiovisual, fornecidos por moradores.

onde ocorreria o reassentamento da comunidade, e iniciou o cadastro para as famílias que desejavam se mudar. Disse que haveria ainda outras duas opções para os moradores: o pagamento de indenização ou a permanência na comunidade.

E ele estava ali, com uma proposta para negociar, mas disse que ninguém ali era obrigado a aceitar. Isso eu lembro que ele frisou bem. E pediu desculpa, porque sempre agiu de forma errada com a Vila Autódromo, porque tinha que ter vindo aqui mais vezes, deveria ter procurado a comunidade. Chegou a pedir perdão, porque todo mundo erra e ele também errou. Lembro muito bem dessas palavras. E que na verdade ele não iria fazer nada disso. Que ele não iria querer mais nenhuma reunião. Que ele na verdade iria querer induzir as pessoas a aceitar e convencer que o projeto era uma coisa boa (Anexo 2, p. 26).

Da reunião do Riocentro muitos moradores aceitaram a opção do reassentamento. É importante destacar que, até agora, nenhuma saída de uma família da Vila Autódromo ocorreu em função de uma decisão judicial ou por alguma operação de despejo. Nota-se que foram movidas diferentes estratégias discursivas pela Prefeitura para provocar o deslocamento dos moradores. Não há uma única conduta, mas uma miríade de ações e tentativas compostas para viabilizar e pressionar a saída dos moradores. O poder também "esbarra" com a resistência e o acaso de certos acontecimentos - como a proposta vencedora do Plano do Parque Olímpico, que previu a permanência da Vila Autódromo, ou as manifestações de 2013 que condicionaram um outro contexto político.

Se na via judicial não houve sucesso na remoção, outros procedimentos e táticas foram adotados. O reiterado anúncio de remoção e as diferentes alegações constroem uma atmosfera de incerteza e insegurança quanto ao destino da Vila Autódromo, apesar das garantias legais da ocupação. Isso compõe, desde já, a ameaça de ser removido, que se renova no contexto dos megaeventos, e produz efeitos sobre o espaço urbano e a resistência dos moradores.

4.3.2

A proposta da Prefeitura: o Parque Carioca

Desde que foi anunciado que o Rio de Janeiro se tornaria sede das Olimpíadas de 2016, Eduardo Paes pronunciou que promoveria o reassentamento

da Vila Autódromo. Na reunião realizada no início de março, ele retornou a declarar a proposta do conjunto habitacional, alegando na época que isso seria uma "exigência do COI".

Somente em outubro de 2011, o projeto de reassentamento seria apresentado aos moradores da Vila Autódromo. Vale mencionar que em fevereiro do mesmo ano, a sentença da ACP movida em 1993, convalidou o direito à moradia no espaço da Vila Autódromo, exceto para as construções da faixa marginal. Não havia mais possibilidade judicial de requerer a remoção da comunidade inteira.¹⁰⁸

Com uma tenda montada na entrada da comunidade, o então secretário de habitação, Jorge Bittar (SMH), o sub-secretário Pierre Batista (SMH), o subprefeito da Barra da Tijuca, Thiago Mohamed e outros funcionários da Prefeitura, explicaram como seria o projeto do conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida. Denominando-o de condomínio *Residencial Parque Carioca*, o empreendimento seria edificado em um endereço próximo, na Estrada dos Bandeirantes, nº 7276 (1,5 km da Vila Autódromo).¹⁰⁹

O reassentamento da Vila Autódromo volta a ser previsto na minuta do edital de licitação para a construção do Parque Olímpico, lançada em 2012.¹¹⁰ Segundo o edital, a empresa vencedora deveria se responsabilizar pela construção da infraestrutura da "nova Vila Autódromo", isto é, do Empreendimento Habitacional Parque Carioca. No escopo da obra prevista no edital, estavam serviços de terraplanagem, execução de redes de drenagem, água, esgoto, elétrica, iluminação pública e pavimentação.

A licitação chegou a ser suspensa após uma decisão proferida na ação cautelar movida pela Defensoria Pública, que requereu esclarecimentos quanto ao reassentamento da comunidade. Em resposta, o Município alegou que a remoção

¹⁰⁸ Vale destacar que somente a Defensoria Pública apelou da sentença, restando precluso o direito ao recurso pela Procuradoria do Município. Informações obtidas junto à defensora pública Maria Lúcia do NUTH.

¹⁰⁹ Cadastro para a remoção de favela começa na quarta, *O Globo*, 17 de outubro de 2011, Caderno Rio, p. 14.

¹¹⁰ Informações retiradas do Edital de Licitação do Parque Olímpico.

não estaria no escopo da licitação do Parque Olímpico, mas sim vinculada às obras dos corredores viários Transcarioca e Transolímpica.¹¹¹

Entretanto, foi publicado, em junho de 2012, a Concessão de Licença de Demolição para a concessionária Rio Mais S.A, vencedora do edital de licitação do Parque Olímpico. Apesar do Município manifestar que a remoção da comunidade não estava no escopo das obras do complexo esportivo, subsiste uma participação direta da concessionária nas medidas remocionistas da Vila Autódromo, tendo em vista que o reassentamento e as demolições das casas foram mecanismos utilizados para retirar os moradores da comunidade.

Houve na imprensa o questionamento quanto a desapropriação do terreno, destinado a construção do conjunto habitacional. Na reportagem "Rio paga R\$ 19,9 mil por área de doador de Paes", publicada em 06 de outubro pelo *Estadão*, questionou-se a supervalorização da área que pertencia a um dos doadores da campanha de Eduardo Paes de 2008.¹¹²

O Parque Carioca é um empreendimento financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF) através do programa Minha Casa Minha Vida.¹¹³ Segundo Jorge Bittar os apartamentos seriam entregues gratuitamente aos moradores, que deveriam se comprometer a não vendê-los nos próximos nove anos.¹¹⁴ A princípio, o Parque Carioca seria um caso de não participação financeira dos beneficiados, arcando o Estado com os custos do empreendimento.

¹¹¹ Informações retiradas da petição inicial da Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública em 2013, por dependência da referida cautelar (0075959-18.2013.8.19.0001, 5ª Vara da Fazenda Pública, Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro). Vale mencionar que o *Dossiê do Comitê da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro 2013*, aponta que nem no Relatório Ambiental Simplificado da Transcarioca, nem na Audiência Pública da Transolímpica, foi confirmado que a Vila Autódromo seria atingida pelas obras viárias.

¹¹² Rio paga R\$ 19,9 mil por área de doador do Paes, *Estadão*, 08 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rio-paga-r-19-9-mi-por-area-de-doador-de-paes,782004>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

¹¹³ Segundo o parecer do Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar (GTAPM): "o projeto habitacional é financiado pela CEF através do Programa Minha Casa Minha Vida, para o segmento de 0 a 3 salários mínimos. Encontra-se contratado sob o nº 0397361-58, desde 21/12/2012, com data prevista para conclusão da obra em 21/04/2014 e data de inauguração em 21/06/2014. A empresa proponente é a Direcional Engenharia S/A (CNPJ nº 16.614.075/0001 - 00) e o poder público municipal é parceiro do empreendimento, sendo o custo total do contrato de R\$ 2.500.000,00". Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/parecer_autodromo.php>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015

¹¹⁴ Declaração feita ao jornal *O Globo*, na reportagem "Vila Autódromo entra na reta final", 4 de outubro de 2011, Caderno Rio, p. 12.

O interessante a observar é que a prefeitura não apresentava mais o empreendimento como um conjunto habitacional. A menção de "condomínio residencial", dotado de equipamentos de lazer, fazia referência às edificações características do entorno - os "condomínios fechados da classe média". Em um *showroom*, realizado no início de 2013, com a presença de Eduardo Paes, foi montado um modelo do apartamento, com móveis e utensílios domésticos, como costuma ocorrer durante lançamentos de empreendimentos imobiliários.

Alguns ônibus e vãs chegaram a ser fretados para levarem os moradores a conhecerem o "Residencial Parque Carioca". Nele, também estava previsto a construção de uma piscina com escorrega, *playground*, estacionamento e apartamentos adequados para cadeirantes e idosos.¹¹⁵ A Prefeitura também prometeu disponibilizar um cartão especial da Caixa Federal "Minha Casa Melhor", pelo qual o beneficiário teria 5 mil reais para a compra de móveis e eletrodomésticos, com pagamento previsto em até 48 meses.¹¹⁶

Tudo isso consistiu em deixar o reassentamento mais atrativo, em convencer moradores a se mudarem para o conjunto habitacional. A ausência da urbanização da Vila Autódromo pelo poder público, junto com a constante ameaça de remoção, eram fatores que somavam na aceitação do Parque Carioca, por alguns moradores que viam ali a possibilidade de residir em um local com drenagem, uma rede pública de esgoto e distribuição de água e luz.

Além disso, a localização próxima da Vila Autódromo também favoreceu nessa aceitação - o que ocorreu diferentemente em outras favelas, reassentadas em lugares muito distantes. Para algumas favelas do Recreio dos Bandeirantes, como Restinga, Vila Harmonia e Vila Recreio, o reassentamento foi realizado em conjuntos habitacionais construídos em Cosmos ou Campo Grande. Na reportagem "Vila Autódromo entra na reta final", publicada em no jornal O

¹¹⁵ Visita antes da decisão, *O Globo*, de 24 de outubro de 2013, jornal do bairro, p. 8.

¹¹⁶ Felicidade a 1 km de distância, *O Globo*, jornal do bairro, 03 de abril de 2014, p. 6.

Globo, Jorge Bittar alegou uma mudança de "metodologia" para os reassentamentos: agora eles estariam oferecendo um projeto de qualidade.¹¹⁷

Podemos pensar que essa "mudança de metodologia", está atrelada à resistência dos moradores, ao movimento de "consolidação da comunidade", à conquista dos títulos de concessão real de uso, e a sentença parcialmente favorável. Tudo isso colocou certos obstáculos e empecilhos a sua remoção.

Um outro fator a destacar é a repercussão do caso da Vila Autódromo, em razão de sua luta, como também pela visibilidade que os preparativos para os jogos olímpicos conferem ao local. A imprensa internacional frequentemente faz reportagens sobre a comunidade, o que aumenta o enfoque nas violações dos direitos à moradia durante os preparativos do megaevento¹¹⁸.

Não se trata de concluir uma melhora na condição de vida através do reassentamento. No parecer do Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar, constava que o terreno adquirido para o Parque Carioca carecia de condições de saneamento básico, abastecimento intermitente de água e do sistema de drenagem; além disso ele foi edificado em uma área considerada de médio a alto risco, pela GeoRio.¹¹⁹

Por mais próximo ou melhor que seja o Parque Carioca, comparado a outros empreendimentos do MCMV, ele ainda consiste em um conjunto habitacional, com blocos de edifícios padronizados, construídos de forma mais simples, econômica e fria. Trata-se de uma arquitetura disciplinar. Os apartamentos,

¹¹⁷ Declaração feita ao jornal o Globo " Vila Autódromo entra na reta final", 4 de outubro de 2011, Caderno Rio, p. 12.

¹¹⁸ Como exemplo podemos citar as seguintes reportagens: "Slum Dwellers Are Defying Brazil's Grand Design for Olympics", do *New York Times* (EU) (<http://www.nytimes.com/2012/03/05/world/americas/brazil-faces-obstacles-in-preparations-for-rio-olympics.html?pagewanted=all>); "Autodromo, la irreductible favela que planta cara a Río 2016", do *El Mundo* (ES) (<http://www.elmundo.es/elmundo/2012/08/21/suivienda/1345546036.html>); e "Brasile, Vila Autodromo: la favela "buona" che deve morire", do *TM News* (IT) (http://www.tmnews.it/web/sezioni/inchiesta/20120821_video_10220242.shtml)

¹¹⁹ Essas informações foram retiradas do Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos, disponibilizado pela Caixa Econômica Federal ao grupo técnico do Parecer. Elas foram também divulgadas nas reportagens Prefeitura Planeja Reassentar Vila Autódromo em Área de Risco, da *Rio On Watch*, em 27 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=3524>>. Acesso 16 d fevereiro de 2015

medindo em sua maioria 40 m², se destoam das casas da Vila Autódromo, providas de quintal, com possibilidade de expansão para cima, na construção de lajes - modeladas pelo próprio morador. Vale destacar que no contrato de financiamento da CEF, há cláusulas que restringem a venda, a transferência ou reformas, até a quitação do imóvel.

Muitos entrevistados apontam ainda o aumento do custo de vida. Agora moradores tem que arcar com taxa de condomínio, conta de água, luz e gás.¹²⁰ Eles comentam que na favela existem diferentes possibilidade de responder à falta de recursos:

Eu nó não sei como as pessoas vão conseguir viver ali, porque aqui não pagavam água, luz – pagavam uma taxa mínima – não precisavam ter gás de rua. Se tivesse um botijão cavado, dava para fazer um fogão de lenha e vai para frente. Mas lá não, lá tem que ter gás, luz, água, tem que pagar condomínio (...) não sei como eles estão vivendo lá (Anexo 3, p. 44).

Você não paga condomínio, se de repente faltar luz o seu vizinho te cede (Anexo 6, p. 93).

Em depoimento ao Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública, algumas moradoras do Parque Carioca relataram que, recentemente, descobriram que estão com débito na CEF. Elas declararam que, segundo as informações prestadas pela Prefeitura, os moradores receberiam os apartamentos do MCMV com tudo quitado, descobrindo posteriormente que deveriam morar lá por dez anos, sem poder vender ou alugar antes disso. Elas acordaram com a Prefeitura sob pressão, sem mesmo receber cópia do contrato; e aceitaram a proposta porque não acreditavam mais que o poder público urbanizaria o local (Anexo 08).

Uma fala do próprio prefeito. Depois que eles fossem pra lá eles poderiam fazer o que quiser com o apartamento, que eles podiam vender, alugar que isso ou aquilo. A gente sabe que não é bem assim. A fala dele lá no Riocentro, é que quando você chegasse no apartamento, era seu e você faria o que você quisesse. E que era uma troca, que não ia pagar nada (Anexo 1, p. 9).

Diferentes condições e situações permeiam a vida dos moradores da Vila Autódromo. No entanto, o processo de remoção impõe cotidianamente para cada

¹²⁰ Caminhos Divergentes: Moradores da Vila Autódromo Resistem, Seguem o Caminho, ou Aguardam, *RioOnWatch*, 15 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=12090>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

família, para cada habitante, o imperativo de decidir o destino de sua moradia. Observa-se, então, que não há um campo de autonomia: a ação ou decisão do sujeito está permeada em uma trama entre ameaças, condicionamentos e constrangimentos; e entre a preocupação de manter ou melhorar sua vida e a luta pela liberdade para conduzir e produzir sua moradia no lugar que desejar.

Nesse sentido é que podemos falar de uma remoção biopolítica: ela é permeada de práticas institucionais que constroem os moradores, que atuam de forma capilar, diretamente no campo da vida, exercendo uma violência "subterrânea", que não é passível de mensuração (a ameaça virtual de remoção) ou de fácil identificação (ela é praticada por diferentes agentes, de modo rotineiro, o que torna difícil apurar como o quanto as famílias foram pressionadas); e, ao mesmo tempo, age diretamente sobre o habitar, sobre o campo dos desejos - a vontade de morar em um condomínio ou em um lugar com estabilidade e serviço.

4.3.2.1

O cadastramento: entre ameaças e táticas de "convencimento"

Para proceder a mudança dos moradores para o Parque Carioca, a Prefeitura promoveu, através da SMH, o cadastramento das casas e das famílias em duas ocasiões. A primeira foi iniciada após a apresentação da proposta de reassentamento em outubro de 2011 pelo Jorge Bittar, e significou mais um "censo" sobre as condições dos moradores e das moradias.

Funcionários da Prefeitura, dentre eles assistentes sociais, foram à comunidade, visitando cada moradia, para tentar fazer o cadastramento. Além do preenchimento de um formulário, eles pintavam com *spray* as casas - marcando uma numeração da SMH -, e mediam a residência dos moradores que permitiam.

Eles começaram a apresentar esse projeto num domingo e na segunda feira já estava cheio de gente aqui fazendo o cadastro dos moradores (...) Eles atuavam assim pressionando e deixando as pessoas com medo. Por exemplo, chegou a se falar 'Não constrói mais nada que você não vai receber mais nada além do que você já tem' e 'É melhor você aceitar senão vai ficar acabando sem nada' (...) Eles pediam para medir, pegar todos os seus dados, documentos e tudo. O intuito mesmo era intimidar. E eles conseguiam intimidar porque as pessoas não tinham

conhecimento, que não estavam informadas sobre os seus direitos, ficaram mesmo com medo (Anexo 2, p. 24).

Na época, uma parte significativa dos habitantes da Vila Autódromo refutou o cadastro. "Na primeira passagem deles, ninguém aceitou, algumas pessoas não atendiam " (Anexo 4, p, 57).

As investidas de funcionários diminuíram até 2013, quando o subprefeito da Barra da Tijuca, Thiago Mohamed, passou a levar os moradores a conhecerem o Parque Carioca. Funcionários da SMH, conduzidos pela coordenadora de projetos especiais, Marli Peçanha, voltaram a percorrer Vila Autódromo, sob protestos de muitos moradores contrários à remoção.¹²¹ A maioria dos entrevistados mencionaram a participação de alguns habitantes da comunidade no trabalho de "convencimento" da Prefeitura, em conjunto com a atuação de Marli Peçanha.

Foi criada uma resistência muito grande por parte dos moradores. Os moradores não queriam nem ouvir falar. Era o contato das meninas da prefeitura que tentavam entrevistar os moradores e os moradores não queriam ouvir. Até que uma das moradoras passou a organizar essa (...) a fazer a intermediação. Então ficou mais fácil pra prefeitura a partir desse momento que teve uma moradora (Anexo 7, p. 102).

Vinha aquela pessoa, a Marli Peçanha, com mais uma secretária dela e outras pessoas, pessoas até que eles tiraram da comunidade e ofereceram emprego pra facilitar. É o rosto amigo. Se está trabalhando na prefeitura e é amigo, a pessoa acaba relaxando quando vê que é amigo (Anexo 6, p. 90).

A Marli conseguiu aliados aqui dentro. Ela tinha uma pessoa que era conhecida dela, e através dessa pessoa, ela foi fazendo um trabalho de "convencimento" (Anexo 1, p. 10).

Em 30 de outubro de 2013, alguns moradores chegaram a fazer manifestação em frente a Prefeitura, alegando que queriam ser removidos, mesmo não morando em áreas atingidas pelos traçados (passarelas, vias de acesso ao Parque Olímpico e duplicação da Av. Abelardo Bueno).¹²² Tal protesto gerou polêmicas, sendo considerado "forjado pela Prefeitura" para a Associação e outros

¹²¹ A reportagem "Vila Autódromo Unida em Ato Após Semanas de Pressão", da *RioOnWatch*, publicada em 27 de julho de 2013, descreve a visita de dos funcionários e o protesto da Associação de Moradores. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=7034>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

¹²² Vila Autódromo: famílias agora querem sair da comunidade, *O Globo*, 31 de outubro de 2013, Caderno Rio, p. 16

moradores, que fizeram uma outra manifestação, reivindicando a não remoção da Vila Autódromo.¹²³

O que vale destacar desses eventos é que a Prefeitura passou a atuar de forma molecular, procurando convencer não só os moradores, mas também que os próprios persuadissem seus vizinhos. Na entrevista de Lúcia, ela relatou que sua vizinha pressionava-a para aceitar a oferta do Parque Carioca, tendo em vista que a Prefeitura postergava sua mudança até que Lúcia fosse convencida.

A partir da reunião do Rio Centro, o cadastramento passa a ser promovido de forma mais intensa. Lúcia comenta que a reunião acabou "induzindo" os moradores com dúvidas em relação à proposta do Parque Carioca: "Para alguns foi decisivo. Ficaram convencidos de que era bom, inclusive falaram lá e a dizer que estavam satisfeitos com o projeto" (Anexo 2, p. 26).

Esse encontro foi marcado por muito confusão. Destinado a apenas alguns moradores, a entrada de outros e até da imprensa foi diversas vezes impedida. Nele, Eduardo Paes declarou que o reassentamento ocorreria segundo a vontade dos moradores. Aqueles que não quisessem a proposta, poderiam receber uma indenização ou permanecer na Vila Autódromo.¹²⁴

No entanto, funcionários da Prefeitura passaram a frequentar rotineiramente a comunidade, tentando convencer os moradores a irem para o Parque Carioca. Nesse "novo cadastramento", primeiro se tentava proceder o cadastro das famílias, e aquelas que aceitavam, eles mediam e depois chamavam à SMH para acordar o contrato do reassentamento. Em alguns casos, eles chegaram a ligar, reiteradamente, para negociar com certos moradores.

A própria prefeitura ficava me ligando, de 3 a 4 vezes por dia (...)Eles me diziam para aceitar um desses de cargos comissionados, alguém da equipe. Sem compromisso. E eles insistiam, insistidamente. Chegava de manhã, de tarde, de noite. E chegavam uns vizinhos pra me fazer abordagem. "Aceita eles irem lá, é sem compromisso"(Anexo 4, p. 60).

¹²³ Vila Autódromo responde a Protesto Forjado, *RioOnWatch*, publicado em 13 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=8483>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

¹²⁴ Vila Autódromo se encontra com Prefeito, *RioOnWatch*, publicado em 11 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=7849>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

Primeiro ela ligou e pediu que a Renata ligasse pra mim para eu aceitar o apartamento e eu falei pra ela que eu não iria e que não adiantava ela ligar. Ela me deu até um prazo falando para eu ter um tempo para pensar, uma semana, 10 dias e depois ligava pra mim. Eu falava que ela podia até ligar, mas que a resposta ia ser a mesma: que não me interessava, que eu não queria. Então a Marli, dez dias depois, ela mesmo me ligou tentando me convencer e perguntando porque eu não queria, porque eu não vou para lá. Porque, no início, eu cheguei a olhar o projeto, os que estavam mobiliados. E ela falou o seguinte: 'ué, porque você desistiu?' Eu falei que eu cheguei ir até lá, que cheguei a ver que até faria algum acordo, mas de forma que ficasse bom para mim. E eu via aquilo ali e cheguei a conclusão de que aquilo ali não era bom. Aí ela tentou me convencer, dizendo que o prefeito ia fazer tudo direito. Eu falei que a questão não é que ele queria fazer direito, mas que ele não pode arrancar a gente daqui. Ela tentou ainda. Eu falei: 'não adianta que eu não vou aceitar essa pressão! E outra coisa, eu sei dos meus direitos que eu tenho aqui e se eu quiser negociar eu posso, mas se eu não quiser, nesse momento, não tem ninguém que me faça sair daqui'. E o que é pior, ela achou que eu não era capaz de pensar, de raciocinar e de chegar a uma conclusão. Ela chegou a falar que o presidente da associação tivesse me induzido e até mesmo com o padre para estar a frente assim (Anexo 2, p. 25).

Conforme apontado pelos entrevistados, o processo de cadastramento - desde a visita de funcionários na Vila Autódromo até a negociação feita na SMH - era marcado por discursos persuasivos, bem como a ameaça de remoção que a Vila Autódromo sofreria. João comenta que funcionários abordaram-no em sua casa, alegando que ele iria ganhar um apartamento do MCMV, porque todo mundo iria sair:

Eu estava dormindo porque trabalho a noite. Eles bateram bem forte, anunciando 'Prefeitura do Rio, Prefeitura do Rio!' Eles falavam que era a Prefeitura do Rio que iria fazer meu cadastro para morar no Parque Carioca, dizendo que eu iria ganhar um apartamento do Minha Casa Minha Vida. Eu disse que não queria sair, que não queria ir para o Parque Carioca - 'Por que isso?'

- Você não está sabendo?! Todo mundo vai ter que sair, você vai ter fazer seu cadastro, dar o seu nome (...) (Anexo 3, p. 39)

No dia que o tal rapaz estava tirando a foto, ele falou que o Eduardo Paes estava pedindo para tirar as fotos, porque haveria remoção. Só isso que ele falou - 'Vai haver remoção então nós estamos identificando as casas.' Só isso que ele falou (Anexo 5, p. 75).

Entre medos e expectativas, os moradores eram constrangidos a aceitarem a proposta do reassentamento. A constante ameaça de remoção, junto com o aumento da pressão contra a Vila Autódromo, sob o pretexto das Olimpíadas, contribuíram para gerar mais insegurança aos moradores.

Algumas, não posso dizer que foram muitas, algumas pessoas vieram falar que foram para o Parque Carioca com medo. Com medo de ficar sem uma moradia.

Nem todo mundo foi porque estava certo do que queria e do que tinha certeza. Mas sim por pressão e por medo. Isso eu tenho certeza porque quatro pessoas vieram falar comigo, - e que já tinham até negociado - fizeram porque ficaram com medo, ou seja, elas não estavam bem esclarecidas, e acabaram fazendo dessa forma (Anexo 2, p. 24).

Em um primeiro momento, o cadastramento funcionou mais como um censo, um levantamento de informações. Quando os funcionários da Prefeitura voltaram a visitar os moradores, o procedimento serviu como uma via de persuasão e constrição para a aceitação do reassentamento. A ameaça de remoção não era mais proferida para toda a comunidade, mas para cada família, para cada membro:

Quando o prefeito começou a trabalhar, eles já tinham uma noção que havia muitos moradores que iriam, e que foram. Porque a maioria também dos moradores estava muito cansada, porque vinte anos antes já tinha essa luta" (Anexo 1, p. 4).

O processo de "convencimento", ou melhor, de constrangimento, ocorreu de forma difusa e molecular. Na própria conversa entre vizinhos, na atuação de certos moradores, nas visitas de funcionários da Prefeitura, ou mesmo na reunião com o prefeito, foram múltiplas formas de persuasão e ao mesmo tempo de ameaças para forçar a mudança para o Parque Carioca. As incertezas quanto às intenções do poder público para a Vila Autódromo, junto com os reiterados anúncios de remoção, se tornaram também em uma constante que desestabiliza a vontade de permanecer.

4.3.2.2

O impasse da mudança para o Parque Carioca e os efeitos na vida dos moradores da Vila Autódromo

Em fevereiro de 2013, a Defensoria Pública moveu uma Ação Civil Pública impugnando a Concessão de Demolição cedida pela Prefeitura à concessionária Rio Mais. O pedido de liminar não foi deferido na época, por entender a juíza que

a licença não produzia qualquer ameaça, pois os atos demolitórios estariam condicionados ao reassentamento.¹²⁵

Um ano depois, em 19 de março de 2014, a demolição foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após notícia do jornal O Globo, "Prefeitura do Rio inicia em março remoção da Vila Autódromo", que divulgou o iminente reassentamento dos moradores na segunda quinzena de março. Na decisão, a desembargadora suspendeu a demolição até que fosse esclarecido no processo quais famílias seriam reassentadas.¹²⁶

Três dias depois, o subprefeito da Barra da Tijuca, Thiago Mohamed se reuniu com os moradores que estavam a se mudarem para o Parque Carioca, informando-os que uma liminar conseguida pela Defensoria Pública impedia as entregas dos apartamentos. Moradores ficaram revoltadas com a decisão e fizeram protestos na Av. Abelardo Bueno.¹²⁷

Em uma reunião numa segunda-feira, 24 de março, defensores públicos que atuavam no caso se reuniram com a comunidade e explicaram que a liminar não impedia a mudança, mas apenas a demolição. No entanto, no dia 25 de março, a medida cautelar foi revogada pela desembargadora relatora do recurso de apelação, a pedido do próprio Chefe Institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Nilson Bruno, que interferiu diretamente no processo judicial.¹²⁸

A partir disso, centenas de casas passaram a ser demolidas, sem qualquer impedimento judicial. Uma Audiência Pública foi realizada na Assembleia

¹²⁵ Decisão Interlocutória de medida liminar, Ação Civil Pública, 5ª Vara de Fazenda Pública, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Comarca da Capital, nº 0075959-18.2013.8.19.0001, fls 68-71.

¹²⁶ Agravo de Instrumento, Sexta Câmara Civil, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nº 0021769-11.2013.8.19.0000, fls 472-475.

¹²⁷ Manifestação na Barra da Tijuca interdita Av. Embaixador Abelardo Bueno, *O Dia*, 22 de março de 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-22/manifestacao-na-barra-da-tijuca-interdita-avenida-embaixador-abelardo-bueno.html>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

¹²⁸ Derrubada a Liminar que Impedia as Demolições na Vila Autódromo, *RioOnWatch*, publicado em 28 de março de 2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=10881>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015. Foi também divulgado um manifesto contra a atuação do Nilson Bruno (<https://conselhohopular.wordpress.com/2014/04/08/manifesto-a-favor-de-uma-defensoria-publica-autonoma-e-participativa/>).

Legislativa, por iniciativa da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania, para debater o assunto. Um representação por improbidade administrativa chegou a ser protocolada no Ministério Público do Rio de Janeiro, pelo Deputado Marcelo Freixo, com o objetivo de averiguar a regularidade da conduta do defensor geral.¹²⁹

A sustação dos atos demolitórios era uma forma de garantir a segurança e a integridade das casas dos moradores que ficavam. Esse pedido de suspensão estava diretamente relacionada à preservação do espaço urbano. No entanto, a Prefeitura condicionou as mudanças à destruição da própria moradia. Como observa Pedro, a Prefeitura tem interesse no terreno da Vila Autódromo e não sobre a comunidade: "Eles não querem minha casa para ficar com a minha casa. Eles querem minha casa para ficar com minha terra. É terra de expansão, é para expandir" (Anexo 6, p. 92).

4.3.3

As ofertas de indenização no valor do mercado: outras formas de "convencimento"

A Prefeitura divulgou que mais de 300 moradores foram reassentados no conjunto habitacional. Desses, 140 quiseram tal opção mesmo não estando no traçado das obras viárias. Outros saíram, porém, após ofertas de indenização na comunidade.¹³⁰

Na reunião do RioCentro, Eduardo Paes havia declarado que aqueles que não desejassem se mudar para o Parque Carioca poderiam ganhar indenizações. Assim que começou o processo de reassentamento, após o segundo cadastramento da comunidade, foram iniciadas também algumas negociações de indenização.

¹²⁹ Audiência Pública na ALERJ debate a política de remoções e o papel da Defensoria Pública. ADPERJ, 14 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.adperj.com.br/noticias_detail.asp?cod_blog=87>. Acesso em 18 de fevereiro de 2015

¹³⁰ Prefeitura gastará 10 milhões para desapropriar 8 imóveis na Vila Autódromo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-gastara-10-milhoes-para-desapropriar-oito-imoveis-da-vila-autodromo-14775497>. Acesso em 22 de fevereiro.

Reportagens no final de 2014 já divulgavam os altos preços que estavam sendo pagos no local, próximos do valor de mercado.¹³¹

Não houve um padrão para determinar o valor. Alguns moradores receberam altas indenizações, mas a maioria não recebeu propostas no mesmo nível. E o processo de indenização ocorreu de forma parecida ao do reassentamento: procedendo-se de forma individual, primeiro eles mediam a casa e depois chamavam à subprefeitura para negociar o valor.

"Eu falei que não ia deixar medir porque eu não ia sair daqui. Mas alguns moradores me convenceram a deixar medir porque se houvesse alguma necessidade de sair, minha casa estaria medida. Eu me arrependi. Primeiro eles não mediram certo. Mediram faltando pedaço do terreno. E depois veio com a alegação, ofereceram um valor para minha casa dizendo que eu não tenho direito, que eu não pago o meu terreno, que não pode pagar o valor justo porque eu não sou morador, um bando de alegações - que a prefeitura não quer prejudicar ninguém (Anexo 6, p. 91).

Lúcia relata que quando foi à Prefeitura eles lhe ofereceram um valor muito baixo, "indecente". Ela ainda ouviu ameaças dizendo que todas casas da beira do rio Pavuninha, onde ela mora, seriam retiradas.

Nesses dois casos, a Prefeitura tentou intimidar o morador e desvalorizar o título de concessão real de uso para rebaixar a indenização. No entanto, a vontade de ficar, o valor de uso do espaço da comunidade e a resistência dos moradores são fatores que interferem no próprio valor de troca das casas. A vontade da Prefeitura de tirá-los é maior que a vontade dos moradores em sair - muitos sabem disso e aguardam uma melhor negociação.

¹³¹ Ao visitar a comunidade em maio de 2014, moradores já haviam mencionado os altos preços das indenizações. Reportagens: Prefeitura gastará 10 milhões para desapropriar 8 imóveis na Vila Autódromo, O Globo, 09 de dezembro de 2014; Resistência da Vila Autódromo continua frente à pressão da Prefeitura, e abre precedente histórico de indenização a preço de mercado, RioOnWatch, 17 de janeiro de 2015.

4.3.4

A reconfiguração do espaço da Vila Autódromo

A partir das primeiras mudanças dos moradores para o Parque Carioca, o espaço da Vila Autódromo passa a ser impactado com a demolição das casas. Junto com o desenvolvimento das obras do Parque Olímpico, que avançam sobre a área da comunidade, o processo de remoção se intensifica internamente: cotidianamente, o ambiente urbano sofre transformações que atingem tanto infraestrutura, como o *habitar*. Os moradores sofrem cada vez mais uma pressão biopolítica contra sua permanência naquele lugar.

4.3.4.1

A saída dos vizinhos, dos amigos e da família

Então quando a gente começa a ver pessoas que a gente conhece a muito tempo sair, a gente fica com aquela interrogação 'Dessa vez vai!' Não tem como correr! Porque é aquele negócio, você dorme hoje e ficou, mas amanhã tu não sabe se vai ficar (Anexo 5, p. 78).

A mudança dos moradores produziu um outro efeito: um vazio, uma ausência. Para Lúcia, a mudança de algumas pessoas foi como um luto: "perdeu pessoas que faziam parte, a gente conhecia todo mundo" (Anexo 2, p. 29). Para Ana, especificamente, foi muito triste porque parte de sua família (irmã e sobrinhos) foi embora.

Outro efeito comentado por boa parte dos entrevistados é a falta de segurança, com a diminuição de pessoas conhecidas circulando nas ruas da Vila Autódromo e o aumento de terrenos baldios. Lúcia descreve que agora ela sente medo de andar tarde da noite: "A gente sabe que acaba deixando o lugar assim, mais desprotegido. Eu não tenho mais confiança que eu sentia antes, quando vim morar aqui. Eu me sinto ameaçada" (Anexo 2, p. 29). Pedro e Maria comentam que, desde então, algumas pessoas foram roubadas. Para ele, as mudanças trouxeram um impacto psicológico: "muita gente depois disso começou a negociar" (Anexo 6, p. 93).

Os moradores que querem ficar se sentem mais vulneráveis, em um espaço que sofre mutações com as mudanças das pessoas e as demolições das casas: "Está sendo uma vida complicada, porque a gente continua na luta, mas se sentido um pouco mais vulnerável porque são menos pessoas para lutar" (Anexo 3, p. 45).

4.3.4.2

As demolições e a degradação do ambiente urbano local

Cada casa que cai aqui é uma facada no coração da gente. A gente que mora em comunidade quando vê uma casa cair dói para caramba, mesmo não sendo a casa da gente. Isso vai mexendo com a gente. Agora a gente passa por meio de escombros, das casas demolidas (Anexo 3, p. 41).

Assim que os moradores se mudavam da Vila Autódromo, suas casas eram demolidas ou descaracterizadas - neste caso, geralmente quando havia ainda algum morador residindo no andar de cima, e que não negociara com a Prefeitura. A paisagem da comunidade, então, se modificava: terrenos vazios cresciam e no lugar foram deixados alguns entulhos remanescentes da demolição (fotos, Anexo 10).

Em julho de 2014, uma equipe técnica de engenheiros, solicitadas pela AMPVA, produziu um Relatório de Vistoria Técnica referente às demolições e obras promovidas no local pela Concessionária Rio Mais (Anexo 9). Eles observaram em diferentes pontos da Vila Autódromo a presença de entulhos e vergalhões; o rompimento de tubulações de água devido a ausência de cuidado durante a demolição e a pressão que caminhões de obra fazem sobre o solo; o mau reparo de postes de luz, atingidos pelo maquinário de obras; e rachaduras provenientes dos impactos da circulação de veículos pesados.

O espaço físico da Vila Autódromo fora produzido pelos próprios moradores. Eles aterraram o local e construíram suas ruas "no braço". Nessas condições, o terreno não oferece grandes resistências às máquinas e cedem com facilidade. Segundo relatório de vistoria, as tubulações são também prejudicadas pela circulação de veículos de obras: "o abastecimento d'água da comunidade é feito através de rede de tubulações de 20 mm que alimentam os reservatórios das

casas de modo direto, e que se encontram à baixa profundidade da superfície do terreno que, por sua vez, é de baixa resistência" (Anexo 9, p.126).

O rompimento das tubulações provocou um vazamento significativo, enfraquecendo a distribuição da água na Vila Autódromo. Muitos moradores procuraram bombear a água do subsolo, mas outro problema surgiu, quando poças de água potável foram contaminada pelas fossas assépticas das casas abandonadas. Além disso, em diversos pontos da comunidade o fornecimento de luz interrompido, prejudicando a segurança dos moradores, principalmente das mulheres. Por esses e outros motivos, o relatório concluiu que a habitabilidade da comunidade foi drasticamente prejudicada. Nesse sentido, João descreve o impacto das demolições no ambiente da Vila Autódromo:

A água aqui era muito forte e de repente sumiu. Em vez da água ficar mais forte quando os moradores foram indo embora, ela foi diminuindo. A gente descobriu que eles estavam tirando a água mas não vedavam, e ocorriam vazamento de água dentro da terra. E conforme se misturava água limpa com água de esgoto, quando a gente ligava a nossa bomba e puxava a água, ela vinha com esgoto e tudo. A gente descobriu que estava bebendo água contaminada. Nós tivemos que comprar água para beber, e um filtro caro para poder cozinhar. (...) Essas foram as desvantagens dos problemas que estamos passando até agora. Afora as pontas de vergalhões que ficam entre os entulhos. A gente passa e de repente cai. As pessoas tropeçam nos vergalhões. Se fechassem as casas descaracterizadas com tapumes, as ruas continuariam limpas. Mas não, os lixos das casas abandonadas caem na rua e ficam na rua. Lá atrás não tem mais rua. A rua de aqui de trás era linda, agora só tem lixo, mato e esgoto. Eles quebraram os canos todos, misturando o esgoto com a água potável, a água de beber (Anexo 3, p. 45)

Ao perguntar sobre os efeitos das demolições, muitos entrevistados mencionaram também o aumento de insegurança, a presença de usuários de drogas e eventuais assaltos:

É ficou o impacto desses terrenos vazios, que agora tem umas pessoas que são viciadas que estão ficando aí dentro. Ficaram alguns escombros mal resolvidos, porque essas casas abertas, você vai ver que tem muita casa sem porta, sem janela, mas isso não está sendo bom para gente. Porque está sendo complicado, a comunidade está muito aberta, tem muito buraco. E aí eles estão se aproveitando e ficando nesses lugares, roubando dentro da comunidade. Tá meio complicado, ficou difícil (Anexo 1, p. 14).

As demolições das casas tem prejudicado o próprio *habitar* da Vila Autódromo. Necessidades como água, luz ou a própria estrutura da casa desestruturam o ambiente e as próprias condições de moradia. No mesmo sentido,

o próprio habitar é atingido: a paisagem e as dinâmicas locais se modificam, tornando o local um pouco menos acolhedor ou um pouco mais inóspito. As remoções biopolíticas, portanto, reconhecem o urbano em sua centralidade e atuam para estilhá-lo, rompendo a teia de suportes físicos, relações, afetos e desejos que compõem determinado espaço.

4.3.4.3

As obras do Parque Olímpico sobre a comunidade

O espaço da Vila Autódromo também foi interferido pela obra do complexo esportivo. A edificação do Parque Olímpico alterou relativamente as dinâmicas locais. Operários e máquinas de obras passaram a circular na comunidade e os moradores passaram a sofrer com os impactos ambientais e urbanos produzidos por essa construção de grande porte.

Após as demolições das casas, os terrenos que ficavam vazios passaram a servir também como canteiros de obras, depositando ali manilhas e máquinas de obras (Anexo 10, p. 149). Alguns funcionários do Parque Olímpico também se serviram deles para o estacionamento de seus carros. Operários e outros trabalhadores também passaram a frequentar a Vila Autódromo, principalmente utilizando o comércio local.

Então, é assim: às vezes é um pouco desconfortável. Tem muita gente transitando na comunidade que a gente não conhece. Desconfortável porque, assim, a questão do barulho, a movimentação em si. Eu me sentia bastante desconfortável. (Anexo 2, p. 30).

Só melhorou para o trabalho, como aqui era área residencial, o mercadinho ia fechar, porque os moradores foram embora. Os clientes foram embora. Aí ele começou a colocar refeição. O lucro daqui tem muita coisa que pode ser muito ruim, mas nada é 100 % ruim. Essa obra é 90 % ruim, mas 10 % é que gerou mais emprego para quem mora aqui e tem comércio (Anexo 4, p. 64).

Uma das primeiras intervenções feitas na Vila Autódromo foi fechar uma das entradas, que permitia o acesso à comunidade pelos fundos. Além disso, eles cortaram boa parte das árvores que existiam ali. Alguns moradores tentaram impedir que outras árvores fossem cortadas, mas era difícil vigiar constantemente as ações dos funcionários do Parque Olímpico.

Agora a gente passa por meio de escombros, das casas demolidas. Descaracterizaram a comunidade toda. Tiraram as árvores aqui. Nossa entrada hoje está descaracterizada. Ela era linda, cheia de árvore. Eles fazem isso para agredir. Isso vai agredindo a gente. Tem que ter muita força de vontade. Eu tenho (Anexo 3, p. 41)!

Um dos problemas que moradores passaram a sofrer constantemente foi o barulho da obra e o aumento de poeira. Alguns mencionaram piora nas crises de alergias e na saúde depois das obras.

Eu tenho alergia que essa obra aqui do lado está me prejudicando muito. Eu tomo dois antialérgicos por dia. Fora a bombinha que quando se agrava eu tenho que usar. Eu ando com bombinha na bolsa, bombinha em casa. Então, por questão de saúde, minha filha está tentando me convencer a sair. Já o meu filho quer ter um apartamento para ele. (Anexo 7, p. 103)

O relatório de vistoria ainda aponta um potencial de proliferação do mosquito da dengue. Além do vazamento de água proveniente das demolições das casas, surgiram também pequenas poças ocasionadas por escavações feitas para a implantação da rede de drenagem do Parque Olímpico.

No documento, os técnicos ainda demonstram preocupação com a construção de uma cota mais elevada tanto do Parque Olímpico, quanto das vias a serem implementadas no local. A comunidade se situaria em um nível mais abaixo, o que poderia resultar em inundações internas. O não acesso ao projeto do Parque Olímpico dificulta uma possível discussão sobre a previsão de uma solução por parte da concessionária e do poder público, a qual poderia ser feita através da instalação de uma rede de drenagem destinada ao escoamento das águas pluviais.

No entanto, as obras do Parque Olímpico avançam sobre a Vila Autódromo. Em agosto de 2014 eles colocaram um tapume em frente ao muro que separava a comunidade do antigo Autódromo. Eles alegavam que era para a passagem de tratores e máquinas de obra e que também ofereceria maior segurança às crianças e transeuntes. Nos meses seguintes, parte do muro foi sendo quebrado ao longo da faixa que margeia a Lagoa de Jacarepaguá. Os moradores da faixa marginal ficaram extremamente "desprotegidos": agora apenas um tapume separa o espaço onde habitam do complexo (Anexo 10, p. 148).

As obras do Parque Olímpico interferem no espaço da Vila Autódromo, principalmente nos seus espaços comuns. Com o avanço da intervenção urbanística sobre a comunidade e as demolições das casas, a concessionária Rio Mais, em conjunto com a Prefeitura, acabam por pressionar os moradores a se mudarem dali: o biopoder sobre o espaço afeta não só a estrutura física e as necessidades habitacionais, como a própria vontade de habitar determinado lugar, deixando-o insalubre e inóspito.

4.3.4.4

Outros efeitos do processo de remoção

Além das mudanças dos moradores, da transformação do ambiente urbano e da paisagem da Vila Autódromo, outras situações emergem, prejudicando a moradia. Dentre elas, está o impedimento da entrada de materiais de construção para eventuais obras nas casa dos habitantes.¹³² Isso é uma forma de impedir que a construção de mais benfeitorias e a valorização do imóvel ante uma negociação. O "congelamento urbanístico", porém, interrompe o processo contínuo de produção de um espaço e repercute contra o desenvolvimento da vida urbana da comunidade.

O que acontece, até pra fazer uma reforma está meio complicado aqui pelo fato de não poder entrar material, o que é um absurdo. Se eu não sair daqui eu tenho direito a fazer o que eu quiser na minha casa. E esse direito está sendo negado (Anexo 7, p. 101).

É o que eu te falei, se a gente pudesse investir na casa, trazer uma melhoria que você possa fazer empréstimo, investir pra ter um pouco de conforto e aí fica nesse impasse. Você não constrói, mas também não tem as melhorias. Eu não estou construindo e agora está num momento muito mais difícil do que já estive. E eu também não vejo melhorias. Eu não vejo perspectiva, por enquanto. Eu vejo que são processos que tão rolando, decisões que são demoradas, que é lento, que cabe recurso que pode recorrer, que isso pode levar mais 21 anos desse processo ou como 21 dias. É uma incerteza. A minha vida ficou em função disso (Anexo 2, p. 30).

¹³² Apesar do impedimento de entrada de materiais de construção ter sido mencionado por diversos entrevistados, não foi possível identificar quem impedia a entrada.

As negociações da Prefeitura e as intervenções no ambiente urbano são formas de pressionar os moradores para desistirem de permanecer na comunidade. Elas impactam não somente o espaço da Vila Autódromo, mas a própria vida dos moradores. Além de crises alérgicas e machucados provocados por vergalhões, alguns entrevistados relatam que eles ou suas famílias estão sofrendo problemas de saúde por conta da pressão que estão submetidos:

Eu tenho gastrite nervosa e estou começando o tratamento agora. Agora eu estou com reumatismo no joelho e estou fazendo tratamento. A doutora falou que tudo isso está se desenvolvendo mais rápido por causa do sistema nervoso. Porque se eu não controlar o sistema nervoso, eu não controlo nem o meu reumatismo nem a minha gastrite. E como a gastrite já é hereditária, ela se manifestou devido a esses conflitos que eu to passando (Anexo 4, p. 50).

Psicologicamente desestruturou toda a minha família, porque a minha esposa, nunca vi a minha esposa, em 24 anos que eu estou com ela, ficar depressiva. Minha filha desgostosa. Doença na minha filha, porque a minha filha tem problema respiratório, tem crise direto para comer. A minha esposa ficou 2 semanas gastando remédio com tosse e não conseguia dormir. Mudou tudo porque você se sente desprotegido, porque o poder público não cumpre com nada (Anexo 6, p. 88).

As sensações de insegurança, os medos, os nervosismos e a ansiedade, são estados emocionais que muitos moradores experimentam durante uma remoção: é a vida como um todo, e não apenas a casa, que é atingida. Alguns entrevistados contam que certas pessoas faleceram nesse processo. Os efeitos repercutem na própria vida, nos sentimentos e nos ânimos de lutar pelo espaço construído - eles são inerentemente biopolíticos.

4.3.4.5

A luta dos moradores pelo espaço da Vila Autódromo e os atuais desafios

Em 20 de junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorreu na Vila Autódromo uma grande manifestação de alguns movimentos sociais que compunham a Cúpula dos Povos - evento paralelo organizado por entidades da sociedade civil e movimentos de vários países. Nesse dia foi lançada a campanha *Viva a Vila Autódromo!*, com a distribuição de camisas e banners com um *logotipo* que continha aspectos da

comunidade. O objetivo era utilizar elementos de mídia para difundir a positividade daquele espaço.



Figura 2: Figuras utilizadas na campanha

A campanha foi elaborada com a parceria de outras organizações e redes, como o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, o Fórum Justiça, A Rede Universidade Nômade, além de outros ativistas. Em conjunto, foi lançado um manifesto em defesa da permanência da Vila Autódromo (BRITO, 2012, p. 07).¹³³

Outra ação promovida pela AMPVA, foi a busca por uma proposta de urbanização, em contraposição a oferta do reassentamento. Em conjunto com técnicos de duas universidades públicas (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ e Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense do NEPHU/UFF), moradores construíram o Plano Popular da Vila Autódromo, entregue ao prefeito em 16 de agosto de 2012.

¹³³ As informações sobre a campanha e o manifesto se encontram no *Portal Popular da Copa*. Ver em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/index.php/manifesto>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2015

O plano foi desenvolvido de forma dialógica. Após uma série de reuniões, em que foram diagnosticadas necessidades locais e suas possíveis soluções, elaborou-se um planejamento dividido em quatro programas: Programa Habitacional, Programa de Saneamento, Infraestrutura e Meio Ambiente; Programa de Serviços Públicos e Programa de Desenvolvimento Cultural e Comunitário (VAINER *et al*, 2013). As ações não se restringiam apenas ao campo urbanísticos, mas eram voltadas também para as dinâmicas culturais e sociais.

Esse plano recebeu um parecer favorável em 26 de agosto de 2013. O documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar (GTAPM), que foi formado para realizar a produção de um laudo técnico de avaliação da proposta do reassentamento da Prefeitura e da proposta de urbanização dos moradores. O laudo fora solicitado pelo prefeito quando recebeu o projeto de urbanização.

E, em 3 de dezembro de 2013, o Plano Popular da Vila Autódromo ganhou o prêmio internacional da *Urban Age Award*, para projetos urbanos criativos e que atendam às necessidades sociais. Com o prêmio, a comunidade recebeu 80 mil dólares para a construção de uma creche comunitária.

Essa mobilização reforçou a luta que vigora há mais de 20 anos, e que no curso de ações e de outros instrumentos jurídicos, se empenha pela permanência da comunidade. No entanto, com a degradação ambiental produzida pelas demolições e impactos da obra do Parque Olímpico, moradores agora se direcionam para uma resistência contra a destruição do próprio espaço que eles produziram.

Em 24 de setembro, eles promoveram um Café da Manhã Solidário, no qual ofereceram lanches, sucos e café para os operários das obras do Parque Olímpico e para os passageiros de carros e ônibus, enquanto o engarrafamento interrompia o trânsito na Av. Abelardo Bueno. O objetivo era chamar a atenção para a degradação do ambiente ocasionada pelas demolições das casas negociadas e

pelas obras do parque.¹³⁴ Ao mesmo tempo, eles reivindicaram a implementação do projeto de urbanização.

A reconfiguração do espaço hoje requer uma reorganização do urbano, principalmente diante da elevação da cota do Parque Olímpico. Vale mencionar que até hoje a Prefeitura não disponibilizou o projeto do complexo esportivo, e os moradores seguem sem saber qual a área da comunidade será atingida e o impacto das obras de drenagem.

O que nos preocupa é até onde ela vai chegar. Porque eles passaram aqui na rua principal e colocaram esse tapume. E a gente não sabe qual é a desse tapume. Passaram para gente uma coisa, mas pelo jeito não é exatamente o que eles passaram. Falaram que iriam fazer uma rua para os caminhões passar, mas na verdade não é isso que está acontecendo. O muro está sendo derrubado aos pouquinhos, para que a gente não perceba. Está vindo um aterro enorme dentro daquele tapume. Isso não foi o combinado. Falaram que iriam fazer um melhoramento no pé do muro mas não é isso o que está acontecendo (Anexo 1, p.16).

Como construir a creche e como reorganizar o espaço são problemas comuns que os moradores que querem permanecer enfrentam. Não se trata apenas de atender a necessidades estruturais, mas de como, após as mudanças, reconstituir o habitar da Vila Autódromo. A resistência está relacionada à *poiesis* do espaço, a própria biopolítica urbana construída pelos habitantes.

4.4

Notas sobre a remoção biopolítica da Vila Autódromo

A remoção que teve aqui é simplesmente porque aqui é favela! (Anexo 4, p. 51)

A Vila Autódromo é uma das poucas favelas que conseguiram passar por um processo de regularização fundiária. A entrega de títulos de concessão real de uso aos moradores conferiu um *status* legal à posse. Em paralelo, os moradores buscaram formalizar os serviços e "legitimar" a comunidade, urbanizando e organizando o espaço. Essa prática espacial não é, porém, reconhecida pelo

¹³⁴ Café da Manhã Comunitário na Vila Autódromo Busca Atenção e Solidariedade, *RioOnWatch*, 20 de outubro de 2014, Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=12587>>. Acesso 21 de fevereiro de 2015

Estado, que, ao contrário, age ali de forma negligente, em comparação com a infraestrutura que oferece para outros lugares do mesmo bairro.

A "subnormalidade" da Vila Autódromo está menos em relação à sua condição legal do que ao não reconhecimento da sua prática espacial. Em um primeiro momento, o discurso é de que ela é um problema urbano e ambiental, que deve ser removido em favor dos direitos difusos da sociedade. No segundo momento, a remoção aparece como uma opção: a oferta de uma moradia melhor do que a favela ou uma boa indenização.

A tentativa, pela Prefeitura, de aplicar mecanismos jurídicos para efetivar a remoção da Vila Autódromo não foi bem sucedida: até agora não há qualquer ordem judicial que obrigue a retirada os moradores. Nesse sentido, a conquista dos títulos e do reconhecimento como AEIS gerou efeitos e uma relativa segurança jurídica para a comunidade.

No entanto, a constante ameaça de remoção repercute contra o próprio espaço urbano. Alguns moradores deixaram de investir nas suas casas, o que prejudicou na melhora das condições de moradia. A ameaça, então, gera incerteza quanto à possibilidade de ficar, apesar dos títulos de posse. A remoção se torna uma realidade virtual que condiciona a produção do espaço da Vila Autódromo.

Com o anúncio das Olimpíadas a ameaça se intensifica. Os grandes projetos aumentam a valorização da região "Nova Barra" e cresce a pressão para a retirada da favela em um local que é "destinado" à classe média. A cada declaração da Prefeitura contra a permanência da Vila Autódromo, a realidade da remoção se aproxima. No entanto, o poder não recorre apenas a estratégias jurídicas, mas, principalmente biopolíticas.

Primeiro, ele "joga" com o próprio imaginário do condomínio. O desejo de morar em um lugar com infraestrutura, com piscina e campo de futebol também está presente entre os moradores da Vila Autódromo. Segundo, ele tenta convencer individualmente cada morador a sair, agindo também nas relações sociais locais. Por fim, ele degrada o ambiente urbano prejudicando não só as necessidades básicas, mas fragilizando a vontade de lutar por um espaço que

gradualmente se torna precário e inseguro: eis as principais características de uma remoção biopolítica.

A saída dos moradores não ocorreu a partir de uma ordem de despejo, de um enfrentamento direto e restrito. Eles acordaram com a Prefeitura pelo reassentamento ou indenização. Isso não quer dizer que não houve nesse processo violência. Sob constrangimentos e inseguranças, cada família teve que decidir o "rumo" da sua moradia; ou podemos dizer, da sua vida. A prefeitura se valeu de diferentes táticas para pressionar ou induzir a mudança dos moradores - a questão era como fazer os moradores se deslocarem do local.

A Vila Autódromo ainda não foi inteiramente removida, mas parte dela já não existe mais. A cada mudança das famílias, a cada demolição de suas casas, o espaço da comunidade se transforma. O caso demonstra que o denominado quadro jurídico da soberania (FOUCAULT) é apenas uma modalidade de poder que incide sobre o território. No específico contexto que assegura uma série de direitos aos moradores de favelas, as remoções adquirem uma tonalidade cada vez mais biopolítica. É a vida, o espaço urbano, em seu feixe complexo de relações, que são atravessados por uma governamentalidade ágil e em constante mutação.

É no mesmo terreno que uma resistência se torna possível. Os instrumentos jurídicos, nesse sentido, revelam atingir um limite. Eles podem ser usados e articulados, mas desde que inseridos numa mobilização que diga respeito, principalmente, à vida urbana e à poética da favela. Não só habita-se, mas deve-se resistir como um poeta. O habitar (LEFEBVRE), o espaço poético (BACHELARD), o governo (FOUCAULT), constituem algumas referências teóricas que auxiliam na compreensão das novas trincheiras: é, justamente, nelas que a Vila Autódromo experimenta os desafios, derrotas e possibilidades na luta contra uma modalidade de remoção que denominamos biopolítica.

5 Conclusão

Há mais de um século as favelas sofrem remoções. Observa-se um *continuum* na prática de retirar os favelados de um determinado espaço. No entanto, as remoções foram promovidas com base em diferentes discursos e distintas justificativas atreladas a políticas habitacionais. Argumentos biopolíticos como a higiene pública, jurídicos como a ilegalidade da ocupação, ou disciplinares como a desordem urbana, fundamentaram a necessidade de remover e reassentar as famílias em habitações mais adequados.

Ao lado dos dispositivos de remoção, encontramos também políticas habitacionais. Os Parques Proletários, no seu viés educacional, ou os conjuntos habitacionais nas suas arquiteturas e regras contratuais foram também mecanismos de normalização do habitar. Nas "maneiras de fazer" da favela, elas escaparam a padronização urbanística do espaço. Nesse sentido, o reassentamento pode, muitas vezes, significar uma prática normalizadora.

Nem a favela nem o reassentamento em conjuntos habitacionais podem ser entendidos como uma simples forma de *habitat*. Os espaços urbanos não são apenas compostos por casas, ruas e estabelecimentos. Sua produção também ocorre através das relações sociais, da memória, da construção de um imaginário ou simbolismo. Como aponta Henri Lefebvre, um habitar é uma equação irresolúvel entre necessidades e desejos. Nesse sentido, a remoção acompanhada de um reassentamento, ou melhor, um "reassentamento forçado" atinge um "modo de habitar" para conduzir para um outro "modo de habitar".

Estamos diante de um dispositivo de governo. A "favela como problema" não trata apenas de como retirar os favelados de um lugar, mas também do problema de como habitar. A remoção não poder ser considerada como um simples mecanismo de soberania, uma vez que outras questões se tornam pertinentes. O fluxo de pessoas e a habitação foram eixos importantes na

formação da biopolítica urbana. E, atualmente, observamos que a biopolítica se exerce cada vez mais sobre os "modos de vida" - "a gestão da diferença"

Por isso, não podemos entender a remoção através do binômio legalidade/ilegalidade. Apesar do emprego de mecanismos jurídicos durante um processo de remoção, eles estão acoplados à outras técnicas disciplinares e biopolíticas.

Vale destacar que o contexto pós-constitucional diluiu o *status* ilegal da favela. Apesar dela ainda ser considerada "clandestina", os direitos e garantias relacionados à proteção da moradia conferiram aos favelados mais direitos sobre seu espaço. Além disso, a favela se tornou objeto legal de políticas urbanas. Tudo isso, gerou um cenário jurídico positivo para as favelas e repercutiu favoravelmente na resistência.

Para entender, então, como as remoções ainda são praticadas é preciso ter em mente que outros mecanismos atuam sobre o espaço urbano. O reconhecimento legal dos direitos não impede que outros processos de normalização ocorram. Defende-se nesse trabalho que, mais do que um lugar "ilegal", a favela é tratada como algo "anormal". E essa anormalização, construída por inúmeros dispositivos (urbanismo, meio ambiente, segurança pública ou direito), está relacionada à produção do habitar, isto é, aos modos de vida que envolvem a construção de um espaço por determinadas pessoas.

Nesse sentido, o caso da Vila Autódromo é bem significativo. Um processo judicial de remoção foi movido alegando dano urbano, ambiental, turístico e paisagístico. Entre os argumentos, estava presente um discurso discriminatório contra a construção daquele espaço por seus moradores. Estes, porém, conseguiram regularizar a situação de sua posse, obtendo títulos de concessão real de uso. Posteriormente, a sentença do processo veio a garantir boa parte das ocupações desse espaço.

Isso não implicou em um fim da ameaça da remoção. Por mecanismos biopolíticos a Prefeitura interviu naquele espaço. Podemos destacar três táticas: primeiro, oferecendo uma "velha" forma de moradia - o conjunto habitacional.

No entanto, para convencer os moradores ela atuou no campo do desejo: ao brincar com o imaginário do "condomínio", ela não ofereceu apenas uma casa, mas um habitar. É importante observar, que esse imaginário, não está apenas presente na classe média e alta - para a qual ele é principalmente vendido pelas construtoras - mas se difunde em outros grupos e espaços da cidade.

A segunda tática empregada se refere à visita corriqueira dos funcionários na comunidade, pela qual foi possível realizar uma estratégia de "convencimento" molecular e difusa. Entre informações de que a Vila Autódromo não ficaria, e argumentos persuasivos, como a oferta de mais de um apartamento, os funcionários conversavam individualmente com cada família, atingindo aspectos da vida pessoal e comunitária. Esse processo de "convencimento" não esteve concentrado apenas na Prefeitura, mas passou a ser realizados pelos próprios moradores, na conversa entre vizinhos e familiares, ou até mesmo na defesa mais contundente da mudança protagonizada por alguns.

O "convencimento" não ocorre no campo da autonomia individual. A ameaça virtual da remoção já é uma violência sobre um habitar. Nesse processo, muitos moradores possuem dúvidas e medos de perderem sua moradia. O "convencimento" se trata de uma miríade de mecanismos para fazer e pressionar os moradores a aceitarem sair do espaço Vila Autódromo. Trata-se de uma técnica de governo, com múltiplas "peripécias" do poder.

Indenizações altas são também outra forma de fazer com que mais moradores se mudem dali. Elas não são oferecidas para todos, mas geram expectativas de se conseguir uma boa oferta. O que é interessante destacar nesse ponto é que os valores altos não são resultados de uma valorização da prefeitura sobre aquele espaço, mas da própria autovalorização. O interesse do poder em fazê-los sair é maior que a vontade deles de ir embora. Podemos concluir que o valor de uso também determina o valor de troca.

Tanto a oferta do conjunto habitacional próximo com piscina, quanto as altas indenizações são frutos da resistência dos moradores. A mobilização pela consolidação da comunidade e a obtenção de títulos foram importantes para criar

uma condição jurídica mais estável e dificultar a realização de uma remoção imediata.

A terceira tática biolítica trata da degradação do ambiente local. As demolições, os vergalhões, a falta de luz e água, a produção de poeira e barulho, são formas de atingir a estrutura, a segurança e a qualidade da moradia local. A intervenção no espaço físico afeta, porém, o próprio habitar, reconfigurando a "comunidade boa de se viver".

É sobre o habitar que o poder atua. A luta na Vila Autódromo não é só por moradia, mas pela liberdade de permanecer em determinado espaço e se constituir nele. A resistência não só atravessa a organização do espaço para atender as necessidades, mas também em recriar a vida urbana, de "habitar como poeta" e a liberdade de produzir diferenças.

Referências

ABREU, Mauricio. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008;

AMOROSO, Mauro. **A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã**. Revista Cantareira, v.1, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e14a01.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2015

ARANTES, Otilia. **Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas**. In: **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993;

BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves. **Henri Lefebvre: a crítica da vida cotidiana na experienciada modernidade**. 2009. 168p. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2009.

BRANDÃO, Ana Carolina. **Porto Maravilha: uma análise da requalificação do espaço através do direito à cidade a partir das contribuições de Henri Lefebvre**. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013;

BRITO, Adriana. Campanha. **Global Brasil**, Rio de Janeiro, nº 16, p. 6-8, 2012;

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006;

CAVALLAZZI, Rosângela. **O Estatuto Epistemológico do Direito Urbanístico Brasileiro: Possibilidades e Obstáculos na Tutela do Direito à Cidade**. In:

Direito da Cidade, novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Coord Ronaldo Coutinho E Luigi Bonizzato. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007

CARVALHO, Leo F. P. **Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro.** Monografia (Graduação em Direito). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2013

COCCO, Giuseppe. **A mobilização democrática das metrópoles: entre brasilianização do mundo e devir-cidade das favelas!** In: KLINK, J. (orgs). **Governança das metrópolis: conceitos, experiências e perspectivas.** São Paulo: Annablume, 2010;

COCCO, G; CAVA, B. **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.** São Paulo: Annablume, 2014;

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1985;

_____. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.** 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000;

CORTÉS, José Miguel G. **Política do Espaço: arquitetura gênero e controle social.** Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008;

COSTA, Maria de Fátima Tardin. **Ideologia e utopia no ocaso da Reforma Urbana.** 320f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2012;

COSTA, S. **Aspectos do trágico em Hördelin.** In: SABERES, Natal – RN, v. 3, número especial, dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes>

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano1: as artes do fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2014;

DÍAS, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. Tradução de Cesar Candiottto. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012

FAULHAUBER, L; NACIF, C. **Desapropriações e remoções para tornar o Rio de Janeiro mais "competitivo"**. In: SANCHEZ, F. BIENENSTEIS, G. OLIVEIRA, F. NOVAIS, P. (orgs). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistência**. Niterói: Editora da UFF, 2014;

FERNANDES, Tatiana. **Barra da Tijuca (RJ), Plano Piloto, Legislação e Realidade: o processo de urbanização, ocupação e suas consequências ambientais**. Revista VITAS, Ano III, v.6, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/revistavitas/index.php/numeros-antigos>. Acesso em 07 de fevereiro de 2015;

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. 14ª Ed. Rio de Janeiro:Edições Graal, 2013

_____ **A Arqueologia do Saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013;

_____ **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France**. Tradução Maria Ematina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a;

_____ **Nietzsche, a Genealogia e a História**. In: **Microfísica do Poder**. - 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a;

_____ **Os Anormais**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b;

_____ **O Nascimento da Biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a;

_____. **O Sujeito e o Poder.** In: Ditos e Escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b;

_____. **Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política.** Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a;

_____. Perguntas a Michel Foucault sobre Geografia. In Ditos e Escritos, volume IV: estratégia, poder saber. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b;

_____. **Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978).** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b;

_____. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do Poder.** 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014c;

_____. **Verdade e Poder.** In: **Microfísica do Poder.** 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014d;

_____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão.** Tradução de Rachel Ramalhe. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987;

DREYFUS, Humbert L; PAUL, Rabinow. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica).** Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995;

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo.** Tradução de Ivone Salgado. 4ª ed. São Paulo: Papirus: 2004;

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006

JACQUES, P. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** 4 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011;

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. Tradução: Maria Emantina Galvão. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009

LE CORBUSIER. **Os três estabelecimentos humanos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979;

LEFEBVRE, H.. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UGMG, 1999

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991;

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias São Paulo: Centauro, 2001

_____. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000

LEITÃO, G; DELECAVE, J. **O programa morar carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas**. In: "O Social em questão", ano 16, n. 19, pp. 255-264, 2013.

MACHADO, Roberto. **Introdução**. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014;

MAGALHÃES, Alexandre. **Transformações no "problema favela" e a reatualização da remoção no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013;

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011

MEDEIROS, M. **Megaeventos e direito à moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo. O caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro**. 2014. 156p. Dissertação (Mestrado em Direito à Cidade), Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

MELO, L. Direito à moradia no Brasil: política urbana e acesso por meio da regularização fundiária. Belo Horizonte, Fórum, 2010

MENDES, A. **Direito à cidade no horizonte pós-fordista.** In: LABTec/ESS/UFRJ. **Lugar Comum** – Estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 27, abril, 2009;

_____. **Para além da "Tragédia do Comum": conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo.** Fevereiro, 2012. 191p. Tese (Doutorado em Direito à Cidade). Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012;

_____. **As experimentações do poder no Rio de Janeiro: Entre a remoção e a integração da favela à cidade.** In: Os conflitos fundiários urbanos no Brasil: estratégias de luta contra os despejos e empoderamentos a partir da teoria crítica dos direitos humanos. Orgs: Cristiano Muller, Karla Fabrícia Moroso Santos de Azevedo. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2014a.

_____. **Entre choques e finanças: a "pacificação" e a "integração" da favela à cidade do Rio de Janeiro.** In: O Social em Questão - Ano XVIII - nº 31 - 2014b

MENDES, I. Entrevista Ivalva. In: Democracia Viva, n. 35, 2007. Entrevista concedida a Jamile Chequer. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/dv35_pan1_entrevista.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015

NEGRI, Antonio. **Poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade.** Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

PAIVA, Ludmila. **Enfim, global: a volta da política das remoções no Rio de Janeiro do século XXI.** Dissertação (Mestrado em Direito à Cidade). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013;

PILATTI, Adriano. **"O dever-multidão dos excluídos e de todos os que são incluídos somente na extensão necessária para serem explorados".** Entrevista

especial com Adriano Pilatti. Instituto Humanitas Unisinos, 14 de janeiro de 2014. Entrevista concedida a Luciano Gallas. Disponível em: PILATTI, Adriano. **"O devir-multidão dos excluídos e de todos os que são incluídos somente na extensão necessária para serem explorados". Entrevista especial com Adriano Pilatti.** Acesso 18 de fevereiro de 2015

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

PESTANA, Marcos M. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado da favela (1954-1964).** 273f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013;

PONTES, Maria Lúcia. Comunidade indiana – **Programa Minha Casa Minha Vida: Incentivo à política habitacional ou mecanismo de estímulo a remoção na cidade do Rio de Janeiro.** In: Os conflitos fundiários urbanos no Brasil: estratégias de luta contra os despejos e empoderamentos a partir da teoria crítica dos direitos humanos. Orgs: Cristiano Muller, Karla Fabrícia Moroso Santos de Azevedo. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2014.

OITICICA, Hélio. **Hélio Oiticica: O museu é o mundo.** Org. Cesar Oiticica Filho. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010;

OLINGER, M; RIBEIRO, L. **A favela na cidade-commodity: desconstrução de uma questão social.** In: MELLO, M et. al. (orgs). **Favelas Cariocas: Ontem e Hoje.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012;

OLIVEIRA, Rosa Ribeiro Barbosa. **Cidade, Biopoder e População: uma abordagem histórico-teórico acerca do urbanismo.** 106p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010.

REZENDE, Vera. **O jogo de verde com branco, Lúcio Costa em defesa do Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá.** In:

DOCOMOMO, 6., 2005, Niterói. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/>. Acesso 07 de fevereiro de 2015;

REZENDE, Vera; LEITÃO, Gerônimo. **Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a Avaliação dos Ideais Modernistas Após Três Décadas.** In: DOCOMOMO, 5., 2003, Niterói. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/>. Acesso 07 de fevereiro de 2015;

REZENDE, Vera; LEITÃO, Gerônimo. **Planejamento e realização da barra da tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do rio de janeiro.** In: Seminário de História da cidade e do Urbanismo, v.8, n.4, 2004. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1038>. Acesso em 07 de fevereiro de 2015;

REZENDE, V. et. al. Barra da Tijuca no limiar do século XXI: do urbanismo modernista a cidade cenográfica?. In: Encontros Nacionais o ANPUR, 2003. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2484>. Acesso em 07 de fevereiro de 2015;

SÁNCHEZ, Fernanda. **Copa do Mundo, megaeventos e projeto de cidade: atores, escalas de ação e conflito no Rio de Janeiro.** In: SANCHEZ, F. BIENENSTEIS, G. OLIVEIRA, F. NOVAIS, P. (orgs). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistência.** Niterói: Editora da UFF, 2014

SANTOS, Carlos Nelson F. **Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros.** In: Habitação em Questão. Org. Licia do Prado Valladares. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980;

SILVA, Gerardo. **ReFavela (notas sobre a definição de favela).** In: Lugar Comum. nº 39. 2013. p 37-43

SOARES GONÇALVES, R. **Favelas do Rio de Janeiro.** História e Direito. Rio de Janeiro, PUC, 2013

VAINER, C. et. al. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma Experiência De Planejamento Conflitual. In: **Anais: encontros nacionais da Ampur**. v. 15 2013. Disponível em: <http://www.ampur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186>

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

VALLADARES, Licia. **Passa-se uma casa: uma análise do Programa de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005;

ZALUAR, A; ALVITO, M (orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV 2006

Legislação

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República do Brasil. VadeMecum. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012;

BRASIL, Lei n. 10.257, 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012;

RIO DE JANEIRO (distrito federal), **Código de Obras. Decreto n. 6000, de 01 de julho de 1937**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/raridades>. Acesso em 08 de janeiro de 2015;

RIO DE JANEIRO (Estado), Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. ALERJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/processo6.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2014;

RIO DE JANEIRO (Município), Lei Orgânica (1990). **Lei Orgânica do Município**. Procuradoria Geral do Município, 2ª ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município, 2010. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2014

RIO DE JANEIRO (Município), **Decreto nº 34522**, de 3 de outubro de 2011. Aprova as diretrizes para a demolição e realocação de moradores em assentamentos populares. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=381&page=3>. Acesso em 10 de janeiro de 2015;

RIO DE JANEIRO (Município), Plano Diretor (1992). **Lei Complementar, nº 16, de 04 de julho de 2011**. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/plano_diretor_edicao_reduzida_comentada.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2014

RIO DE JANEIRO (Município), Plano Diretor (2011). **Lei Complementar, nº 111 de 2011**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/139339/DLFE-229591.pdf/LeiComplementar1112011PlanoDiretor.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2014

Sites visitados:

Fronteiras Imaginárias Culturais. Disponível em: <http://fronteirasimaginarias.org/node/555>. Acesso em 20 de agosto de 2014;

Blog Comunidade Vila Autódromo. Disponível em: <http://comunidadevilaaudromo.blogspot.com.br/>. Acesso em 10 de maio de 2014;

IBGE, Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>. Acesso em 15 fevereiro de 2010

Sistema de Informações de Assentamentos Precários do Instituto Pereira Passo. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>. Acesso em 18 de outubro de 2014

Blog Raquel Rolnik. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/02/18/remocao-de-parte-da-vila-autodromo-no-rio-nao-existe-outra-alternativa/>. Acesso em 3 de novembro de 2014

Portal Popular da Copa. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/index.php/manifesto>. Acesso em 21 de fevereiro de 2015

Rio 2016. Disponível em: <http://www.rio2016.org/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015

Prefeitura do Rio. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/>. Acesso em 25 de agosto de 2015

Comitê Popular do Rio. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/> Acesso em 10 de novembro de 2014

Documentos analisados

AMPVA. **Nota Pública: Vila Autódromo conquista sua permanência.** Publicada em 09 de agosto de 2013. Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/2013/08/09/nota-publica-vila-autodromo-conquista-sua-permanencia/> Acesso em 10 de fevereiro de 2015

AMPVA, et. al. **Plano Popular da Vila Autódromo.** Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudodromo.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2014

COMITÊ POPULAR DO RIO **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016.** Disponível: Rio 2016 <http://www.rio2016.org/comite-organizador/transparencia/documentos>

COMITÊ POPULAR DO RIO. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro**, junho 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf Acesso em 20 de novembro de 2014

COMITÊ POPULAR DO RIO **Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro**, junho 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf. Acesso em novembro de 2014

GTAPM. **Parecer: avaliação das alternativas de moradia para a Vila Autódromo.** Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/parecer_autodromo.php. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015

MENDES, I. **Histórico da Comunidade Vila Autódromo.** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/351095.shtml>

NUTH. **Notificação ao Comitê Olímpico Internacional.** Disponível em http://fotos.midiatatica.info/gallery/main.php?g2_view=core.DownloadItem&g2_itemId=2586. Acesso em 4 de fevereiro de 2015

Conselho da Cidade. **Plano Estratégico (2009-2012).** Disponível em: <http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_site.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2015;

Conselho da Cidade. **Plano Estratégico (2013-2016).** Disponível em: <http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2015;

Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. **Editais de Licitação do Parque Olímpico.** Proc. 01/001685/ 11

Reportagens

Apesar dos avanços da Caravana da Ilegalidade, três áreas estão pendente, O Globo, Rio de Janeiro, 03 de julho de 1993, Caderno Rio, p. 9

Audiência Pública na ALERJ debate a política de remoções e o papel da Defensoria Pública. ADPERJ, 14 de abril de 2014. Disponível em: http://www.adperj.com.br/noticias_detail.asp?cod_blog=87. Acesso em 18 de fevereiro de 2015

Barra: Invasões escondem casas luxuosas, O Globo, Rio de Janeiro, 27 de março de 1993, Caderno Rio, p. 13;

Cadastro para a remoção de favela começa na quarta, **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2011, Caderno Rio, p. 14.

Café da Manhã Comunitário na Vila Autódromo Busca Atenção e Solidariedade. RioOnWatch, publicado em 20 de outubro de 2014. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=12587>. Acesso 21 de fevereiro de 2015

Caminhos Divergentes: Moradores da Vila Autódromo Resistem, Seguem o Caminho, ou Aguardam, RioOnWhatch, 15 de agosto de 2014. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=12090>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

Cesar Maia diz que há terrenos invadidos cotados à dolar, O Globo, Rio de Janeiro, 28 de março de 1993, Caderno Rio, p. 25

CLARK, D. **Imóveis da ‘nova Barra’ terão valorização de 50% com Rio 2016, prevê mercado.** G1, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1333427-5606,00-IMOVEIS+DA+NOVA+BARRA+TERAO+VALORIZACAO+DE+COM+RIO+PREVE+MERCADO.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015

Confronto entre PMs e invasores da Via Park, O Globo, Rio de Janeiro, 16 de março de 1993, Caderno Rio, p. 12

Em quatro anos, Ministério Público move cerca de 100 ações contra a expansão de favela. O GLOBO, Rio de Janeiro, publicada no dia 09 de janeiro de 2015.

Favela da F-1 cresce a 300 km/h. O Globo, Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1989, Caderno Rio, p. 18

Favela Vila Autódromo será removida, diz Paes. O Globo, Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2009, p. 11

Favelas causam preocupação, O Globo, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1989, jornal do bairro, BARRA, p. 23,

Felicidade a 1 km de distância, o Globo, Rio de Janeiro, jornal do bairro, 03 de abril de 2014, p. 6.

Manifestação na Barra da Tijuca interdita Av. Embaixador Abelardo Bueno, **O Dia**, 22 de março de 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-22/manifestacao-na-barra-da-tijuca-interdita-avenida-embaixador-abelardo-bueno.html>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

Mudança de 80 famílias provoca protesto em moradores de Curicica. O Globo, Rio de Janeiro, 01 de março de 1987, Caderno Rio, p. 16

NOGUEIRA, I. **Plano olímpico prevê a remoção de favelas.** Folha de São Paulo, São Paulo, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0810200906.htm> Acesso em 15 de fevereiro de 2015

O EXTRA. **Paes diz que remoção de favelas não pode ser tabu.** Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/paes-diz-que-remocao-de-favelas-nao-pode-ser-tabu-265452.html>

O Globo, Opinião, 11 de janeiro de 2005, Rio, p 17

Olimpíada: só em transportes, obras de R\$1,5 bi. O Globo, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2008, Caderno Rio, p. 15

Pan, Cesar desiste de retirar favelas. O Globo, Rio de Janeiro, 30 de junho de 2006, Caderno Rio, p. 16

Pan: prefeitura estuda remoção em 3 favelas, O Globo, Rio de Janeiro, 28 de maio de 2005, caderno Rio, p. 18;

Pan-Americano: prefeitura pretende remover favela ao lado do autódromo, O Globo, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2005, caderno Rio, p. 05

Plano olímpico prevê a remoção de favelas. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0810200906.htm> Acesso em 15 de fevereiro de 2015

Prefeitura gastará 10 milhões para desapropriar 8 imóveis na Vila Autódromo. O Globo, Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-gastara-10-milhoes-para-desapropriar-oito-imoveis-da-vila-autodromo-14775497>. Acesso em 22 de fevereiro.

Prefeitura Planeja Reassentar Vila Autódromo em Área de Risco, da Rio On Watch, em 27 de agosto de 2012. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=3524>. Acesso 16 d fevereiro de 2015

Prefeitura remove 119 favelas. O Globo, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2010, Caderno Rio, p. 13.

Prefeitura vai demolir 105 casas em Jacarepaguá, O Globo, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2005, Rio, p. 15;

Remoção de favela acaba em guerra, , O Globo, Rio de Janeiro, 13 de março de 1996, Caderno Rio, p. 10

Resistência da Vila Autódromo continua frente à pressão da Prefeitura, e abre precedente histórico de indenização a preço de mercado, RioOnWatch, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=13342>. Acesso 22 de fevereiro

Rio bate a favorita e sedia o Pan 2007, O Globo 25 de agosto de 2012, Caderno Esporte, p. 44,

Rio paga R\$19,9 milhões por doador de campanha de Paes. Estadão, 06 de outubro de 2011. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rio->

paga-r-19-9-mi-por-area-de-doador-de-paes,782004. Acesso em 16 de fevereiro de 2015

SIRKIS, A. Carta dos Leitores, O Globo, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2005, Opinião, p. 06

Temos o Direito de Morar Nessa Cidade, O Globo, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2012, Prosa e Verso, p. 8.

Vila Autódromo entra na reta final, o Globo, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2011, Caderno Rio, p. 12

Vila Autódromo Responde a ‘Protesto Forjado’. RioOnWhatch, 13 de novembro de 2013. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=8483>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

Vila Autódromo se encontra com Prefeito, RioOnwatch, publicado em 11 de outubro de 2010. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=7849>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

Vila Autódromo Unida em Ato Após Semanas de Pressão, RioOnWatch, 27 de julho de 2013. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=7034>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

Vila Autódromo: famílias agora querem sair da comunidade, O Globo, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2013, Caderno Rio, p. 16

Visita antes da decisão, O Globo, Rio de Janeiro, jornal do bairro, de 24 de outubro de 2013, p. 8.

Processos Judiciais

Ação Civil Pública, Restituição de Área/Intervenção do Estado na Propriedade, 4ª Vara de Fazenda Pública, Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nº 0081973-19.1993.8.19.0001.

Ação Civil Pública, 5ª Vara de Fazenda Pública, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nº 0075959-18.2013.8.19.0001

Agravo de Instrumento, Sexta Câmara Civil, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nº 0021769-11.2013.8.19.0000, fls 472-475.

Anexos

Anexo 1 - Entrevista Fátima

Anexo 2 - Entrevista Lúcia

Anexo 3 - Entrevista João

Anexo 4 - Entrevista Maria

Anexo 5 - Entrevista José

Anexo 6 - Entrevista Pedro

Anexo 7 - Entrevista Ana

Anexo 8 - Depoimento de Moradoras que foram reassentadas no Parque Carioca

Anexo 9 - Relatório de Vistoria Técnica

Anexo 10 - Fotos do processo de demolição da Vila Autódromo

Anexo 11 - Mapa das Demolições

Anexo 1

Roteiro da entrevista:

Remoção	Quando você ouviu falar em remoção na Vila Autódromo pela primeira vez? O anúncio da copa e dos jogos olímpicos aumentou o grau de ameaça de remoção por parte da Prefeitura (2008/2009) ?
	Qual era o motivo alegado pela Prefeitura para a remoção? Foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?
	Quais foram os principais efeitos no seu dia-a-dia diante dessa “ameaça” de remoção?
	Quais foram os principais efeitos dessa “ameaça” de remoção no dia-a-dia da comunidade?
Relação com a prefeitura	Como a Prefeitura apresentou a você os projetos de reassentamento da comunidade? Houve um cadastramento e como foi? Como ela negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Houve oferta de indenização? Como? Quanto? Como a Prefeitura negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Tomou conhecimento de reuniões propostas pela Prefeitura para negociação com moradores da Vila Autódromo? Compareceu em alguma? Quais foram as suas impressões sobre essas reuniões?
“Reconfiguração” da comunidade	Você conhece alguém que foi reassentado? Como foi esse processo de reassentamento? Como foram as demolições? Por que você não aceitou a oferta do reassentamento?
	Você conhece alguém que recebeu indenização? Te ofereceram indenização? Por que você não aceitou a oferta de indenização?
	Que efeitos a indenização ou reassentamento trouxeram para a comunidade? A relação com os moradores que se mudaram se mantém?

A VIDA ATUAL NA COMUNIDADE	Como está sendo a vida agora na comunidade? E como está sendo viver nessa região da Barra da Tijuca?
	Como as obras do Parque Olímpico têm impactado na comunidade? Eles usam o espaço da comunidade? O que eles tem feito e como tem agido? Como é a relação dos funcionários com os moradores? Quais prejuízos essas obras trouxeram para a comunidade?
	O que te faz continuar morando/resistindo aqui?

Entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2014.

Entrevistada: Fátima

Área onde mora: Rua do Autódromo, próxima à faixa marginal

Gênero: (x) feminino () masculino () outros: _____
Cor/raça/etnia/origem: (x) negro () branco () indígena () oriental () imigrante Obs: Moradora se identificou como parda
Idade: menor de 18 anos(); 18-30 anos(); 30-50 anos(x); 50-60 anos(); mais de 60 anos ()
Estado Civil: Solteira(x); Casada (); União estável (); Viúva (); Outros (x) Divorciada. Obs: Casada só na Igreja
Filhos: (quantos e idade) 1 filha de 28 anos
Naturalidade: Itabaiana, Paraíba
Com quem mora: Marido, filha, mãe e afilhado
Faixa de renda (com Programa Social): 1-3 salários (x) 3-5 salários () 5-10 salários () acima de 10 salários ()

Clarissa: A quanto tempo você mora aqui?

Fátima: Há 21 anos.

Clarissa: Como foi que você veio morar aqui?

Fátima: Eu era moradora da Rocinha e meu sonho era sair da Rocinha, porque era uma favela muito perigosa. Tinha uma filha pequena. Na verdade, voltando um pouco, eu não sou do Rio. Sou Paraibana. Vim da Paraíba para o Rio de Janeiro diretamente pra Rocinha. Lá eu me criei. Cheguei de 7 pra 8 anos e vivi 28 anos na Rocinha. E eu não queria criar a minha filha lá. Eu nunca gostei muito de

morar lá. Era uma favela pesada, com muita coisa ruim. Muito apertado. As coisas eram muito pequenas, não tinha espaço. E eu queria morar numa casa que tivesse um quintal e eu pudesse morar melhor. Porque o desejo de cada um de nós é sempre querer o melhor. E não sei porque, ela me trouxe pra cá. Acho que o destino me trouxe aqui. No início, a ideia não era vir pra cá.

Clarissa: Foi contato de alguém?

Fátima: A minha história é meio grande. Mas vou resumir um pouquinho. Na verdade eu ia morar em Niterói. E eu vim parar aqui porque tinha que vender a casa da Rocinha, porque a minha avó ia ficar doente. Uma série de coisas. E quando eu vendi lá, eu nem sabia que a Vila Autódromo existia. A ideia era ir para outro local. Tinham dois lugares para ir, mas acabei não indo pra nenhum dos dois e vim parar aqui. Todo dinheiro que eu consegui na venda eu investi em um terreno aqui. Vi um anúncio de jornal, não sabia quem era a pessoa. Eu era nova também, e não tinha o conhecimento que tenho agora, de casa, de moradia. Era moradora de favela e não tinha a noção de como era. E eu procurei comprar uma casa legalizada, cheguei a ir na Caixa mas não consegui, porque naquela época era muito mais difícil conseguir uma casa legalizada. E no anúncio, dizia que o terreno aqui era legalizado. Nós viemos e compramos achando isso, sem saber que era posse. Como tinha um documento, um "Meu Pé no Chão", a gente achou que estava garantido. Quando eu me mudei, com 3 meses eu descobri que aqui era uma posse; que tinha documento, mas que o documento não era diretamente do terreno e aí foi que eu comecei a entrar nessa história. Mas de cara eu me apaixonei pela Vila Autódromo. A minha família também. A minha filha ficou encantada com o espaço. Eu peguei um espaço enorme. A minha casa tem 300 m², meu terreno. Então o espaço era muito bom. Eu construí o resto da minha casa toda e começou a luta. Quando descobri que era essa situação, passei a frequentar as reuniões. Ficou difícil para passar o terreno para outra pessoa, porque a gente começou a ver que não era tão fácil. E a gente não ia enganar, porque na verdade a gente foi um pouco enganado. E fomos ficando, fomos construindo e entregamos nas mãos de Deus. Seja o que Deus quiser. Se tiver de ficar, nós vamos ficar, e se tiver que sair, nós vamos sair. Aí nossa luta começou, nós fomos nos enraizando aqui, e cada vez mais nós fomos nos apaixonando. Um lugar muito bom de se morar e muito tranquilo. Cada vez foi melhorando porque a gente chegou aqui. Era muito mais difícil. A comunidade era muita mais carente. Não tinha ônibus, não tinha luz, era bem pouquinho. E tudo isso foi melhorando. Aqui era muito precário, mas era muito gostoso de se morar. Aqui eu criei raiz e aqui eu criei uma história. Minha história aqui é maior do que em qualquer outro lugar. Porque eu aprendi aqui muita coisa de valor. Aqui na Vila Autódromo eu estou feliz, não me falta nada. Então eu gosto dessa comunidade e eu não me vejo fora da minha casa, fora dessa comunidade.

Clarissa: Você falou que chegou aqui por volta de 1994 (...)

Fátima: Isso. Eu cheguei aqui em Junho de 94.

Clarissa: E como as coisas foram mudando? Foi o poder público que fez ou foram vocês que fizeram?

Fátima : Tudo na nossa comunidade foi o morador que correu atrás. As árvores que nós temos aqui, foi o morador que plantou. As ruas, foi o morador que melhorou. Os pontos de ônibus (...) as mulheres aqui se reuniram, saímos de porta em porta pedindo dinheiro para fazer aquele ponto que tem na ponte. Porque quando chover, a gente ficava em baixo do sol, não tinha nada para proteger a gente. As crianças esperavam o ônibus sem proteção. Então, nós mulheres, tomamos a decisão a muitos anos atrás. Treze anos atrás. Porque não tinha aqui na frente, e não tinha lá. A gente batalhou por um ponto de ônibus e conseguimos. Conseguimos que a Comlurb passasse com o caminhão de limpeza. Tudo isso foi um trabalho de formiguinha, que o morador foi buscando para melhor. Os moradores, a associação, todos os presidentes que passaram aqui. Só teve dois que foram meio complicadinho, mas o resto sempre trabalhou a favor da comunidade e passamos muito perrengue porque todo ano nos diziam que ia mudar. Aí sempre tinha pesadelo: “Corre pra lá, corre pra cá, vamos reunião aqui, vamos reunião acolá, vamos para o Núcleo de Terras”. Porque é difícil, é uma pressão muito grande! Nós vivemos 21 anos na pressão. Primeiro disseram que a gente agredia o meio ambiente, mas todas as nossas casas na comunidade têm o sumidouro. Fizemos o sumidouro para não poluir parte da lagoa, a gente sempre tentou fazer o melhor da comunidade. É difícil é claro, porque a gente não tem dinheiro, não tem nada. A água sempre tentamos legalizar, mas eles nunca cederam e nunca vieram legalizar a água. A única coisa que eles entraram e legalizaram foi a luz e o telefone que depois de muito tempo vieram colocar telefone aqui, a partir de 2001 parece. Porque, quando vim morar aqui, não tinha linha. Ninguém tinha, depois foi melhorando, que foi abrindo espaço pra gente. Então essas melhorias vieram com a luta da comunidade. A comunidade foi muito sempre batalhadora e ralou muito pra conseguir o que nós conseguimos agora. Foi muita luta, muito sacrifício, muita correria, muita pressão, esses anos que eu vivi aqui fui pressionada. O Cesar Maia foi um dos prefeitos piores que passou aqui. Se bobear nós tínhamos até que processar a prefeitura por danos morais, porque eles nos pressionou a vida inteira.

Clarissa: Como é que o Cesar Maia pressionava?

Fátima: Olha eu não cheguei a ver, mas antes de chegar aqui eles tentaram derrubar as poucas casas que tinham aqui, com trator inclusive. As famílias ficaram de prontidão a noite, tomando conta da comunidade. E pressionou dizendo que sempre saía uma notinha no jornal, na televisão que iam tirar, que a comunidade ia sair. Sempre foi nessa pressão. Todo ano ia mudar por algum motivo.

Clarissa: E durante o Pan-americano?

Fátima: Foi outra pressão muito grande. E aí eles vieram, mediram tudo, todas as casas, entraram nas nossas casas e disseram que a gente realmente tinha que sair

porque iam fazer obra para o Pan. E de novo nós fomos para a luta e conseguimos superar e passamos por cima dessa questão. Fomos perseverantes, a comunidade é realmente muito perseverante.

Clarissa: O que você essa ameaça, que é constante aqui, traz para a comunidade? Qual o efeito disso aqui?

Fátima: É (...) deixa eu ver como eu posso falar (...) tem os dois lados. Tudo na vida tem os dois lados, não é? Tem o lado bom e o lado ruim. O lado da pressão ser constante é constrangedor para gente, porque a gente não tem segurança. Até agora nós não temos a firmeza de que poderemos continuar morando aqui. Então é assustador, você fica sempre apreensivo, sempre com alguma impressão de que alguém nos quer tirar da nossa casa. Isso mexe com todo ser da gente. Porque está falando da nossa moradia, da nossa história. Todos que estão aqui construíram, e isso mexe. Porque, aonde é que nós vamos morar? Eu estou com dois filhos, acostumados a morar aqui. Como é que vai ser isso? O que que eu vou fazer? Para onde vão me colocar? E isso pesa! Pelo outro lado, eu acho que algumas pessoas cresceram. Eu posso dizer que eu cresci. Eu cresci para perder o medo, eu não tenho medo de sair daqui. Eu tenho uma certeza dentro de mim que eu vou ficar. Pelo fato de ter esse pesadelo constante ele me fez crescer como pessoa. Sei ver que eu tenho os meus direitos. Passei a conhecer mais os direitos. Eu não conhecia. Então eu cresci. E cresci para melhor no meu ponto de vista. Porque eu consigo dizer que eu tenho uma personalidade, tenho dignidade, eu moro aqui. Não é o lugar que te dá dignidade, e sim as condições que você vai crescendo como pessoa. Ver o que eu sou capaz, o povo é capaz. Acho que a Vila Autódromo hoje ela pode mostra um exemplo de comunidade e dizer assim: nós somos capazes de superar as dificuldades, nós não ficamos dormindo, esperando que ela nos derrube. O contrário, nós nos fortalecemos mais para essa luta e fomos crescendo. Fomos dando passo após passo, com dificuldade, mas com firmeza. Com perseverança, com fé. Então ela me fez crescer muito no sentido de ver que o meu redor tem pessoas firme ainda e me mostrar ainda que tem pessoas boas. Mesmo com a dificuldade do sistema político que é podre, ao mesmo tempo tem pessoas muito boas. Mesmo com essas dificuldades nós conseguimos enxergar o quanto anjos de deus tem caminhando entre nós aí. E isso faz você se fortalecer.

Clarissa – Mas essa ameaça deixou ou não deixou os moradores construir essa comunidade? Alguns recuaram? Como foi isso?

Fátima: Alguns recuaram, mas eu acho com essas ameaças, todo mundo construiu, todos foram a luta. Ninguém ficou dormindo esperando. A gente até não melhorou mais nossas casas, mas fizemos nossas casas. Mesmo com essas minhas dificuldades, eu cheguei aqui. Tinha muito pouca casa, porque na verdade nosso sistema político não dá aos trabalhadores humildes condições de ter moradia digna. Não dá. Depois tanta gente que chegou aqui, aumentou muito a comunidade. Todo ano vinha morador novo, porque aqui tinha espaço para ser construído, e as famílias foram também crescendo. Nós estamos aqui já na quarta geração de filho. Eu conheci gente aqui menina, e gente que já está sendo avó. Foi

crescendo, e o povo não se intimidou não. Todo ano passava e quando a gente via que não ia sair, a gente aumentava um barraco. A necessidade foi botando isso. A vida vai impondo isso. Mesmo com as ameaças, as pessoas tinham que morar. O filho da minha amiga vai ser pai. Aí a minha amiga, vai botar ele aonde? Vai botar ele na rua? Não, vamos botar aqui! Vamos fazer um puxadinho. Tem terreno aqui que moram sete famílias, quatro famílias, cinco famílias. Porque a família foi crescendo. E aí nós fomos aumentando um espaçozinho, porque tinha que morar. E assim por toda a vida.

Clarissa: Em termos de ameaça, como foi saber que o Rio de Janeiro seria a sede das olimpíadas? Quando anunciou, o que a comunidade viu? O que você viu?

Fátima: De imediato, na verdade, a gente ficou triste. Porque sabíamos que ia ser mais uma ameaça para nossa comunidade. Até porque as Olimpíadas ia acontecer aqui - lá vêm bomba. Porque sabemos que o país não estava preparado, porque nosso país não tem uma estrutura boa de moradia. Nossa situação, de moradia, ainda é precária. Principalmente, aquele que é humilde, o trabalhador do dia a dia. Diarista, porteiro, enfim. E a gente pensou: que bomba, vai ter anos difíceis!

Clarissa: E foi na mesma época que o Eduardo Paes foi prefeito. Ele chegou a comentar naquela época o que aconteceria com a Vila Autódromo?

Fátima: Diretamente não. Mas quando ele ganhou lá, teve uma fala dele dizendo que agora a Vila Autódromo sai.

Clarissa: Sabe aonde foi isso?

Fátima: Quando foi anunciado que nós ganharíamos para ter as Olimpíadas. Porque eu não acompanho muito, mas dizem que tem uma fala dele que ele diz que não ia mexer com as comunidades, a não ser a Vila Autódromo.

Clarissa: Você acha que durante o governo dele, com as Olimpíadas, aumentou o tom de ameaça?

Fátima: Com certeza! Porque agora o Eduardo conseguiu mexer na comunidade. Porque antes tinham os boatos, mas não conseguiam mexer. Mas agora ele conseguiu mexer total. Foi uma bomba nós termos ganhado as Olimpíadas, para ser a cidade olímpica. Para nossa comunidade, principalmente, porque ele conseguiu dividir a nossa comunidade. Até aí, era uma comunidade unida. Aí a prefeitura veio e conseguiu dividir e tirar parte da comunidade.

Clarissa: Conta quando e como isso começou. Quando ele começou a mexer com a comunidade?

Fátima: No meio do ano passado ele abriu uma fala para comunidade, onde eu estava presente, seu Altair, dona Jane. A primeira reunião que nós tivemos com ele foi na prefeitura na cidade nova e ele abriu a fala dizendo que tinha cometido

alguns erros e tal. E que queria passar a ser diferente. E que a gente ia conversar, dialogar e ver a melhor maneira de acertar, tentar fazer um acerto. Essa fala foi dita e nós ficamos esperançosos. Achamos que ele disse de imediato e que só ia precisar das oficinas que tem lá na frente e ia mexer com a beira da lagoa. Isso na primeira reunião dita conosco.

Clarissa: Quando foi essa reunião?

Fátima: Essa reunião foi início de setembro, se não me engano, de setembro do ano passado. E aí nós ficamos alguns meses de negociação. Ele aceitou o nosso plano popular, que a gente tinha construído. E ficou combinado de ter uma reunião com os técnicos dele e os nossos, e ver o que podia ser feito na comunidade. Ele deu uma fala que o resto da comunidade ficaria. E não conseguimos chegar num acordo. Porque tudo que ele nos apresentava lá, não era bom para gente aqui. E os nossos técnicos acabaram ficando debatendo um do lado e do outro e acabou que tivemos 7 reuniões ao total. A última foi com ele de novo, onde ele abriu a fala que queria falar diretamente com os moradores. Ele já tinha botado pessoas aqui dentro, alguns moradores da própria comunidade - eles conseguiram que passassem para o lado deles -, e começaram a trabalhar com a comunidade. Aí veio o Parque Carioca. Veio falando que ia ser bom, e nessa conversa disse que muitos moradores optaram ir para lá. E quando ele abriu a fala no RioCentro, que foi uma reunião em outubro - se não me engano foi no dia 8 de outubro de 2013 -, ele abriu a fala para comunidade toda. Falou que quem quisesse ir para o parque carioca, podia ir. Que quem não quisesse, daria a indenização, e quem não quisesse ficava. Que é o meu caso. Eu não quero nem indenização, nem ir para o Parque Carioca. Eu quero ficar na minha comunidade. E ficou difícil, depois dessa fala, muita gente foi. Foi abrindo a comunidade. Muita gente foi, mas muitos ficaram também.

Clarissa: Por que essa reunião do Rio Centro foi difícil?

Fátima: Porque a princípio, não ia todo mundo. Mas acabou que todos os moradores foram. E na hora foi confuso, foi difícil, até para entrar. Porque eles não queriam que toda a comunidade entrasse. Ele queria uma parte só da Vila Autódromo. Mas aí toda a comunidade foi. Lá não teve organização, porque a Prefeitura não queria deixar ninguém entrar, que não fosse convidado. E as pessoas bateram pé, e acabou entrando todo mundo.

Clarissa: E ele convidou quantos moradores?

Fátima: Olha eu não sei quantos moradores. Mas ele convidou na maioria iam sofrer com o tal trajeto que ele ia passar lá. Daí os moradores quiseram ir todo mundo e no final acabou todo mundo entrando mesmo, porque o povo tem poder. É que o povo não sabe o poder que ele tem. Mas o povo quando quer, ele consegue fazer barulho e ser atendido.

Clarissa: E como foram as outras sete reuniões antes dessa do Rio Centro?

Fátima: Foram difíceis, porque colocavam as propostas deles e a gente debatia. Porque na verdade, a gente chegou à conclusão que ele queria tirar a comunidade toda. Eram muitas famílias sem necessidade. Porque quando ele passou a primeira fala dele, ele falou que ia precisar das oficinas, que eram ali na frente, e a beira da lagoa. Só que ele não falou que ia pegar esse canal aqui, ali no rio. E quando veio a primeira proposta para discutir como ia ser o saneamento aqui, aí eles mostraram que iam tirar toda a parte do beira rio. Porque é enorme. A Beira Rio é mais ou menos igual a Vila Autódromo. A gente perguntou “Vai ficar o que da Comunidade?” Não deu para entender, porque o projeto deles não ficou às claras para gente.

Clarissa: Mas eles mostraram esse projeto?

Fátima: Mostraram. Mas é um pedaço de projeto na verdade. Eles mostraram só que ia passar vias aqui, que ia canalizar esse rio e que ia aumentar as vias da Abelardo Bueno com a Salvador Allende. Eles criaram uma ponte, uma passarela - até então não tinha esse projeto. Uma passarela que também ia ser desmontada depois. Uma coisa que a gente achou que era mais proposital, que era para tirar a comunidade. Porque nunca teve esse projeto de passar uma passarela aqui. E ficamos debatendo. Mesmo que quisessem fazer uma passarela, a Abelardo Bueno é larga, a Salvador Allende também é larga. Então mesmo que ele quisessem fazer uma passarela, tinha como fazer sem tirar toda a comunidade. E eles não aceitaram isso. E a gente acabou com 10 reuniões com o prefeito e não conseguiu a chegar a um acordo.

Clarissa: E a sétima reunião foi no RioCentro?

Fátima: Não, foi com o prefeito. Eu participei de duas reuniões com o Prefeito. E de cinco sem ele. E a sétima, que foi essa que ele quis abrir para o morador falar. Aí que a coisa ficou pior, porque ele já tinha a noção de que alguns moradores iam, e foi então que ele conseguiu levar bastante morador.

Clarissa: Eu vou pegar um pouco antes dessa fase final de agora. Em 2011 se não me engano eles se apresentaram aqui na frente (...)

Fátima: Foi o primeiro diálogo. Até aí, eles nunca vieram aqui diretamente. Em 2005 ou 2006, veio a Habitação (Secretaria) só. Que ia sair por causa do PAN. Aí a Habitação veio e marcou todas as casas e mediu todas as casas. De 2005 até 2011, aumentaram o número de casas. E quando veio o Bittar mostrar esse projeto Morar Carioca, foi aí que começou a pressão. Ele veio, mostrou o projeto, muita gente não aceitou de cara. Ficou uma coisa meio vaga. Houve muita discussão, muito tumultuada. Morador discutiu com morador, discutiu com ele.

Clarissa: Você lembra quem da prefeitura que estava nessa reunião?

Fátima: Lembrar mesmo eu não lembro, porque foi uma reunião muito cheia, na rua, aberta. Eu só lembro do Bittar, que foi a pessoa que mais falou e que dirigiu a

reunião. Não lembro das outras pessoas. Tinha outras pessoas, mas não lembro delas.

Clarissa: E depois dessa reunião?

Fátima: Depois dessa reunião deu uma acalmada, ficou um pouco tranquilo. E a gente continuou. Veio apertar o calo mesmo agora.

Clarissa: Teve cadastramento? Como foi esse processo?

Fátima: Teve em 2011, eles cadastraram tudo de novo que aí teve famílias que não deixaram cadastrar. Em 2011, aí depois dessa reunião, marcaram todas as casas de novo, e cadastraram outras famílias que nem tinham sido cadastradas ainda. Eu tive uma postura de quem não ia sair, de quem não ia se cadastrar e quem não ia deixar medir a casa. A gente não deixou.

Clarissa: Como era a abordagem da prefeitura com os moradores?

Fátima: Eles iam medir a casa, porque a comunidade ia sair. E assim era nesse termo, que era só uma medição, que aquilo não queria dizer que a gente ia ter que sair, mas que tinha que medir, que era o trabalho deles. Como dessa vez eu não deixei medir, então eu não sei muito bem. Mas eles chegaram em muitas casas e marcaram. A marcação foi direta: marcaram todas as casas de novo. A minha casa também foi marcada.

Clarissa: Você sabe quem eram os funcionários da Prefeitura? Se eram assistentes sociais?

Fátima: Não, eu não sei. Só vi que eles estavam vestidos de roupa da Prefeitura, mas assim não dava. Foi um período que eu fiquei um pouco afastada, porque eu estava com a minha sogra doente. Eu estava trabalhando na época. Eu acompanhei mais agora, mas a outra eu não acompanhei. Eu estava trabalhando fora e, então, eu ficava muito em casa. Só sei que eles marcaram lá em casa, mas eu não acompanhei como estou acompanhando agora. Agora eu estou parada, então estou acompanhando melhor.

Clarissa - E quando eles começaram a negociar o reassentamento? Os funcionários da prefeitura iam nas casas para convencer os moradores ou eram os moradores que iam atrás da prefeitura?

Fátima: Não, não (...) quando eles começaram a falar com os moradores foi ano passado. Antes do prefeito começar a nos chamar eles já estavam fazendo um trabalho. A Marli conseguiu aliados aqui dentro. Ela tinha uma pessoa que era conhecida dela, e através dessa pessoa, ela foi fazendo um trabalho de “convencimento”. Essa pessoa com certeza estava sendo paga para isso (que é a Alessandra). E a (Alessandra) começou com outros moradores a trabalhar dentro da comunidade “que lá o parque carioca ia ser bom”, “que eles podiam aceitar”,

“que eles podiam perder tudo se fosse a juízo”. Esse trabalho sujo, e ela conseguiu um grupo de moradores daqui para fazer esse trabalho de convencer outros moradores a irem. E aquele morador que estava cansado, que não conseguiu melhorar a sua casa, que tinha situação muito precária, eles conseguiram trabalhar com esse pessoal. E por aí eles começaram. Quando o prefeito começou a trabalhar, eles já tinham uma noção que tinham muitos moradores que iriam, e que foram. Porque a maioria também dos moradores estava muito cansada, porque vinte anos antes já tinha essa luta. Quando eu cheguei aqui já estava acontecendo. Já tinha uns 3 ou 4 anos de luta. Então, claro, vai chegar um ponto que o morador não aguenta mais essa situação - “Eu não aguento mais a situação de não ter uma casa decente”, “eu não aguento mais essa pressão de sair não sai”. Se você sair e fizer entrevistas com alguns moradores, tem moradores que já estão apavorados, que não aguentam mais essa insegurança. Eu não sei se amanhã eu vou pagar essa casa, se vou sair, se vou ficar. Eles querem a minha casa de qualquer jeito. Então, é difícil! O povo não aguenta mais essa pressão. Tiveram que parar de construir, não conseguiram botar um piso melhor, não conseguiram aumentar um quarto. As vezes a família está morando mal, e não conseguiram melhorar a casa porque vai ter que sair, que vai ter que fazer melhoria e depois vai ser derrubado. Então é muito complicado, é muito difícil nossa situação.

Clarissa: Mas você chegou a conversar com essas pessoas que convenciam os moradores a sair? Eles chegaram a negociar com você?

Fátima: Não, eles já conheciam bem os moradores. Como nós somos uma comunidade que se deu sempre muito bem, nós nos conhecemos. Então eles já sabiam a opinião de cada um. São mais de 20 anos morando junto. Porque é uma comunidade que você acaba morando junto. Eu conheço bem a Bruna, eu conheço bem o Altair, eu conheço bem o seu Nilton. Então a gente conhece bem cada um. Porque aqui a gente se vê todo dia. É "bom dia", é "boa noite" é "boa tarde". Então, quando você chega nesse ponto, esses moradores que ela conseguiu trabalhar, eles já sabiam a opinião de outros moradores, já sabiam quem não ia e quem ia. Por isso ficou tão difícil a Prefeitura nos tirar. Porque tem pessoas que sabem o que quer e decididas. Essas pessoas a gente se falava. Eles nunca chegavam para mim e diziam “É melhor você ir”, porque eles já sabiam que eu não ia aceitar. Eles só convenceram aquelas pessoas que eles tinham certeza do que ia acontecer. Aqueles que eles sabiam que não iam ceder, que estão até hoje, eles não conseguiram, nem tentaram. Eles já sabiam da nossa opinião de firmeza, nenhum deles.

Clarissa: Você sabe o que elas falavam para as pessoas para elas aceitarem o parque Carioca?

Fátima: A gente deduz: "que lá ia ser bom", "que lá ia ser uma moradia digna", "que eles iam ter uma condição melhor de vida", "que lá eles iam ter uma casa melhor". Lógico. E também, até porque a Prefeitura dizia que quem ficasse ia se dar mal, que se ficasse lutando até o final ia acabar indo a juízo, e se fosse ao juízo ia perder tudo; que era melhor eles aceitarem uma moradia digna, como eles

estavam oferecendo do que ficar aqui numa comunidade sem melhorias, que não ia ser urbanizada, que a ideia é sair todo mundo. Sempre passaram isso. A Prefeitura sempre passou que não ia ficar ninguém nessa comunidade. E muitos moradores acreditaram porque quiseram, não é?! E na verdade, como eu sei o meu direito, eu sei que não é assim. Mas teve morador que aceitou porque era mais prático. Porque na verdade, quem cedeu é porque já não queria ficar. Essa é a realidade. Outros não tiveram esse ponto de vista, porque também são livres, nós somos livres. Cada um escolheu a melhor proposta que ia ser para ele. Mas para mim não é a melhor.

Clarissa: Você fala que alguns moradores fizeram esse trabalho de tentar convencer os outros, mas vinham os funcionários da prefeitura fazerem esse trabalho ou eram só os moradores?

Fátima: No início, eram só os moradores. Mas esse ano os funcionários também passaram a entrar aqui.

Clarissa: Só esse ano então? Ano passado não?

Fátima: O ano passado só vinha o pessoal que acho que nem trabalhava direto para Prefeitura, mas trabalhava para Marli. Se eu não me engano, as conversas que eu ouvi foi essa. Os moradores que ficaram trabalhando na comunidade, na verdade não eram funcionários da Prefeitura. Na verdade, eles trabalhavam para Marli. Depois da reunião do RioCentro é que a Prefeitura entrou. A reunião foi num domingo, dia 8 de outubro. Aí os moradores foram. A maioria que queria ir embora foi. E a partir daí, a Prefeitura começou a entrar. (Se confundiu) Acho que a Prefeitura começou ano passado para fazer o cadastro.

Clarissa: E o que eles faziam aqui?

Fátima: Eles mediam a casa para ver quantos metros quadrados tinha, inscreviam as famílias, quantos membros as famílias tinham, media a casa, marcava. Faziam um cadastro da família.

Clarissa: Mas de todo mundo da comunidade?

Fátima: De todos que permitiam deles entrarem sim. Só quem não permitiu que eles não entravam. Na verdade, eles começaram a cadastrar as famílias que foram lá. Aí foi que começou.

Clarissa: E você sabe o que eles diziam para esses moradores?

Fátima: Olha, a gente ouve boato. Eu nunca fui chamada lá então eu não sei bem o que eles diziam. Mas a gente não pode afirmar o que eles diziam diretamente com as famílias quando eles chegavam, mas que a gente ficou sabendo por boato é que o Morar Carioca ia ser bom, era uma troca. Uma fala do próprio prefeito. Depois que eles fossem para lá eles poderiam fazer o que quisessem com o apartamento,

que eles podiam vender, alugar, que isso ou aquilo. A gente sabe que não é bem assim. A fala dele, lá no RioCentro, é que quando você chegasse no apartamento, era seu e você faria o que você quisesse. E que era uma troca, que não ia pagar nada. Que eu também acho que não é bem uma troca assim.

Clarissa: Mas eles chegavam a pressionar esses moradores de alguma maneira? Que isso é uma coisa de tentar convencer, mas eles chegavam a ameaçar os moradores, de fazer uma fala de mais pressão mesmo?

Fátima: Isso teve com certeza. Eles ficavam convencendo da melhor maneira possível. Porque, as vezes, tem pessoas que tem mais dificuldade de esclarecimento, apesar da gente ser uma comunidade esclarecida, tem aquele morador que vem para reunião mas ele não toma conta da reunião, fica batendo papo com o colega que tá ali do lado, não dá totalmente atenção. Porque, o morador que prestou atenção, ele guardou o direito dele. Todas as reuniões que eu vim e ouvi eles falando, e teve muita pessoa de fora que veio falar, o Núcleo de Terras falou muito, a Célia Ravera veio. Ela já teve aqui na comunidade em 2000, ela é antiga aqui. A doutora Lucia também, então a comunidade foi bem trabalhada. Ela tinha uma clareza. Aqueles moradores que deixaram se contaminar com a Prefeitura é porque eles não tiveram tanta atenção nas reuniões, foi porque eles acharam que era o meio mais prático, mais fácil de ter uma casa melhor. Tem essa coisa.

Clarissa: Você sabe como foi esse processo de reassentamento, a mudança, como eles estão?

Fátima: Olha, de imediato foram todos muito felizes, porque eles brigaram para ir como você presenciou. Foi um momento muito difícil a ida deles, porque ficou um clima meio pesado, porque quando a gente encontrava aqueles moradores que a gente já sabia que iam, eles olhavam para gente com uma cara meio estranha, porque tipo assim, parece que a gente estava impedindo deles irem. Ficou meio complicado, é difícil. Agora, tem uns que estão satisfeitos, dizem que estão porque a gente não está dentro de ninguém para saber, mas nós sabemos que tem uns que não estão satisfeitos, porque lá é muito diferente daqui. A comunidade foi para um lugar fechado, porque antes nós somos aberto, somos livre. Aqui cada um tem, mesmo que fosse uma coisa pequena, mas tem seu terreninho, tinha uma comunidade grande para as crianças brincarem. Tinha um espaço bom para brincar. Todo mundo tinha um portão para fechar. Lá é tudo condomínio, fica todo mundo em cima do outro. Se você bate um prego na parede você incomoda o vizinho do lado. Até outro dia teve uma história do peixe, que se o cheiro não tiver bom quando você está fazendo o peixe, bate o vizinho e diz que está incomodando. Então eu acho que eles estão sentindo essa diferença, está difícil para eles também. Que não está tão fácil como eles falam, entendeu. Porque é muito mais difícil manter por exemplo a roupa seca, você tem que ter um varal de pé, não pode botar no alto, tem que ser no baixo, onde não fique dando visualidade para rua, na sacada do prédio, você não vai pendurar o edredom ali.

Clarissa: Existem regras então?

Fátima: Existe sim.

Clarissa - E quem fiscaliza essas regras?

Fátima: Pelo visto são os próprios moradores, eles mesmos estão botando regras lá. Porque eu já ouvi que tiveram pessoas que saíram daqui e viraram madame. Porque, assim, foram vários tipos de pessoas. Na comunidade, tem aquele que foi com um entendimento menor. Então esses entendimentos, cada um tem uma realidade, a família que morava em uma casa que tinha terreno, que tinha varal na corda, que nós temos o hábito de botar a roupa no sol para secar, já lá você tem que botar na varandinha dentro da área de serviço, que é o natural do apartamento. Então muitos estranharam, porque você bota no sol em 20 minutos está seca. A roupa dentro da área de serviço demora para secar. A família grande, é muita roupa, as vezes não tem máquina. Então a roupa demora muito para secar, e lavando na mão demora mais ainda. Então, eu tenho certeza que não está sendo tão bom, como eles achavam.

Clarissa: E os moradores que foram para lá, ainda mantém contato aqui?

Fátima: Alguns sim, tem uns que voltam. Aqueles que tem dificuldade financeira também. Por exemplo, aqui todo mundo tinha um pão mais barato, a nossa padaria tem um pão mais em conta. Lá eles tem que comparar nos mercados. Aqui a gente tem o pão fresquinho. A gente comprava todo dia pão quente. Todos os moradores estavam acostumados a comer pão quente, fresquinho. Tem morador que sai de lá e vem comprar pão aqui, que todo mundo gosta. Não tinha dinheiro, chegava na padaria e negociava. Lá não tem isso. Então eu acredito que eles estão passando por certas dificuldades, até mesmo de se acostumar com a nova vida.

Clarissa: Qual foi o impacto com essas mudanças para sua vida, para vida da comunidade?

Fátima: É, ficou o impacto desses terrenos vazios, que agora tem umas pessoas que são viciadas que estão ficando ai dentro. Ficou alguns escombros mal resolvidos, porque essas casas abertas, você vai ver que tem muita casa sem porta, sem janela, mas isso não está sendo bom para gente. Porque está sendo complicado, a comunidade está muito aberta, tem muito buraco. E eles, estão, se aproveitando e ficando nesses lugares, roubando dentro da comunidade. Está meio complicado, ficou difícil.

Clarissa: E você sabe como ficou esse processo de indenização, você sabe alguém que negociou?

Fátima: Primeiro, aquelas famílias, quando eles cadastraram, já perguntaram se queriam a indenização ou se iam para os apartamentos. Aqueles que foram para o apartamento, foram os primeiros a negociarem e irem. Os da indenização, eles

mediram e ficou para depois. Então, no começo era só apartamento. Depois, quando eles começaram a botar as famílias para o apartamento, a negociar as primeiras indenizações foram as oficinas aqui na frente. Elas foram as primeiras a serem indenizadas e acho que uma família, que era a família da Dona Vera. E aí, foi uma indenização boa, acho que eram 7 ou 8 famílias ali, dando um milhão.

Clarissa: Mas oito famílias dando no total um milhão?

Fátima: Cada uma. Para cada moradia.

Clarissa: Mas para as oficinas?

Fátima: Isso para as oficinas.

Clarissa: E como eles negociavam? Era aqui dentro ou era na prefeitura?

Fátima: Era na prefeitura. Eles vieram mediram, e depois levaram para lá. Quando eles calculam, eles dão o valor. Aí a família vai lá e recebem o cheque. Mas eu não sei como era o cheque. E está tendo caso, de uns que estão ficando com indenização e apartamento. Porque tinha pessoas que tinha quitinete com aluguel, que sobreviviam com esse salário. Então eles deram uma parte para essa indenização e o apartamento.

Clarissa: E está sendo até agora?

Fátima: Bom agora deu uma parada. No período das eleições, eles deram uma parada. Parece que tem uns 40 dias que eles não negociam ninguém aqui. Nesse intervalo das eleições, eles levaram algumas famílias para o apartamento, aquelas famílias que já tinham escolhido apartamento eles levaram, mas as que escolheram indenização não deu para ninguém ainda.

Clarissa: Como é que está sendo a vida agora?

Fátima: Olha está tranquila, apesar de tanta dificuldade a gente ainda consegue ter tranquilidade. Eu sou muito tranquila. Nós estamos bem na medida do possível. Nós ainda temos água, temos luz, conseguimos sair numa boa. Temos muita poeira, está tendo muita dificuldade, não está sendo fácil, mas no geral acho que a gente está bem, apesar de tudo. Porque quem está firme, que quer ficar, está perseverante. Temos a dificuldade de tudo, de termos os canos quebrados, falta d'água. Mas no todo acho que a gente está indo bem.

Clarissa: Quais são as causas dessa dificuldade?

Fátima: As casas que os moradores foram embora, os canos ficaram mal resolvidos, então, a obra consome muita água, a gente fica sem água. A gente agora que está melhorando um pouquinho porque a gente tem reclamado muito. A comunidade está feia. Quando a gente olha, a gente lembra do morador que

morava ali. Dá uma certa tristeza. A nossa árvore que tinha uma sombra, nos ajudava a manter o ar melhor. Agora nosso ar está muito poluído. A gente sentiu falta das plantas, porque era cheio no pé do muro.

Clarissa: Porque não tem mais planta?

Fátima: Porque eles tiraram

Clarissa: Eles quem?

Fátima: A prefeitura. Cortou todas as arvores, nós tínhamos várias árvores dessa. Na entrada da comunidade, você lembra que tinha árvore e não tem mais. Árvores que foram nós que plantamos. A rua da beira rio tiraram todas. Aí a gente fica sem entender. Falam tanto no meio ambiente, eles próprios destroem o meio ambiente.

Clarissa: E essas obras do parque olímpico?

Fátima: Dentro do Parque Olímpico não está abalando tanto. O que nos preocupa é até onde ela vai chegar. Porque eles passaram aqui na rua principal e colocaram esse tapume. E a gente não sabe qual é a desse tapume. Passaram para gente uma coisa, mas pelo jeito não é exatamente o que eles passaram. Falaram que iam fazer uma rua para os caminhões passar, mas na verdade não é isso que está acontecendo. O muro está sendo derrubado aos pouquinhos, para que a gente não perceba. Está vindo um aterro enorme dentro daquele tapume e o aterro tá muito. Isso não foi o combinado. Falaram que iam fazer um melhoramento no pé do muro, mas não é isso que está acontecendo. Lá no final da rua eu vi, se você quiser eu posso te levar para você ver, está vindo um aterro altíssimo e isso vai prejudicar a comunidade. Porque quando chover, isso vai escorrer para onde? A gente vai ficar dentro de uma bacia?

Clarissa: E a relação com os funcionários com a comunidade?

Fátima: A relação com os funcionários está bem. Eles vem comer aqui dentro, as pessoas estão ganhando o seu dinheirinho, abriu mais pensão porque não tinha. Temos umas 5 pensões aqui, então melhorou para quem quer ganhar um dinheirinho. Um dinheirinho, honestamente, vendendo comida, vendendo lanche. A relação tá indo, tá dando. A padaria tá conseguindo sobreviver, porque também tem esse lado. O comércio aqui ficou fraquinho, a maioria foi embora. O que está salvando são as pessoas que vem trabalhar aqui direto.

Clarissa: Porque você ainda está morando aqui resistindo? O que te faz continuar aqui?

Fátima: O que faz permanecer é o amor pela comunidade. Eu gosto muito daqui. Eu me identifiquei com aqui. As minhas raízes se enraizaram aqui. Eu gosto mesmo daqui. Eu não pretendo sair. E porque eu consigo ser feliz aqui. É uma comunidade muito boa, muito tranquila, muito pacífica. Apesar da gente ter toda

essa dificuldade, a gente consegue enfrentar e dormir bem. A noite aqui é um silêncio muito bom, tudo aqui é bom. De manhã eu abro a minha porta, eu não me deparo com a porta do vizinho. Eu tenho liberdade aqui. Quando você mora no apartamento, você abre a porta e já dá de cara com a do vizinho. Eu abro a porta já vejo o dia maravilhoso, o meu quintal, as minhas plantas. Eu tenho pé de manga, pé de goiaba, de acerola, pé de abacate. Então eu tiro uma fruta e levo para dentro de casa, faço uma vitamina. É diferente. É uma vida saudável. Eu não quero perder essa coisa. A minha família também gosta de morar aqui. Nós gostamos daqui. A minha filha gosta daqui. Ela cresceu aqui como sendo a casa dela. A gente é livre, tem o mercadinho. A gente sai a qualquer hora e volta qualquer hora da noite. A gente não tem medo de morar aqui. A gente deixa porta aberta. A minha porta fica aberta o tempo todo. Então se você passar aqui me procurando, eu vou falar “entra aí, que o portão tá aberto”. “Pode entrar, não tem cachorro não”. Então a gente se conhece bem, tem uma vivência muito boa. A coisa assim é gostosa de viver. A gente passa assim: “Bom dia”, “Boa tarde”, “como é que está você?”. Você não vê vizinho brigar com vizinho. Então, é muito bom morar aqui. Não tem coisa melhor.

Clarissa: E o entorno aqui?

Fátima: Está difícil. Porque está tendo muita obra, muita poeira. Tem essas dificuldades. Aumentou agora a Abelardo Bueno cheia de prédio. Mas isso não incomoda. Os moradores novos que chegaram não se incomodam. Tem alguns até que a gente já fez amizade. A gente está conseguindo já ter uma relação. Tem moradores que já vem comprar aqui, tem moradores que participam da mesa aqui. Estamos começando a criar uma relação, uma coisa boa. Já tem alguns moradores que nos visitam. Tem moradores que vem fazer o cabelo aqui, que vem participar da missa aqui. Eles estão começando a ver que nós não somos pessoas do mal. Todo mundo que mora aqui é trabalhador, é honesto. Tem alguns casinhos de adolescente que está começando a se viciar, essas coisas. Mas até que a maioria foi embora. As pessoas estão começando a criar laços aqui dentro, e isso é bom. Nós já temos pessoas que estão virando nossos amigos, então a gente está passando a ter uma relação boa com nosso vizinho.

Clarissa: Entendi. E é novo, não é? Quando você veio para cá (...)

Fátima: Quando eu cheguei aqui, não tinha um prédio em volta. Só morava a família da dona Jane, que tem um terreno na Abelardo Bueno, perto da Amoedo. E tinha o Chico Gavião, que ainda tem, mas a gente não tinha muita intimidade. E aquilo tudo era mato. Então, os novos moradores estão se adaptando bem por aqui. Eu pelo menos já tenho pessoas que vem na minha casa, que batem um papo. Que já está vindo bater um papo. Então, para a gente está sendo bom e acredito que para eles também. Estão tendo uma outra visão. Porque quando eles chegaram aqui, acho que eles tinham um certo receio da comunidade. Mas eles já passaram a entrada da comunidade e viram que não é aquela coisa. Que é uma comunidade realmente pacífica e ordeira. Que nós somos bem acolhedor. Até mesmo os visitantes que vêm nos visitar, vem fazer entrevista, acaba gostando da

gente. Aí a gente acaba criando aquele laço bom. Acho que todo mundo que vem na Vila Autódromo sai com a expectativa que foi bem recebido, que tem amor nessa comunidade. Que nós somos diferentes, que nós temos amor. Uma coisa legal, uma alegria. Apesar de todo sofrimento, nós somos alegres ainda. Que nós conseguimos passar essa alegria de Cristo para o povo. Todo mundo que vem fala um pouquinho irradiante com a gente. Você pode falar isso até, não é verdade?!

Clarissa: Com certeza!

Fátima: A gente tem essa coisa boa. Tem amor, tem alegria. Apesar de todo esse sofrimento, os espinhos dessa luta não deixou a gente tão amargurado assim. A gente ainda consegue respirar com alegria, com felicidade. Porque nós somos felizes aqui. E acho que a gente passa essa felicidade para o povo que vem.

Anexo 2

Remoção	Quando você ouviu falar em remoção na Vila Autódromo pela primeira vez? O anúncio da copa e dos jogos olímpicos aumentou o grau de ameaça de remoção por parte da Prefeitura (2008/2009) ?
	Qual era o motivo alegado pela Prefeitura para a remoção? Foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?
	Quais foram os principais efeitos no seu dia-a-dia diante dessa “ameaça” de remoção?
	Quais foram os principais efeitos dessa “ameaça” de remoção no dia-a-dia da comunidade?
Relação com a prefeitura	Como a Prefeitura apresentou a você os projetos de reassentamento da comunidade? Houve um cadastramento e como foi? Como ela negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Houve oferta de indenização? Como? Quanto? Como a Prefeitura negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Tomou conhecimento de reuniões propostas pela Prefeitura para negociação com moradores da Vila Autódromo? Compareceu em alguma? Quais foram as suas impressões sobre essas reuniões?
“Reconfiguração” da comunidade	Você conhece alguém que foi reassentado? Como foi esse processo de reassentamento? Como foram as demolições? Por que você não aceitou a oferta do reassentamento?
	Você conhece alguém que recebeu indenização? Te ofereceram indenização? Por que você não aceitou a oferta de indenização?
	Que efeitos a indenização ou reassentamento trouxeram para a comunidade? A relação com os moradores que se mudaram se mantém?
A vida atual na comunidade	Como está sendo a vida agora na comunidade? E como está sendo viver nessa região da Barra da Tijuca?
	Como as obras do Parque Olímpico têm impactado na comunidade? Eles usam o espaço da comunidade? O que eles tem feito e como tem agido? Como é a relação dos funcionários com os moradores? Quais prejuízos essas obras trouxeram para a comunidade?
	O que te faz continuar morando/resistindo aqui?

Roteiro da entrevista

Gênero: (x) feminino () masculino () outros: _____
Cor/raça/etnia/origem: (x) negro ()branco ()indígena ()oriental ()imigrante Obs:Moradora se identificou como parda
Idade: menor de 18 anos(); 18-30 anos(); 30-50 anos(x); 50-60 anos(); mais de 60 anos ()
Estado Civil: Solteira(x); Casada (); União estável (); Viúva (); Outros (x)Divorciada. Obs: Casada só na Igreja
Filhos: (quantos e idade): uma filha de 13 anos e 1 filho de 14 anos
Naturalidade: Recife, Pernambuco
Com quem mora: Com os dois filhos
Faixa de renda (com Programa Social): 1-3 salários (x) 3-5 salários () 5-10 salários (x) acima de 10 salários ()

Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2014.

Entrevistada: Lúcia

Área onde mora: Rua Beira Rio

Clarissa: Você mora há quanto tempo aqui?

Lúcia: Há 14 anos.

Clarissa: Como é que foi isso? Como você chegou aqui e veio parar aqui?

Lúcia: Bom, eu vim para aqui através da “Ermínia” que foi do terreno. Conheci trabalhando junto com ela e ela me indicou, vim conhecer. Eu morava de aluguel e aí eu vim tentar através dela conseguir comprar esse espaço que eu moro hoje em dia e depois fui construindo, mas eu comprei mesmo esta parte aqui.

Clarissa: E como foi morar esse tempo todo aqui na Vila Autódromo?

Lúcia: Olha, foi muito bom. É um lugar tranquilo, um lugar calmo, onde eu praticamente criei meus filhos. Tenho um de treze e um de catorze anos. E assim eu sempre me senti de certa forma segura aqui. Apesar de todos os problemas, dificuldades. Mas assim foi muito bom morar aqui.

Clarissa: Como é que era a vida aqui quando você chegou a 14 anos atrás?

Lúcia: Olha eu não posso dizer assim que era uma vida precária, porque ainda é uma vida precária. Mas assim, era um pouco mais difícil em relação a algumas coisas assim: não tinha luz no mercado, no salão, as pessoas reclamavam muito. Eu até levei um tempo para começar a me adaptar e no início eu queria até voltar porque as condições eram muito mais precárias do que é hoje.

Clarissa: E aqui no entorno? Como é que era nessa época?

Lúcia: Era mato. Não tinha nada. Aqui em volta não tinha essas construções que tem hoje.

Clarissa: Mas era bom ou era ruim?

Lúcia: Era ruim, porque muita coisa que você queria você não conseguia. O acesso era ruim.

Clarissa: E quando você ouviu falar pela primeira vez na remoção da Vila Autódromo?

Lúcia: Eu acho que foi no primeiro ano que eu cheguei.

Clarissa: Você sabe o ano?

Lúcia: Foi em 2000. Eu lembro que eu participei de uma reunião e já se falava na remoção da Vila Autódromo.

Clarissa: E você sabe qual era o motivo na época?

Lúcia: Isso eu realmente não me lembro. Sempre foi na questão da beira da lagoa e do meio ambiente. Eu sempre ouvi isso desde o início e a princípio a questão era essa. Na beira da lagoa, porque estava numa área de meio ambiente e precisava que as pessoas saíssem de lá. No geral, sempre ficou entendido que os governantes queriam tirar tudo.

Clarissa: E que isso trazia para morar aqui? Que impacto trazia para vida das pessoas na comunidade?

Lúcia: O que trazia assim a incerteza, o medo de investir um pouco mais. Acabou trazendo muito mais a falta de conforto, porque hoje muita gente, falando por mim, eu moro hoje muito desconfortável por conta da ameaça. Eu poderia estar morando melhor, mas sempre por conta da ameaça diziam: "Não constrói porque eles vão demolir, vão remover e você não vai ter direito a nada, ou então vai ser o que eles quiserem para onde botar os moradores". Isso me angustia muito até hoje. Sabe na verdade eu já estou cansada. Está chegando uma hora que eu já estou quase sendo vencida pelo cansaço. E nunca investi na minha casa. Só fiz o básico. Sabia que poderia está morando com mais conforto, mais tranquilidade, mas por conta da ameaça eu não consegui fazer isso.

Clarissa: E com relação a Copa, naquele ano de 2008 que o Rio de Janeiro foi a cidade escolhida para ser a sede e coincidiu com a entrada do prefeito Eduardo Paes, o que esse anúncio trouxe com relação a ameaça quando saiu?

Lúcia: Então eu ouvi, eu estava com a TV ligada nesse momento, e foi um impacto. E foi aí que eu fiquei com muito mais medo porque a ameaça passou a ser maior e naquele momento eu falei agora vai ficar mais difícil que antes. A qualquer custo eles vão querer tirar essa comunidade para que se faça as benfeitorias aqui que eles querem.

Clarissa: E porque você concluiu isso?

Lúcia: Porque já existia uma ameaça, e pelo fato daqui sempre acontecer os grandes eventos, enfim. Agora mesmo depois da construção do Maria Lenk (estádio aquático), do *Rock in Rio*, tudo isso se tornou uma ameaça e por conta deles não aceitarem de ter uma comunidade vivendo aqui. Isso na verdade me causou o seguinte: "bom eles tão querendo, eles vão fazer tudo isso aqui e a pressão vai ser muito maior para tirar a comunidade."

Clarissa: Como foi nos grandes eventos, como você falou do Pan-Americano, como foi esse processo aqui?

Lúcia: No Pan Americano até que foi tranquilo. Na verdade antes, mas aí já foi 2005, na época era o Cesar Maia e ele chegaram a cadastrar aqui e vieram com ameaça de remoção.

Clarissa: Você sabe o que o prefeito falou nessa época de 2008 com a comunidade, o que ia ser daqui? Você já tinha o receio desde o momento que você chegou aqui, mas ele chegou a anunciar alguma coisa?

Lúcia: Olha, diretamente não. Eu não me lembro, mas eu vi coisas no telejornal, e saiu alguma coisa, se eu não me engano, no jornal que ele ia tirar a Vila Autódromo, e que nessa apresentação desse projeto a Vila Autódromo não existia. Aí eu lembro que eu li alguma coisa desse tipo no jornal.

Clarissa: Você lembra a primeira vez que a prefeitura, seja o prefeito ou os funcionários, falaram o que ia acontecer com a comunidade?

Lúcia: Sim, em relação a remoção? Eu lembro que eles falaram que a Vila Autódromo ia ser remanejada para o Parque Carioca, que eles estavam construindo um conjunto habitacional na verdade e que os moradores iriam para lá e nem sequer iriam ter direito a indenização. A princípio eu lembro que eu ouvi isso e fiquei com muito medo.

Clarissa: E você lembra quando foi isso, em que situação que eles falaram isso?

Lúcia: Isso já tem em média 2 anos e meio. Que eu lembro que eles falaram isso

Clarissa: Você lembra qual foi a justificativa alegada? Ele propuseram o reassentamento ou alguma outra coisa para tirar vocês daqui?

Lúcia: Não, nunca deram uma justificativa convincente. Sempre foi porque a comunidade estava poluindo a lagoa de Jacarepaguá como sempre.

Clarissa: E depois dessa ameaça, depois das Olimpíadas e dessa Copa, em que medida isso impactou a comunidade?

Lúcia: Aumentou, com certeza. A maioria das pessoas começou a realmente acreditar que não ia continuar morando aqui nesse período.

Clarissa: Eu vou fazer um mapa e queria saber o que você lembra. Eu lembro que quando eles apresentaram o conjunto habitacional, foi mais ou menos em 2011 e eles fizeram uma apresentação, você lembra disso?

Lúcia: Lembro.

Clarissa: É desse momento que você fala que foi a primeira vez que eles vieram na comunidade?

Lúcia: Foi sim, foi inclusive aqui que eles fizeram.

Clarissa: Você lembra quem estava e o que foi falado?

Lúcia: Ah, estava o secretário de habitação, estava o subprefeito, estava mais, agora de nome eu não me lembro, que na época era o Thiago Mohamed e o Jorge Bittar, deles eu me lembro.

Clarissa: E o que você achou disso?

Lúcia: Num primeiro momento eu achei que foi uma falta de respeito em relação aos moradores. Porque aqui não é uma comunidade desprotegida. Nela existe um tipo de posse e naquele momento soou para mim como se eu não tivesse o direito de morar aqui. E o fato de ser menos favorecido me deixou, naquele momento, me deixou com uma sensação que o desfavorecido ele não tem poder. O poder está no lado daqueles que tem mais condição e que na verdade soou como abuso de poder. Eu posso, então eu mando eu vou fazer. Me causou uma certa revolta. E o fato de morar aqui e ter um espaço maior você tem que ser obrigado a morar em um espaço de 40 m² e eu tenho um espaço de 165 m² e ele não quis saber quem tinha maior, quem tinha menor. Ele fez um padrão para todo mundo eu achei isso uma falta de respeito porque se fosse em outro lugar e com outras pessoas eles não fariam dessa forma. Seria tudo avaliado pelo espaço que você tem enfim. E o fato de morarem pessoas aqui de comunidade e de pessoas carentes eles “Ah com

aquele pessoal ali a gente faz o que quer. Eles são pobres não sabem o que é morar bem. Viver num espaço maior ou menor não vai fazer diferença.”

Clarissa: E depois da visita deles aqui, dessa apresentação, como é que foi a relação com a prefeitura? Uma vez que ela apresentou o projeto para vocês como é que foi a atuação dela depois disso?

Lúcia: Ela começou a vir com mais frequência na comunidade e começou o cadastro. Eles começaram a apresentar esse projeto num domingo e na segunda feira já estava cheio de gente aqui fazendo o cadastro dos moradores.

Clarissa: Antes disso ela vinha na comunidade?

Lúcia: Não, que eu me lembre não. A não ser assim em casos que fosse assim reunião na Associação, mas realmente eu não sei. Mas passou a vir com mais frequência depois da apresentação desse projeto.

Clarissa: E como é que era a atuação desses funcionários? Você sabe quem eles eram?

Lúcia: Olha, os nomes assim eu não tenho como lembrar. Eles atuavam assim pressionando e deixando as pessoas com medo. Por exemplo, chegou a se falar “Não constrói mais nada que você não vai receber mais nada além do que você já tem” e “é melhor você aceitar senão vai ficar acabando sem nada.” Realmente chegou a um ponto que era ameaça.

Clarissa: Eles mediam as casas?

Lúcia: Sim eles mediram. Eles pediam para medir, pegar todos os seus dados, documentos e tudo. O intuito mesmo era intimidar. E eles conseguiam intimidar porque as pessoas não tinham conhecimento, que não estava informada sobre os seus direitos, ficaram mesmo com medo. Algumas, não posso dizer que foram muitas, algumas pessoas vieram falar que foram para o Parque Carioca com medo. Com medo de ficar sem uma moradia. Nem todo mundo foi porque estava certo do que queria e do que tinha certeza. Mas sim por pressão e por medo. Isso eu tenho certeza porque quatro pessoas vieram falar comigo e que já tinham até negociado fez porque ficou com medo, ou seja, ela não estava bem esclarecida e acabou fazendo dessa forma.

Clarissa: E quanto tempo durou essas ameaças e se ainda duram?

Lúcia: Pois é, isso que eu ia falar, dura até hoje. Agora por exemplo, essa semana, teve um vizinho que eu não vou citar o nome que ele falou comigo que ligaram para esposa dele ameaçando de que se ele não aceitasse o apartamento de dois quartos, porque ela falou que para ela ir tinha que ser de três, disseram que não tinha mais de três e que se ela não aceitasse ela ia ficar sem nada.

Clarissa: Isso foi recente?

Lúcia: Foi recente, tem menos de duas semanas. E a pessoa respondeu que não tem problema, que se tem dois quartos ela não vai mais que ela vai continuar na casa dela e que eles não vão poder demolir a casa dela com a família debaixo da casa. E eles perceberam o direito que ela tem.

Clarissa: Então eles vinham aqui a comunidade e eles fizeram outras coisas também? Você estava falando que eles ligavam (...)

Lúcia: Sim, sim, a Marli isso eu posso falar que eu lembro claramente. Primeiro, ela ligou e pediu que a Renata ligasse para mim para eu aceitar o apartamento e eu falei para ela que eu não iria e que não adiantava ela ligar. Ela me deu até um prazo falando para eu ter um tempo para pensar, uma semana, 10 dias e depois ligava para mim. Eu falava que ela podia até ligar mas que a resposta ia ser a mesma que não me interessava, que eu não queria. Então a Marli, dez dias depois, ela mesmo me ligou, tentando me convencer e perguntando porque eu não queria, porque eu não vou para lá. Porque no início eu cheguei a olhar o projeto, os que estavam mobiliado. E ela falou o seguinte: "ué, porque você desistiu?" Eu falei que eu cheguei ir até lá, que cheguei a ver que até faria algum acordo mas de forma que ficasse bom para mim. E eu via aquilo ali e cheguei a conclusão de que aquilo ali não era bom. Aí ela tentou me convencer, dizendo que o prefeito ia fazer tudo direito. Eu falei que a questão não é que ele queria fazer direito, mas que ele não pode arrancar a gente daqui. Ela tentou ainda. Eu falei: "não adianta que eu não vou aceitar essa pressão. E outra coisa, eu sei dos meus direitos que eu tenho aqui e se eu quiser negociar eu posso, mas se eu não quiser, nesse momento, não tem ninguém que me faça sair daqui." E o que é pior, ela achou que eu não era capaz de pensar, de raciocinar e de chegar a uma conclusão. Ela chegou a falar que o presidente da associação tivesse me induzido e até mesmo com o padre para estar a frente assim. Ela falou assim: "Mas você conversou com quem? Com o presidente? Com o Padre?" Eu falei "Eu não, eu tenho capacidade de raciocinar e decidir o que é melhor para mim e para minha família", "A gente tem que pensar bem no que vai fazer para não se arrepender depois." E ela ficou pelo menos uns quarenta minutos no telefone comigo e eu deixei ela falar, porque o que eu queria mesmo era ouvir. Saber exatamente. E aí ela viu que ela não ia conseguir e falou "então tudo bem, não tem problema, se você não quer ir você vai poder ficar na comunidade, mas a gente não pode falar isso para todo mundo." Aí que eu falei do reassentamento e ela falou que eu estava na beira do rio e iria ter que sair. Aí eu falei: "Por isso não, pega um desses terrenos que estão vazios das pessoas que já estão para se mudar e constrói minha casa e meu espaço para trabalhar que eu fico tranquila, sem problema." Ao final ela falou, não sei com que intuito, pode ser para não se dar como derrotada, mas não sei mesmo qual era o seu intuito, se era verdade..

Clarissa: E quando você diz "Ah eu fui lá ver..." Lá aonde?

Lúcia: Lá no Parque Carioca. Quando eles tinham projeto e tinham decorado dois a três quartos.

Clarissa: Teve até uma situação que o prefeito esteve presente no (...)

Lúcia: Essa teve e foi no RioCentro. Eu não estava presente.

Clarissa: Como é que eles mostravam? Era uma simulação que eles faziam? Quando você foi lá no apartamento?

Lúcia: A pessoa que mostrou falou que ia ser exatamente daquele jeito. Já tinha lá um espaço montado, e ia ser desse jeito de 2 a 3 quartos montados.

Clarissa: E eles falavam alguma coisa quando as pessoas iam para lá?

Lúcia: Não, o pessoal que estava lá só mostrava mesmo, não falavam nada não.

Clarissa: E essa reunião no RioCentro? Houve outras reuniões com o prefeito?

Lúcia: Só houve essa reunião com o prefeito. Inclusive ele disse que haveriam mais outras reuniões depois, mas na verdade não houve nenhuma mais com ele. E ele estava ali com uma proposta para negociar, mas que ninguém ali era obrigado a aceitar. Isso eu lembro que ele frisou bem. E pediu desculpas, porque sempre agiu de forma errada com a Vila Autódromo porque tinha que ter vindo aqui mais vezes, deveria ter procurado a comunidade. Chegou a pedir perdão, porque todo mundo erra e ele também errou. Lembro muito bem dessas palavras. E que na verdade ele não ia fazer nada disso. Que ele não ia querer mais nenhuma reunião. Que ele na verdade ia querer induzir as pessoas a aceitar e convencer que o projeto era uma coisa boa.

Clarissa: Como é que foi para os moradores essa reunião?

Lúcia: Para alguns foi decisivo. Ficaram convencidos de que era bom, inclusive falaram lá e a dizer que estava satisfeitos com o projeto. E para outros não. É claro que para outros foi péssimo porque acabou induzindo aqueles que estavam na dúvida, induzindo ainda mais e convencendo que era bom, o que enfraqueceu a comunidade. Então essa reunião foi muito desvantajoso para Vila Autódromo. As pessoas conseguiram na verdade (...) na verdade, elas descobriram que iam morar num lugar decente, urbanizado, num lugar melhor. O imaginário. Realmente é urbanizado. Elas acreditaram que estariam saindo daqui para algo muito melhor.

Clarissa: E você falou do reassentamento. Como é que foi o processo das indenizações?

Lúcia: No início era ameaça, era só remoção para o conjunto habitacional. Depois ele viu que muita gente estava com seus direitos de permanecer na comunidade e ele abriu as negociações que são indenizações.

Clarissa: Quando é que foi esse período das negociações e indenizações?

Lúcia: Olha esse período já foi no início da construção do parque Carioca. Inclusive na reunião ele já propôs isso. Ele já propôs isso. Não sei a data exata mas foi em outubro de 2013.

Clarissa: E foi a partir dessa reunião que começaram a negociar?

Lúcia: Sim, sim. A partir dessa. E na verdade eles deram a prioridade e fizeram uma pressão para as pessoas aceitarem os apartamentos. Quando eles perceberam que não tinha mais jeito é que eles começaram a abrir para negociação.

Clarissa: E como eles chamavam esses moradores?

Lúcia: Olha geralmente eles ligam, pedem para você comparecer, para falar sobre a indenização e que você precisa comparecer na sub-prefeitura.

Clarissa: E você chegou a ir?

Lúcia: Sim. A primeira vez eu não fui, pois não tinha interesse. Depois cheguei a conclusão de que se for bom para mim eu até aceito. Se eu for sair daqui de uma forma segura, onde eu vou ter uma casa para sempre para morar e um lugar para trabalhar eu até aceito mas que eu não vou entregar a minha casa assim, que se não há um risco de ficar com minha família na rua. E aí ela me chamou na primeira vez, eu não fui, e na segunda eu fui com a minha mãe inclusive. A minha mãe e meu irmão já estão saturados dessa situação e eu me senti meio sem apoio. Se eles não tiverem por aqui, conto muito com eles, e se eles forem embora vou ficar realmente sem apoio. E eu fui agora, tem mais ou menos um mês e pouquinho.

Clarissa: E quem estava lá agora quando você chegou?

Lúcia: Só tinha um rapaz que se chamava Marcos. Eu não sei se ele era da Prefeitura ou se era de alguma construtora.

Clarissa: E eles falam como é? Como propõem?

Lúcia: Sim, eles fazem uma proposta indecente porque você vê que o valor é muito abaixo do preço do mercado. Eu perguntei qual era a metragem da minha casa e qual era o valor do metro quadrado que eles estavam tentando negociar comigo. E ele falou e é muito abaixo do preço que eu sei que vale cada metro quadrado dessa área.

Clarissa: E além dessa proposta eles falam outra coisa?

Lúcia: Ah sim, o que ele falou para mim é que a beira do rio toda vai sair. A beira do rio não adianta que vai sair e que vai para justiça e aí vai ser o que a justiça

determinar. Eu respondi para ele, não tem problema. Vamos esperar para ver o que vai acontecer.

Clarissa: Ele explicou porque a beira do rio toda vai sair? Ele justificou isso?

Lúcia: Não, para mim ele não justificou isso.

Clarissa: E você sabe se ele fala isso também para os outros vizinhos?

Lúcia: Sim, a maioria que foi lá ele diz que vai para justiça, que aí vai ser o que a justiça determinar, que vai ser muito pior. Na verdade ele tenta intimidar.

Clarissa: E como é que foi esse processo de reassentamento para comunidade e para as pessoas que se mudaram? Você lembra como foi?

Lúcia: Eu lembro que não foi tão fácil, até mesmo para as pessoas que queriam ir. Houve várias complicações. Por exemplo, minha vizinha foi e eles tentaram pressionar, deixaram ela um tempo para me pressionar e eu aceitar um apartamento, porque ela morava aqui em cima. E chegaram a falar para ela que a mudança dela não tinha sido determinada ainda porque eu não tinha aceitado ainda. E esse comentário realmente começou quando eles perguntavam para ela porque que eles não foram ainda.

Clarissa: Isso foi em que época?

Lúcia: Tem agora um mês, em final de abril início de maio. Eles ficaram tentando me pressionar todos os dias. A minha vizinha não vai porque eu estou aqui, eu sou um empecilho. Eu chamei ela e falei que não era a minha causa. Não adiantava botar a vizinha para me pressionar que eu não ia aceitar que eles tinham mais que levá-la e que não era justo fazer isso com elas. Eu lembro até que falei: “Se vocês estão esperando eu aceitar para levar a minha vizinha vocês podem esperar sentados”. Foi quando eles resolveram me levar. Duas semanas depois fizeram a mudança deles.

Clarissa: E você conhece outros casos semelhantes?

Lúcia: Sim, tem outros casos aqui. Fizeram pressão. Demoraram a levar uma pessoa para pressionar o outro. De que não tinha como demolir assim. Eu até falei no meu caso que, quando a minha vizinha tinha assinado o contrato para ir para o Parque Carioca, eu não tinha assinado nada. Então ela sabia que eu não ia. Como agora ela vem dizer que não ia levar a minha vizinha porque tinha que demolir. Então, se ela assinou e eu não tinha assinado nada, eles sabiam que eu não ia. Então usam como pretexto para (...)

Clarissa: E esses moradores, você sabe como foram suas mudanças para o Parque Carioca?

Lúcia: Olha, alguns ficaram satisfeitos mas outros não. Tem duas pessoas que eu conversei que foram e que ficaram deprimidos.

Clarissa: E você sabe por quê eles não estão satisfeitos em morar lá?

Lúcia: Eles não estão satisfeitos porque primeiro há uma desorganização e segundo pelo espaço que é muito limitado. Por exemplo, quem tinha espaço maior com um quintal sentiu uma diferença muito grande e pelo fato de ter vizinho em baixo, em cima. O fato de não ter liberdade como tinha aqui.

Clarissa: Porque não tem mais liberdade lá?

Lúcia: Liberdade assim, são coisas que eles relatam: que não podem mais fazer as coisas na hora que querem, furar parede, não pode levar cachorro. Alguns chegaram a levar, mas no início eles falaram que não podia. Aí teve gente que chegou a se desfazer do seus cachorros e se arrependeu depois.

Clarissa: E para comunidade, como foi a saída de alguns moradores?

Lúcia: Ah foi muito ruim. Para mim foi muito ruim. Primeiro, que a comunidade ficou, como posso dizer, ficou meio em luto. Perdeu pessoas que faziam parte. A gente conhecia todo mundo. Uma família. Algumas pessoas que foram embora eu senti muito. A gente sabe que acaba deixando o lugar mais desprotegido. Eu não tenho mais confiança que eu tinha antes de morar aqui. Eu me sinto ameaçada. Eu tenho medo. As vezes eu chego tarde e a rua está toda esburacada. No geral 10, 10 e meia, 11 horas. Eu já não tenho mais a segurança de deixar a minha filha sozinha em casa. As vezes eu ia na igreja e deixava ela em casa e agora já não consigo mais por falta de confiança. E até mesmo para ela na casa da minha mãe que é numa outra rua aqui do lado eu já não confio mais. Na verdade causou muita insegurança.

Clarissa: E as demolições da casa, como é que foi esse processo?

Lúcia: As demolições foi outro processo que deixa a gente um pouco assustada. Mas em relação aos cuidados, pelo menos aqui não teve problema nenhum. Na rua aqui não teve nenhum problema.

Clarissa: E como estar sendo viver na comunidade?

Lúcia: Para mim, com sinceridade, já não é tão bom como já foi. Como eu disse para você, eu já não tenho mais segurança, não tenho a tranquilidade da minha filha ir para casa da minha mãe. Eu não me sinto mais segura de ir para casa meia noite. Chegar tarde já me preocupa. Por exemplo, eu tinha um caminho aqui que eu fazia que era mais rápido e que agora eu já não faço. Já tem muita casa quebrada e isso já mudou. Muda a sua rotina, não me sinto mas tão bem como eu estava.

Clarissa: E no entorno aqui, como é que está?

Lúcia: Está tudo melhor, tudo fica mais próximo. Por exemplo meus filhos estudam numa escola aqui próxima. O meu trabalho é aqui. Então tem tudo isso que me ajudou muito.

Clarissa: E com relação às obras no parque Olímpico? Como é que tem sido estar do lado dessas obras, a relação com os funcionários?

Lúcia: Então, é assim, as vezes é um pouco desconfortável né. Tem muita gente transitando na comunidade que a gente não conhece. Desconfortável porque assim a questão do barulho, a movimentação em si. Eu me sentia bastante desconfortável.

Clarissa: Eu vou pedir um pouco mais detalhe, quais são os impactos dessas obras para cá, para sua vida, para vida da comunidade? Que impactos que tem, se tem benefícios ou prejuízos?

Lúcia: Olha nesse momento eu não vejo benefício não. Pode ser que depois futuramente venha a ter os benefícios. Eu agora não consigo ver nenhum benefício. Os prejuízos é que por causa das obras teve as demolições, eu passei a trabalhar num formato reduzido. A transição de pessoas de fora que você não sabe, que você não conhece tornou mais ameaçador. É um ponto negativo para gente. Lá dentro eu não sei porque a gente não tem acesso, mas assim isso tudo é bastante negativo.

Clarissa: E porque você ainda está morando aqui?

Lúcia: Olha morar aqui, vou dizer com toda sinceridade, eu estou aqui por falta de opção. Se eu tivesse com toda a sinceridade com opção de comprar alguma coisa lá fora, digo comprar um lugar legalizado, porque eu não quero morar em lugar que eu possa passar pelos mesmos problemas. Então assim, nesse momento eu gostaria muito e quero ficar aqui. Se no desenrolar disso tudo e tiver perto de acabar e que vai ter melhorias, que vai ter saneamento, que vai ter as condições básicas. É o que eu te falei, se a gente pudesse investir na casa, trazer uma melhoria que você possa fazer ou empréstimo, investir para ter um pouco de conforto e aí fica nesse impasse. Você não constrói mas também não tem as melhorias. Eu não estou construindo e a gora está num momento muito mais difícil do que já estive. E eu também não vejo melhorias. Eu não vejo perspectiva por enquanto. Eu vejo que são processos que estão rolando, decisões que são demoradas, que é lento, que cabe recurso que pode recorrer, que isso pode levar mais 21 anos desse processo ou como 21 dias. É uma incerteza. A minha vida ficou em função disso. Eu penso em viajar, em 2011 eu até viajei. Mas você pensa em viajar, programa uma viagem com a sua família, mas você fica nesse impasse - "Ah eu vou viajar, me endividar e minha casa vai ficar assim". Então sabe, tudo isso influencia muito no meu dia a dia. Com meus filhos, por exemplo, eu não terminei de fazer a minha casa, eu não tenho espaço, quartos. Está todo mundo

aglomerado num canto só e isso não é só o fato de não ter a casa arrumada. Dentro da minha casa isso causa conflitos, são dois pré-adolescentes. Então isso acaba causando conflito quase todos os dias. As pessoas falam assim “ Ah mais negociar é a melhor coisa” Eu deixei bem claro, se for negociar para não sair no prejuízo, eu quero ter a certeza de que vou ter uma casa decente para morar e um lugar para trabalhar. Se eu tiver isso. Eu já estou a 14 anos ouvindo que isso aqui vai mudar, que vai ficar melhor, que esse lugar aqui é ótimo e daqui pouco resolve. E entra ano e sai ano tudo igual. Chega uma hora que fica cansativo.

Clarissa: E porque você acha que os outros moradores ainda estão aqui?

Lúcia: Tem muita gente como eu, na mesma condição. Tem outros que estão determinados na sua vida que ele vai até o fim e que isso não está incomodando. A falta de infraestrutura, às vezes está com a sua casa mais arrumada e com espaço adequado, e tem pessoas que estão na mesma situação que eu, com falta de opção que assim que der elas vão embora.

Clarissa: Mas falta de opção por parte da prefeitura ou (...)

Lúcia: Não, porque não tem também recursos para comprar uma casa lá fora. Também a gente não vai largar para trás tudo que você juntou a construir. Mas se eu tivesse, eu com certeza, mesmo lutando, ficando aqui, mas ter um pouco mais porque está muito difícil. Eu até conversei com a Penha, na minha situação está muito complicado. Se falam hoje que a gente ia ficar aqui, eu ia começar a construir a minha casa, você tem perspectiva, você projeta, você se programa. Agora viver sem perspectiva nenhuma isso é muito ruim. Chega uma hora que você fica meio depressivo. Eu trabalho aqui, poderia estar com meu espaço mais organizado para atender melhor as pessoas. Eu até hoje praticamente não fiz nada, quer dizer você tem o espaço, você tem a idéia mas o lugar não te oferece a condição, ou a situação não te oferece a condição de você melhorar o seu espaço e fazer seu investimento. Isso é horrível. Cada caso é um caso. “Ah sai porque quer dinheiro..” Não eu não quero dinheiro. Eu até falei nessa primeira e última que eu não quero dinheiro. Porque esse rapaz, o doutor Marcos vai falar que as pessoas querem sair daqui muito bem. Não, as pessoas querem sair de lá para conseguir segurança e que não vão passar pela mesma situação da comunidade ser removida. Eu não quero o dinheiro, se chegar e falarem que quem está na beira do rio vai ter que sair, pega aquele terreno lá e manda construir uma casa com espaço para trabalha e eu lhe garanto que eu não quero um centavo. Eu quero sim ter conforto e segurança. Então chega uma hora que você fica realmente sem opção. Eu ouço muito para que isso fique definido até o final do ano, 2 meses, 3 meses, 4 meses. Mas assim, o pior de tudo é a incerteza. Pode ser daqui a 1 mês, daqui a 1 ano, 2 anos. Se isso tivesse na justiça, e nós tivéssemos com a infraestrutura, com tudo arrumado e as pessoas tivesse a certeza que não ia sair..Mas é muito instável.

Clarissa – Você diz que aqui é legalizado...

Lúcia – Legalizado porque aqui tenho título de posse...

Clarissa – E por outro lado tem esse lado da ameaça, como você entende isso? Ao mesmo tempo que vocês tem direito vocês tem (...)

Lúcia – É meio confuso, é meio contraditório. É um direito mas até que ponto? Eu entendo que é um direito que eu tenho mas até a hora que o poder público decida que ele quer esse lugar. É um direito que me assegura que eu não saia daqui sem nada. Mas é um direito que eu não tenho certeza absoluta que eu vou continuar. Então, eu vejo a minha casa como ao mesmo tempo sendo minha e ela. Eu vejo como uma ameaça. É um direito que logo depois acaba se tornando uma ameaça. Que a hora que o prefeito ou governador quiser tirar ele vai tirar. Eu não tenho CNPJ, não tenho RGI. Eu até já quis fazer isso. Eles não deixam legalizar. E por isso você para de investir, não progride.

Clarissa: E você disse no início da entrevista que eles fazem aqui o que eles não fazem em outras comunidades esse abuso de poder.

Lúcia: Sim, sim, é um lugar que eu me refiro assim que você tem o documento legal, onde você tem o RGI, onde você tem um comércio e tem o CNPJ. Aí eles não vão tirar dessa forma ameaçadora, é o que dá a segurança. É muito difícil. Toda paciência tem um limite. Meus filhos já não agüentam mais. E eles falam que se tiver que sair, minha filha fica me dizendo “Porque você vai ficar aqui se eles te deram um valor para comprar uma casa e um lugar para trabalhar?” Faz sentido. “Se eles vão te dar esse valor para morar e para trabalhar, porque você vai ficar se prendendo?”

Clarissa: Em relação a esse salão, eles ofereceram alguma coisa?

Lúcia: Sim, sim, a parte. Não sei como eles fizeram o cálculo não, mas eles fizeram dois cadastros e eles ofereceram uma parte para onde eu moro e uma para o meu comércio.

Anexo 3

Remoção	Quando você ouviu falar em remoção na Vila Autódromo pela primeira vez? O anúncio da copa e dos jogos olímpicos aumentou o grau de ameaça de remoção por parte da Prefeitura (2008/2009) ?
	Qual era o motivo alegado pela Prefeitura para a remoção? Foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?
	Quais foram os principais efeitos no seu dia-a-dia diante dessa “ameaça” de remoção?
	Quais foram os principais efeitos dessa “ameaça” de remoção no dia-a-dia da comunidade?
Relação com a prefeitura	Como a Prefeitura apresentou a você os projetos de reassentamento da comunidade? Houve um cadastramento e como foi? Como ela negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Houve oferta de indenização? Como? Quanto? Como a Prefeitura negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Tomou conhecimento de reuniões propostas pela Prefeitura para negociação com moradores da Vila Autódromo? Compareceu em alguma? Quais foram as suas impressões sobre essas reuniões?
“Reconfiguração” da comunidade	Você conhece alguém que foi reassentado? Como foi esse processo de reassentamento? Como foram as demolições? Por que você não aceitou a oferta do reassentamento?
	Você conhece alguém que recebeu indenização? Te ofereceram indenização? Por que você não aceitou a oferta de indenização?
	Que efeitos a indenização ou reassentamento trouxeram para a comunidade? A relação com os moradores que se mudaram se mantém?
A vida atual na comunidade	Como está sendo a vida agora na comunidade? E como está sendo viver nessa região da Barra da Tijuca?
	Como as obras do Parque Olímpico têm impactado na comunidade? Eles usam o espaço da comunidade? O que eles tem feito e como tem agido? Como é a relação dos funcionários com os moradores? Quais prejuízos essas obras trouxeram para a comunidade?
	O que te faz continuar morando/resistindo aqui?

Roteiro da entrevista

Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2014.

Gênero: () feminino (x) masculino () outros: _____
Cor/raça/etnia/origem: (x) negro ()branco ()indígena ()oriental ()imigrante Obs: Morador se identificou como parda
Idade: menor de 18 anos(); 18-30 anos(); 30-50 anos(x); 50-60 anos(); mais de 60 anos ()
Estado Civil:
Solteira(); Casada (x); União estável (); Viúva (); Outros (x) Divorciada. Obs: Casada só na Igreja
Filhos: (quantos e idade) 4 filhos (34, 30, 28, 24)
Naturalidade: São João do Rio do peixe, Paraíba
Com quem mora: com a esposa e o filho mais novo. Em cima mora a filha com as três netas
Faixa de renda (com Programa Social):
1-3 salários (x) 3-5 salários () 5-10 salários (x) acima de 10 salários ()

Entrevistado: João

Área onde mora: Rua Francisco Landy

Clarissa: Quanto tempo o Sr. mora na comunidade?

João: Moro na comunidade desde 2002

Clarissa: Por que você veio para cá?

João: Quando começou essa comunidade, no ano de 1985, eu trabalhava no condomínio Espigão, do Rio Centro, trabalho lá até hoje. Na época isso aqui era taboa, tinha muito mosquito, não tinha luz, não tinha nada. Essa comunidade existia antes, era dos pescadores, era chamada ilha dos pescadores, muito antiga. Não sei dizer quanto tempo eles moravam aqui. Quando se formou uma comunidade, eu até vim aqui, marquei um pedaço aqui. Mas eu não tive coragem de colocar minha família para morar aqui: chovia muito, era taboa, tinha muito mosquito, muita lama. Coloquei uma pessoa para tomar conta aqui. No barraco de madeira, coloquei fogão, cama, para essa pessoa ficar tomando conta só a noite. Uma noite, quando chovia e ventava muito, essa pessoa saiu para beber - era uma senhora que parece que bebia muito. Só que um dia, algumas pessoas pegaram meu barraco, e mudaram: mudaram as tábuas para o outro lado. Quando eu cheguei, estava tudo diferente. Era uma família com cinco crianças pequenas, da Cidade de Deus. Fazer o que? Eu não tinha documento daqui, eu só tinha acabado

de marcar meu pedacinho. Eu perdi! Eu também não ia brigar com essa gente, tirar essa gente.

Clarissa: Mas você chegou a comprar esse pedaço?

João: Não, eu só marquei meu pedaço. Ninguém estava comprando, era só marcado. Tinha fazer um barraco, tinha que morar! Era lei da época. Mas eu não tinha coragem. Aí eu deixei para lá. Em 2002, o Cleber, que morava aqui, sua mulher separou dele e foi para o Espírito Santo. Ele ficou desesperado... bebia muito...colocou isso aqui à venda. Um faxineiro que trabalhava comigo no prédio, morava aqui do lado - eu era zelador na época -, falou que um cara estava vendendo a casa por 3.800 reais, porque ele estava desesperado, queria ir atrás da mulher dele. Eu falei com a minha patroa: "eu não tinha esse dinheiro, me dá um jeito, me manda embora para eu conseguir levantar o FGTS para eu comprar esse barraquinho". Ela se reuniu de imediato com a equipe dela, com o conselho fiscal, e como o pessoal gostava muito de mim, concordaram de adiantar o que eu precisava. Eles me mandaram embora, e como era lei do Ministério do Trabalho, eu fiquei afastado seis meses, ganhando emprestado do mesmo prédio para só depois assinar a carteira, como novo. Consegui comprar o terreno. Fiz tudo direitinho na Associação dos Moradores, paguei a taxa de transação. Eu derrubei a casinha velha que estava lá no fundo - acho que era o barraco mais feio da rua. Fiz uma obra, uma casinha de laje, só o primeiro anda. Mas só deu para fazer no tijolo, sem chão, sem piso, sem nada. Só as portas, essas coisas. Mas tivemos que entrar. O pessoal do prédio falou que como eu fiz essa negociação, eu deveria ir, e se eu conseguisse sair em um mês, eu ganharia um prêmio que o sindicato oferecia: se o trabalhador conseguisse desocupar a moradia em um mês, ele ganharia um salário.

Clarissa: Você morava lá?

João: Morava no condomínio. Em um quartinho apertadinha. E minha família era grande: um rapaz, uma moça e duas crianças já adolescentes. Era uma salinha, um banheiro e uma cozinha pequena. Não podia fazer obra, não podia pintar. Era muito ruim morar lá. Então, eu aproveitei para ganhar um salário a mais e se eu não fosse, eu teria que pagar uma multa ao condomínio. Eu contratei um rapaz e pedi para ele que corresse com a obra - "Eu quero em um mês entrar"! Ele trabalhava dia e noite. Era um senhor do recreio; era acostumado a lidar com pântano, essas coisas. Ele construiu essa casa com maior segurança; fez umas sapatas muito boas; a estrutura muito bem feita. Consegui entrar nessa casa em um mês, no tijolo, em um desconforto total.

E comecei em 2002 a luta. E logo que comecei, tomei conhecimento de um processo que tinha para tirar a comunidade. Eu disse: eu gastei meu dinheiro todo que eu tinha na vida e agora vão tirar a comunidade! Era época do Cezar Maia, ele era prefeito e o Eduardo subprefeito da Barra. Eles vieram com as máquinas para derrubar as casas.

Clarissa: Você lembra quando foi isso?

João: Isso foi em 2006, se eu não me engano.

Clarissa: E como era morar aqui na comunidade?

João: Era difícil, tinha muita taboa, muita lama. Minha casa era muito desconfortável, sem luz, sem nada, muito aberta. Eu não estava acostumado a morar em comunidade. Nunca morei, sempre morei e trabalhei em prédio. Achava que era um desespero morar em comunidade, achava que era o fim da vida. Mas depois eu me acostumei e passei a gostar de morar aqui. É muito bom morar aqui. Apesar da dificuldade que agente tem de água, de esgoto. A gente tem que improvisar o esgoto. Tem fazer uma grande fossa embaixo - eu mandei o cara fazer - para a gente não jogar o esgoto na lagoa. Mas aqui é uma paz muito grande. A nossa única perturbação é com respeito a esse negócio da Prefeitura de querer tirar a gente daqui. Aqui não tem um tiro, não tem um estupro, não tem boca de fumo, não tem vagabundo. Aqui não tem essa coisa de crime organizada. Aqui é só trabalhador. Tem dia que minha mulher chega duas horas da manhã, porque ela trabalha de faxineira e as vezes entra pela noite, minhas filhas também, que fizeram faculdade e as vezes chegavam tarde da noite. Nunca ninguém mexeu com elas. A vantagem aqui é isso. Nosso único problema é essa insegurança, a respeito da Prefeitura. A gente não tem uma insegurança. A gente acredita muito, porque a gente está dentro da lei. Quando eu vim morar aqui, eu passei a saber que aqui tinha um título de posse concedido aos moradores. Essa casa tem um título de posse, mas essa casa é titularizada. Está no nome da mulher do Cleber, antigo dono. O título ficava nos nomes das mulheres. Só que ele nunca me deu, ele disse que ia pegar com ela, mas ele nunca mais voltou. Dizem que ele já morreu. Só que no ITERJ, tem o título de posse dessa casa, por 99 anos. Aí eu pensei: se eu posso morar aqui por 99 anos então vou dar o melhor para minha família. Aí eu comecei a trabalhar, com meu filhos, minha mulher. A gente foi fazendo a casinha, melhorando, embolsando. Aí eu fiz o segundo piso para minha filha.

Clarissa: Você falou que no início era muito difícil morar aqui. Mas as coisas foram melhorando, mudando?

João: Foi melhorando, porque a gente foi melhorando. O poder público nunca fez nada aqui. Mas a gente começou a aterrar as ruas, tirar os problemas das ruas; limpar o rio, fizemos um mutirão para limpar o rio, para tirar os lixos da comunidade, catar latinha, garrafa pet. As vezes os cachorros rasgam, tiram os lixos dos latões, e saem arrastando na rua. Foi melhorando bastante e também em volta a situação foi melhorando. Foi quando começou a perseguição. A Av. Abelardo Bueno veio de lá como uma escola de samba: linda e maravilhosa. E a Salvador Allende também. Isso tudo aqui antes era mato, tudo abandonado. Ninguém queria isso aqui porque só tinha cobra, capivara, mosquito, jacaré...

Clarissa: Em 2002, quando você se mudou?

João: Já, isso tudo aqui era pântano. Só tinha isso aqui e o Rio Centro, e os espigões. Isso região toda que eles aterraram era a reserva do Papo Amarelo. Foi uma briga enorme, mas eles, as construtoras, conseguiram ganhar. A especulação imobiliária ganhou e eles destruíram os jacarés. Aqui tinha muito jacaré. Era lindo. Pesquei muito nesse rio. Quando eu morava no prédio, a gente ia pescar no final de semana no rio e ali mesmo a gente fritava os peixes limpinhos, e tomava cachaça. Era tipo uma praia: enquanto as crianças ficavam brincando na água a gente ia pescar. Isso até 2000, mais ou menos, dava-se para fazer isso.

Clarissa: Quando os condomínios começaram a ser construídos?

João: A construção foi surgindo aos poucos. Aí foi construída a Glaxis. Aí eles jogavam esgoto no rio. Eles dizem que a gente que era poluidor, mas são eles que eram poluidores. Os condomínios jogam tudo dentro da lagoa. Os espigões onde eu trabalho, joga tudo dentro do rio. Eu sei, porque eu trabalho lá há 35 anos desde 1984. O Rock in Rio, construíram agora também, joga tudo dentro da lagoa. Esses condomínios que foram crescendo com esses jogos que vieram... Primeiro foi com os jogos do Pan Americano, se começou aterrar tudo. Ali era reserva do Jacaré do Papo Amarelo. Acho que foi em 2006. Ali eles conseguiram fazer um parque para ciclista. Eles aterraram aquilo tudo e os bichos ficaram desesperados - os jacarés, as capivaras...Era uma pena, era cheio de bicho: gambá, guará.... Acaram com tudo. Começaram a diminuir o espaço, a entupir a lagoa para fazer o Rock in RIO. A lagoa foi chegando para cima da gente, porque eles foram aterrando. Onde era a antiga CEDAE, fizeram um hospital, o Sarah acho, e aterraram também outra parte da lagoa. Onde era o antigo Rock in Rio, fizeram um condomínio enorme e jogam também tudo na lagoa, porque não fazem nenhum tratamento. Aí jogam tudo na lagoa e depois dizem que o problema é dos moradores da Vila Autódromo. Eles que entopem a lagoa, eles que poluem tudo. O poder público alegou que a gente faz uma "poluição visual".

Clarissa: Quando ele alegou isso?

João: Quando, lá em Copenhagem, o Brasil ganhou o direito de assediar a Copa do mundo, ele disse que teria que tirar a comunidade porque isso aqui era uma "poluição visual". A primeira coisa que ele fez, o Eduardo Paes, foi lembrar da Vila Autódromo. Isso está gravado. Ele disse que nós teremos que sair. Desde quando ele era subprefeito, ele tentou tirar isso aqui. Ele e o Cezar Maia. O Cezar Maia disse que se não tirasse isso aqui, ele ia se vestir de saia. Graça a Deus ele não se vestiu de saia e não tirou a gente daqui.

Clarissa: Então, o Sr. falou que assim que você se mudou, você descobriu que tinha essa ameaça aqui.

João: É, logo que eu comecei fazer o meu muro. Quando eu estava fazendo meu muro, uma moça chegou gritando: "olha gente, os tratores vão vim para derrubar tudo. O Cezar Maia vai derrubar tudo hoje a noite! Pode parar com a obra!". Aí chegou uma outra moça e disse: moço, não para não, continua com seu muro, isso

aqui é antigo, eles de vez em quando ficam ameaçando a gente aqui!" Aí eu mandei o pedreiro ir embora - 'Eu não vou pagar você para uma coisa que vai ser derrubada. Vamos dá um tempo. Quando esfriar isso, aí eu te chamo de volta, para você terminar o meu muro"

Clarissa: Isso foi quando?

João: Em 2003. Mais ou menos um ano depois que eu estava aqui. Foi quando ele estava projetando para sediar os jogos panamericanos, que acho que foi em 2006. Essa pressão começou mais ou menos em 2003. Mas já tinha um processo desde 1985, para a permanência da comunidade.

Clarissa: Como essa ameaça afeta a vida de você, a vida da comunidade e dos moradores?

João: Afeta porque você não tem uma segurança. A gente tem um título de posse, mas ele, o Eduardo Paes disse que aquilo ali era apenas um papelzinho. Eu ouvi isso dele uma vez, em uma reunião lá na Prefeitura, no gabinete dele. Eu estava lá e escutei isso. Tem dois títulos de posse: um dado por Leonel Brizola e depois reforçado por Darci Ribeiro. Nós temos dois títulos de posse. Isso aqui é um terreno de Especial Interesse Social. O que isso significa: que é para família que ganha no máximo seis salários mínimos morar. Então eu acho que a gente está no lugar certo. Mas só que o Eduardo Paes falou que isso é um papelzinho.

Clarissa: Quando ele falou isso?

João: Em uma reunião que nós tivemos no ano passado, lá na Prefeitura. Só que isso realmente é um papelzinho perante a um documento melhor que a gente tem que é o RGI. Esse terreno tem RGI, ele é registrado. Dois moradores fizeram o RGI, mas fizeram errado. De uma área pequena, fizeram uma área enorme, abrangeu quase toda a comunidade. Não lembro a porcentagem, quem sabe disso é a Associação de Moradores. Além do título de posse, nós temos o RGI. Mas essa insegurança é essa: vai sair sempre uma publicação no jornal: "a Vila Autódromo vai sair em um mês". É o que faz a gente não ter paz. Aí fizeram o Parque Carioca. Disseram que a comunidade não vai mais existir, porque vão fazer um condomínio, comparativo a qualquer outro condomínio, para os moradores se mudarem para lá.

Clarissa: Como o anúncio da Copa do Mundo e depois dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, afetou na vida de vocês? Trouxe mais ou menos insegurança?

João: Gerou um clima de expectativa - como ele vai usar essa área? A gente começou a tentar descobrir o que ele ia fazer nesse lugar que a gente está morando, para tentar nos tirar daqui para os jogos. Aí ele inventou um monte de coisa: que ia passar um viaduto, que aqui seria uma área de segurança da ONU...e conforme ele falava o que precisa fazer aqui, a gente descobria que era mentira. A gente descobria que não tinha projeto para cá, e não tem até hoje. Ele nunca

apresentou um projeto para cá. E se não tem projeto não tem como ele nos tirar. Por que iria nos tirar daqui e fazer outro condomínio. Tirar a moradia de gente simples, que estava no meio da taboa, que veio lá de baixo e que morava mal. A gente morava aqui e o pessoal em volta adorava a gente, porque a gente era: porteiro dos prédios, nossas mulheres eram empregadas domésticas, nossos filhos trabalhavam no açougue, na padaria e na oficina. A gente era útil a sociedade. Faziam um bem enorme, não tínhamos estudo, não tínhamos nada, mas nós dávamos segurança para as senhoras que iam corriam no Rio Centro - elas adoravam porque sempre tinha um morador da Vila Autódromo transitando por ali. O lugar não ficava deserto.

Clarissa: Então, eles tem relação com vocês?

João: O pessoal dos espigões e dos condomínios em volta não tem nada contra a gente. Pelo contrário, eles torcem para a gente ficar daqui. Eles são contra essa atitude de nos tirar daqui. Eles só querem saber o porquê, como não tem o porquê...Mas depois que o lugar fica bom, fica bonito, cheio de prédio de alto luxo, de hotéis - vão fazer um hotel de cinco estrela na entrada da nossa comunidade - agora a gente fica feio. Nós estamos atrapalhando.

Clarissa: Você disse que o prefeito apresentou vários motivos. Ele apresentou isso para quem? Para vocês?

João: Ele publicava nos jornais, nunca ele chegou para a gente e apresentou os motivos para nossa saída. Nós procurávamos a defensoria pública e ela nos dizia que não tinha nada para essa região – “Até agora isso é boato de jornal, quando chegar uma notificação aí eu vou agir” MAS NUNCA CHEGOU ESSA NOTIFICAÇÃO

Clarissa: Houve algum momento que o prefeito ou os funcionários da Prefeitura vieram à comunidade e lhes disse que vocês teriam que sair, diretamente?

João: Houve sim. Vários momentos ele falou para a gente. Primeiro foi em 2006. A Prefeitura veio cadastrar as casas. Eles diziam que era para o saneamento. Tinha que medir as casas, filmar... vieram marcando as casas, marcando todos os muros e todas as portas, dizendo que era para fazer o saneamento básico. A gente descobriu que não era para o saneamento, mas era uma forma de cadastrar para saber quantos famílias tinham para retirar a comunidade. Mas acabou não dando certo. Voltaram a fazer agora. Eu não deixei marcar minha casa.

Clarissa: Quando foi isso?

João: Antes da Copa do Mundo, vieram marcar as casas. Muita gente não deixou marcar as casas. Isso não deu certo. Depois a Prefeitura voltou, batendo de porta em porta oferecendo para você medir sua casa, para você negociar sua casa para morar no Parque Carioca.

Clarissa: O que a Prefeitura falava?

João: Ele veio batendo forte aqui. Eu estava dormindo porque trabalho a noite. Eles bateram bem forte anunciando “Prefeitura do Rio, Prefeitura do Rio!” Eles falavam que era a Prefeitura do Rio que iria fazer meu cadastro para morar no Parque Carioca, dizendo que eu iria ganhar um apartamento do Minha Casa Minha Vida. Eu disse que não queria sair, que não queria ir para o Parque Carioca. Por que isso?

- Você não está sabendo?! Todo mundo vai ter que sair, você vai ter fazer seu cadastro, dar o seu nome...

- Eu não vou dar meu nome. Eu não que dar porque não estou querendo negociar minha casa. Você, por favor, nunca mais bata na minha porta para oferecer essa proposta. Quando você quiser fazer um cadastro aqui você procura a Defensoria Pública, porque a defensora é minha advogada. Ela que resolve comigo. Vocês nunca mais batam na minha porta para oferecer essa proposta indecente. Eu sou trabalhador. Eu não quero ir para o Parque Carioca, eu não gosto de morar em apartamento. A Minha Casa Minha Vida é essa aqui, que eu fiz com tanto sacrifício.

Clarissa: Quando foi isso?

João: Isso foi antes da Copa do Mundo, no ano passado que começou essa perseguição, quando a Prefeitura começou a cadastrar as famílias para tirara as pessoas para o Parque Carioca. Muitas famílias aceitaram, por causa do terror psicológica. Além disso, muita gente mora muito mal E não tem título de posse. As pessoas se engrandeceram: morar no Parque Carioca, um condomínio onde tem piscina e tobogã.

O Prefeito fez uma reunião no Rio Centro para apresentar um traçado que ele precisava para tirar essas pessoas que estão no traçado. Essas seriam as primeiras pessoas para ir para o Parque Carioca. Nessa reunião ele cadastrou as pessoas Depois disso começou a demolição

Clarissa: Como foi essa reunião?

João: Eu não consegui entrar porque o segurança não deixou entrar. Ela foi bem tumultuada. Lá ele garantiu (isso está gravado) que não iria tirar a comunidade, mas parte dela – a parte do traçado que ele precisava. Iria passar dois viadutos, uma passarela que ligaria o Rio Centro, uma na entrada da comunidade...mais o pessoal da beira do rio, da beira da Lagoa.

Clarissa: Essa reunião era para a comunidade inteira?

João: Não, foi só para as pessoas que ele convidou, que ele achou que estavam no traçado. Antes de fazer essa reunião, ele já estava fazendo um censo na

comunidade. O pessoal da Prefeitura já estava notificando as casas, medindo aquelas que as pessoas deixavam medir. A maioria deixou medir porque estavam com medo. Essas pessoas foram convidadas, deram uma carta a eles para elas irem lá – as pessoas que estavam no traçado. Mas não existe esse traçado.

Clarissa: Você sabe ou lembra quando a Prefeitura mostrou o projeto de reassentamento para vocês?

João: A Prefeitura nunca mostrou esse projeto de reassentamento. A gente só vê pelos jornais. Ele só falou de boca que a comunidade inteira não iria sair, que só iria uma parte. Para outra, haveria uma negociação, como está acontecendo no momento. E a terceira opção era a permanência da comunidade, as pessoas que queriam permanecer na comunidade. Foi a primeira vez que ele falou da possibilidade da comunidade ficar. Mas só que ele começou a tirar as pessoas que estavam no traçado e as pessoas que não estavam no traçado, negociando com essas pessoas. Ele oferecia dinheiro para uma determinada casa, e depois que negociada, se derrubava a casa. Isso enfraquece. Os moradores em volta começam a pensar em sair.

Eles derrubavam a casa mas não tiraram o entulho. Estouravam o cano da casa, mas não cola direito, colocando cano de vassoura - que apodrece em poucos dias – e depois começa a vazar água e faltar água. Uma série de coisas aconteceu aqui que foi desmotivando. Muita gente começou a procurar a prefeitura para negociar. Se um morador ganhava 800 mil reais, outros procuraram a Prefeitura para ganhar o mesmo. Alguns moradores começavam a aparecer com carro novo na comunidade.

Cada casa que cai aqui é uma facada no coração da gente. A gente que mora em comunidade quando vê uma casa cair dói para caramba, mesmo não sendo a casa da gente. Isso vai mexendo com a gente. Agora a gente passa por meio de escombros, das casas demolidas. Descaracterizaram a comunidade toda. Tiraram as árvores aqui. Nossa entrada hoje está descaracterizada. Ela era linda, cheia de árvore. Eles fazem isso para agredir. Isso vai agredindo a gente. Tem que ter muita força de vontade. Eu tenho

Clarissa: Você disse que faziam terror psicológico. Eles fizeram durante o cadastramento, durante as negociações?

João: Eles fizeram. Muita gente se separou. Muito marido brigou com mulher e se separaram por conta das negociações. Colocavam vizinho contra vizinho. Chegavam no morador e ofereciam uma casa mais tanto em dinheiro, mas ele tinha que convencer seus vizinhos. Esse morador tentava convencer o outro, dizendo que todo mundo iria sair mesmo, que isso aqui era da Prefeitura mesmo...Se você não aceitasse, eles ficavam de mal com você, porque não ajudou a eles a terem o que Prefeitura ofereceu. Era uma jogada psicológica. Muita gente morreu nesse período por causa dessa pressão porque adoravam isso aqui, viram seus filhos nascerem, seus pais morreram aqui...Muita gente é a terceira, quarta

geração nessa comunidade. Isso aqui tem uma história. Aquele vizinho que vai embora, vai as vezes porque a mulher ameaça se separar, mas fica com dor porque gostava disso aqui.

Essas pessoas que foram para o Parque Carioca, eles vivem mais aqui do que lá. Quando vou tomar café na padaria, todo dia eu vejo eles aqui dentro. Eles foram embora, mas estão aqui! É aquela multidão indo e voltando. Eles não estão felizes.

Clarissa: Você chegou em algum momento a conversar com a Prefeitura sobre o reassentamento?

João: Não, eu não aceitei que eles medissem a minha casa e que oferecem alguma coisa. Eles não vieram nunca mais. Mas eu vi eles na casa dos vizinhos, medindo e pressionando. Mas não é porque o vizinho deixou medir é porque ele quer ir embora. Ele mediu para saber o que vale, o que eles vão oferecer para ele. A Prefeitura também não está oferecendo muita coisa não. Ele escolhe um para oferecer mais, mas não é a maioria. Se você for procurar a Prefeitura para negociar eles vão botar o valor lá embaixo. Eles desvalorizam o local, dizendo que a pessoa mora numa invasão que aqui não tem saneamento e água. Eles pagam só alvenaria.

Clarissa: E você chegou a conversar com a Prefeitura sobre o reassentamento?

João: Não cheguei. Não me chamaram, não me ofereceram nada. Eles só chamam à Prefeitura quem deixou medir. Quando você dá seus dados eles ficam perturbando por telefone

Clarissa: Você sabe como eles negociam na Prefeitura?

João: Eles colocam o preço lá embaixo. O vizinho geralmente não aceita e dá o valor que ele acha que merece. Depois a Prefeitura oferece outra proposta melhor e, assim, eles vão fazendo: subindo a proposta cada vez que o morador desiste.

Clarissa: Você disse que eles deram uma quantia boa para alguns. Por que eles deram uma quantia boa para uns e para outros um valor mais baixo?

João: Não sei... para mim isso é para desmobilizar a união dos moradores. De repente a pessoa diz que negociou e isso mexe com seu vizinho, enfraquecendo a resistência. Isso é para desmobilizar a união dessa comunidade. A única forma que a Prefeitura conseguiu nos desunir foi através da ganância das pessoas. Eles ofereceram apartamento e dinheiro, colocando morador contra morador.

Clarissa: Você mencionou a reunião do Rio Centro e outras reuniões na Prefeitura. Você sabe como foram essas reuniões na Prefeitura?

João: Houve várias reuniões na Prefeitura. Eu fui em somente uma, no início de 2013. Estavam lá o prefeito, o secretário de obras e conservação e o Jorge Bittar,

dentre outras autoridades. Nessa época, ele dizia que não tinha jeito da comunidade ficar aqui, que ele precisava dessa região. Ele ficou de apresentar o projeto na própria reunião. Ele não tinha um projeto, mas a gente tinha um projeto que os engenheiros das universidades fizeram para gente e que depois veio ganhar até um prêmio

Clarissa: Sobre o que era esse projeto?

João: Era para urbanizar a comunidade, para dar uma infraestrutura legal, por menos da metade do projeto que ele disse que tinha.

Clarissa: Qual foi o resultado dessas reuniões?

João: Essas reuniões não deram em nada. Ele ficou de apresentar o projeto, ficou de marcar uma reunião para apresentar o projeto para retirar a comunidade. Eles marcaram essa reunião, mas eu não consegui ir nessa, mas nela também não foi apresentado o projeto.

Clarissa: Essas reuniões foram antes ou depois do Rio Centro.

João: Foram antes do Rio Centro. Nessa reunião do Rio Centro ele admitiu que não podia tirar a comunidade e apresentou três opções: Parque Carioca, negociação e permanência. Mas depois dessa reunião começou o cadastramento das pessoas e ficou pior, porque começou essas pessoas a se mudarem. Teve gente que dividiu o barraquinho em seis e teve gente que não morava aqui e que ganhou apartamento. Teve gente que ganhou cinco apartamentos por um barraco. Rapidamente formou um número enorme de pessoas para lá, sem ter essas pessoas aqui. Foi de forma desordenada.

Depois começou a destruição, porque tinha que derrubar as casas negociadas. Houve uma confusão porque o defensor público conseguiu uma liminar que não podia eliminar as casas, mas isso não impedia as pessoas de irem embora. Eles (funcionários da Prefeitura) reuniram as pessoas lá no Parque Carioca para dizer que a Associação dos Moradores impediu que eles fossem se mudar. As pessoas revoltaram, sonhando em morar em um apartamento, com piscina e tobogã, em um bom endereço na Estrada dos Bandeiras. Ficaram furiosos e quiseram quebrar a associação. O Padre conseguiu controlar o pessoal revoltado. Não foi o Altair que fez isso, foi a juíza que deu a liminar. Só que chegou na véspera da reunião que estava acontecendo lá, com a Prefeitura lá, para dizer que eles iriam morar lá.

Clarissa: Você sabe como foi a mudança das pessoas que foram para o Parque Carioca? Como está a vida delas lá?

João: As pessoas praticamente não tinham muita coisa, as vezes um caminhão levava duas mudanças. Quando um morador morava embaixo, mesmo se seu vizinho não tivesse negociado, ele tirava as janelas, as portas, deixavam uns

buracos na parede, descaracterizava sua casa toda. O de cima ficava, mas ficava mal. As pessoas começaram a ficar em uma situação muito difícil.

Durante a mudança, era uma fila de caminhão fazendo a mudança, no final de semana. Tinha dia que não tinha como sair e voltar de carro de tanto caminhão que tinha. Principalmente quem morava na beira do Rio, pessoas que moravam em casas bem humildes. Eu não tiro o direito delas de sonharem de ter aquilo. Eu não sei como as pessoas vão conseguir viver ali, porque aqui não pagavam, água, luz – pagavam uma taxa mínima – não precisavam ter gás de rua, se tiver um botijão cavado, dava para fazer um fogão de lenha e vai para frente. Mas lá não, lá tem que gás, luz, água, tem que pagar condomínio... não sei como eles estão vivendo lá. Aquela gente está lá por pouco tempo, porque eu sei que condomínio toma. Eu sei porque trabalho em prédio. Se você atrasa três meses o condomínio, já chega uma cartinha. Rapidamente, você é despejado. E lá não está sendo diferente. Pelo que sei, o condomínio lá está custando 140 reais. Isso para quem não tem é muito coisa! E ainda tem a luz. Fiquei sabendo que estão cortando a luz de muita gente. Em comunidade se você não consegue pagar, se faz um gato.

Clarissa: E alguém já falou para o senhor como está sendo morar lá?

João: Tem uns que não querem dar o braço a torcer, para dizer que fez um bom negócio finge que está feliz. Outros dizem que está uma porcaria. Alguns se arrependem por uma série de coisa. Lá não se tem a liberdade que tinha aqui. Lá tem que cumprir regulamento. As crianças ficam apertando a campainha dos outros o dia todo, batendo na porta... sabe como é, gente morando em favela morando em prédio... as crianças tem que brincar em algum lugar. Piscina nunca funcionou, as cerâmicas, os tijolos, estão caindo e a água toda verde. O tobogã também não funcionou. Aquilo é uma faixa. Um prédio com piscina e tobogã precisa de manutenção e quem vai pagar essa manutenção. O condomínio ficaria muito caro para manter isso. Eles não estão felizes, tanto que eles estão aqui toda hora. As crianças é que dizem que está muito ruim. Estão tendo muitas confusões, muitas brigas, brigas com os seguranças, polícia toda hora, uma confusão!

Sinceramente, eu adorei! Aqui está com mais paz. O funk lá atrás acabou, está mais tranquilo. A única coisa que tem ruim agora é que descaracterizou nossa comunidade. A comunidade só tinha rua, não tinha beco. O carro do bombeiro, do lixo, tudo entrava por aqui. Agora não tem mais ruas, porque arrancaram as casas. Se tivesse posto um tapume se mantinha rua, mas isso não foi feito.

Clarissa: O que te fez não aceitar a oferta do reassentamento?

João: Porque aquilo lá não é meu. Na verdade, ele não está dando aquilo lá a ninguém. Você tem que pagar para morar lá. Na verdade você tem um tempo para morar lá para dizer que aquilo é teu. Aquilo lá é uma negociação. Ele deveria estar oferecendo às pessoas que moram de aluguel aqui. O Minha Casa Minha Vida é para as pessoas que não tem onde morar. Porque eu vou trocar uma coisa que é

minha, que eu fiz, que está pronto, para negociar um apartamento, que eu não quando é que eu vou ser dono, quem será meu vizinho, como estará a infraestrutura – eu não acredito que aquilo irá se sustentar pelo jeito que fizeram aqui lá – porque eu vou aceitar um negócio desse? Só seu eu fosse louco.

João: Está sendo uma vida complicada, porque a gente continua na luta, mas se sentido um pouco mais vulnerável porque são menos pessoas para lutar. E as pessoas que estão negociando, que deixaram medir, esperando a proposta milionária não querem nem mais ir – eu vou esperar uma proposta boa, porque fulano recebeu 800 mil! Esse morador não quer sair, mas também não vai mais na reunião, fica na dele. Quem vai na reunião, quer ficar. Eu quero ficar, não quero vender, não quero saber de dinheiro. Eu não quero começar tudo do zero, sair da minha casa, ter outros vizinhos. Seu eu tenho o direito de ficar, eu quero ficar. Se eu não estou errado de ficar aqui – isso quem me disse é a defensora, que disse que temos todo o direito de ficar aqui, que isso aqui é nosso – por que eu tenho que sair?

Clarissa: E os impactos das demolições no dia-a-dia da comunidade?

João: Isso ainda não aconteceu comigo, meus vizinhos do lado ainda não saíram. Mas eu vi a casas que era aqui do lado, mais alta que a minha, cair; aquilo ali foi a coisa mais triste do mundo. Aquela “quebração”, os tratores, aquela máquina estremecendo a nossa rua...a nossa rua não foi feita pelo governo, mas no braço. Ela foi aterrada, então, não tem estrutura para receber aquela máquina, aquele trator de esteira. Quando ele vem, ele começa a estremecer a casa. Isso aqui é pântano! Quando o rapaz foi fazer a sapata da minha casa ele me disse – João, a gente vai ter que ir até o chão, não sei quando eu vou achar! Ele passou pelo lixo, pelo lodo, pela lama, areia de praia, até achar um solo forte. Lá embaixo, quase uns dois metros e noventa. Ou seja, isso aqui não tem estrutura para receber uma máquina passando por aqui. Se a casa não for bem feita, ela racha. Muitas casas racharam.

As máquinas fazem manobra, e estremecem tudo. Estouram também alguns canos, que estão dentro da terra, e não numa lajota. Ficamos sem água por uns dois meses, porque ficou tudo vazando por causa dos canos rachados. Isso ocorreu uns dois meses, atrás. A gente ficou sem água por dois meses. Agora que melhorou um pouco, porque a gente foi descobrindo os canos rachados nas casas que eles tiraram. E fomo fazendo as ligações corretas, vedando e lacrando para acabar com os vazamentos. A água aqui era muito forte e de repente sumiu. Em vez da água ficar mais forte quando os moradores foram indo embora, ela foi diminuindo. A gente descobriu que eles estavam tirando a água mas não vedavam, e ocorriam vazamento de água dentro da terra. E conforme se misturava água limpa com água de esgoto, quando a gente ligava a nossa bomba e puxava a água, ela vinha com esgoto e tudo. A gente descobriu que estava bebendo água contaminada. Nós tivemos que comprar água para beber, e um filtro caro para poder cozinhar.

Essas foram as desvantagens dos problemas que estamos passando até agora. Afora as pontas de vergalhões que ficam entre os entulhos. A gente passa e de repente cai. As pessoas tropeçam nos vergalhões. Se fechassem as casas descaracterizadas com tapumes, as ruas continuariam limpas. Mas não, os lixos das casas abandonadas caem na rua e ficam na rua. Lá atrás não tem mais rua. A rua de aqui de trás era linda, agora só tem lixo, mato e esgoto. Eles quebraram os canos todos, misturando o esgoto com a água potável, a água de beber.

Clarissa: Como as obras do Parque Olímpico estão afetando a comunidade? Como é a relação com os funcionários?

João: Os funcionários lá dentro não afetam muito a gente aqui não. O problema é o barulho e a poeira da obra. A gente daqui de trás não afeta muito não. A única coisa que afeta a gente é a entrada da rua, porque está sem espaço em razão da circulação de caminhões. E agora que colocaram o tapume nossa rua que não era muito larga, diminui mais. A pretexto de tirar nossas árvores, eles cismaram de colocar o tapume. Muito morador foi ficar de baixo das árvores, para não derrubarem elas. Eu cheguei a passar o dia inteiro embaixo da árvore, mas não dá para ficar a vida toda.

Agora as máquinas de obra passam junto com o morador. Agora, deu uma parada com as demolições. Acho que ninguém mais negociou, não sei porquê.

A relação com os operários é tranquila, mas não com os funcionários da Prefeitura. Eles passam aqui com ar de deboche. Isso aqui a Prefeitura tomou conta, só tinha gente da Prefeitura com crachazinho. Eles passavam nas portas das pessoas, fazendo cadastro, tirando foto, medindo, filmando tudo. E a conversa é que isso aqui iria acabar. Por exemplo, a casa da Penha tinha uma data que ia ser demolida até dia 27 de maio – a Prefeitura dizia para alguns moradores, e esses iam espalhando para os vizinhos que a casa da Penha ia cair dia 27 de maio. Até hoje não aconteceu nada. Não sei o motivo porque eles falam essa data.

Clarissa: Você diz que a comunidade tem direito, que ela é legalizada, mas ao mesmo tempo a Prefeitura vem e pressiona vocês...

João: A pressão psicológica sempre existe. O pessoal da Prefeitura nunca diz que isso aqui vai ficar; diz que todo mundo vai sair. Eles dizem: negocia porque todo mundo vai sair daqui! Um morador chega para o outro e fala que não tem jeito, que todo mundo vai sair.

Clarissa: O que você acha disso, que efeito isso traz para o direito de vocês?

João: Eu entendo que tenho todo direito de morar, de habitar aqui. Eu nunca dormir preocupado com medo deles demolirem minha casa. Eu me preocupo com meus vizinhos, porque eles cedem a pressão. Eles não procuram a defensoria, a Associação, conhecer a história da comunidade, os direitos deles, como eles podem se defender. Se todos fizessem isso... eu nunca tive medo. E também não

estou visando deles chegarem aqui e me oferecerem indenizações milionárias, porque eu não quero. Eu quero ficar, quero morar aqui

Clarissa: Como está sendo morar aqui na Barra, nessa região?

João: Para mim, a expectativa é que vai ser melhor morar aqui. Agora nós vamos ter melhor condução, com a estação do BRT aqui...quando a gente veio morar aqui só passava dois ônibus por dia. No início, isso aqui era desabitado. Eu estou muito feliz de estar aqui agora. A minha esperança, a minha luta nesse momento é de saber quando vai começar a urbanização na comunidade. Já que nós temos o direito de morar aqui, é ter o direito também de morar num lugar decente, urbanizado. A gente não tem água aqui não é porque a gente não quer. A Associação de Moradores tem os processos, quando duas vezes eles deram entrada na CEDAE, pedindo a instalação de água potável para a gente, e eles nunca fizeram. Se a gente usa água clandestina não é culpa nossa. A gente quer pagar para ter água decente. Eu queria ter relógio de água, eu não queria ter água clandestina. Por que não se instala o relógio de luz, a gente tem que ter luz! A gente mora na Barra da Tijuca e mora no meio da lama. Ele poderia fazer isso aqui uma comunidade modelo – ficava bom para a gente e ficava bom para o governo. As casas só são assim, meio acabadas porque a gente tem ainda essa dúvida, essa pressão. Até um mês atrás não podia entrar caminhão com material de construção para ninguém aqui dentro. A guarda municipal está lá na entrada até hoje para não deixar entrar material de construção. Se eu quiser melhorar minha casa eu não posso; se caísse minha pia, não posso trocar por outra; se rachasse meu muro eu não poderia concertar. Se acontecesse de precisar fazer uma obra, eu queria ver os critérios que como eles iriam usar para me impedir de entrar com material.

Clarissa: Por que continua morando aqui, resistindo?

João: Porque eu gosto daqui. Meus filhos todos nasceram por aqui. Eu tenho uma história aqui. Eu vou ao trabalho de bicicleta, é aqui do lado. Eu adoro isso aqui! Aqui eu durmo bem. Não tenho problema com vizinho armado na rua, ameaça, polícia batendo, estupro, bala perdida...Não tem lugar melhor do mundo do que esse para melhor. A única coisa que tem aqui é mosquito. Se aqui fosse urbanizado, seria melhor ainda. A especulação aqui é muito forte. É uma região com muitas construções; as construtoras de alto nível estão trabalhando aqui em volta. A pressão é muito grande, inclusive para o prefeito. Os caras elegeram ele e agora devem estar cobrando. Deve estar acontecendo isso. Nos tirar daqui vai ter que rebolar, não vai ser fácil não!

Anexo 4

	<p>O que te faz continuar morando/resistindo aqui?</p> <p>Quando você ouviu falar em remoção na Vila Autódromo pela primeira vez? O anúncio da copa e dos jogos olímpicos aumentou o grau de ameaça de remoção por parte da Prefeitura (2008/2009) ?</p>
Remoção	Qual era o motivo alegado pela Prefeitura para a remoção? Foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?
	Quais foram os principais efeitos no seu dia-a-dia diante dessa “ameaça” de remoção?
	Quais foram os principais efeitos dessa “ameaça” de remoção no dia-a-dia da comunidade?
Relação com a prefeitura	Como a Prefeitura apresentou a você os projetos de reassentamento da comunidade? Houve um cadastramento e como foi? Como ela negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Houve oferta de indenização? Como? Quanto? Como a Prefeitura negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Tomou conhecimento de reuniões propostas pela Prefeitura para negociação com moradores da Vila Autódromo? Compareceu em alguma? Quais foram as suas impressões sobre essas reuniões?
“Reconfiguração” da comunidade	Você conhece alguém que foi reassentado? Como foi esse processo de reassentamento? Como foram as demolições? Por que você não aceitou a oferta do reassentamento?
	Você conhece alguém que recebeu indenização? Te ofereceram indenização? Por que você não aceitou a oferta de indenização?
	Que efeitos a indenização ou reassentamento trouxeram para a comunidade? A relação com os moradores que se mudaram se mantém?
A vida atual na comunidade	Como está sendo a vida agora na comunidade? E como está sendo viver nessa região da Barra da Tijuca?
	Como as obras do Parque Olímpico têm impactado na comunidade? Eles usam o espaço da comunidade? O que eles tem feito e como tem agido? Como é a relação dos funcionários com os moradores? Quais prejuízos essas obras trouxeram para a comunidade?

Roteiro da entrevista:

Entrevista realizada no dia 23 de outubro de 2014

Gênero: (x) feminino () masculino () outros: _____
Cor/raça/etnia/origem: (x) negro () branco () indígena () oriental () imigrante
Idade: menor de 18 anos(); 18-30 anos(); 30-50 anos(x); 50-60 anos(); mais de 60 anos ()
Estado Civil: Solteira(); Casada (); União estável (); Viúva (); Outros (x) Divorciada.
Filhos: (quantos e idade) 1 filho de 22 anos
Naturalidade: Rio de Janeiro
Com quem mora:
Faixa de renda (com Programa Social): 1-3 salários () 3-5 salários () 5-10 salários (x) acima de 10 salários ()

Entrevistada: Maria

Área onde mora: Início da Rua do Autódromo.

Clarissa: Há quanto tempo você mora aqui?

Maria: 30 anos

Clarissa: Por que você veio para cá?

Maria: Os meus pais moravam de aluguel e eu era adolescente ainda na época. Na verdade tem 31 anos que eu vim para cá, que eu to com 46. Meu pai, minha mãe e meus quatro irmãos vieram, e passamos a morar aqui. Casinha de madeira até a gente conseguir construir. No decorrer dos anos nós conseguimos construir e chegar aonde nós chegamos, com casa de alvenaria.

Clarissa: Seus pais vieram para cá por algum motivo específico?

Maria: Não, não, era aluguel mesmo. Aí eles vieram para cá. Porque aqui na época era um terreno ocioso, e tinha moradores, mas a maioria eram pescadores. Aí, foram vindo algumas pessoas, foi crescendo e com um ano isso aqui já estava povoado. Mas os pescadores já estavam aqui desde a década de 60 mesmo. Não era nem nascida e eles já moravam aqui. Nesse período eu casei, e continuei nessa casa aqui. Logo depois, meu marido faleceu. Meu pai já faleceu tem uns 5 ou 6 anos, e é a casa dele ali. E depois que ele faleceu, teve essa pressão da prefeitura. A minha mãe aceitou trocar a casa de 2 andares por um apartamento *kitnet* lá

nesse Morar Carioca. Ela aceitou ir para lá, eu não aceitei. O restante da minha família foi, e eu fiquei aqui.

Clarissa: Quando vocês se mudaram, como era morar aqui na comunidade? Como era naquela época?

Maria: Trinta anos atrás, isso aqui só existia (...) nosso vizinho era o Autódromo, que era o Autódromo Nelson Piquet, e do outro lado tinham sítios. Isso aqui era igual ao interior. Era maravilhoso. Aqui nunca teve poder paralelo, nunca teve milícia. E as famílias foram só crescendo. A maioria dos moradores aqui são nordestinos, que vieram trabalhar no Rio. Aí viram a oportunidade de trabalhar por aqui e muitos conseguiram comprar terrenos pela associação. Aí construíram. Aqui tinha bastante união. Ficou só ruim mesmo de 8 anos para cá; que aí a droga começou a entrar; que os moradores que não tinham vício passaram a ter. Passaram a freqüentar viciados aqui. Aí começaram a trazer drogas para os adolescentes daqui, e o número grande daqui começou a se tornar dependente químico. Mas, mesmo assim, isso aqui não tinha violência. Deixava-se as portas abertas, o portão, o carro. Não tranco nada. Só que depois dessa pressão (...) agora está um pouco deserto. Era abandonado pelo poder público, porque não existe saneamento, não existe a melhoria habitacional, porque já tem 20 anos que a prefeitura tenta tirar a gente daqui, desde a época do Moreira Franco. Aí sempre lutando, lutando e lutando. Eles ganhavam e a gente recorria, ganhavam e a gente recorria e nessa a gente foi ficando. A gente tem RGI que você sabe, algumas pessoas pagam IPTU, algumas tem título de posse, eu sou uma delas que na época o Leonel Brizola que era governador, ele viu que o próximo governo estava com força para tirar os moradores, ele foi e titularizou. Ele só pecou porque ele não botou definitivo, botou renovável por 99 anos. Quer dizer, ele botou duração de 99, mas renovável por mais 99. Mas a gente está com muita pressão. Eu por exemplo não tinha problema de saúde, agora to com gastrite nervosa, por causa dessa luta. Eu, como a maioria que está no momento, a gente vai lutar até o final, enquanto a gente tiver ganhando. A gente vai perdendo as forças, e outro vem e levanta. Nós estamos unidos, e por enquanto nós estamos ganhando. Mas aí a pressão é muito grande, muito grande mesmo.

Clarissa: Em relação a infra estrutura das casas, houve mudanças na comunidade? Você falou que havia pouquíssimas pessoas.

Maria: Os terrenos aqui eram grandes, o menor era o meu. Os terrenos a maioria foi fracionado. Como começou a crescer muito, aí os moradores começaram a se organizar para montar uma associação, essa parte daqui da frente, nesse lote aqui. Os terrenos ficaram entre 11, 12 por 25 e 30 metros. O que na época a gente até falava para não virar favela. Aí na beira da lagoa tem uns terrenos maiores e também uns menores, de acordo com o espaço ali. Naquela curva os terrenos são menores. Como vieram nordestino, aí vieram outro, trazendo parente, vizinho. Aí ficou essa parte toda, um pouquinho desestruturada. Porque aqui todo mundo tinha terreno, então todo mundo tinha quintal. E agora, dentro desses quintais, tem lugar que tem até 15 casas. Não é casa: são 2 quartos, 1 quarto, um banheiro. Aí

favelizou! Ficou com aquela cara de favela, mas não era favela por não ter tráfico ou outro tipo de poder negativo. O ponto positivo daqui é que não tinha bandido, tinha só dependente químico. Essas casas acabaram ficando sem programação. Aí ficou feio. Porque no começo estava organizado, mas depois começou a ficar feio.

Clarissa: Mas além dessas casas, o que os outros moradores fizeram?

Maria: As ruas, todas elas, foram construídas por nós. 80 % trabalho feminino, 10 % trabalho infantil, e 10 % ou menos de trabalho masculino. Aqui era uma lagoa, era brejo. Fomos nós que aterramos, nós que construímos as ruas, nós que plantamos essas árvores! Essas árvores aqui tinham aproximadamente 30 anos e a maioria era árvore frutífera. Aí eles vieram e tiraram as árvores. Era até proibido eles tirarem. Aí ficou essa calor aqui insuportável, e não tem mais sombra. A prefeitura e o poder público aqui nunca entrou aqui com nada. De legalizado aqui só tem a Light.

Clarissa – Quantos anos a associação existe? Aquela casinha mesmo?

Maria – Aquele local ali? Uns 25 anos, mais ou menos. Eu sei que é menos de 30. Com um ano que eu estava aqui, já começou o grupo com a associação. Só que não funcionava ali, a gente se reunia onde tivesse um espaço melhorzinho, que dava para abrigar para fazer reunião. Aí começamos a fazer reunião. Depois começamos a construção da associação. A associação ela tem CNPJ, ela é registrada. Tem até como ver isso com o Altair. Porque eu participei da Associação, mas tem muito tempo e eu não lembro a data exata.

Clarissa – E o entorno daqui, como é que era? Como foi mudando ao longo dos anos?

Maria – Quando entrou o governador Moreira Franco, na década de 80 para cá, a Barra da Tijuca se expandiu muito rápido. Então, como acabou o espaço da barra da tijuca, virou zona oeste, e passou a ser uma área nobre. Aí mudando a prefeitura e governadores, eles começaram a crescer o olho para esses lados daqui. Essa lado aqui era rural, aqui não passava ônibus, não passava nada. A gente andava até o Rio Centro ou Mundial para pegar. Aí eles começaram a comprar os sítios, porque aqui só tinha sítio. Começaram a comprar o sítio do entorno e começaram a fazer condomínio. Logo com 15 anos, isso aqui cresceu muito rápido. Aqui não existe mais terreno ocioso. Com quinze anos para cá, a pressão começou a crescer porque(...) na verdade, tem um sitio aqui do lado, o sítio do Gavião que está resistindo. Ele quer um valor de mercado e eles querem dar menos. Como é para construção de condomínio, aí ele também não aceita. Então, o que acontece: tudo aqui que era brejo já foi vendido e virou condomínio. Agora está passando essa Transolímpica, e não existe prova judicial de que ele precisa desse espaço aqui para ser utilizado como um bem para o povo. A remoção que teve aqui é simplesmente porque aqui é favela! Como eles querem Olimpíadas, eles tinham que fazer o que? Uma melhoria. Eles sabem que não existe tráfico. A gente não oferece risco para ninguém. Não oferece risco. Às vezes acontece

algum tipo de violência aqui, aí eles botam a culpa na gente por ser comunidade. Com esse crescimento, o que o prefeito fez - o Eduardo Paes: ele botou IPTU aqui como Barra da Tijuca. O pessoal vêm lá da baixada - que vê uma oportunidade aqui, que quer fazer faculdade -, o pessoal emergente. Essas pessoas que moram no condomínio, muitas vezes não tem o que a gente tem aqui, e mora ali só para dizer que mora dentro de condomínio. Não tem o que comer. Aí a gente está morando numa área de filé mignon, porque trinta anos atrás isso aqui era um deserto. E com esse crescimento, da especulação imobiliária, eles querem tirar a gente daqui. Teve os condomínios, mas eles não tiveram força o suficiente. Agora tem Olimpíadas. Como isso envolve muito dinheiro, então a maioria deles chegam aqui e não querem ficar num lugar feio. Não existe um lugar 100% no mundo. Tem a riqueza e a pobreza. Se um lado vai ter o rico, o outro vai ter o pobre, vai atrair a pobreza. Isso é automático.

Aqui é para virar um estacionamento. Por isso que a justiça ainda está em nosso favor. Eles precisam desse espaço aqui. Cada vez que a gente recorre, a gente prova com esse projeto, o projeto urbanístico que ganhou uma premiação com mais de 200 comunidades participando. Eles simplesmente chegaram aqui achando que iam oferecer qualquer dinheiro ou um simples apartamento, na época eles ofereceram apartamento de 40 m², e as pessoas iam aceitar. Só que eles fizeram tanta pressão, mesmo a defensoria orientando em grupo e individual, as pessoas acabaram não suportando. A maioria que foi, você pode entrevistar qualquer um que foi para lá, todos eles se arrependeram. Eles ganham um salário (mínimo). Tem gente que tem 4 a 5 pessoas dentro de uma família, e pouco adulto, que as vezes não trabalha, e a maioria das chefes de famílias são mulheres. Mesmo sendo obrigado a pagar taxa mínima, eles são obrigados a pagar gás, luz.

Clarissa: Quando você ouviu falar pela primeira vez em remoção na Vila Autódromo?

Maria: Foi com o Moreira Franco, na década de 80. Não tenho muita certeza. Em 82 eles chegaram com caminhão da Comlurb, eu não lembro quem era o prefeito, mas eles chegaram com caminhão da Comlurb e os tratores. Aí nessa época, as mulheres foram para frente dos caminhões, a gente não dormia, a gente fazia vigília. Aí os homens ficavam ajudando, mas as mulheres ficavam na frente, com pedra, pedaço de pau e eles queriam remover. Porque nessa época, o Moreira Franco tirou muitas comunidades em Niterói e algumas no Rio de Janeiro. Eu não lembro o nome. Aí eles chegaram a vir para cá, e tiraram de lá. Como aqui era menor, eles pensaram que aqui as pessoas não pensam, algumas pessoas tinham estudo, estavam esclarecidas, e fomos lutando. De lá para cá nós lutamos. Aí teve mudança de prefeitura e governadores, não lembro bem o nome deles, mas quando o Cesar Maia entrou a pressão foi maior. Com quatro anos, ele fez de tudo, ele tirou essa comunidade. Eles queriam tirar todos, de Jacarepaguá até a barra. Eu não lembro exatamente quantas, mas eram mais de trintas. Ele tirou umas quinze, que foi aquela Marapendi das Avenidas das Américas. Ele tirou aquela atrás do Via Parque, com muita violência. Ele tirou várias do Recreio e várias de Vargem Grande. O Arroio Pavuna ele tirou uma parte, que era do lado do rio Douro. As outras eu não lembro, porque eu não consegui acompanhar,

porque eu comecei a estudar, aí tive minha rotina aqui, aí tive filho... Mesmo grávida dele a gente ficava ali, em frente às máquinas.

Clarissa: Durante o governo do Cesar Maia?

Maria: O Cesar Maia disse que a Vila Autódromo era uma pedra no sapato e que um dia ele ia conseguir tirar aquela pedra. O Eduardo Paes trabalhava para ele. Ele era jovem ainda quando essa guerra começou. Ele tinha a minha idade na época, quando estava começando na política. Aí teve a liberação da verba do governo federal para o Favela Bairro. A primeira que estava na lista era a comunidade Vila Autódromo. Simplesmente ele cortou a nossa. A gente levou na época, o nosso caso para o Lula. Não lembro se foi um grupo daqui, ou se foi aquele Edson Santos, que tinha a ver com uma causa racial, que levou o nosso caso para o Lula. O Lula comprou o nosso barulho também. Ele falava que não admitia remoção sem necessidade.

Clarissa: E durante o Pan-Americano? Lembra?

Maria: Lembro. Durante o Pan-americano aqui ninguém dormia. Porque quase todos os dias tinha uma ordem judicial. Porque era a prefeitura que criava essa ordem falando que a gente só tinha um tempo determinado para ficar aqui, e se a gente não saísse, eles iam vir com trator e com ato judicial, e iam remover todo mundo; iam derrubar as casas de quem não aceitasse a oferta que eles fizeram.

Clarissa: Você lembra qual foi a oferta que eles fizeram?

Maria: Eles falaram que tinham um condomínio, igual a esse Morar Carioca, só que era na Colônia. Primeiro, na verdade, foi onde foi esse Morar Carioca construído. Ali foi embargado pela Defensoria porque ali existia um lixo químico. Mas sem ele construir nada, ele já veio com documento falando que nós íamos para lá. Não existia construção. A defensoria do meio ambiente foi conferir no local. Os moradores foram lá e eles afirmaram que nós tínhamos ido fazer visita. Começamos a entrar com processos. Alguns foram com advogados particulares e outros foram com defensoria. A Associação foi pela Defensoria e cada um tentou se calçar na medida do possível. Quem conhecia alguém da justiça começou a ir buscar. Aí foi provado que ali não poderia ter nada para construir, e como ele já estava com ordem para nos tirar daqui se não existia construção. Depois que o tempo foi passando, mais ou menos um ano após, quando estava pertinho do Pan acontecer, aí eles falaram que iam jogar a gente lá na Colônia. Só que na Colônia já tinham pessoas que estavam indo de outros locais. Aí depois não deu certo, e voltou para a pressão aqui. A gente ganhava na justiça e eles recorriam. Aí ficava essa briga de gato e rato. Desagradável. Que na verdade era luta de poder, não é?! Só que a justiça ainda estava a nosso favor. Já teve dia que saíram dois ônibus da comunidade, de a gente ir lá para frente. Da última vez que eu fui, foi perto da defensoria, nós pedimos que alguém da prefeitura atendesse a gente. Aí eles não vinham a gente aqui, e também não deixavam a gente ir lá. Eles jogaram água em cima da gente, papel picado. Lá na cidade.

Clarissa: Quando e qual Prefeitura?

Maria: A do Eduardo Paes, a atual. Mandavam os funcionários jogar água em cima da gente. Foi ali perto dos mercados das flores, eu não lembro o prédio que foi. Aí fomos para defensoria, explicamos o que eles fizeram com a gente. Depois começamos a ir para a porta da Prefeitura. Nós queríamos uma resposta. E na justiça a gente queria o andamento do processo, porque na Prefeitura ninguém atendia a gente e não nos dava informação.

Clarissa: Qual efeito dessa ameaça de remoção para você?

Maria: Eu tenho gastrite nervosa e estou começando o tratamento agora. Agora eu estou com reumatismo no joelho e estou fazendo tratamento. A doutora falou que tudo isso está se desenvolvendo mais rápido por causa do sistema nervoso. Porque se eu não controlar o sistema nervoso, eu não controlo nem o meu reumatismo nem a minha gastrite. E como a gastrite já é hereditária, ela se manifestou devido a esses conflitos que eu estou passando. E a pior parte, foi que a minha família toda foi contra mim, porque eles aceitaram sair, e ninguém fala mais comigo. Eu tenho um irmão que não fala mais comigo. Uma irmã que não fala mais comigo. E minha mãe não fala mais comigo. Aí como eu estudei um pouquinho a mais - mas não foi pelo estudo, que o meu esclarecimento que eu tive elas tiveram, tiveram até mais - como eu tinha consciência do que eu quero, e elas por qualquer coisa, mesmo a pressão sendo muito grande, elas estavam muito bem orientadas. Eu que já trabalhei na justiça e na Prefeitura, eu afirmava para elas que não elas não sairiam. Aí vem o lado ruim, que aqui não é asfaltado, não tem urbanização, não tem lugar para as crianças se divertirem. Aí fizeram umas quadras simples lá que está todas rachando; uma piscina que é para uma família e entra 120 pessoas. Eles achavam que lá ia ter lazer, já que como pobres eles não tinham. E eles acharam que lá era vantagem. Então eu perdi amizade de infância aqui! Discuti mesmo! Pensa aquela amiga que você tem que parece até que é sua irmã! Eu tinha uma que era assim. Na verdade eu tinha três. Duas estão na balança e uma eu perdi mesmo. Até hoje ela se arrepende, ela chora. Mas eu não choro. Ela é esclarecida também. Ela acabou ficando do lado da Prefeitura, porque uma das funcionárias, que era amiga de infância, trabalhava na prefeitura. E o que ela começou a fazer? Convencer as pessoas a saírem, que era melhor ir. Só foi mesmo as pessoas que moravam em casas mais simples. Ela acabou convencendo todo mundo. Mas quem foi agora, acabou se arrependendo.

Clarissa: Que efeito que você acha que traz essa ameaça de tantos anos na vida da comunidade como um todo? Qual impacto dessa ameaça aqui para os moradores?

Maria: Ela fortaleceu a gente. Porque os moradores que estão aqui resistindo, a maioria são moradores de fundação daqui. Então as pessoas, aqui, eu construí essa casa aqui sozinha. Eu trabalhei durante dois anos na prefeitura, e o dinheiro que eu ganhava lá, eu investi aqui. Aí o que aconteceu, esses 30 anos que a gente mora aqui, ninguém quer ficar aqui morando de aluguel, ninguém quer ficar morando

numa casa de madeira. Todo mundo pensava em ganhar um salário decente, que as casas aqui, não tem ninguém rico. A maioria das pessoas aqui trabalhou em três lugares para construir uma casa aqui mais ou menos. Ninguém tem a casa dos sonhos, mas tem um casa boa. Como pobre uma casa boa. Então quando começou a guerra, 90 % das pessoas só se fortaleciam. Que se a justiça estava a nosso favor, eu sendo uma chefe de família, os meus vizinhos me perguntavam “porque você vai continuar aqui investindo?” Eu recebia meu salário, e comprava meu caminhão de terra. Aí o outro comprava o menino de tijolo, e fui juntando meu salário para pagar mão de obra. Quando não tinha mão de obra, os meus amigos vinham e me ajudavam a fazer. Isso aqui hoje tem até uma piscina. O pobre que é organizado financeiramente, hoje ele pode ter.

Clarissa: Mas você falou que as pessoas te perguntavam porque você estava construindo?

Maria: As pessoas ficavam falando que um dia eles iam nos remover daqui. Aí eu falava, enquanto eles não removem, vou ficar morando num barraco? Vou ficar morando na poeira? Vou ficar morando numa casa que enche tudo quando chove, quando venta quebrava as telhas e ficar chorando dois, três dias. Aí lá, comprava telha e ia comprar pelo empréstimo? Então eu falei, não. Falei para maioria. Aqui do lado era um bar. Aí falavam: Vocês estão construindo para prefeitura derrubar. Eu falei assim: engano de vocês. Se a Prefeitura chegar aqui e vê a gente trabalhando, cada um fazendo seu trabalho de formiguinha, e cada um fazendo suas casas melhorando, eles vão perder a força. Eles vão querer derrubar a de vocês, que não querem construir, que vocês preferem ficar bebendo e fazendo churrasco toda semana. É isso que político gosta, de um pobre melequento. Porque na favela, o estereótipo é o que: ou é o filho do negro, aquele afrodescendente pelado, barrigudo, com catarro no nariz, sujo ou nordestino. O branco é o nordestino. Favela é construído por nordestino ou afrodescendente. Você vê aqui o nordestino com carro quase de cem mil. Mas só quem está aqui sabe o que ele está fazendo para pagar. Ele tem direito. Ele trabalha, tem dois ou três empregos. Você vê aqui nordestino, que tem 30 anos, mas que tem aparência de 50 anos. E com isso também, me ajudou a envelhecer aqui bastante. Agora eu estou com 47 anos, e vim para cá com 16. Só que eu adquiri bastante rugas de 15 anos para cá. Porque aqui a luta é constante. Você nunca mais durmo direito. Quando dormir, eu tenho que tomar tarja preta. Você vê pessoas aqui com 30 com aparência de 50, 60 anos. Só que em compensação nós temos resistência. Eu estou pagando o meu carro. É uma luta diária. Essa luta é antiga. Essa luta vem desde a década de 80, só que de lá para cá, a justiça está a nosso favor, a não ser que tivesse que passar uma linha amarela, uma avenida Brasil, alguma coisa da vida aqui. Aí a justiça favorece a milhares de pessoas e não a centenas. E com isso, alguns moradores ficaram estimulados, até aqueles mesmos que gostam de viver de assistencialismos. Aí, quem trabalhava de segunda a sábado, ou de segunda a sexta, fazia suas coisas no final de semana, sua obra. Quem trabalhava de domingo a domingo, no meio da sua folga, ela estava carregando material de construção. Porque isso aqui foi tudo aterrado com carrinho de mão. Isso aqui era um abismo. E eu chegava do serviço, e tinham um aterro já ali. A gente chegava e

carregava do aterro. Aqui era um buraco. Nesse lugar aqui foi um caminhão de 14 metros de aterro. Eu carreguei isso sozinha. Todos os dias eu chegava, e contava. A minha meta todo dia era carregar de 5 a 10 carrinhos. Aí as vezes a gente preferia assim, juntava um grupo e um ajudava o outro. Aí nos domingos de sol, aí o bar ficava cheio. E cada vez que a gente estava fazendo o concreto, ou levantando uma parede, a gente ainda tinha que ouvir piadas. “ah eu não vou construir, vou ficar bebendo a minha cerveja, para vir a prefeitura e me derrubar” Eu falava “ele vai ter que ter uma força judicial muito grande, porque a minha vai ser a última casa se houver mesmo essa demolição” E foi fortalecendo todo mundo. Durante 20 anos, as pessoas cansaram de morar em barracos e começaram a construir suas casas na medida do possível, e todo mundo que está agora, os resistentes que fizeram isso. Os fracos que foram embora.

Clarissa: Como é que foi aqui quando foi anunciado a Copa e as Olimpíadas? O que isso significou para vocês?

Maria: Foi uma tristeza tão profunda que eu estava lá no *FIFA Fan Fest* com um grupo daqui torcendo para não ganhar. Na hora do sorteio. Todo mundo alegre, o povo brasileiro sendo enganado e o grupo daqui triste. Não que a gente é contra, porque eu pratico esporte, eu faço três modalidades de esporte. Dei até já entrevista para o *New York Times*, fiquei fazendo três dias de entrevista para eles. Quando ganhou, a mídia internacional começou a frequentar aqui. Porque a pressão só foi reforçada contra a gente, porque a pressão não tinha parado. Quando houve esse sorteio, que ficou confirmado que ia ser aqui no Brasil, a pressão só aumentou. E começaram a mandar vir o pessoal da Secretaria de Habitação da Prefeitura e começar a fazer entrevista nas residências.

Clarissa: Quando isso?

Maria: Assim que teve esse sorteio, quando foi confirmada que as Olimpíadas seriam aqui. Aí começaram a frequentar aqui e eles se aproveitaram para ficar aqui. Na primeira passagem deles, ninguém aceitou, algumas pessoas não r e outras procuraram em outras comunidades para remover porque na nossa ninguém estava querendo aceitar as propostas deles. Aí como isso não deu certo, o que foi passando. Alguns meses depois, ele botaram uma funcionária aqui.

Clarissa: Mas você sabe qual o ano?

Maria: Clarissa, eu fiquei tão triste com isso, que de lá para cá, eu passei a não guardar data. Eu só sei assim, o que é documentado, o que aconteceu. Mas sabe quando você se decepciona tanto com a política que desacreditar, na verdade, eu passei a não memorizar. Na hora que eu vou votar eu passei a fazer pesquisa, passei a votar naquele que eu conheço ou com quem eu trabalho, estímulo algumas pessoas a votarem, mas memorizar mesmo, eu não consigo de lá para cá. Eu só sei que nesse período o Lula ainda estava no poder. Porque o Lula comprou nosso barulho também.

Clarissa: Aí teve uma funcionária para cá (...)

Maria: É, da prefeitura. Aí vieram uma equipe da Secretaria de Habitação. Aí eles não foram bem aceito. Com certo tempo começou a pressão, não sei se era da FIFA ou desse órgão que é superior, estavam falando que as obras aqui estavam todas atrasadas. Que tinham o planejamento dessa área aqui. Aí começaram a pressão. Aí falaram que tinham tirar isso aqui porque era uma favela, e não queriam uma favela no local internacional. Aí eles montaram uma nova equipe, aí pegaram uma funcionária que é cargo de comissão. Ela lembrou que tinha uma moradora aqui que já tinha trabalhado aqui na infância de babá na casa dela. Então ela veio atrás dessa moradora, convenceu essa moradora falando que era um bem para todo mundo. A estratégia de você pegar no lugar todo grupo é você pegar alguém que é respeitado dentro da comunidade. Um era eu e a outra era essa ex moradora. Só que eles convenceram primeiro ela e tentaram me levar para o lado deles. Falei que nem se me desse 10, 20 milhões, uma mansão na Av. das Américas, uma casa no exterior, falei que não ia. Falei que eu já tenho uma mansão construída com meu suor. Aí começou uma guerrinha. Do lado de lá, ela começou a convencer alguns funcionários e sempre me tentando. A Prefeitura me ligava no mínimo umas três vezes por dia para minha residência, sem eu ter dado o meu número. No início eu era educada, mas depois eu passei a ser grossa e ofender elas, que também tinham curso superior. Sou afrodescendente, que tenho pós graduação, tenho orientação, fora os preparatórios para concurso, então eu sei o mínimo. Eu nunca fui grossa com eles, mas eu tenho um mínimo de estudo para saber lutar pelos meus direitos. E quando não está no meu alcance, eu procuro ou um defensor público ou um advogado. Aí depois, mesmo assim eles não aceitavam, mesmo fazendo propostas grandes, que eu poderia ser assistente social deles. Falei que quando quis trabalhar na prefeitura, eu entreguei meu currículo lá em Angra e fui muito bem recebida lá. Só que não fui para lá porque a gente vê muita sujeira desses políticos. Aí tomei nojo e não quis mais trabalhar para eles. Aí eu parei com tudo. Eu não exerço minha função por causa disso. Então você vê coisa, que você vê na universidade que você se prepara para defender o direito. Eu falei que a minha qualidade de vida aqui é excelente. Nem condomínio aí - para mim condomínio é uma prisão -, não existe lugar melhor e mais seguro do que aqui. Eu não sou vigiada por ninguém. Então quem mora em uma área de residência de padrão alto, elas são monitoradas o tempo inteiro. Não tem privacidade para nada. Eu tenho para tudo.

Clarissa: Você lembra se a prefeitura chegou a falar com os moradores o que ela ia fazer aqui?

Maria: A comunidade não teria outra alternativa se não fosse removida. Eles iam remover o pessoal para o Morar Carioca, as pessoas com a residência menores. Na verdade, eles queriam que todo mundo fosse para o Morar Carioca. Só que quem tem uma casa grande, não iria para o apartamento. E as pessoas que tinham casa pequena, eles deram indenização tão pequena, tão pequena, que as pessoas tiveram que ir lá para o lado rural, Sepetiba, aquela área de lá, para poder comprar uma casinha com os valores que eles deram aqui. Lá na área rural tem

mais favela do que tem aqui, é muito mais perigoso e as outras que não aceitaram valor, para não ir para longe, foram contra a vontade deles ir morar no apartamento. Eles começaram a indenizar com valor muito baixo, que quem mora aqui poderia até sair daqui, mas morar num lugar bem próximo daqui. Eles com aquela conversa, de que o Morar Carioca é a um quilometro daqui. Só se você for voando. Se você for pelo percurso da rua você vai gastar no mínimo uns 3 ou 4 quilômetros. Que eu já fui daqui até lá a pé. Ai eu fui contando. Aí essas pessoas que não querem sair, começaram a fazer um pressão psicológica. Vai sair por bem ou por mal. Falaram que iam entrar na justiça que aí eles não iam receber. Foi aí que uma grande parte saiu, mesmo sabendo que não era para um lugar bom e três meses depois eles não estão quase conseguindo sobreviver lá. Eles tem que optar agora, ou comer ou pagar as contas.

Clarissa: Sabe se estão cobrando conta deles lá?

Maria: Já. Eles ofereceram (...) eles são tão cruéis, que a maioria das pessoas que foram eram muito simples. Quase não tinham móveis, eram muito simples. Eles aproveitaram essa oportunidade e deram um cartão para eles no valor de 5 mil. Tinha a loja x para comprar o produto x. O morador não tinha o direito de escolher o que ele iria comprar. E agora, nós estamos em novembro, não sei se foi em setembro ou outubro. Começou a vir esse valor de 110 reais para pelo menos um morador. Ele começou a pagar 110 reais. Eles não iam ter que pagar a luz, e se tivessem, iam ter que pagar uma taxa mínima. A água iam pagar uma taxa mínima e gás também. Aí falam que as contas deles lá já estão passando de 500 reais por mês. Uma pessoa que é assalariada, o salário mínimo é x, o desconto é x, ele tem que comprar refeição para os filhos deles, aí como é que ele vai fazer? Não vem funcionário público aqui não, que eles não ficam de frente. É tudo CC (cargo comissionado). Porque antes, elas faziam abordagem com elas aqui, falando: “eu sou política”. Entrava aquele cabide com 20 pessoas. Eu falei para elas: “vocês tinham que trabalhar com o Miguel Falabela naquele seriado Pé na Cova.” A visita deles é horrível. Porque são aquelas pessoas abandonadas pela sociedade, que moram na favela. São aquelas pessoas desdentada, com dentes todos careados, com a perna toda ferida, aquelas pessoas com cabelos mau tratados, que só come, bebe, fuma e não tem estudo. Não sabem assinar nem o nome. Eles usam essas pessoas porque elas são cabides eleitorais dentro da comunidade, porque o político só ganha dentro da comunidade se ele tiver um cabo eleitoral. Vamos dizer assim. Ele me usa. Eu tenho uma boa comunicação com a comunidade. Chega na época de eleição eu arrumo 90 % dos votos para ele garantidos. Quando está no período eleitoral, eu arrumo 50 pessoas para ganhar de 30 a 50 reais por dia, sem direito a mais nada para ficar o dia inteiro entregando santinho, ou fazendo passeatas, ou bandeirando. Esse ano eu vi muita gente fazendo isso. Passando o dia inteiro, e não ganhavam lanche. Aí essas 50 pessoas que eles selecionam, são multiplicados para dentro da comunidade para votar nele porque ele deu emprego. Ele deu jogo de camisa para comunidade para o futebol. Ele deu uma cesta básica para fulana que estava passando necessidade. Então, no final das contas, eles ganham 800, 1000 reais.

Clarissa: Houve cadastramento aqui?

Maria: Houve.

Clarissa: E como foi essa abordagem?

Maria – Então essa abordagem são das pessoas da secretaria, que são cargo comissionado, e começaram a ir nas residências, algumas não atenderam e outras foram convencidas. Aquelas que atenderam, essa moradora começou a convencer dizendo que eles iam sair daqui, de um lugar feio, de um lugar cheio de mosquito, com uma rua cheio de poeira, que a prefeitura nunca vai fazer nada para melhorar aqui. Aí eles começaram a convencer essas pessoas a saírem. Então começou a filmar, a gravar as pessoas dentro das residências, e fazer a metragem e a assinatura da pessoa. Porque numa das cláusulas, que eles não queriam falar para os moradores, que se um dia se eles quisessem voltar atrás, não iam ter como recorrer, nem entrar na justiça. Eles são cruéis.

Clarissa: Você chegou a ver o projeto de reassentamento? Você chegou a conversar com alguém sobre isso?

Maria: O Jorge Bittar era da Secretaria de Habitação. Ele esteve aqui e a Associação não aceitou a entrada dele aqui porque ele estava botando a comunidade em contradição. Eles montaram um *stand* ali na frente, fizeram a reunião no domingo. Ele usou aquele argumento de que se a gente não saísse por bem, ia sair por mal; que era melhor aceitar a proposta da prefeitura. Depois ele veio com cadastro, porque na primeira tentativa não deu certo. Ele já estava com essa moradora do lado dele, e chegaram na conclusão de que era melhor ele tentar trazer o Jorge Bittar aqui, porque ele falando, as pessoas iam se convencer de que era melhor eles saírem. E deu certo. Juntou isso com o pessoal daqui e aí começou o conflito interno entre os moradores. Um vizinho não concordava com o que o outro falava. Afirmava que nós não íamos sair daqui - “Mas se a secretaria de habitação falou ele sabe mais do que a defensoria pública.” Mas a Defensoria Pública é um órgão superior a Secretaria de Habitação, até que prove que eles precisam desse espaço aqui. Eles foram lá ver o local, botaram todo esse povo no ônibus, alugaram, deram até lanche. O povo foi todo animado, tudo de graça. Foram lá ver. Umas 50 pessoas não aceitaram porque sabia que a defensoria já tinha ido ali, e quando mostraram o prédio da frente, achando que seria aquele prédio, todo mundo aceitou. Era um prédio particular, não era um morar carioca. Chegaram a convencer dizendo que era um prédio que tinha em frente. Aí a maioria tinha assinado, e não tinha como voltar atrás. O Morar Carioca foi construído com menos de um ano, já tem um prédio rachando. O asfalto lá já está cedendo. E a maioria não queria realmente ir para lá. Só que eles começaram a pressionar, falando que se não fosse por bem ia ser por mal. Iam chegar e demolir a casa por ordem judicial, e quem não fosse por bem eles iam para justiça e que com certeza nessa vida eles não iam ver o dinheiro. Eles jogam pesado.

Clarissa: Como é que foi a abordagem em relação a você?

Maria: Essa vizinha me procurou. A própria prefeitura ficava me ligando, de 3 a 4 vezes por dia.

Clarissa: O que eles diziam?

Maria: Eles me diziam para aceitar um desses de cargos comissionado, alguém da equipe, sem compromisso. Falei para eles que a minha casa não tem placa de "vende-se" e eu estou afirmando para eles que eu só saio daqui quando a justiça determinar. Que a subprefeitura aqui não precisaria me procurar. E eles insistiam, insistidamente. Chegava de manhã, de tarde, de noite. E chegavam uns vizinhos para me fazer abordagem: "Aceita eles ir lá, é sem compromisso." Eu falava para eles que se eles quisessem eles iriam, que eu não iria sair daqui, que eles iam se arrepender depois, e que quando se arrependessem ia ser tarde. Eu tinha que ir para um lugar melhor do que aqui, já que eles querem me tirar, então eles tem que me dar condição para eu ter um bom lugar para morar, já que não sou eu que quero sair daqui. E nós perguntamos: "Qual era o projeto que eles tinham para cá?" Eles falaram que ia precisar para as Olimpíadas, que todos esse espaço aqui ia ser utilizado para os atletas. Aí nós pedimos provas. Eles deram uma sumida daqui e começamos a ir na defensoria e procurar os órgãos competentes. Então eles começaram a brigar na justiça. A justiça com a Prefeitura. Aí a prefeitura começou a pedir o projeto daqui. Cada vez que o juiz exigia um projeto, eles estavam sempre em mudança. Toda vez que eles perdiam, aí arrumava outro projeto. O último eles falaram que ia ser estacionamento, e que estacionamento não precisava ter projeto. Aí foi pior para eles, porque já que é para ser estacionamento, não precisava tirar as residências.

Clarissa: Você disse que teve oferta nas indenizações. Como foi a abordagem em relação às indenizações?

Maria: A indenização tem que ir lá na subprefeitura, aí eles marcam o dia. Aí um funcionário, na verdade um servidor público faz, pelas fotos que foram retiradas e as medidas, eles calculam o valor em cima. Em cima desse valor, a gente não comprava nem uma casa em um favela que tem aqui do lado que tem tráfico. Depois foi ficando mais difícil para eles. Porque a intenção deles era tirar todo mundo para o Morar Carioca, porque esse Morar Carioca, é o que dizem, 1 apartamento saiu para prefeitura por 70 mil. Então para eles seria vantagem mandar todo mundo para lá. As pessoas que quiseram indenização, os valores não chegavam suficiente para uma pessoa comprar outra casa aqui perto. Aí uma abordagem aqui em mim, eles disseram: "É aqui, eles vão ter que brigar muito com você mesmo." Porque eu tenho *kitinet*. Eu falei para eles que eu poderia estar trabalhando na prefeitura, mas não quero, não quero nada de graça. Eu estudei, e fui preparada para eu buscar. Eu falei para elas que eu quero conseguir as coisas com meu sacrifício, porque aí eu tenho prazer de dizer e bater no peito de que isso aqui é meu. Se me tirarem daqui vocês vão ter que estar completamente com a razão. Sempre oferecendo muito pouco.

Clarissa: Você sabe de alguma reunião que a prefeitura teve com os moradores? Você esteve presente em uma reunião dessas? Quais foram as reuniões?

Maria – Depois da reunião com o Jorge Bittar, eles fizeram uma definitiva antes das remoções lá no Rio Centro. Aí lá teve todas as discussões possíveis. Discussão com o prefeito, e ele falou, ele usou a linguagem dele política. Ele mentiu, ele falou como se fosse um bom prefeito, como se ele tivesse fazendo uma boa coisa para gente. Ele usou essa linguagem política, a mentira enfeitada. Se você bota um produto na vitrine, e a vitrine ser bem simples. Mas se ela tiver enfeitada, bem apresentável, as pessoas vão se convencer pela aparência. Pessoas que não tem instrução, pessoas sem esclarecimento nenhum. Ou as pessoas que estavam cansadas de lutar, aceitaram a primeira proposta que o prefeito deu. Isso foi no domingo. Na segunda feira, a equipe já estava aqui fazendo cadastro. Ele não recebia a gente. Depois já tinha tido outras lutas, a luta do Plano Popular, e outras que eu não lembro o nome, porque o meu trabalho nunca bate com o horário dessas reuniões. Eu era militante daqui mesmo. Saía de casa às 8 horas da manhã e só voltava 11 da noite. Não tinha dinheiro para comprar comida, aí comprava um pão na padaria com margarina e era com isso que nós passávamos o dia. Por isso que eu não admito eles virem assim e derrubar a minha casa. Depois eu comprei o meu carro, carro que rodava e ninguém tinha dinheiro para botar gasolina. Aí eu me virava o dia que trabalhava, e na época eu ainda estava com meu marido, ele enchia o tanque e enquanto o tanque não acabava não acabava a nossa luta, porque a gente não tinha. No Gardênia a gente ia a pé. A rádio *Globo*, a rádio *Tupi*, a gente ia. Eliomar Coelho, a gente não saía de dentro do gabinete, lá da câmara do vereadores. Lá eles não aceitavam a nossa presença, porque a gente ia com mais de 100 pessoas. Aí juntava o Eliomar com mais outros vereadores, e obrigava a aceitar a nossa presença porque era a nossa casa lá. Eles hostilizavam a gente. Humilhavam a gente, porque não queriam que a gente participasse das eleições. Os três ou quatro que liberavam a nossa entrada e a gente era tratado como se fosse marginal. Limitava a entrada. Quando conhecia a gente, porque nosso rosto era bem conhecido na mídia, dizia que só podiam entrar poucos, aí entravam os mais pobres e simples que não tinham argumento. A gente teve muita luta lá que a gente ia com bandeira. As últimas eu não participei. Lá na hora deles votarem contra a gente aqui, a gente perguntava porque queriam fazer isso com a gente. A gente perguntava se eles tinham família, tem coração, tem mãe, tem filho. Pensa num pobre que não tem nada, só tem um barraco para morar. Você tem uma casa em um condomínio, e com isso a gente ia conseguindo convencer alguns. E por isso que já tem trinta anos de luta.

Clarissa: E esse processo de reassentamento. Qual foi impacto que isso trouxe para vocês que ficaram? O que veio depois dessa saída?

Maria: O que veio depois é que a comunidade ficou um silêncio. Aqui não tem mais criança, quase todo mundo que tinha família foi embora. Aqui dá para contar as crianças que tem. Isso aqui ficou um deserto. Nesse lado de cá ficou um terreno ocioso. Aí nos fundos, meu lado também está ocioso. Com essa obra aqui, que

tem muito grande, as pessoas que vem para obra, ou que marginais que vem de fora para vender droga na porta obra. Ou eles assaltam na porta da obra, ou no ponto de ônibus daqui. Assaltam aqui na nossa entrada, na outra lá. E ficou a outra coisa ruim, que quando eles demoliram as outras casas, aquela rachadura ali foram eles que fizeram batendo nas outras casas. Muita casa aqui ficou com a estrutura abalada, porque na hora deles demolirem, eles vinham com trator e era pouco trabalho manual. Eles vinham com trator e aí rachou muitas casas aqui. Aqui foi só o muro, mas quem tem parede aqui, meio com vizinha, caiu e danificou. Não teve nenhuma que não danificou, que não teve rachadura. Aí ficou essa sensação meio ruim. A maioria que foi para lá não falam mais com as pessoas daqui. Perdeu aquele vínculo que nós tínhamos com vizinhos de 30 anos. A gente era quase uma família mesmo. A festa da igreja era na rua mesmo, e todo mundo participava. Era livre. Festa junina todo mundo se juntava, botava o pratinho ali. De uns 10 anos para cá, veio esse pessoal da droga e aí não dava para fazer essas coisas assim em ambiente familiar com eles. Mas os mais antigos, a gente fazia ou no meu quintal ou aqui na frente que o espaço era maior, aí fechava e as pessoas se divertiam.

Clarissa: Essas pessoas não vem mais aqui para comunidade?

Maria: São poucas. Aquelas que vem são aquelas que não queriam sair, aquelas que saíram forçadas. Mas aquelas que ficaram contra a gente, elas foram usadas para brigar mesmo, e pararam de falar, de discutir, com palavras graves mesmo para cima da gente. E que elas ainda iam ver a gente chorando na televisão. Porque a gente está lutando por uma guerra perdida. Eu falei para elas que não. Que guerra só acaba quando morre o último, e não morreu o último. Então, os que vem para cá, dentro do condomínio tem a quadra, tem a micro piscina, parece que é uma piscina de 5 mil litros.

Clarissa: Você já foi no terreno lá?

Maria: Eu vou lá. Porque tenho amigas que estão lá. O pessoal aqui do fundo, era amiga mesmo. Quando acabar o apartamento dela lá, eu tenho que ir lá. Tem pessoas que falam mesmo - "Você é da minha família". E como na minha família ninguém me quer, não me faz falta mais. Eles me dão mais amor do que eles. E assim Clarice, o respeito. Em toda época de eleição, eles me perguntam em quem vou votar. Porque eu conheço, eles vem e mentem para gente. Aí tem uma do lado que fala que trabalha para o fulano. Até quando tem problema de família, uns lá se envolveram com drogas depois que foram para lá. Criança lá com 13 anos envolvido com droga. Tanto menino quanto menina. Menina com 10, 13 anos se prostituindo lá dentro do condomínio. Tem meninas que se envolveram com funcionários da Prefeitura lá. Não sei se houve gravidez, mas as meninas estão se prostituindo dentro dos apartamentos vazios. Porque ainda está em obra lá. Tem apartamento que não tem porta nem janela.

Clarissa: Os funcionários da prefeitura fazem o que lá?

Maria: São os seguranças que são da prefeitura. Falaram que até dezembro é com eles. Os seguranças e os porteiros. Não sei dos zeladores, porque eu não vi nenhum zelador lá. Como eu já fui numa festa lá, eu vi assim mesmo as meninas, até com apelido da perereca suja. Tem mais de 15 anos a menina. E não acontecia isso.

Clarissa: Você que já foi lá, como é o espaço? E como é a relação entre os moradores?

Maria: As crianças ficam o dia inteiro na rua por causa da quadra e na piscina. A piscina funciona, mas tem horário, porque a piscina cabe 30 pessoas. Ela não é confortável, é bem pequena. E todas as vezes que eu fui lá estava fechada e botaram um cartaz lá dizendo que o limite máximo era de 40 a 50 pessoas. Mas você olhando não comporta. Para as crianças é até bom, mas para os moradores e adultos não. Porque não pode molhar em cima, porque o contrapiso eles não botaram o produto que não vazava água. Quem de cima se lavar, dá infiltração no andar de baixo. O banheiro só pode se molhar no box. E a maioria dos apartamentos lá, quando chove entra água pela área. Entra água mesmo, é muito vento. Tem mosquito. Eles ficaram muito restritos quanto aos móveis, porque é tudo muito pequeno. Quem tem um até dois filhos, só cabe uma cama e um guarda roupa. A do casal, tem que ser a menor cama que existe. Tem que ser aquele guarda roupa mini também. A sala é conjugada, com a cozinha e a área. Não é dividida, só tem um corredor. São dois quartos na maioria. É tudo muito pequeno. Aí é muito eco. De um lado, você escuta o que os outros estão conversando. De cima você escuta. Alguns estão felizes porque como eles não tem nada, no mínimo de moradia e de direito, para alguns é conforto, é luxo. Se você for perguntar, ela vai falar que está bem. Mas se você for lá, você vai ver que ela não está bem.

Clarissa: E o impacto dessas obras aqui para sua vida?

Maria: Só melhorou para o trabalho, como aqui era área residencial, o mercadinho ia fechar, porque os moradores foram embora. Os clientes foram embora. Aí ele começou a colocar refeição. O lucro daqui, tem muita coisa que pode ser muito ruim, mas nada é 100 % ruim. Essa obra é 90 % ruim, mas 10 % é que gerou mais emprego para quem mora aqui e tem comércio. Porque eles não ganham tickets para almoçar ali no *Norte Grill*, ou então eles não tem de 30 a 50 reais para pagar num prato nos restaurantes de luxo. Para quem não tem dinheiro, não dá para comer lá. Os tickets é de 14 a 18 reais, mais ou menos. Então a parte boa é essa. O restante é tudo péssimo. Porque o barulho é quase 24 horas, esse aqui da minha frente é 24 horas. Vira e mexe aqui tem gambazinho perdido, porque eles se perdem da mãe, entram na casa, fazem barulho. Aí o impacto negativo é que o barulho é insuportável, e quando tinha Fórmula Indy, era tão desagradável. Eles chegam a trabalhar quase 24 horas por dia. No começo eles viraram a noite, agora cortaram as horas extras. Aí tem dia que eles trabalham no mínimo umas 10 horas da noite. E tem esse barulho, imagina a noite que o silêncio é maior, aí eles fazem esse mesmo barulho. Ainda tem o maquinário bombeando o concreto, e depois

jogando concreto direto lá. Eles estão colocando no quarto ou quinto andar. Aí é aquele barulho, com aquela empresa de concreto, com aquele caminhão. Batendo concreto, e a segunda parte do maquinário, transportando o concreto. Aí tem uns funcionários lá.

Clarissa: E como é a relação de vocês com os funcionários?

Maria: Tem alguns que por não gostarem de pobre, porque também eles tem que ter lugar para estacionar. Aí tem uns mestre de obras e engenheiros. Eles passam ofendendo a gente. Eles passam falando “ não vejo a hora dessa favela ir embora!” Eles não falam nem favela, eles falam “esse inferno sair daqui, esses favelados saírem daqui.” Favelados foi a palavra que eu escutei mais carinhosa. Teve um que falou; “ porque esse inferno de lugar ainda tem barraco em pé?” A minha casa não é barraco. Aí eles falam que não vêm a hora disso aqui tudo virar canteiro. Que é o tal do estacionamento. Aí começou a ter conflitos aqui, porque a gente abriu o portão, e não tinha espaço para colocar os carros. Aí a rua, só dava para entrar um carro. Uma rua com 20 metros, e a gente não podia botar o carro na frente da nossa casa. Teve conflito aqui com os funcionários. Eles nos chamaram por vários nomes “carinhosos” que não vem aqui ao caso falar. Depois eles precisavam de refeição, eles vieram com os favelados comer. Quem tem dinheiro começou a ir no shopping Norte Americano ou *Norte Grill*, que não tem sabor, é comida requentada. Aqui acha uma comida caseira, um atendimento bom. É simples, mas também tem um certo conforto. Porque quem está acostumado a comer bem não quer comer pela aparência. Aí quase toda comida que tem lá tem aqui. Só não tem uma comida de alto padrão, porque a maioria que frequenta aqui quer comer comida de qualidade, não sofisticada. Sofisticada tem que ir lá no *Norte Grill*. Aí começou a diminuir os conflitos, quando via eles colocando os carros, 5 horas, 5 e meia eu estava botando meu carro. Dou bom dia, boa tarde, boa noite e aí eles ficam meio assim, e pergunto se eles não se incomodam de botar um pouco para o lado. Aí eu vou explicando. Para eles serem compreensivos. Cada conflito, eles passaram a conhecer a gente, e agora eles tem pena da gente. No sentido bom. Achando que eles também são funcionários que estão ali para destruir a vida de outras famílias, e eles pensam nas famílias deles. Eles não gostam de fazer isso. Eles ficam chocados, mas é o trabalho deles. Se eles não fazem eles são mandados embora.

Clarissa: E como está sendo morar aqui na comunidade?

Maria: Para mim está sendo uma maravilha. Porque agora a gente tem mais sossego. Antigamente tinha um entra e sai muito grande, dos próprios moradores. Aqui voltou como era antigamente, a trinta anos atrás. Os moradores sempre unidos, porque está tendo essa confusão agora, a gente não está tendo os mesmos encontros que a gente tinha. A gente fazia assim: domingo vai ter um sopão, ou vamos virar uma laje. A gente não ia na intenção de cobrar. A gente ia lá perguntando se estava precisando de alguma coisa para o vizinho. Um entrava com alguma mercadoria, outro entrava com outro tipo de alimento. Quer fazer no fogo de lenha ou a gás, é claro que a gente precisava montar. A gente fazia na laje.

E aí eram 10 pessoas convidadas, apareciam 25. Dessas, 5 pessoas eu nem conhecia. Mas aparecia porque? Como eu já lutei aqui, dei meu sangue, quase repeti a minha faculdade no último ano por causa daqui. Estava sendo reprovado por quase meio ponto, para recuperação. E eu não admitia ficar de recuperação. Aí ficava correndo aqui, que era essa luta tão grande. Se os outros moradores tivessem nos ajudado no início a gente teria se calçado mais. Nós não tivemos uma base mais sólida, porque eles não queriam, estavam bebendo, e curtindo - "Ah eles vão tirar a gente fazendo ou não fazendo." E ainda se deram bem em cima da gente. Deus é certinho mesmo. Tudo que acontece aqui é no horário que eu tenho que estar aqui. Porque se eu sair daqui, o pouco que eu saio dá tudo errado. E olha que eu explico isso aqui tem que ser assim. Como aqui eu pago mais do que lá fora, aqui eu não exijo, aqui eu não fico nada, eu só quero assim, o melhor possível no atendimento. Porque qualquer cliente que chega aqui você tem que procurar saber o rosto dele. Você não pode chamar o cliente de chato. Ele não é chato, ele é e tem que respeitar do jeito que ele é. Ele não fica perturbando a gente. A gente vai se adaptando do jeito que ele gosta. Aí vai quebrando o gelo e passa a ficar amigo. Então, a luta é constante. Ontem eu tomei tarja preta, fui dormir 11 horas e acordei às 5 e não consegui dormir mais. Está complicado. Mas dizer assim, você está enfraquecida? Nunca, Eu sou uma pessoa que se tiver que lutar e dar a minha vida eu vou lutar. Não é a toa que eu sou afrodescendente. E eu tenho certeza que se eu entrar para história eu vou ajudar aqueles que vão vir depois de mim. Um já enfartou, mas nós não saímos da guerra. Pena que as pessoas querem as coisas muito fácil. Quem querem as coisas fácil foi para lá. Eles tiveram esclarecimento, domingo a noite, defensores vieram para cá, deixava feriado de passar com a família, aniversário de filho. Defensores que vinham para cá, os advogados, os estagiários. Eu brigava com os moradores, eles não tem obrigação de estar aqui não. Eles estão com o coração, por amor. Eles são iguais aqueles santos que existiam no passado que nasciam em berço de ouro, mas não admitiam que a pobreza aumentasse, que o rico tirasse o mínimo que o pobre tinha. Então por isso, tinha aquelas histórias que aqueles santos que muita gente não acredita, mas vai lá ver as histórias deles, eles tinham todas as riquezas e largaram tudo para ajudar o pobre, que eles não aceitavam que os pais deles, faziam com o pobre escravos, ou pagar um salário mínimo para pessoa trabalhar de 12 a 14 horas de domingo a domingo. Quando eu ficava chateada mesmo. As vezes tinha mais pessoas de fora querendo ajudar do que vocês que são a parte que necessita. As vezes, Clarissa, tinha 30 a 35 pessoas aqui, como eu trabalhava com equipe, com empresa, eu parei porque me estressava muito, mas deixava as vezes o trabalho e ficava nem que fosse meia hora, mas já sabia tudo que estava para acontecer, porque há trinta anos atrás eu já estava para buscar a base. Então eu já sabia, eu passava para eles, vai acontecer isso e isso. E é o que está acontecendo agora, tudo isso eu já tinha falado para eles. Aí falei porque vocês não querem lutar, porque os órgãos públicos, a lei estão vindo dentro da nossa casa, estão largando a família deles no final de semana. Eu ficava: o que é isso gente? Tem que ter no mínimo compreensão da nossa parte.

Clarissa: Você fala da lei está vindo aqui. Judicialmente vocês tem decisões muito boas, pelo processo judicial de vocês. Mas pelo outro lado tem essas pessoas que

acham que vão sair, que a Prefeitura disse que se ela vai remover, ela vai remover. O que você entende dessa relação, que ao mesmo tempo tem a justiça a favor de vocês e por outro lado tem uma pressão. O que você entende dessa lei que você fala que vem aqui?

Maria: A lei eu ainda acredito cegamente nela. Eu ainda acredito. Sendo que as Olimpíadas já é em 2016 (...)

Clarissa: O que você quer dizer com a lei?

Maria: A lei está aqui para ser cumprida. Mesmo tendo alguns defensores que abandonaram as causas porque foram ameaçados, eles foram também ameaçados. Aí o que aconteceu, teve alguns servidores, funcionários públicos da lei que foram exonerados do cargo ou foram transferidos pelo prefeito Eduardo Paes que fez isso. Isso no outro grupo. Nesse grupo que está aqui, porque nosso processo, ele é quase da minha altura. É uma pilha de processo, então o juiz, o desembargador, esses profissionais que tiveram início com esse processo, já sabiam de tudo da Prefeitura. Então, quando eles diziam não, não, não e a Prefeitura sempre recorrendo. Muito tempo foi se passando. Como as Olimpíadas já é em 2016, agora eles vão fazer o que? Mesmo sabendo que a gente não pode sair daqui, eles também sofrem por outro lado pelos organizadores de retirar a gente daqui. Aí conforme vai chegando mais perto, já estamos quase em 2015. De janeiro em diante, as pessoas eles vão fazer. Essa última reunião que eu tive, já teve pessoas balançando. Então tem pessoas como eu, que eram firmes e tão balançando. Porque eles sabem que vai faltar um ano e a pressão vai aumentar e tirar a gente a qualquer custo. Só que se ele indenizasse com valor muito alto, aí a gente ia perder a briga, porque a maioria das pessoas estão precisando do dinheiro.

Clarissa: Qual foi essa ultima reunião?

Maria: A reunião com os moradores para passar sobre a nossa luta, como é que está o andamento do processo. Que continua a nosso favor, que a causa está ganha e que eles estão preparando a gente porque a pressão vai aumentar.

Clarissa: Você falou que muita coisa mudou no entorno. Como está sendo morar nessa Barra nova?

Maria: Se você perguntar se eu preferia que voltasse atrás, eu preferia. Porque eu preferia a simplicidade que existia aqui, que não existia esse tipo de violência, nem de droga, nem de tentativa de estupro, nem de assalto com frequência, até nas ruas do condomínio estão tendo assalto com frequência. A estrada, avenida aqui, foi reduzida, está engarrafando diariamente. Tiraram três retornos da gente daqui. O mais próximo é 2 quilômetros. Eu já levei 40 minutos daqui para fazer esse retorno e dar essa volta aqui. A parte de transporte piorou, porque agora não tem quase transporte alternativo. Só tem duas ou três linhas de ônibus aqui, e tem a integração com o BRT. Só que a integração e o BRT não passam aqui. Então para

gente só piorou. E por causa do BRT, diminuíram duas pistas e por causa da obra diminuiu mais uma pista. Então, aumentou o número de carro, aumentou a dificuldade porque estreitou a avenida. Então aumentou a violência em tudo. As pessoas ficam mais estressadas no trânsito, ninguém tem paciência. Toda hora tem um caminhão atravessando, saindo com material. E entrando geralmente é com carreta, e saindo é caminhão com aterro. E assalto aumentou muito, muito, muito.

Clarissa: E a relação entre os moradores?

Maria: Eles reclamam. Eles falam que um não cumprimenta o outro no elevador. Quando fui no elevador, cumprimentei e eles não respondem. Na academia eles entram e um não fala com o outro. E na rua, quando eles vão entrando, não tem o hábito de cumprimentar o outro. Então na comunidade já é normal um cumprimentar o outro, socorrer o outro. Então pessoas dali que mesmo tendo dinheiro, ele vem no supermercado daqui que é mais barato do que de lá. O tratamento é diferenciado. Então eles vem aqui e lembram da origem dele. Eles falam “eu melhorei de vida, mas por outro lado a qualidade de vida aqui não é tão boa.” Aquele mercado ali sempre sai briga.

Clarissa: E o que te faz continuar morando ou resistindo aqui?

Maria: Porque aqui eu passei parte da minha infância aqui, a minha juventude aqui, eu casei aqui. Então eu estou com 47 anos agora. Eu nunca vi nenhum tipo de violência aqui. Só aumentou por causa dessa obra. A minha casa foi construída com cada tijolo com meu sangue, com minhas lágrimas, com meu suor. Eu não dormia para ficar trabalhando e acordar, acordar não, só para tomar banho e ir direto para o trabalho. Não é um sonho não. É uma coisa que você conquistou com sangue, suor e lágrima. Pode ser até pequeno. Você até pode ter uma mansão lá fora para morar, eu estaria aqui do que lá. Porque um dia eu ainda vou comprar uma casa melhor do que essa aqui, mas eu vou comprar um sítio daqui que é a minha base. Tudo que eu consegui lá fora veio daqui. Então eu não tenho como abandonar esse pedaço aqui que abriu a porta para tudo que eu tenho. Eu posso ter um carro bom agora, posso ter moto, posso ter oportunidade de viajar, de comprar até outra casa em outro lugar com dinheiro que eu ganho daqui, então porque eu tenho que sair daqui? Não é normal isso para uma pessoa. As pessoas falam assim, quando a gente enriquece a gente muda de lugar. Eu não enriqueci, eu quero ter um padrão de vida que eu possa falar assim, que eu quero viajar, pego meu dinheiro e vou viajar. Eu não quero ficar rico, rico não tem sossego, não tem paz. Rico não pode ter um carro que ele quer. Ele não pode está andando em qualquer lugar. Então não é isso que eu quero ter para mim. Aí o que me faz continuar aqui Clarissa, eu já poderia ter saído daqui, só que eu não quero. Só no dia que eu não tiver agüentando mais ou Deus tocar no meu coração, aí eu vou. Aí sou eu e Deus, e não um humano que foi preparado para vir me convencer. Eu falei isso para eles, para todos eles da prefeitura.

Anexo 5

Roteiro da entrevista:

Remoção	Quando você ouviu falar em remoção na Vila Autódromo pela primeira vez? O anúncio da copa e dos jogos olímpicos aumentou o grau de ameaça de remoção por parte da Prefeitura (2008/2009) ?
	Qual era o motivo alegado pela Prefeitura para a remoção? Foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?
	Quais foram os principais efeitos no seu dia-a-dia diante dessa “ameaça” de remoção?
	Quais foram os principais efeitos dessa “ameaça” de remoção no dia-a-dia da comunidade?
Relação com a prefeitura	Como a Prefeitura apresentou a você os projetos de reassentamento da comunidade? Houve um cadastramento e como foi? Como ela negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Houve oferta de indenização? Como? Quanto? Como a Prefeitura negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Tomou conhecimento de reuniões propostas pela Prefeitura para negociação com moradores da Vila Autódromo? Compareceu em alguma? Quais foram as suas impressões sobre essas reuniões?
“Reconfiguração” da comunidade	Você conhece alguém que foi reassentado? Como foi esse processo de reassentamento? Como foram as demolições? Por que você não aceitou a oferta do reassentamento?
	Você conhece alguém que recebeu indenização? Te ofereceram indenização? Por que você não aceitou a oferta de indenização?
	Que efeitos a indenização ou reassentamento trouxeram para a comunidade? A relação com os moradores que se mudaram se mantém?
A vida atual na comunidade	Como está sendo a vida agora na comunidade? E como está sendo viver nessa região da Barra da Tijuca?
	Como as obras do Parque Olímpico têm impactado na comunidade? Eles usam o espaço da comunidade? O que eles tem feito e como tem agido? Como é a relação dos funcionários com os moradores? Quais prejuízos essas obras trouxeram para a comunidade?
	O que te faz continuar morando/resistindo aqui?

Entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2014.

Entrevistado: José

Área onde mora: Rua Pit Stop

Gênero: () feminino (x) masculino () outros: _____
Cor/raça/etnia/origem: (x) negro () branco () indígena () oriental () imigrante Obs: Morador se identificou como pardo
Idade: menor de 18 anos () ; 18-30 anos () ; 30-50 anos (x) ; 50-60 anos () ; mais de 60 anos ()
Estado Civil: Solteira () ; Casada (x) ; União estável () ; Viúva () ; Outros (x) Divorciada. Obs: Casada só na Igreja
Filhos: (quantos e idade) 3 filhos (25, 23, 14)
Naturalidade: Rio de Janeiro
Com quem mora: com os filhos
Faixa de renda (com Programa Social): 1-3 salários () 3-5 salários () 5-10 salários (x) acima de 10 salários ()

Clarissa: Há quanto tempo você mora aqui na Vila Autódromo?

José: Há 23 anos

Clarissa: Quando você veio para cá, qual foi o motivo que lhe fez escolher esse lugar como moradia?

José: Primeiro que aqui eu teria a minha casa própria. Eu morava naquela comunidade de Rocha Miranda, naquele morro do Faz-quem-quer, perto da Piraquê. E surgiu a oportunidade de vir morar aqui. Era um terreno que eu poderia construir e no futuro meus filhos também poderiam construir. E aí eu achei por bem vir para cá. Queria sair do aluguel e ter a minha própria casa

Clarissa: Como era a vida aqui há 23 anos atrás? E como foi ao longo desses anos morar aqui na Vila Autódromo?

José: Morar aqui foi sempre muito bom, porque as vezes você sai e encontra a casa no mesmo lugar. Tem certos lugares que você sai e vai encontrar sua casa vazia. E aqui a gente tem essa tranquilidade de sair e os vizinhos tomarem conta da sua casa. Quando nós viemos morar aqui, tudo isso era charco, era tudo taboa. Não existia rua, existia uma servidãozinha que a gente ia beirando até lá fora, e nós fomos com o tempo aterrando. Essa daqui é a terceira casa para você ter uma idéia como afundou as coisas. A minha primeira casa, em 94 teve aquela enchente, ficou até o teto de água, então nós perdemos tudo. Daí montamos uma casa na frente e a casa na frente ficou baixa. E aí montamos essa.

Clarissa: Você sempre morou perto da lagoa aqui?

José: Sempre. Sempre morei neste terreno. Terreno que na época, no governo do Estado era o Brizola. Ele nos assentou aqui. A gente tem termo de concessão de uso e posse da terra desde de 94. E desde lá a gente mora só aqui, nós nunca saímos daqui.

Clarissa: E era muito diferente? Tinha mais casas aqui?

José: Era. Porque nós tínhamos só o lado de cá. As casas todas eram do lado de cá. Esse lado aí era aberto. A única que mais antiga que tinha era essa aqui da frente. Que está toda bonitinha, e antigamente era um barraquinho. Mas os moradores continuam os mesmos. Acho que o pessoal acha que por você morar em uma comunidade ou em uma favela, você tem que morar para o resto da vida mal. Então se você fizer uma melhoria vai falar “ Ah lá, está melhorando.” As coisas progridem. Não tem que ficar o resto da vida morando em uma casa de madeira.

Clarissa: E quando você ouviu pela primeira vez sobre a remoção da Vila Autódromo?

José: Em 95.

Clarissa: E qual era o contexto, o motivo?

José: Eu lembro que na época, em 95, eles removeram o pessoal da Via Parque. Começou assim. Remover o pessoal da Via Parque, porque atrás do Via Parque tinha uma comunidade. Aí removeu ali. E na época, o Eduardo Paes era subsecretário da Barra da Tijuca. Como o cara persegue a gente desde aquela época. Ele era subsecretário, ela não era nada, e eu lembro que uma das coisas que ele falou, na época até quem era o Presidente era o Seu Keneddy, que faleceu. Uma das coisas que ele falou foi que na Barra da Tijuca não haveria mais comunidades, não haveria favela. Então ele começou de 95 para cá a atuar: ele foi minando as comunidades mais fracas, as favelas mais fracas. E aquelas que eram embasadas, que judicialmente já estavam sendo abraçadas pela Defensoria, não conseguiu sair. Mas é uma perseguição desde muito tempo.

Clarissa: E o anúncio da Copa e da Olimpíada, aumentou o número de ameaça? Quando vocês ouviram que a Copa e as Olimpíadas seriam aqui no Rio, que vocês acharam?

José: Olha, eu como morador daqui achei que iria ser igual ao Pan Americano em 2007. Quando falou que o Rio ia ser sede do Pan Americano que construíram aquela vila lá, a gente já falou, eles vão chegar aqui com tudo. Vão chegar com tudo, vão passar, vão massacrar. E eu lembro que naquela época, em meados de 95, a gente chegou a montar um grupo tipo de guerrilha aqui. Não sei se alguém te falou, mas nós montamos um tipo de guerrilha. Porque um grupo ficava acordado a noite inteira, e a outra ia dormir, porque nós estávamos dispostos a brigar

mesmo. Coquetel molotov, enxada, foice, o que fosse. Porque ele já tinha removido o pessoal da Via Parque com arbitrariedade. Houve tiro, houve bala de borracha, e a gente não queria isso tudo aqui. Então quando veio 2007 e disseram que iriam ter os jogos Pan Americano, a gente falou “Dessa vez a gente vai ter que se mobilizar melhor ainda do que foi em 95.” Então, passou, ficou aquele nervoso, aquele caos, passou os jogos e não teve nada. Quando veio agora as Olimpíadas, eu achei que seria a mesma coisa que nem em 2007. Só que não foi, dessa vez veio atrás da Prefeitura, do governo que está aí, que é do Pezão e o antigo Sergio Cabral, eles se uniram. E juntos com eles, se uniram as grandes empreiteiras. Isso daqui é uma mina de dinheiro, a gente está sentado em cima de uma mina de dinheiro. O bairro, a comunidade está assentada em um bairro nobre, entre aspas, considerado um bairro nobre. Viemos morar aqui. Isso aqui era Rio Centro, agora é Barra da Tijuca. Então só o nome já custa bem caro. Então uniu, Sergio Cabral, Pezão agora, Eduardo Paes e mais as grandes empreiteiras que estão agindo aqui nessa área, a gente falou “Agora já era, não tem mais jeito!”

Clarissa: Como foi naquela época quando você se mudou, como era esse entorno aqui? Como é que era a relação com esse entorno aqui? Como era morar nessa Barra?

José: Olha, aqui não era Barra, era Riocentro. Eu sei que era muito difícil. Não tinha condição, o ônibus era raro, passava de uma em uma hora. Nós para sairmos daqui para ir para outro bairro, tinha que andar até lá fora para pegar um ônibus. Não tinha esse entorno daqui, dessas casas. O pessoal da Estácio tinha, acho que era uma coisa de ecologia que eles tinham ali, que eles faziam um trabalho ali. Tem até hoje um muro ali e que hoje é o *Rock in Rio*. Então a Estácio ia ali e de vez em quando eles vinham fazer fotos do local. Eu sei que era muito difícil de morar aqui naquela época. Porque era tudo muito longe, não tinha mercado perto. O mercado mais perto era o Carrefour, aí quando você vinha do Carrefour, soltava lá e você tinha que vir a pé com as compras. Taxi não entrava aqui dentro porque as ruas eram muito precárias. Era bem complicado naquela época.

Clarissa: E como foi sendo construída a comunidade? E no entorno também, como foi esse desenvolvimento? Que mudou desde então?

José: Eu acredito o que mudou foram novos moradores que vieram agregando ao grupo, que vieram chegando ao grupo. Do próprio Via Parque, vieram assentados aqui dentro, então a comunidade começou a inchar. Começou a se construir casa, o padeiro que é o Arimateia, a padaria dele não era ali, era lá na casa dele, na parte de trás que ele construiu. Aí ele conseguiu aquele terreno ali e já fez uma padaria. E aí na comunidade já surgiu uma padaria. Porque até então a gente ia comprar o pão dele ou a gente ia lá no RioCentro comprar pão. Aí ele já fez uma padaria, aí melhorou com a padaria. Aí duns 5 anos para cá, surgiu o mercadinho, o mãe Estrela. Já melhorou mais um pouquinho, que aí você não precisa ir tão longe pra comprar pequenas coisas. E foi melhorando aos poucos, a condução melhorou, acho que a própria Associação começou a se mobilizar. A empresa Santa Maria botou mais ônibus. Não tinha mais de uma linha de ônibus e passou a ter três

linhas de ônibus. A Redentor (linha de ônibus) botou aquele castelo que passava aqui, e não precisou ir lá no centro da Cidade. Então foi melhorando aos pouquinhos.

Clarissa: E voltando ao assunto aqui da Copa, a prefeitura chegou a apresentar algum motivo para a remoção quando foi anunciada?

José: Não, não. Quando foi anunciada a Copa no Brasil não houve apresentação nenhuma. Tanto que nos jogos olímpicos eles também não apresentaram nada. Só falaram que aqui tinha que ser removido. Houve então uma reunião da Associação com um grupo de moradores junto com o prefeito lá no RioCentro. O pessoal da defensoria foi. E simplesmente ele falou que ia ter que sair. Todo mundo ia ter que sair. Aí o pessoal contestou, quem tinha o título de propriedade, é um documento legal. Saiu no Diário Oficial da União. Saiu no Diário Oficial do Estado. É um coisa agregada pelo Estado, e não pelo Município.

Clarissa: E foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?

José: Não, eles falaram que seria construído esse Morar Carioca. Eu lembro que em 95, quando eles quiseram remover a gente daqui, eles falaram que iam mandar a gente para Nova Sepetiba. Lá longe. Aí todo mundo bateu o pé. Ninguém precisava sair daqui. Todo mundo se fez aqui. Aí se formou aqui a minha filha que está na faculdade agora. Meu filho pequeno nasceu aqui. Então ninguém queria sair daqui. Para que ir lá para Nova Sepetiba. Agora, nessa reunião que teve, ele falou que estava acabando o Minha Casa Minha Vida ali, o Morar Carioca. Mas ele não falou assim “Vai quem quer”. Ele falou “Todos vão!” Foi uma imposição, não foi uma alternativa. Foi imposto que você teria que ir. Aí houve aquela bagunça. Quem tem título não quer sair mesmo. E saiu.

Clarissa: E quais foram os principais efeitos no seu dia a dia dessa ameaça de remoção?

José: É uma coisa estressante porque você está sempre ocupado. Você sai para trabalhar, mas você não sabe se o cara da prefeitura vai destruir a sua casa. Lógico que ele não seria louco de fazer isso, mas é até uma coisa estranha. Por exemplo, eu trabalho ali para a Odebrecht, na Ilha Pura. Então quando eu acordava aqui para ir trabalhar já estava passando uma draga aqui. Se esses caras derrubarem o muro vai ter problema. Eu já ia nesse sentido.

Clarissa: Mas antes de começarem as demolições, tinham um efeito essa ameaça de remoção?

José: Sim, você ficava preocupado. A própria defensoria não te dava, até hoje a defensoria não me deu e para muitos moradores a certeza que nós podemos ficar. Ela só traz o seguinte: não tem nada que faça vocês saírem. Mas ela também não chega e diz “Tem alguma coisa que não vai deixar vocês saírem.” Assim como eu vim morar aqui e bem lá para trás, uma mulher, a Dona Alvina, fez uma casa bem

aqui. Invadiu meu terreno e fez uma casa. Na cacetada, porque antigamente aqui não havia muro. A gente tinha cerca. A gente saiu e quando voltou estava o barraco da dona no meu quintal - “Não eu vou morar aqui.” Aí eu tive que ir na defensoria, no Estado, lá no Fórum cuidar, abrir o processo. Ela quis me processar porque eu estava morando na minha casa e ela invadiu. E a defensora, dona Maria Ângela o nome dela, eu tenho até os documentos aqui guardados, ela falou “Não você não vai sair de lá” Ela me dava essa certeza. O que a defensoria hoje não dá. Ela só fala assim: “ Não tem nada que vai tirar vocês.” Na época, a Maria Ângela falava que eu não ia sair de lá, quem sairia de lá vai seria ela.” Esse processo durou 5 anos, aí no final, quando fomos para audiência de frente com juiz, o juiz falou “Quem é que mora lá?” Aí eu falei “ Sou eu” e a doutora falou “é ele aqui”. “Você tem documentos?” Aí eu apresentei os documentos. E pediu os documentos da Dona Alvina - “Eu não tenho.” "Então minha filha a gente está até perdendo tempo.” Ela teve que remover tudo, e foi isso. A defensoria não te dá nenhuma garantia, não nos deu até hoje nenhuma garantia. O meu material ficou parado lá fora hoje. Aí ligou para defensoria, a defensora falou assim: "Vê o que se faz”. Não sei, só sei que ela falou para o Altair: “tem que ver porque isso é arbitrário”. E ficou por isso mesmo, eu tive que bater o pé com cara e falei “Se o meu material não entrar, o carro de concreto não vai entrar. O carro de concreto é um material. Então se ele entrar, o meu material tem que entrar. E aí foi um *bololô*, aí veio meu tio que é policial, ele ia meter a mão no cara. Então o Pedro Paulo liberou a entrada do meu material.

Clarissa: Esse Pedro Paulo ele é da obra do Parque Carioca?

José: Olha Clarissa, eu não sei quem ele é não, mas só sei que ele roda bastante aqui dentro. O que ele fala é como se fosse deus e malando na terra. Eu não sei o que esse cara é, mas sei que o que ele determina é o que se cumpre.

Clarissa: E no dia a dia da comunidade, não estou falando nem dessa ameaça da comunidade com relação às Olimpíadas, mas essa ameaça que já vem de um tempo, pelo menos que vem desde 95, o que você acha que isso traz para comunidade de efeito como um todo?

José: Traz um efeito extremamente desagradável. Porque até antes de ser anunciado que o Rio seria a sede das Olimpíadas, todo mundo aqui vivia bem. Tudo isso aqui era cheio de criança brincando na rua. Quando falou que o Rio seria um Rio Olímpico, trouxe aquela incerteza para todo mundo. Eu que já tenho título, eu já nem sei se estou mais garantido aqui. Tem pessoas que iam permanecer morando aqui, mas eles foram minando a pessoa de uma tal forma, em 95, 97, 2005, 2006, 2007, de novo. Aquele chove não molha, toda vez que você vai deitar a sua cabeça no travesseiro e ter a incerteza se você vai ficar ou não, se você vai sair ou vai ficar. Eu acho que minou demais a comunidade, minou muito. Tanto é que foi todo mundo saindo. Aqui, isso tudo era cheio de casa, olha como é que está. Parece até um Iraque destruído.

Clarissa: Como a prefeitura apresentou os projetos de reassentamento à comunidade?

José: Cara, eu não sei se ela apresentou porque eu não fui na reunião do Rio Centro. Eu sei que o que foi passado para nós nas reuniões aqui na Igreja Católica é que quem quisesse sair, receberia o apartamento, seria reassentado ali. A única alternativa foi essa. Ou você sai para ir para lá ou você sai. Até então, não estava se falando que ia indenizar os moradores. Não haveria indenização.

Clarissa: Mas a Prefeitura não falou como é que seria esse reassentamento?

José: Não ficou. O que foi apresentado lá no Rio Centro é que as pessoas que quisessem sair daqui, seriam assentadas lá. O restante que não quisesse sair ia ter que brigar na justiça.

Clarissa: E como foi esse processo de reassentamento aqui? Houve cadastramento aqui? Como a prefeitura fazia esse processo?

José: Eu não sei o que aconteceu. Eu sei que a Prefeitura, um tempo atrás, em 2010, ela começou a marcar as casas. Vieram marcar a minha e eu falei “Não, tu estás marcando a minha porque?” - “ Ah isso aqui é da Secretaria Municipal de Habitação, que vocês vão receber uma casa”. Aí eu falei: “ Mas aonde?” Num período atrás era em Nova Sepetiba. E como eu vou receber uma casa se eu não estou vendendo a minha? Aí eu não deixei marcar a minha. Você pode olhar aqui todos os muros e ver que tem um azulzinho, e o meu não tem. Eu não deixei marcar. Porque eu não deixei marcar? Porque ele não apresentou nada. Ele só chegou aqui e disse: “Vou marcar sua casa porque você vai sair.” Eles não querem saber se você quer sair, não dizem para onde, se a gente vai para Bangu ou para Campo Grande. Só marcavam e diziam que ia ser removido para determinado lugar. Mas até então ninguém sabia que era para o Morar Carioca. Ninguém sabia. A gente via umas construções mas ninguém sabia que era para ali para Vila Autódromo.

Clarissa: E você sabe como ela negociou com esses moradores para serem reassentados?

José: Olha, é muito "ouvi dizer", porque até a mim ninguém veio me oferecer nada. Mas ouvi dizer. E aí quando cada um ouve dizer, cada um conta alguma coisa. Então o que eu soube foi o seguinte: uma dona aí grandona, Solange acho, vinha na casa da pessoa, fazer uma entrevista e nessa entrevista já tinha outro cara tirando as fotos de tudo o que você tinha dentro da casa. Por exemplo, a gente está aqui conversando, e o cara tirando as fotos e eu nem estou vendo. Aí mediante aquela foto ela falava se você tinha condição de ir para lá ou não. Isso foi o que eu ouvi. Aqui mesmo eles não entraram. No dia que o cara entrou aqui no meu portão eu chamei a polícia. O cara estava tirando foto e eu perguntei porque ele estava tirando foto - “Ah não, é para Prefeitura”. Eu respondi: "a casa minha, o dono sou eu e quem tem que autorizar para tirar foto sou eu." Ele disse: “ não

precisa disso não” e foi embora. Se você observar, a única casa que não tem marca é a minha. Eu não deixo. Porque ninguém chegou até a mim e falou vamos fazer isso, vamos sentar aí, como você veio. Ninguém fez. Simplesmente se o portão tiver aberto, eles entram e vão tirando as fotos e acabou.

Clarissa: Ele chegou a falar alguma coisa com você, se você ia sair ou porque você teria que sair? Chegaram a dar alguma explicação porque que estavam fazendo aquilo?

José: Não, não. No dia que o tal rapaz estava tirando a foto ele falou que o Edurado Paes estava pedindo para tirar as fotos porque ia haver remoção. Só isso que ele falou - "Vai haver remoção então nós estamos identificando as casas." Só isso que ele falou.

Clarissa: Você sabe o que ela disse para o seus vizinhos?

José: Olha, Clarissa, por exemplo o que ela disse aqui para o Seu Junior, que mora aqui em cima. Ela chegou, conversou com ele. Eles vinham oferecendo uns elefantes danados - “Lá é melhor, tem isso, tem aquilo.” Começou a mostrar muita coisa para o Seu Juninho. Que a casa dele era de um quarto e lá ela daria uma de três quartos para ele. Então, se eu moro numa casa de um quarto, e você vai me dá uma de três, se eu estou numa furada eu já ia. Então ele ofereceu e ele aceitou e foi.

Clarissa: Houve aqui oferta de indenização? Você chegou a comentar que ela não tinha ofertado primeiro a indenização, mas chegou a ter o momento da indenização?

José: Olha, eu estou falando o negócio de indenização, porque ali na frente tem essa casa aqui na frente que em cima é a Márcia e embaixo é um bar. Do lado tinha uma casa e uma igreja. Não é porque eu ouvi, o próprio dono veio nos falar. Do lado da casa dele eles indenizaram por um valor, e pela igreja um outro valor. A gente não precisa nem falar, mas foi um valor bem alto. O valor foi muito alto. Pela casa, ele recebeu um apartamento lá e mais um dinheiro, uma compensação lá. E pela Igreja ele só recebeu dinheiro. Então eu sei que foi indenizado porque o pastor falou isso para gente. Ele não tinha necessidade de (...)

Clarissa: Ele chegou a falar como foi essa indenização? Se a prefeitura teve que vir aqui ou se ele foi lá?

José: Como é que é essa negociação? A prefeitura chega aqui, mete o medidor de topografia, tira foto e não fala nada. Aí você é chamado para ir lá Prefeitura. Lá eles falam: “sua casa tem dois metros por um meio e eu vou te dar 10 mil.” É assim que eles falam. Estou falando isso porque pessoas amigas minhas daqui de dentro já foram lá. O vizinho ali da esquina ofereceram a ele 114 mil reais. Vieram mediram a casa dele, a casa da mãe dele que é embaixo e, quando a mãe

dele foi lá, ofereceram 114 mil reais a ela. Aí no outro dia a senhora estava passando aqui da prefeitura e perguntou: “Já vieram na sua casa?” Eu falei “E nem vão vir!”, “A por quê?”, “Por isso aí que você está vendo que era 800 mil reais”, “Ué, mas a gente (...) “Se a senhora fosse derrubar a minha casa, a senhora daria quanto?” Aí ela falou: “Ah, eu não sei. Só sei que a gente compara a casa”, “Não tem problema, a senhora compra a casa e eu construo uma na frente.” Porque o meu terreno é um todo. A casa está dentro do terreno. “E se vocês forem comparar, vocês tem que me comprar tudo”. A metragem quadrada, não é só o que eu construí. São 23 anos não são 23 dias! É muito tempo. É muito tempo para você chegar para uma pessoa e “ó tua casa vale um real.”

Clarissa: Mas a prefeitura chegou a falar com você? Ou você chegou a ir na prefeitura?

José: Não, não. Não fui chamado não. Só nesse dia que ela passou aqui que eu falei isso para ela. Que a minha casa aqui da rua, a minha e a dele. São as únicas que nunca tiveram visitas de ninguém. Porque na primeira vez que eles vieram, o meu filho pequeno estava em casa. Então eu já achei um absurdo eles quererem entrar com meu filho pequeno. Se entrasse eu ia chamar a polícia. E na segunda vez que eles vieram, na verdade minto, na primeira vez que eles vieram era para marcar a casa. Na segunda vez que eles vieram o pequeno estava em casa porque ele estuda de tarde. Aí meu filho pequeno disse: “Se eles entrarem eu ia chamar a polícia.” E na outra vez foi essa da rua que eles passaram. Então eu deixei bem claro, pelo meu quintal, se você for me indenizar é esse valor que eu quero. “Ah, mas a gente compra a casa.” Eu falei “ É simples, derruba a casa me dá o valor que eu vou construir aqui na frente. “Ah isso não pode”. “Você quer comprar o que? A titularidade da propriedade? Eu te dou ela, mas você tem que me indenizar de um jeito que eu possa comprar uma casa num local muito bom, como eu acho aqui.” No Autódromo para mim é muito bom.

Clarissa: Por que é bom?

José: Porque é um lugar onde olha, você não tem tráfico, não tem bala perdida, não tem milícia. Você tem a segurança de deixar a sua casa aberta e você voltar tudo estar dentro. Você tem segurança de deixar o carro do lado de fora e ele não ser arranhado. E que lugar que eu vou morar e vou poder fazer isso? Eu saio e vou ao mercado, ele (filho) está dormindo deixo a casa assim, encostada, sem fechar nada, e quando volto, ele está dormindo, a casa está segura, sem mudar nada. Está da mesma forma. Em que lugar eu vou poder fazer isso? Se você vê todas as casas aqui não tem grade. Porque é um lugar seguro, é um bom lugar de se morar.

Clarissa: Você falou da reunião do Rio Centro, você tomou conhecimento de reuniões que a prefeitura fez além dessas do RioCentro?

José: As outras reuniões que tiveram lá na cidade eu não podia ir porque eu trabalho. Então eu soube das reuniões na cidade, do pessoal que aqui dentro da comunidade houve um pessoal que foi comprado. Houve aquela conversa de

prefeitura para pessoa “Olha, você faz isso, que eu vou te dar tantos apartamentos.” A gente sabe que isso não iria acontecer. Mas a pessoa achou que iria acontecer, então começou a insuflar, insuflar, então eu lembro que houve uma reunião lá na cidade, lá na Cidade Nova, que foi um grupo daqui de dentro, foram dois grupos, um grupo dizendo que queria sair porque aqui não tinha saneamento. E realmente não tinha saneamento. Não tem urbanização nenhuma. A lama. Isso aqui até parece uma roça, mas é bom de se morar aqui. Então foi esse grupo dizendo que aqui não tinha nada e o grupo que queria continuar morando aqui, assim como eu. Eu lembro que o pessoal que queria sair foi dizendo assim: “O presidente da Associação está nos proibindo de negociar”, mas a realidade não era essa. O Altair nunca falou assim “Clarissa, você não pode falar nada”, “José você não pode falar nada”, “Rafael, você não pode falar nada”. Ele nunca falou isso. Ele sempre falou: “quem quer sair sai. Quem quer ficar vai ficar”. Então eu falei: “É um jogo de baralho, carta por carta”.

Clarissa: Você disse que foi nessa reunião (...)

José: Não, nenhuma. Da cidade, eu não fui a nenhuma. Só dessa aqui na comunidade que geralmente é a noite, é domingo. Aí domingo eu estou em casa, a noite eu estou chegando em casa.

Clarissa: E você conhece alguém que foi reassentado? E como foi o processo de reassentamento deles lá, a mudança?

José: Conheço o Juninho. A Prefeitura, ela floreia demais as coisas. Na mudança do Juninho veio o caminhão, veio grupo para fazer remoção, embalaram, pegaram caminhão. Houve um processo de análise, que acho que demorou uns 2 a 3 meses. Aí vieram dois, três dias antes e avisou ele “segunda feira você vai mudar”, avisaram com antecedência, tudo direitinho. Aí veio, entregou a chave e eles foram para lá.

Clarissa: E você sabe como ele está lá? Ele está gostando?

José: Olha, ele não está gostando de morar muito lá não. Muita gente que eu conheço que morava aqui não está gostando de morar lá.

Clarissa: Por quê que você acha que eles não estão gostando?

José: O Juninho me falou, acho que ele ficou uns 2 meses sem gás. Porque lá era gás de rua. E quando ele foi, eles não deixaram levar o bujão. Então, quando ele chegou lá o gás não estava ligado. Aí teve que ligar, um processo demorado. Liga para lá e o bagulho é demorado para o lado de lá. E tem o lance do condomínio que eles estão pagando.

Clarissa: Eles estão pagando?

José: Estão pagando. Pagava condomínio, agora lá eles tem que pagar condomínio, gás, luz, mais o que? Eles pagam 4 taxas lá. Aqui não pagavam. Nós não pagamos. Nós estamos até dispostos a pagar mas desde o momento que eu possa andar aqui sem ter que botar um saco no pé para não sujar o salto alto. A mulher sai daqui com o salto alto, ou uma rasteirinha e tem que botar um saco no dia de chuva senão chega lá fora está lama pura.

Clarissa: E como foi essa saída, quais foram os efeitos para comunidade dessa saída dos moradores que foram reassentados? O que essa saída trouxe para comunidade?

José: O impacto para mim foi a incerteza de ficar. Porque ele tem quase o mesmo tempo que eu tenho aqui. A única coisa que difere um de outro é que eu tenho título e ele não tinha. Então a única coisa que fazia diferença entre nós era essa. Mas o tempo de moradia era o mesmo. Ele nasceu e cresceu aqui. Então quando a gente começa a ver pessoas que a gente conhece a muito tempo sair, a gente fica com aquela interrogação “Dessa vez vai.” Não tem como correr. Até outro dia, a mãe deles estava com certeza de que ia ficar e agora ela está revoltada, quer ir embora. Porque é aquele negócio, você dorme hoje e fico, mas amanhã você não sabe se vai ficar. Sai uma determinação do Supremo: “remova-se a Vila Autódromo.” E aí? Já era, é a última instância. Não tem como ficar.

Clarissa: E o efeito das demolições? Teve algum prejuízo nessas demolições, como é que foi?

José: Para mim não teve prejuízo algum. Mas o que mais marcou os moradores antigos aqui é ver amigos seus indo embora. Dá uma tristeza! Te dá uma tristeza não por eles irem embora, mas ver que a Prefeitura conseguiu quebrar aquele coração. Minou o cara de um jeito que o cara foi embora.

Clarissa: Quando você fala em minar, como é que você acha que eles conseguiram minar?

José: Oferecendo coisas que na realidade não iriam acontecer. Coisas assim: “Lá é asfaltado” - realmente é - “Lá tem playground, tem piscina.” Ela esqueceu de falar que é um aquário. Que é miudinho. O Juninho falou que a piscina é miúda, muito pequena. “ Tem condução próxima” - realmente tem, mas a gente tem aqui também. Mas o que acho que levou a pessoa a sair foi você ter saneamento básico, não ter que sujar seu pé na lama. Você ter luz, pagando a luz mas sem ela está caindo toda hora, que aqui agora está caindo toda hora.

Clarissa: Você sabe por quê que agora está caindo toda hora?

José: Ah não sei, não trabalho na Light. Eu estaria especulando se falasse. É uma coisa que eu nem poderia falar. Mas o que eu acho que foi virando foi isso. Ofereceram muita coisa que na realidade agora eles estão vendo que não era tudo realidade.

Clarissa: Quero fazer uma pergunta que nem está muito nesse questionário aqui, mas você acha que essa vinda dos funcionários para cá ela traz mais incertezas? Ela aumenta a ameaça?

José: Isso deixa a pessoa com medo. A pessoa fica com medo. Por exemplo, eu não fico com medo. Porque até hoje não entraram aqui. Mas uma coisa que me entristece muito é você ver comunidades que tem no Rio de Janeiro sem um policial, sem um guarda municipal, e a gente que é uma comunidade pacata, uma comunidade calma ter guardas municipais tomando conta da gente sobre a nossa entrada e nossa saída. Isso é desagradável. É triste você ver. Foi o que eu falei hoje lá no portão 10 - “é engraçado, aqui é uma comunidade, que não tem tráfico, não tem nada. ”, “ Mas a gente está recebendo ordens”, “eu sei que vocês estão recebendo ordens, mas eu sou morador aqui, agora vocês estão me vigiando para que eu não faça nada, enquanto tem comunidades aí, escolas precisando de um guarda municipal na porta e não tem.”

Clarissa: Mas eles estão vigiando para você não fazer nada com a sua casa?

José: Para não construir nada, para não entrar material de obra. Ali era tudo emassado direitinho, e pintado. Então lá em cima, é laje pura, tipo como vai pingando a água, que eu tinha feito uma obra aqui. Aí eles falaram que tinha que parar. Que era o quarto deles. Eu estava fazendo lá em cima e eles mandaram parar a obra. Com ordem de quem eu não sei. Então, começou a infiltrar água. E foi caindo as coisas, inclusive eu que tive que comprar areia para fazer uma aguada para selar a laje. “Não pode entrar” eu falei “ Meu irmão, eu não estou fazendo coisa errada”. Então é isso, ela vem nos locais e parece que quando eles passam na rua eles já passam com sorriso no rosto para falar assim: “Estou chegando.” Eles já vem com aquela certeza. Um sorriso bem cruel na cara para falar eu vou te tirar. É isso que vai minando as pessoas. Vai entristecendo todo mundo.

Clarissa: Por que você não aceitou a oferta de reassentamento?

José: Primeiro que eu não gosto de apartamento. Nunca morei em apartamento. Minto, eu já morei com a minha mãe em apartamento. Mas era horrível, eu não gosto de apartamento. Primeiro, esses apartamentos do Morar Carioca são assim, não sei se você já foi lá, essa parede aqui é minha e sua. Tem até uma coisa de que se você botar um copo na parede você ouve o seu vizinho. Isso é desagradável. Você vê aqui ó, eu tenho essa parede mas eu tenho a parede do muro separando a da casa. Eu tenho aquela parede ali e o que eu fizer aqui sou eu que estou fazendo. Não é o vizinho que está fazendo. E lá, o seu cachorro late aqui em baixo e você ouve lá no quarto andar. O apartamento é horrível. Eu não gosto de apartamento, nunca gostei. Então não deixei eles virem, não deixei marcar a minha casa porque na época eu não queria sair, como não quero. Na época eu não queria sair. Então eu também não queria ser marcado. Ser marcado por quê? Se eu não to interessado em sair. E agora eu não quero sair porque eu acredito que a gente vai

ficar aqui e isso aqui vai ficar muito bom. Agora não vou ser hipócrita, se a prefeitura chegar aqui com um bom dinheiro para que eu possa comprar uma casa razoável para os meus filhos, porque eu vou morrer, não vou ficar aqui para sempre, então quem vai ficar com a casa são os três. Lógico, eu não vou ser hipócrita e falar com você Clarissa “Ah não, eu não saio, eu morro aqui” Isso é mentira, quem está falando isso é mentira. Outro dia eu estava conversando ali com a menina, a vizinha ali na esquina e ela falou “Nem se me der 2 milhões.” Eu falei “ Você sabe qual é o valor de 2 milhões? Presta bem atenção, se você tiver 2 milhões você nunca mais vai trabalhar. Você vai comprar uma ótima casa e vai viver de renda. Se você souber você vai viver de renda. Não que 2 milhões vai deixar você milionário. Mas vai te dar uma renda razoável.” Dois mil eu sei, dois milhões é muito dígito para uma conta só. Ela ficou assim: fala que não sai nem por 2 milhões. Eu vou ficar aqui, estão tirando casa por casa aí fica só a minha casa porque fui o teimoso. Aí lá na frente o Supremo Tribunal fala que pode sair. Eu saio com a mão na frente, o barco passou com 2 milhões e eu não peguei.

Clarissa: A relação com os moradores que se mudaram, ela se mantém?

José: Olha, muitos que se mudaram para lá parece que botaram um salto alto. Acho que viraram madame, principalmente as mulheres, viraram madame. A gente passa nos ônibus e elas elas nem falam mais. Os homens não. Homem é homem, onde se encontra fala. Mas as mulheres mudaram de atitude. A maioria mudou.

Clarissa: Mas você ainda tem relações com o pessoal que foi para lá?

José: Tenho, tenho.

Clarissa: Como está sendo viver agora aqui na comunidade?

José: Cada dia é tenso. Porque você não sabe se vai ficar ou não. Foi o que eu falei no início, a incerteza é o pior remédio que a gente tem aqui. Porque você vai numa reunião de defensoria, a defensoria só fala isso: “Não tem nada que tire vocês.” Mas ela também não fala como a doutora Maria Ângela falou para mim, você vai ficar lá. Muito complicado, a incerteza é que mata.

Clarissa: E nessa região aqui da Barra da Tijuca? Como está sendo viver agora aqui? Pelo que eu vejo tem muita coisa sendo construída. Como é que está sendo viver aqui que agora tem o *Rock in Rio*, teve o Pan e agora tem as Olimpíadas?

José: Para mim continua do mesmo jeito. Melhorou muita coisa. Com a construção dos condomínios aqui apareceu bancos, coisa que aqui não tinha. Apareceu banco do Brasil, Caixa Econômica, MultiMarket, escolas melhoraram. Então melhorou muito. O padrão de vida melhorou muito aqui porque apareceu mais ônibus, porque tem mais condomínio. Tem mais casas. Acredito que se nós fôssemos ficar aqui e tivesse o aval de Deus que nós fôssemos ficar aqui acho que quem ficou aqui vai ficar muito bem.

Clarissa: E a relação com os condomínios?

José: Olha, eu não tenho amigos morando em condomínio nenhum. Sou um cara de casa para o trabalho, trabalho para casa. Meus filhos e minha vida. É só isso que eu faço.

Clarissa: E essas obras do Parque Olímpico? Como é que tem sido essas obras aqui do lado?

José: Olha, para gente aqui não causa tanto efeito porque se você observar nós estamos bem distantes de lá. Então o que acontece, o pessoal que mora naquela beirada lá, tem muita poeira que eles falam. O mercadinho toda hora está limpando porque fica muita poeira. Mas eu que moro aqui eu não tenho muito problema não. Mesmo eles trabalhando 24 horas por dia, porque de madrugada eles trabalham também. A gente aqui não sofre efeito nenhum.

Clarissa: Não dá nem para escutar o barulho da obra?

José: Não, não dá não.

Clarissa: Eles usam o espaço aqui da comunidade? Eles freqüentam esse espaço?

José: Os funcionários vem geralmente para comer lá na frente, usar tudo lá na frente. Aqui atrás é o paraíso.

Clarissa: E você acha que essa obra trouxe algum benefício ou prejuízo para comunidade?

José: Eu acho que trouxe mais prejuízo do que benefício. Porque ela cerceou seus direitos de ir e vir. Para você entrar aqui é um problema. Se você ver no portão 10 eles fizeram praticamente um funil para entrar aqui dentro. Nós tínhamos aquela galeria toda para passar tranquilamente, mas agora com essa lei do tal do Pedro Paulo que é muito arbitrário, arbitrário demais. Eles cercearam nosso direito de ir e vir.

Clarissa: O que faz você morar aqui, permanecer aqui?

José: Foi aquilo que eu falei. Eu estou apostando para ver. É um jogo de baralho. Eu estou indo carta por carta para ver até onde vai. Quando eu ver que a minha mão tiver ruim eu saio. Eu gosto muito, como eu te falei, eu amo morar aqui. Nunca encontrei um lugar tão bom para se morar como aqui. Nunca. Já morei em Largo do Bicão, no Irajá, Rocha Miranda, Pavuna, mas nunca como aqui. Esse quando veio morar aqui era pequenininho, tinha muita bronquite. Aqui o ar é muito puro. Hoje ele não tem nada. O ar é puro. Os vizinhos são bons. O local é bom de se morar. Tem tudo para ser um bom bairro. Mas que o prefeito preferiu

minar, cumprir aquilo que ele falou em 95, acabar com as favelas na Barra da Tijuca.

Anexo 6

Roteiro da entrevista:

Remoção	Quando você ouviu falar em remoção na Vila Autódromo pela primeira vez? O anúncio da copa e dos jogos olímpicos aumentou o grau de ameaça de remoção por parte da Prefeitura (2008/2009) ?
	Qual era o motivo alegado pela Prefeitura para a remoção? Foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?
	Quais foram os principais efeitos no seu dia-a-dia diante dessa “ameaça” de remoção?
	Quais foram os principais efeitos dessa “ameaça” de remoção no dia-a-dia da comunidade?
Relação com a prefeitura	Como a Prefeitura apresentou a você os projetos de reassentamento da comunidade? Houve um cadastramento e como foi? Como ela negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Houve oferta de indenização? Como? Quanto? Como a Prefeitura negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Tomou conhecimento de reuniões propostas pela Prefeitura para negociação com moradores da Vila Autódromo? Compareceu em alguma? Quais foram as suas impressões sobre essas reuniões?
“Reconfiguração” da comunidade	Você conhece alguém que foi reassentado? Como foi esse processo de reassentamento? Como foram as demolições? Por que você não aceitou a oferta do reassentamento?
	Você conhece alguém que recebeu indenização? Te ofereceram indenização? Por que você não aceitou a oferta de indenização?
	Que efeitos a indenização ou reassentamento trouxeram para a comunidade? A relação com os moradores que se mudaram se mantém?
A vida atual na comunidade	Como está sendo a vida agora na comunidade? E como está sendo viver nessa região da Barra da Tijuca?
	Como as obras do Parque Olímpico têm impactado na comunidade? Eles usam o espaço da comunidade? O que eles tem feito e como tem agido? Como é a relação dos funcionários com os moradores? Quais prejuízos essas obras trouxeram para a comunidade?
	O que te faz continuar morando/resistindo aqui?

Entrevista realizada no dia 24 de outubro de 2014.

Entrevistado: Pedro

Área onde mora: Rua do Autódromo, na faixa marginal de proteção

Gênero: () feminino (x) masculino () outros: _____
Cor/raça/etnia/origem: () negro (x) branco () indígena () oriental () imigrante
Idade: menor de 18 anos(); 18-30 anos(); 30-50 anos(); 50-60 anos(x); mais de 60 anos ()
Estado Civil: Solteira(); Casada (x); União estável (); Viúva (); Outros (x) Divorciada. Obs: Casada só na Igreja
Filhos: (quantos e idade) 1 filha de 14 anos e 1 filho de 17 anos
Naturalidade: Rio de Janeiro
Com quem mora: com a esposa e os filhos
Faixa de renda (com Programa Social): 1-3 salários (x) 3-5 salários () 5-10 salários () acima de 10 salários ()

Clarissa: Há quanto tempo você mora na comunidade?

Pedro: Agora, completando 20 anos .

Clarissa: Quando você veio, qual foi o motivo pelo qual você escolheu vir para cá? Teve alguma razão?

Pedro: Primeiro que era um lugar agradável, achei um local agradável e segundo foi uma oportunidade de estar próximo ao Autódromo, porque eu gosto muito de corrida. Então eu juntei o útil ao agradável. Foi meu principal motivo.

Clarissa: E quando você chegou aqui a 20 anos atrás, como é que era morar aqui? Como é que era essa região?

Pedro: A comunidade sempre foi uma comunidade muito pacífica. A gente nunca teve problema de tráfico, de assalto, de roubo. Não havia tantos prédios na época. O local não havia condução e havia uma série de dificuldades de saneamento. Não tinha nenhum tipo de saneamento, mas já existia pessoas morando. A comunidade já existe há mais de 30 anos. Quando eu vim para cá, já tinha pessoas, já tinha moradias. Era uma comunidade tranquila nesse ponto e não tinha muito comércio. O comércio que não tinha tanto, mas de uns anos para cá cresceu muito. Aqui na verdade não era considerado Barra da Tijuca. A Prefeitura com projeto de expansão imobiliária, juntamente com a Carvalho Rocha que criou isso aqui como Barra da Tijuca. Começou como *Rio 2* (condomínio privado), aí eles ampliaram aqui e a Abelardo Bueno já é Barra da Tijuca.

Clarissa: Quando você ouviu falar em remoção da Vila Autódromo pela primeira vez?

Pedro: Logo quando eu cheguei. Logo que eu cheguei já tinha um projeto que era o Eduardo Paes como subprefeito e o Cesar Maia, já tinha um projeto de remoção. Só que eu não sabia que tinha esse problema. Quando eu comprei de outra pessoa, não sabia da questão da remoção, porque eles já tinham removido o pessoal da península, removido o pessoal do Via Parque, tudo alegando que era área de preservação ambiental, mas que depois eles construíram os apartamentos que são considerados os mais caros do Rio de Janeiro. Só tirou a comunidade carente. Deixou baixar a poeira, e logo 2 anos depois deixou a Carvalho Rocha construir lá o Península (condomínio privado). Então já tinha esse projeto, porque quando eles começaram a construir o circuito em volta de Fórmula Indy, em 1992, se eu não me engano, começou esse projeto da Indy vir correr aqui. Eles tinham um projeto aqui para trás de construir Apart Hotel - arrancar a comunidade e construir apart-hotel. Porque o americano, o inglês, o espanhol e o francês ia vir para cá e ia se hospedar em hotel na beira da lagoa. Então não tinha nenhum projeto a não ser o da Fórmula Indy. Por incrível que pareça, o poder público gasta dinheiro do povo, não dá satisfação. Porque o mesmo circuito que eles construíram, que custou mais de 60 milhões de dólares, foi o circuito mais caro do mundo e jogaram terra em cima disso tudo. Não deram satisfação para ninguém. Primeiro cortaram o Autódromo pela metade e agora tiraram tudo efetivamente. Porque as Olimpíadas são só uma cortina de fumaça, todo mundo sabe disso.

Clarissa: O que mudou desde que você chegou aqui na Vila Autódromo?

Pedro: A comunidade continuou com as mesmas características de uma comunidade que pode-se dizer que é uma comunidade excelente em pessoas. A única coisa que deixou realmente a desejar é que nunca o poder público quis fazer o saneamento para melhorar a comunidade, mas não mudou muita coisa ao meu ver. Porque, há 20 anos que eu conheço as mesmas pessoas. Todo mundo que veio para cá nunca quis sair. É uma comunidade apaixonante. Moro aqui a 20 anos, graças a deus nunca fui roubado. Onde uma pessoa que mora há 20 anos no Rio de Janeiro e nunca viu um assalto na rua, roubo na rua. Quem não quer morar num paraíso desse. Nem parece que estamos no Brasil. Não mudou muita coisa. A única coisa que mudou é que houve uma expansão nas redondezas do comércio, houve mais construção de prédios. Isso mudou. Mas não influenciou a comunidade a não ser pelo custo e benefício de você ter um mercado mais perto além desse da comunidade.

Clarissa: E as ruas e saneamento, foram os moradores que fizeram?

Pedro: Isso, as melhorias, e isso eu quero deixar bem ressaltado, todas as melhorias foram juntamente com a Associação de Moradores na pessoa dos presidentes, hoje a pessoa mais atuante é o Altair ele, a dona Jane, o pessoal se engajando aí na luta, a professora Inalva, a dona Penha, pessoas que sempre se engajaram na luta e para comunidade fizeram as melhorias. A comunidade não

joga nenhum tipo de esgoto para Lagoa. Todo mundo, acredito que 99 % dos moradores tem esgoto para fora, tem sumidouro. Eu tenho sumidouro para fora, quando eu fiz isso jamais com minha consciência da beleza dessa lagoa eu ia jogar alguma coisa para lagoa. Então todos os moradores tem o saneamento, a caixa de fossa esperando o saneamento que nunca chegou. Agora, sobre a tubulação de água, da maneira que tem aí, com as manilhas, foi todos os moradores que fizeram. Não teve ajuda do poder público e nada do governo.

Clarissa: E a luz, o telefone?

Pedro: Sempre tivemos luz aqui e telefone também. Quando começou o primeiro morador, logo chegou a esticar cabo para cá. A gente teve acesso ao telefone também.

Clarissa: Com anúncio da Copa e das Olimpíadas qual foi o impacto disso nessa ameaça de remoção desde que você chegou aqui? Aumentou o grau, vocês ficaram com mais medo ou não, foi indiferente?

Pedro: Aumentou muito, porque quem mora aqui e sabe do real interesse e da real história da prefeitura nessa localidade sabia que ele ia jogar a opinião pública contra a comunidade. O que foi marcante é dele alegar que aqui é uma área de mobilidade, de interesse por causa das Olimpíadas ele ia querer, quando ele anunciou o Rio de Janeiro o direito a sediar as Olimpíadas, primeira coisa que ele falou à imprensa foi que ele ia tirar a Vila Autódromo. Já havia um interesse dele anterior desde que ele era subprefeito. É porque as pessoas tem memória fraca e a opinião pública é levado pelo que se fala pela televisão, e a televisão nem sempre fala o que é verdade. As vezes o patrocinador da televisão quer falar algo que é de interesse dele, ele ta bancando o programa até o horário, ele diz que é bom para todo mundo. Quando houve isso a comunidade sofreu uma retaliação porque começou a investida da prefeitura. A área do Autódromo que é de uso deles, que é área concedida para o grupo Rio Mais, é uma área lá dentro. Mas eles não querem ficar só lá dentro. A Prefeitura não quer ficar só lá dentro, a prefeitura não está nem interessada com as Olimpíadas. A Prefeitura não está interessada com os atletas. Os atletas estão aí, morrendo de fome. Isso aí é só uma cortina de fumaça. Porque os jogos olímpicos são capitalistas desde os jogos de Montreal de 68. São jogos capitalistas, com interesse de ganhar muito dinheiro. Ninguém está preocupado com atleta, isso aí é uma firula. É uma jogada muito bonita de *marketing* para envolver o povo brasileiro. Porque todos os jogos da grande cidade de outros países deixou dívida absurda, deixou elefante branco. Aqui não vai ter elefante branco porque eles já vão fazer especulação imobiliária. Quando acabar as Olimpíadas vai virar especulação imobiliária para as grandes corporações que bancam a campanha do prefeito Eduardo Paes.

É uma roda gigante que não para. A comunidade começou a sofrer porque todo mundo sabia a retaliação em termos de pressão, jogada política tipo da lei. Eles usam ela e daqui a pouco mudam ela para beneficiar as empreiteiras, botam nome muito sugestivo que as pessoas nem percebem. Assim, “Parque Carioca”, esse nome foi criado muito sugestivamente porque quando você fala “Parque Carioca”

a mente é associativa. Dá logo a entender que Parque é lugar feliz, de alegria e não é?! Aquilo lá é um lixo. Então Parque Carioca foi para as pessoas acharem que tão indo para um parque. A pessoa fala “Estou indo para o Parque” e que parque legal ein, tem parque de diversão, roda gigante, não. Tem lá é muita tristeza. As pessoas são tiradas daqui de uma área carente porque pelo menos aqui elas tinham um vínculo com a comunidade, não tinham que pagar condomínio. Porque como um cara que mora em condições precárias vai chegar e pagar condomínio? Até porque a Prefeitura fez uma jogada muito interessante: vai dar moradia para pessoas só que ele não dá moradia, sabe o que ele dá? Ele facilita o crédito com os banqueiros para deixar as pessoas se endividem com os bancos. Ele pegou e falou que deu um cartão de 5.000 mil reais para as pessoas comprarem eletrodomésticos tudo novo para sua casa, e que lá tinha piscina para eles. Então, o cara pegou aquele cartão, mas que ele tinha que pagar a mensalidade daquele cartão, porque nada, para ele, sai de graça.

Clarissa: Isso está acontecendo lá?

Pedro: Lógico. Tem gente de lá que já está saindo e está voltando para a comunidade. Porque não está conseguindo pagar, já está com luz cortada. Isso com certeza, quando houve a conquista e a jogada para o Rio de Janeiro sediar as Olimpíadas, porque eles tem um interesse muito grande pelo Brasil, o que eles querem fazer com o Brasil? Eles empurraram para cá as Olimpíadas, Copa do Mundo, Jornada Mundial da Juventude, entendeu? Porque se você - nós três formamos natureza e lixo - se você não tiver natureza para transformar em lixo não adianta ter dinheiro. Você pode ser milionário e se tiver no deserto do Saara o seu dinheiro não vai valer de nada. Primeiro que o dinheiro, as pessoas não sabem, só 4, 75 % do dinheiro é real, o resto é só número de computador em banco. As pessoas não sabem disso, elas se iludem. Vão lá e veem 10 mil no banco e acham que tem aquilo lá, é só número de computador. Por isso que eles deram celular para as pessoas que tem máquina fotográfica, tem câmera de filmar, e o próximo passo é o digicash que é o dinheiro digital. Então é uma jogada.

Clarissa: A prefeitura chegou a dar o motivo da remoção para vocês nessa época?

Pedro: Ela falou muita mentira. Primeiro, ela alega que é a questão do meio ambiente. Depois, ela arranca todas as árvores e arranca até pau-brasil, não está nem aí. O pau-brasil é uma árvore tombada pelo patrimônio nacional. Ela passa por cima disso, não respeita nada. Depois ela diz que é área de interesse deles que a gente não pode ser um cidadão que trabalha, que paga seus impostos e não deve nada a ninguém, e nós somos considerados de classe baixa como eles gostam de classificar a gente. E o pobre não pode morar em lugar de rico. A alegação principal dele é que aqui é uma área de interesse e que para receber as Olimpíadas não pode ter uma área de favela, que ele considera a gente como favela. Se nós somos favela é porque o sistema empurra as pessoas para a favela. O governo não dá emprego para as pessoas. Eles querem que nós paguemos os impostos e são os impostos mais altos do mundo. No Brasil é um paradoxo: como é que pode o Brasil ser, como a ONU diz, a sexta economia do mundo e ser

octagésimo quarto em distribuição de renda. É um paradoxo esse Brasil por causa desses governantes. Ele (Eduardo Paes) alega muita mentira, diz que é preservação do meio ambiente, que nós destruímos, diz que a gente está em área de preservação ambiental, que nós não respeitamos a lei, que ele bota uma lei que já começa a vigorar agora que a metragem do espelho da água até a construção é de 15 metros. Agora quando nós construímos a lei era outra, a lei era de 5 metros. Imagina se essa lei tivesse que vigorar para todo mundo. Então vai ter que tirar o gondoleiro, vão ter que tirar pessoas que respeitaram a lei antiga. Então a lei teria que ser respeitada por quem fosse construir agora e não quem já estava aqui desde quando o governo deu a legalidade para as pessoas morarem aqui com a lei de 5 metros. Então eles vão alegar sempre mil e uma coisas. Porque o interesse deles não é beneficiar o povo e sim beneficiar a classe de empreiteiros e construtoras que bancam a campanha do senhor Eduardo Paes.

Clarissa: E na época ele chegou a dar alguma alternativa pra vocês?

Pedro: Não, ela nunca deu alternativa. A alternativa dela veio agora porque se tornou muito vultoso. A Vila Autódromo se tornou uma comunidade pedra no sapato do Eduardo Paes. Então por isso eles agora dão alternativa como eu citei antes do Parque Carioca. Isso foi feito nas escuras porque o terreno que foi comprado para fazer o Parque Carioca, o terreno foi super faturado. A Prefeitura pagou se eu não me engano 19 milhões e esse terreno pertencia à empreiteira que banca a campanha do Eduardo Paes. "Coincidência", não?! Aparece no jornal, aí o Eduardo Paes anunciou - ele é um bom prefeito, ele lê matéria de jornal -, aí ele viu que tem esse lugar aqui - "Como eu estou preocupado com o pessoal da Vila Autódromo tem esse lugar aqui!" Quando chegou lá, que coincidência, era do amigo da campanha dele. Isso é o que eles estão fazendo hoje. Isso é uma oportunidade, porque a justiça não foi favorável na causa que a Prefeitura entrou. A juíza não deu a remoção e sim os 15 metros da faixa marginal. Ele não quer que ninguém fique. Por exemplo, minha casa tem mais de 15 metros - eu tenho 35 metros - então se eu perder eu posso continuar aqui com tranquilidade, mas eles não querem isso. Eles querem é tirar todo mundo, ou por bem ou por mal. Aí faz isso aí: derruba as árvores, derruba o muro. Porque o muro dividia a área de uso da Vila Autódromo e a área da comunidade, e é o que eles estão fazendo. Eles vão passando por cima de tudo.

Clarissa: Quais foram os principais efeitos no seu dia a dia com o impacto da remoção?

Pedro: Psicologicamente desestruturou toda a minha família. Nunca vi a minha esposa, em 24 anos que eu estou com ela, ficar depressiva. Minha filha desgostosa. Doença na minha filha, porque a minha filha tem problema respiratório, tem crise direto para comer. A minha esposa ficou 2 semanas gastando remédio com tosse e não conseguia dormir. Mudou tudo porque você se sente desprotegido porque o poder público não cumpre com nada. Disseram que iam botar um tapume para os caminhões passarem. Como é que várias pessoas, vários engenheiros, tem vários projetos, tem toda uma equipe, aí vai fazer um

projeto e não vai ter plano a, plano b e plano c. Vai dizer que lá na frente não está podendo passar os caminhões. Isso aí é para criancinha! As pessoas começaram a mudar, que ficaram desgostosas. Então vizinho que você via há mais de 20 anos, não vê mais do lado. A comunidade ficou com vários terrenos baldios, sem um cercado, sem proteção, então está dando acesso às casas. A comunidade ficou totalmente desestruturada. O que tinha de asfalto é barro puro. A tua casa treme porque quando a obra está passando ela treme, o lustre cai na tua cabeça. Estão fazendo massagem no teu corpo inteiro, porque quando você está no chão o teu corpo está tremendo. Parece que está num centro de massagem. Então mudou tudo, você está sob pressão o tempo todo. Imagina o tempo todo você saber que um vizinho teu foi embora, que a Prefeitura deu um dinheiro para ele sob pressão, que nem foi o valor que deveria dar. Aí aceita com medo de perder tudo. Joga com o seguinte: faz um terror psicológico pior dos campos de concentração. Que nos campos de concentração, as pessoas sabiam que estavam lidando com uma guerra contra nazistas. Só que a Prefeitura se finge amiguinha tua. Eles facilitam até o transporte para você. Vem com caminhão, te ajuda. Mas na realidade você convive com isso, com vizinho teu indo embora, com a solidão.

Clarissa: E você sabe como a prefeitura apresentou esse projeto de remoção para o Parque Carioca?

Pedro: Não, ela nunca apresentou diretamente. Ela fez algumas reuniões, mas eu nunca compareci com o prefeito, mas tinham algumas pessoas da comunidade. E a comunidade entregou uma proposta de reassentamento na própria comunidade para quem quisesse ficar. Ia fazer a pavimentação, ia fazer a urbanização da comunidade. Só que eles fizeram uma jogada de fazer uma pressão psicológica com seus agentes do mal, porque eu tenho certeza absoluta que a próxima cidade que o Eduardo Paes for governar se chama "Infernolândia". Capital do inferno. Ele fazia com que as pessoas que são mais humildes, que não tem um pouco de conhecimento, todos os dias ele ia com um agente lá e falava "Oh se vocês não aceitar a proposta, você vai perder tudo", "A prefeitura vai derrubar". Todo dia a mesma conversa. Até que o ponto que as pessoas aceitaram, e eles fizeram uma jogada de tirar uma pessoa em tal dia mas não veio naquele dia: começou a recrutar gente, mais pessoas a sair e depois alegaram que por causa do presidente da associação não podia entregar as chaves da casa porque o presidente da associação entrou com uma ação. E as pessoas foram bater no presidente da associação e quase mataram um chefe de família. Então essa foi a jogada deles. Não teve projeto. Ele sempre falou uma coisa mas na realidade agia de forma diferente. É a mesma coisa eu estar falando aqui contigo algo, que eu não bato na minha esposa, na minha filha e daqui a pouco estou batendo na minha esposa e na minha filha. São só palavras. Atitude não houve, ele nunca apresentou nenhum projeto. Qual projeto que ele apresentou? Não teve uma vez que ele apresentou. Quem apresentou foi a comunidade por intermédio com pessoas que se apaixonaram pela comunidade e pelas pessoas que viviam aqui e fizeram o projeto como foi a professora da universidade, eu esqueci o nome dela.

Clarissa: A professora Regina?

Pedro: Ela mesmo.

Clarissa: E esses agentes? Quem são esses agentes?

Pedro: São pessoas que trabalham na Prefeitura. São funcionários. Acredito eu que alguns podem ser da prefeitura mesmo e outros são terceirizados. Muita coisa foi terceirizada pela prefeitura.

Clarissa: E o que eles eram? Eles eram administradores, assistentes sociais?

Pedro: Vinha aquela pessoa a Marli Peçanha, com mais uma secretária dela e outras pessoas, pessoas até que eles tiraram da comunidade e ofereceram emprego para facilitar. É o rosto amigo. Se está trabalhando na prefeitura e é amigo, a pessoa acaba relaxando quando vê que é amigo. Muitos não acham, porque vê que passou para o outro lado. Mas as pessoas que não tem muita percepção, elas aceitam com mais facilidade e caem todo dia na mesma conversa justamente para quebrar a comunidade e desestruturar todo mundo.

Clarissa: E eles chegaram a fazer cadastramento? Medições de casa? O que eles fizeram?

Pedro: Fizeram cadastramento anteriormente. Numeraram as casas de acordo com o cadastro deles lá.

Clarissa: Primeiro eles fizeram o cadastramento e depois passaram de porta em porta (...)

Pedro: Isso, depois eles apresentaram o Parque Carioca e a construção lá. Que estavam construindo; que a chave estava para ser entregue para quem quisesse ir. Aí eles começaram com essa investida.

Clarissa: Mas você lembra quando foi o cadastramento?

Pedro: Começou a investida forte esse ano. Eu não estou lembrando quando, se foi em março, mas a investida foi esse ano.

Clarissa: Mas essa coisa de botar número em casa foi quando?

Pedro: É eles fotografavam e perguntava quantas pessoas moravam, se era comércio ou residencial, e botavam o número. Depois passou-se muito tempo e veio com outro cadastro. Era para cadastrar as pessoas que queriam ir já assinando contrato para ir para o Parque Carioca. Mas projeto de sentar com a comunidade, estudar quem quer sair quem quer ficar, não fizeram de forma nenhuma.

Clarissa: Você chegou a conversar com a Prefeitura ou você sabe como ela conversou com seus vizinhos?

Pedro: Bem eu sei que ela conversou com algumas pessoas e também conversou comigo. O que ela conversou com as pessoas, que veio ao meu conhecimento, era que lá a pessoa ia ter piscina, ia ter churrasqueira, ia poder trocar os móveis todos da casa. O cara tem um fogão só com uma boca e ele vai ter um fogão com seis bocas, aí fica fácil. Então, com essas pessoas e sempre botando medo: “Oh se você não aceitar isso, o que a Prefeitura está oferecendo, você vai perder tudo!”

Clarissa: E com você, ela falou alguma coisa específica?

Pedro: A princípio, quando ela se reuniu com alguns moradores aqui, o prefeito disse que essa área ele precisava. Precisava e queria pagar as pessoas que quisessem sair pelo valor justo da barra da tijuca.

Clarissa: Ele falou isso?

Pedro: Ele falou isso. Que ia pagar o valor justo para todo mundo aqui.

Clarissa: Em uma reunião com os moradores?

Pedro: Não, com alguns moradores. Com alguns representantes vamos dizer assim. Ele se reuniu alguns representantes. E aí começou a fazer a medição. Eu falei que não ia deixar medir porque eu não ia sair daqui. Mas alguns moradores me convenceram a deixar medir porque se houvesse alguma necessidade de sair, minha casa estaria medida. Eu me arrependi. Porque primeiro eles não mediram certo. Mediram faltando pedaço do terreno. E depois veio com a alegação, ofereceram um valor para minha casa dizendo que primeiro eu não tenho direito, que eu não pago o meu terreno, que não pode pagar o valor justo porque eu não sou morador, um bando de alegações, que a Prefeitura não quer prejudicar ninguém e por isso antes que deposite em juízo. Como é que ela vai depositar em juízo algo que não é nem legal. Só para depositar em juízo se ela tiver ganho alguma ação contra mim. Até que eu saiba ela não ganhou, está em recurso ainda. E quando acabar esse recurso ainda vai para o STJ. Então além do mais eu não falei que ia negociar com a prefeitura. Eu simplesmente quis ouvir. Eles alegam um monte de coisas que eu, as duas vezes que fui lá, falei para minha esposa que não queria ir. A primeira vez eu fui porque a minha esposa insistiu muito, porque todo mundo estava indo. A minha esposa e minha filha me convenceram. E para ouvir como eles usam da artimanha. Para analisar como as pessoas agem. Porque se você se mostra que tem muito conhecimento, as pessoas não vão nem agir de forma errada contigo ou querer te enganar. Se você se faz de leigo você consegue saber como é que agem as pessoas. Como é que elas com as pessoas humildes elas massacram. A pessoa não tem acesso a informação e fazem o que querem. Então as vezes que eu fui eu me fiz de desentendido.

Clarissa: E o que eles falaram?

Pedro: Eles falaram para mim que iam acabar com meu sofrimento já que eu tive vários problemas com a prefeitura. Que estão me dando o valor mais do que justo. Que eu posso comprar uma casa em Bangu. Que eu posso comprar um casarão em Realengo. Eu, com todo respeito, não ofendi ninguém mas falei “ só se sua mãe morar comigo. Eu moro em Jacarepaguá há mais de 20 anos e você quer me jogar para Bangu? Qual o motivo?” Então quando você fala alguma coisa eles argumentam que a gente não tem o título de posse válido, que a gente não tem RGI, que a gente está numa área de preservação ambiental, que a prefeitura vai ganhar a ação na justiça, que a Prefeitura vai tomar ações cabíveis. Eles argumentam um bando de coisas.

Clarissa: E o valor que eles ofereceram não foi o valor da Barra?

Pedro: Não, porque olha só, se eu tenho, é lei, se eu tenho título de posse, ou seja, sou dono da terra, que quando vai construir algo você primeiro tem que comprar a terra. Eles não querem a minha casa para ficar com a minha casa. Eles querem a minha casa para ficar com a minha terra. É terra de expansão, é para expandir. Então se eles pagam o metro quadrado da área construída num valor que nem em Bangu você não consegue comprar aqui. Aqui é Barra da Tijuca, foram eles que botaram esse valor. Se hoje a Prefeitura chega e fala: “Seu Pedro, eu vou lhe dar o IPTU”, porque eu tenho IPTU, só que quando eles deram o IPTU eles pagaram de outra área. Eu fui lá para transferir para o meu nome, o fiscal disse “não, esse IPTU é de outra área”. Eu falei “Mas foi a prefeitura que me deu.” Ela está agindo de má fé. É de outra área? Quanta coisa errada. Se ele me desse o IPTU e eu morasse numa casa de pau-a-pique com telhado de zinco, ele ia falar “Seu Pedro, você mora na Barra da Tijuca”. Você tem que pagar o IPTU da Barra da Tijuca. Mas na hora de pagar a minha casa ele diz que não pode pagar porque não é Barra da Tijuca, porque não é legal, porque você pode ser preso. Aí na próxima vez que eu for lá eu vou falar com eles: “Oh eu deixei vocês falarem, que eu me fiz de leigo. Você me diz que pode ser feita acionada pelo Ministério Público, então o Ministério Público já pode acionar o prefeito porque ele está fazendo várias coisas irregulares. Primeira coisa que ele fez irregular foi comprar o terreno, do cara que banca a campanha dele, num valor absurdo para construir o Parque Carioca, gastar 102 milhões quando tem um projeto da comunidade aprovado por bem menos. Não sou eu que sou trabalhador que vou enriquecer a custa da prefeitura.

Clarissa: Você chegou a ir em alguma dessas reuniões?

Pedro: Não, com o prefeito eu nunca quis.

Clarissa: No Riocentro você não foi?

Pedro: Não, não deixaram eu entrar aí eu fui embora. O Eduardo Paes ia escutar. Deus não permitiu que eu encontre com ele.

Clarissa: Você me contou um pouco que o pessoal que foi reassentado está triste, mas você sabe mais ou menos como é que está sendo a vida lá?

Pedro: Difícil. Porque falaram que eles iam para um edifício e não para um difícil. Porque você vive numa comunidade, você vive num espaço físico de um terreno, você não tem ninguém acima de você. Por mais que você tenha um vizinho, você tem uma privacidade, você tem um espaço reservado. Você não paga condomínio, se de repente faltar luz o seu vizinho te cede. A água a gente não pagava aqui porque a CEDAE, por orientação da prefeitura não deixava regularizar, porque vários processos foram para legalização. Uma pessoa que não pagava água, não pagava condomínio, não tinha uma dívida de cartão de 5 mil reais para comprar eletrodoméstico, hoje está morando com um bando de gente, sabe que se o cara de cima não está pagando a água os demais são prejudicados. Se a torneira de cima ficar vazando, imagina. Então tem gente que já está com luz cortada, está sem água e já está voltando pra comunidade. E essas pessoas que vão procurar moradia, se não tiver apoio dos moradores antigos - muitos já estão voltando arrependidos -, vão para onde?

Clarissa: Teve gente recentemente que voltou para cá?

Pedro: Eu soube de duas pessoas que estão voltando que não estão agüentando ficar lá e reclamando. E outros que foram para lá porque é uma ilusão. É ilusão porque para Prefeitura fazer isso ela tinha que fazer um cadastramento e analisar o perfil de cada família. Se você mora numa comunidade carente, aí eu chego para você Clarissa e digo: “ Eu vou te botar numa área, vou te dar um apartamento na Vieira Souto. Só que você não vai poder alugar ou vender. Você vai ter que morar.” Para você, aparentemente, é uma maravilha. Aí, lá o condomínio é 3 mil reais, a luz cara, o teu padrão de vida é alto porque você trabalha em um local totalmente diferente, não te deram estrutura para você morar lá. Não adianta. Tem que reestruturar, tem que te dar um trabalho. Vê como é que seus filhos, vê tua estrutura psicológica. Fazer um acompanhamento psicológico. Não é empurrar goela adentro um remédio que não vai ser a solução. Você está doente e ele vai acabar de lhe matar. Foi isso que a prefeitura fez: botou goela adentro das pessoas por algo que muitas pessoas lá vão ser assassinadas. Vai ter pessoas dentro de um dois anos passando fome e mendigando. Aí a hipocrisia do poder Público em querer acabar com a violência. São os maiores produtores de violência no mundo.

Clarissa: E você sabe como foram essas mudanças? O reassentamento em si? Que impacto teve para os moradores?

Pedro: O impacto foi terrível, porque foi muito no psicológico. Porque muita gente depois disso começou a querer negociar com a prefeitura e a querer punir, porque algumas pessoas estavam até sendo roubadas na comunidade. A dona Terezinha foi roubada na casa dela. Então o pessoal ficou desgostoso, não tem mais estacionamento. É só poeira e barulho. O pessoal não dorme de noite. E não tem mais praticamente aquela comunidade que é aquela comunidade onde você tinha uma apresentação, apesar de não ter aqui o poder público atuando, mas você

tinha pessoas aqui que se mobilizavam, tinha um condomínio. Pagava um valor que podia de 100 reais, então pintava o muro, cuidava das árvores. O meio fio na rua foi a gente que fez, o muro do autódromo era a gente que pintava. Nós compramos máquina para podar as árvores. Ajudava com fumacê, passava o fumacê aqui por causa da questão dos mosquitos. Então mudou porque as pessoas simplesmente ficaram desgostosa e viram que a comunidade ficou horrível. É entulho, poeira e o que eu soube da remoção que é que nem quando você vai fazer piquenique e deixar um pedaço de bolo no chão. Daqui a pouco o bolo some. É assim, chegava os caminhão de mudança igual a formiguinha. Dois mil funcionários da prefeitura, nunca vi tanta gente. Tirava o imóvel da pessoa nem sei em quantos minutos. Era toque mesmo de recolher. Pegava o caminhão e fazia fila de caminhão. Aí chegava a pessoa lá, na mesma hora que tirava a pessoa derrubava tudo. Era uma coisa incrível, nunca vi isso. Tirava a pessoa, acabou de sair a última roupa de cama da pessoa e começava a demolição. Desrespeitando a lei porque eles não poderiam fazer isso. Que existe uma lei que eles não podem fazer demolição assim. Mas eles não respeitam nada.

Clarissa: E vou te fazer uma pergunta que pode te parecer meio estranha mas porque você não aceitou ir para o Parque Carioca?

Pedro: Porque eu nunca quis morar em apartamento, principalmente em apartamento que não é apartamento é "apertamento". Eu tenho a minha casa que eu levei 16 anos morando no tijolo e dormindo no chão por causa da prefeitura. Eu dormia no chão, lacraia vinha subindo na cabeça da minha filha e não tinha luz. Por causa da prefeitura que tirou meu trabalho e cortava a minha luz. Eu fiquei 1 mês no verão sem luz, uma quantidade de mosquito absurda. Eu morei 16 anos no tijolo. Desde 2011 quando teve uma pessoa que estava me patrocinando lá do Autódromo eu consegui construir minha casa. Com dificuldade e muito esforço eu botei porcelanato na minha casa, a minha casa está toda rebaixada com teto de gesso, com sobreluzes. Minha casa está com as portas de madeira, tudo bem feitinho. Eu tenho um quintal de 600 metros quadrados aonde eu trabalho. Como é que eu vou morar num apertamento? Nem que ele me desse um apartamento na Vieira Souto, eu não quero morar em apartamento. Se ela (Prefeitura) quiser me tirar daqui, que pelo menos ela me desse condições para comprar uma casa igual a minha. Não é querer achar que eu sou o lixo para me pegar e botar para morar numa caçamba da Comlurb. Que é isso que ela faz com as pessoas. Se ela pudesse ela pegava as pessoas e botava na caçamba da Comlurb e mandava remover. A realidade é essa. As pessoas para Prefeitura são lixo.

Clarissa: Como foi esse processo de indenização que você falou? Houve pessoas que aceitaram indenização? Como é que foi isso aqui?

Pedro: Estranho e obscuro. Foi um processo de falta de honestidade e clareza.

Clarissa: No seu caso, foi baixo o valor?

Pedro: Olha só, a prefeitura teria que adotar um critério. Por exemplo, a Prefeitura resolveu indenizar as pessoas e é um direito das pessoas de querer sair. Mas vamos botar um valor justo. Quanto é o metro quadrado na Barra da Tijuca? O metro quadrado na Barra da Tijuca hoje está girando em volta de 8 mil e 500 reais. A prefeitura não vai pagar os 8.500 reais. Vamos fazer uma média, a prefeitura podia pagar 6.500. Um valor justo. Aí você tem a metragem, ela avalia o material que você tem, como a sua casa está construída e o terreno também tem que ser avaliado porque? Porque você tem posse do terreno e ele me paga a benfeitoria eu continuo com a posse do terreno. Por lei, eu posso até brigar pelo terreno, porque se só me pagou a benfeitoria, porque se eu for comprar um imóvel para construir, eu vou pagar um terreno com metro quadrado aqui da Barra da Tijuca é 2.000 reais, eu compro um terreno de 200 metros quadrados. Aí 200 metros quadrados eu vou pagar 400 mil num terreno, vou fazer uma casa de 100 metros quadrados, vou gastar areia, cimento, azulejo, mão de obra. Então eu gastei para comprar o terreno e gastei para benfeitoria. Quando for vender minha casa tem que ser avaliado isso. O terreno é pavimentado? É de cimento? Tem ladrilho? Tem que ser avaliado tudo. Não pode dizer para mim que não vai pagar o meu terreno. Então se ela não pagar pelo meu terreno, ela vai derrubar a minha casa eu vou continuar morando no terreno. Fazer uma barraca e ficar ali, eu tenho posse do terreno. Só que eles falam para pessoas que não entendem isso. São leigas e aí ilude as pessoas. Então isso é covardia, porque chegou lá para o cara que tem um barraquinho, ofereceu 400 mil e mais um apartamento. O cara foi lá, tinha barraquinho de tijolo e foi para um apartamento. Aí chega para você que tem uma casa boa e oferece 200 mil. Não tem critério. O critério é terror, é tocar o terror. É isso que eles fazem.

Clarissa: Mesmo os moradores que moram lá, eles ainda freqüentam aqui?

Pedro: Os filhos. Quando tem problema lá eles vem para cá, porque lá não tem a liberdade que tem aqui. Então os filhos já não podem mais brincar lá. Já houve boato de que a piscina foi interditada porque alguém defecou na piscina. É questão de educação. Uma série de coisas, mas o pessoal de lá não vem aqui.

Clarissa: E como está sendo a vida agora aqui na Vila Autódromo?

Pedro: Difícil. Não está sendo fácil porque, como já falei anteriormente, você convive com a pressão o tempo todo, porque você escuta o tempo todo que fulano já negociou e está indo embora. Você pensa: “Caramba, estou ficando aqui sozinho.” A outra coisa é o barulho que é insuportável. Está vendo esse barulho aí, parece que está dentro de casa, treme tudo, o lustre parece que vai cair na sua cabeça. O dia inteiro sua casa trepidando, não pode nem escutar uma televisão porque fica o tempo todo esse “tuuuiu”, você sente a terra trepidar. A poeira que é insuportável. Não tem mais lugar para deixar o seu carro porque na rua já não pode mais deixar e você é obrigado a botar na sua garagem. Se você não tiver garagem fica a mercê porque se você lavou o carro e gasta 10 reais, chega aqui na comunidade seu carro já está todo imundo. O meu carro está tudo esturricado, isso aqui é uma buraqueira. Meu carro é novo mas já está todo destruído, cheio de

poeira. Eu não tenho mais condição de lavar. Deixam a gente sem água. Quebram o cano, luz porque o caminhão arrebenta a luz e fica aqui sem luz. Eles vão fazendo a pressão deles. E se tornou um suspense. Cada hora tem uma novidade da prefeitura. E ele não para. Os caras maquinam o tempo todo para você ser o próximo. Uma passagem que eu creio, e não estou falando de ironia não, eu creio que o salvador, que alguns chamam de Jesus falou lá “Tive fome e tu não me destes de comer, tive frio e tu não me cobriste, tive sede e tu não me deste de beber, tive doente e tu não me visitaste, tive preso e tu não foste me ver.” Com o Eduardo Paes vai ser diferente “Tive casa e tu derrubaste” “quando eu te derrubei?” “Tu derrubaste dos pequeninhos”, que é o que ele mais faz, é derrubar dos pequenos. Isso é trocado, porque eu troquei o nome dele, porque no inferno ele é conhecido assim: Eduardo Capeta Derruba Trator da Silva.

Clarissa: E como está sendo morar na Barra da Tijuca agora?

Pedro: Eu estou achando ruim. Pela quantidade de obra, não tem mobilidade. Eles fazem um engodo. Eu que tenho um pouquinho de conhecimento e sou piloto profissional há mais de 30 anos, dirijo carro há mais de 30 anos. Fui motorista de taxi empurrado pela prefeitura com meu trabalho. As ruas, da forma que eles procedem, as pessoas não tem noção a forma como eles entregam de qualquer maneira para agradar inglês e encher bolso de empreiteira. Porque você vê que quando chove, várias partes que tem desníveis, a água empoça, a pessoa para atravessar na faixa não consegue atravessar porque a água está empossada até fora da faixa. Não tem escoamento. Os sinais dessincronizados, não tem sincronia nos sinais. O trânsito não consegue andar. Se alguém passar mal morre dentro do carro porque não consegue ser socorrido. Você não consegue ir para lugar nenhum. Só o Eduardo Paes consegue ir para algum lugar, entendeu, porque ele manda o clone. Diz que é fácil se locomover. Vários clones. Ele está falando na Prefeitura e tem um clone dele lá falando já cheguei aqui. É ele usa clone.

Clarissa: Como é a relação dos funcionários aqui com a comunidade?

Pedro: Boa, porque a comunidade é pacífica. Ninguém faz retaliação com eles, ninguém desforra no seu semelhante a ira que tem com o Eduardo Paes. Que parece que não é semelhante, que vem de outro planeta. Então é boa, porque eles vem aqui, eles almoçam na comunidade. Eles transitam na comunidade, nunca houve uma notícia, uma história, um boato, uma fala, um comentário de dizer que um morador agrediu um funcionário, mas agora se é em outro lugar (...) Aí o troço ia ser diferente.

Clarissa: E quais são os prejuízos dessa obra, além do barulho que você falou e a poeira tem outras coisas?

Pedro: Teve impacto ambiental. Animal selvagem dentro da minha casa. Uma lontra embaixo do meu carro de corrida. Eu pensei que era um gato ela abriu a boca e tinha mais dente que eu nunca vi um animal com tanto dente. Tive que chamar o bombeiro. Abelha. Abelha resolveu fazer ninho na minha casa. Tem um enxame e eu não sei como tirar porque eu não quero matar porque as abelhas são

responsáveis por 90 % da polinização. Elas fizeram ninho entre a laje e o gesso. Porque eles tão quebrando tudo, matando tudo. As árvores. Esse lixo que eles tão produzindo aí e as máquinas que produzem esse óleo eles estão jogando direto na lagoa. Está aí para todo mundo ver. Eles não querem saber de impacto ambiental, eles querem saber é de dinheiro no bolso. Porque quando eles morrerem eles vão ter uma gaveta especial que eles vão levar todo dinheiro. Sabia que o caixão deles tem uma gaveta especial. Eles levam o dinheiro. Então eles não estão preocupado com a natureza. O homem alega um bando de coisa. Eles criam regra de três, eles criam problema que não existe. Depois eles apresentam o culpado e a solução. É o caso do aquecimento global, é uma farsa do CO2. Para gente pagar o imposto para gente respirar. As abelhas estão morrendo pelos rastros químicos, e dizem que é a fumacinha do avião. É xantraz. Eles tão querendo saber do meio ambiente, eles estão querendo saber é do dinheiro no bolso.

Clarissa: E o que te faz continuar morando aqui e resistindo aqui?

Pedro: Eu gosto daqui, meu filho e minha filha nasceram aqui. Minha mãe morreu aqui. Eu vim para cá para viver o resto da minha vida. Eu tenho hoje o problema da minha filha está desgostosa, ela não quer mais ficar aqui. Mas se eu pudesse, e eu sei o que vai acontecer com o Brasil eu não sairia aqui por nada. Se eu te falar de todas as coisas que eu sei você vai achar que eu estou maluco, mas eu não estou não. Tenho como comprovar.

Anexo 7

Roteiro da entrevista:

Remoção	Quando você ouviu falar em remoção na Vila Autódromo pela primeira vez? O anúncio da copa e dos jogos olímpicos aumentou o grau de ameaça de remoção por parte da Prefeitura (2008/2009) ?
	Qual era o motivo alegado pela Prefeitura para a remoção? Foi oferecida alguma alternativa pela Prefeitura?
	Quais foram os principais efeitos no seu dia-a-dia diante dessa “ameaça” de remoção?
	Quais foram os principais efeitos dessa “ameaça” de remoção no dia-a-dia da comunidade?
Relação com a prefeitura	Como a Prefeitura apresentou a você os projetos de reassentamento da comunidade? Houve um cadastramento e como foi? Como ela negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Houve oferta de indenização? Como? Quanto? Como a Prefeitura negociou com os seus vizinhos ou outros moradores da comunidade?
	Tomou conhecimento de reuniões propostas pela Prefeitura para negociação com moradores da Vila Autódromo? Compareceu em alguma? Quais foram as suas impressões sobre essas reuniões?
“Reconfiguração” da comunidade	Você conhece alguém que foi reassentado? Como foi esse processo de reassentamento? Como foram as demolições? Por que você não aceitou a oferta do reassentamento?
	Você conhece alguém que recebeu indenização? Te ofereceram indenização? Por que você não aceitou a oferta de indenização?
	Que efeitos a indenização ou reassentamento trouxeram para a comunidade? A relação com os moradores que se mudaram se mantém?
A vida atual na comunidade	Como está sendo a vida agora na comunidade? E como está sendo viver nessa região da Barra da Tijuca?
	Como as obras do Parque Olímpico têm impactado na comunidade? Eles usam o espaço da comunidade? O que eles tem feito e como tem agido? Como é a relação dos funcionários com os moradores? Quais prejuízos essas obras trouxeram para a comunidade?
	O que te faz continuar morando/resistindo aqui?

Entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2014.

Entrevistada: Ana

Área onde mora: Rua Nelson Piquet

Gênero: (x) feminino () masculino () outros: _____
Cor/raça/etnia/origem: (x) negro ()branco ()indígena ()oriental ()imigrante
Idade: menor de 18 anos(); 18-30 anos(); 30-50 anos(x); 50-60 anos(); mais de 60 anos ()
Estado Civil: Solteira(x); Casada (); União estável (); Viúva (); Outros (x)Divorciada. Obs: Casada só na Igreja
Filhos: (quantos e idade): uma filha de 16 anos e 1 filho de 21 anos
Naturalidade: Recife, Pernambuco
Com quem mora: Mora em baixo com sua filha e seu filho mora em cima
Faixa de renda (com Programa Social): 1-3 salários (x) 3-5 salários () 5-10 salários (x) acima de 10 salários ()

Clarissa: Você me disse que mora há 24 anos aqui. Quando você chegou, como era a Vila Autódromo?

Ana: Na época, era tranqüila. A rua era menor que hoje em dia. E os moradores se conheciam. Mesmo aquele que não se conversavam, se cumprimentavam. Então eu sempre gostei e até tenho saudade daquela época. Mas muitos já se foram.

Clarissa: E ao redor aqui, como era a região?

Ana: Muitas ruas não existia aqui quando cheguei. Aquela rua de trás ali não tinha. A gente tinha acesso à lagoa que muitas pessoas se alimentava dos peixes da lagoa. E era muito bom. Era uma época muito boa.

Clarissa: Com o tempo, o que aconteceu? Houve melhorias, quem fez essas melhorias? Mudou alguma coisa aqui?

Ana: Em volta mudou muito. Foram construindo muitos prédios. Mas aqui dentro o que mudaram foram as pessoas e os edifícios.

Clarissa: E o encanamento de água?

Ana: A mesma forma de água que a gente usa hoje é a mesma na época que eu cheguei aqui.

Clarissa: Quando você ouviu falar pela primeira vez na remoção da Vila Autódromo?

Ana: Há 24 anos atrás, desde que eu cheguei que eles tentam tirar a gente daqui. Mas quando eu cheguei aqui já tinha minha irmã morando aqui. Ela já estava aqui há mais tempo. Na realidade é um lugar bem localizado. A Vila Autódromo, para aqueles que precisam de terra é um lugar bom. Uma área muito boa.

Clarissa: O anúncio da Copa e dos Jogos Olímpicos aumentou ou não essa ameaça? Qual efeito disso? O que você achou disso?

Ana: Olha, no momento (...) A gente sempre ouviu falar, há muitos anos que a gente ouviu falar. Mas a partir do momento que tiraram o Autódromo e tiraram o ultraleve, aí eu vi que o negócio ficaria mais complicado para gente aqui. Embora eu goste muito desse lugar, tenho muita dúvida de sair ou ficar, porque igual aqui vai ser difícil de encontrar. Porque aqui é um lugar muito, muito calmo.

Clarissa: Calmo em que sentido? Entre as pessoas?

Ana: Aqui não tem tráfico, então é um lugar muito bom para quem mora em comunidade. Você aqui ouviu falar em troca de tiros pela televisão em outras comunidades, mas aqui não. Eu criei meus filhos aqui. O meu filho mais velho tem 21 anos e a mais nova tem 16. Então para quem é mãe isso é um dado muito importante.

Clarissa: Quando você ouviu falar sobre a remoção da Vila Autódromo era por causa das Olimpíadas? Você chegou a ouvir alguma coisa assim?

Ana: As pessoas sempre comentam. Mas como eu falei anteriormente, eu fiquei mais tensa quando vi que o ultraleve e o Autódromo foi removido. Porque comentar sempre comentam.

Clarissa: E chegaram a falar qual era o motivo que a prefeitura ia tirar vocês?

Ana: Alguns meses atrás chegou ao meu conhecimento que estava sendo construído o Parque Carioca ali na Estrada dos Bandeirantes, próxima ao Projac. E quem quisesse sair era só se dirigir à Prefeitura. Não me interessou. Não me interessou porque eu não gosto de morar em apartamento. E se eu for sair daqui do Autódromo seria para ir para um local nas proximidades. Não imaginei que eles pudessem pagar e eu conseguisse comprar uma casa boa. Se for para sair do Autódromo eu vou querer sair para um lugar legalizado. Não vou querer sair de uma comunidade para ir para uma outra comunidade. Então prefiro ficar aqui.

Clarissa: Dessa ameaça que vocês viveram, quais são os efeitos dessa ameaça nesses 24 anos no seu dia a dia?

Ana: Impacta, porque na infância da minha filha, ela está com 16 anos e ela tinha medo. Ela perguntava: “Mãe, vão tirar a gente daqui?” Era uma coisa que eu ficava até meio alarmada. Uma criança e com tanta preocupação de perder sua casa, a minha filha foi criada assim e eu tentando tirar o medo dela.

Clarissa: E essa ameaça era em relação a que?

Ana: Olha, uma das vezes chegou até um trator a ficar ali na entrada do portão 10 para derrubar as casas e foi feito uma corrente humana. Isso há 20 tantos anos. Eu não lembro exatamente quando isso aconteceu, mas os moradores mais antigos sabem disso.

Clarissa: E nesse tempo, você sabia os motivos que eles alegavam para tirar a Vila Autódromo?

Ana: Porque esse pedaço de terra foi muito valioso para eles.

Clarissa: E essa ameaça de alguma maneira, além desse medo da sua filha, teve alguns efeitos no seu dia a dia? Em relação a sua casa, a sua convivência aqui na Vila Autódromo?

Ana: O que acontece, até para fazer uma reforma, está meio complicado aqui pelo fato de não poder entrar material, o que é um absurdo. Se eu não sair daqui eu tenho direito a fazer o que eu quiser na minha casa. E esse direito está sendo negado.

Clarissa: Quem nega esse direito de vocês?

Ana: A partir do momento que fica um segurança na entrada e um caminhão não pode passar eu preciso falar mais alguma coisa?

Clarissa: E é guarda municipal?

Ana: Olha, o que acontece. Tem certas questões que a gente não quer se envolver.

Clarissa: Entendi. Mas eu achei incrível que eu já venho a Vila Autódromo desde que eu fui estagiária do Núcleo de Terras em 2010 e até por isso que eu acabei me envolvendo com a acessória jurídica daqui, fazendo um trabalho voluntário. E uma coisa que me impressionou foi a presença dos guardas municipais, que antigamente não tinha.

Ana: Mas também tem outras questões. Foi surgindo boato de que tinham pessoas que estavam vindo de outros lugares para ocuparem os espaços vazios. E eu não sei de onde surgiu.

Clarissa: E como a Prefeitura apresentou esse projeto para vocês? Você lembra quando e como a prefeitura apresentou esse projeto dos prédios para vocês?

Ana: O que acontece. Foi criada uma resistência muito grande por parte dos moradores. Os moradores não queriam nem ouvir falar. Era o contato das meninas da Prefeitura que tentavam entrevistar os moradores e os moradores não queriam

ouvir. Até que uma das moradoras passou a organizar essa intermediação. Então ficou mais fácil para Prefeitura a partir desse momento que teve uma moradora. Então a partir do momento que alguns moradores saíram e outros que ficaram viram que (...) Minha irmã, por exemplo, foi um absurdo. Ela ganhou um apartamento e a filha ganhou outro, sendo que ela tinha 3 *kitinets* e uma casa. Ganhou dois apartamentos. No caso eu estou falando da minha família. De outras pessoas aí eu não quero nem citar a minha opinião. O que acontece, para ela não foi uma coisa interessante. Morar numa casa por mais humilde que seja é morar numa casa..

Clarissa: E você chegou a visitar os apartamentos?

Ana: Várias vezes, várias vezes eu fui lá. Para ela está sendo bom, ela está gostando. O que é um absurdo para mim para ela não é. Tem essa questão. Para ela não é um absurdo. Se ela está feliz é o que importa.

Clarissa: E houve um cadastramento? Como é que foi esse cadastramento? Você lembra?

Ana: Até que vieram aqui fazer um cadastramento e eu cheguei a assinar para medirem a minha casa. Mas toda vez que vai se aproximando a data para medição eu peço para adiar. E já é o quarto adiamento. Porque sinceramente como a Penha falou que você precisava de uma pessoa que tivesse em dúvida, eu estou em dúvida. Porque de um lado, eu gosto desse lugar, eu gosto dessa casa. Meus filhos, a minha filha para onde eu for ela vai, mas ela se preocupa muito com a questão da saúde. Eu tenho alergia que essa obra aqui do lado está me prejudicando muito. Eu tomo dois antialérgicos por dia. Fora a bombinha que quando se agrava eu tenho que usar. Eu ando com bombinha na bolsa, bombinha em casa. Então por questão de saúde, minha filha está tentando me convencer a sair. Já o meu filho quer ter um apartamento para ele. Mas ele mora já há dois anos e pouco aí em cima, já está com 21 anos. E fica dependendo de mim, o que eu vou resolver. Ninguém quer passar a minha frente. Mas de certa forma, você se sente pressionada.

Clarissa: De uma maneira geral, você sabe como a Prefeitura combina com os vizinhos para irem para o Parque Carioca?

Ana: Falando por mim, o primeiro contato que eu tive foi com um funcionário da Prefeitura que veio para fazer um cadastramento. Depois vieram com medição, depois da medição acho que chamaram para ir à Prefeitura, segundo o que a funcionária falou. Marca uma data para ir à Prefeitura. Eu estou falando por mim, para o que ela passou para mim. Eu ainda não passei por esses processos. Eu estou ainda naquele processo dela tentando medir e eu sempre adiando. Quando chega perto da medição eu sempre vou lá e peço: “Não venham não, venham em outra data.” Porque eu estou nessa situação como eu expliquei.

Clarissa: O que eles falam para você quando eles vem aqui ?

Ana: Eles já ligaram muito para mim, mas já desistiram de mim. No início do ano eu recebia muita ligação da prefeitura para um contato e eu sempre falava que não interessava.

Clarissa: Mas eles falavam se ia sair?

Ana: Não, não. Eles só tentavam o contato comigo.

Clarissa: Houve oferta de indenização aqui?

Ana: No caso aqui para mim?

Clarissa: Para você ou para outra pessoa daqui.

Ana: O que eu sei é que a ficha que eu fiz que no caso eu tenho mais de uma casa aqui, então a ficha que eu fiz é que aqui em baixo seria uma indenização e lá em cima seria um apartamento

Clarissa: E você sabe se outros moradores negociaram?

Ana: Olha eu estou falando para você sobre o meu caso. A gente ouve falar muita coisa, tudo o que eu estou te falando é por mim.

Clarissa: E você tomou conhecimento de reuniões proposta pela Prefeitura?

Ana: Olha, é porque quando vinham determinados assuntos, como eu não queria sair de jeito nenhum não me interessavam.

Clarissa: E quem vinha aqui para cadastrar?

Ana: Funcionários, como até hoje estão ali no *trailer*.

Clarissa: Eles eram de alguma secretaria específica?

Ana: Não sei, só sei que eram funcionários da Prefeitura.

Clarissa: Como foi esse processo de reassentamento? Você sabe como foi essa mudança do pessoal para o parque Carioca?

Ana: Não, teve muita polêmica, muita confusão. Porque no início o pessoal não estava nem podendo sair daqui, não sei por que razão. Aí depois foi liberado para aqueles moradores que queriam sair. Eu sempre fui daquela opinião: quem quer sair é problema de cada um. Quem quer ficar é problema de cada um. Então, eu nem estou podendo te ajudar muito pelo seguinte fato: como eu não queria sair, quando vinha qualquer assunto eu não me interessava. Porque eu quero ficar aqui, mas eu estou vivendo uma situação muito difícil. Aumentou o número de

medicamentos. Estou te falando, se você me conhecesse, você saberia que a minha voz não está normal.

Clarissa: Qual foi o efeito das mudanças das pessoas saindo daqui?

Ana: Tristeza, tristeza. Porque eu estou aqui vai fazer 25 anos. No início minha casa era em Curicica. Eu troquei para vir para cá, para ficar perto da minha irmã. Eu sou muito família. Meu sobrinho morava aqui com ela e tinha uma casa aqui também. Tem outro sobrinho que mora aqui na outra rua. Então eu queria ficar perto da minha família. E ela tenta me convencer demais a ir morar lá, nos prédios. Já tem uns 7 meses que ela saiu daqui. Mas sinceramente, eu acho que não ia dar certo. Eu não me imagino vivendo em um apartamento

Clarissa: Então você continua vivendo aqui por causa de sua casa?

Ana: Isso. A casa que eu criei os meus filhos. Graças a deus eu vim morar aqui. Viciado em todo lugar tem. Mas só do fato de uma comunidade não ter uma boca de fumo, nossa senhora! É muito bom. Eu que já vivi e já trabalhei em outras comunidades, eu sei o quanto isso faz uma diferença. Eu tenho dois filhos. Um de 21 e outra de 16 que, graças a deus, não levam a vida com tóxicos, não são envolvidos com parada errada. E você conseguir isso morando em uma comunidade é muito bom.

Clarissa: As pessoas que se mudaram ainda freqüentam aqui? As relações se mantêm?

Ana: Em alguns casos sim, outros foram para muito longe. Eu tenho contato com muita gente do Parque Carioca. Até porque minha irmã e meu sobrinho tem apartamento lá.

Clarissa: Tirando a sua irmã, você ainda vê antigos moradores vindo para cá?

Ana: Tem moradores que ainda vem aqui, que freqüentam aqui,

Clarissa: Você sabe como está sendo a vida lá? Pela sua irmã ou por outra pessoa?

Ana: Olha, pela minha irmã, que é o lugar que eu mais freqüento lá, ela gosta da estrutura, de ter um parque, de ter uma piscina, de não estar no meio da poeira. Essa estrutura que lá tem e aqui não tem. Ter condução toda hora. Isso faz muita diferença.

Clarissa: E as demolições, como é que foi isso para comunidade? Quais foram os prejuízos que ela trouxeram?

Ana: O prejuízo foi que tomou muito espaço. Eu tenho uma vizinha que chegou a se machucar por causa que ela passou no terreno e tinha um vergalhão. Tipo assim, está vendo aquela igreja, do lado você vai ver um terreno baldio que foi

demolido que tem muitos vergalhões para cima. Eu sou uma das pessoas que vive botando nos vergalhão garrafa pet na ponta dos vergalhões. Isso é um acidente anunciado. Isso acho que não é legal.

Clarissa: Teve outras questões que as demolições trouxeram, sem ser a questão do entulho?

Ana: O entulho eles até tiram, o problema é essa questão do vergalhão. Porque as crianças vê um espaço vazio, vai brincar. Porque, quais são as opções de brincar que as crianças daqui tem? Qual espaço para brincar que as crianças tem?

Clarissa: Como está sendo agora a vida na comunidade?

Ana: Tranquila até demais.

Clarissa: Por quê?

Ana: Muito calmo, muito calmo. Por exemplo, o meu sobrinho tinha mania de som alto. As pessoas que ficaram não tem essa mania. Então faz falta. As pessoas fazem falta.

Clarissa: E nessa região da barra da tijuca, mudou muito coisa nesses 24 anos, como tem sido morar aqui?

Ana: Eu sinto a gente abandonado. A gente aqui na Vila Autódromo. Por questão de condução, BRT para ali no Rio 2. Se a gente precisar ir para Barra tem que pegar duas conduções, dependendo do local da Barra tem que pegar três condução. Se eu tiver que ir para o Guanabara eu tenho que pegar três conduções. Tenho que pegar um até o BRT, um até a barra. Então eu acho que se os políticos fazem isso é porque eles não andam de ônibus - nem eles nem a família deles. Aí fala “ A mais o BRT está aí!” Mas o BRT está para uns, não está para todos.

Clarissa: E como é a relação de vocês com os moradores dos condomínios?

Ana: Como eu gosto muito de expor a minha idéia e respeito a dos outros eu não aceito que me invadam. Se foi opção de cada um sair eu tenho que respeitar.

Clarissa: Não eu estava falando dos condomínios (...)

Ana: Não, não tem relação não.

Clarissa: E as obras do Parque Olímpico? Como é que tem sido aqui para comunidade?

Ana: Para quem viu as obras aqui em volta para o Pan-Americano e hoje em dia vê obras de novo para as Olimpíadas vê um total desperdício, do dinheiro público. Eu acho um absurdo mas (...)

Clarissa: E além dessa poeirada, tem outras coisas que essa obra traz em prejuízo da comunidade? Tem relação com os funcionários?

Ana: Não existe relação com os funcionários. Eles freqüentam, eles almoçam aí. Deixam os carros estacionados no espaço que foi demolido e é só.

Anexo 10

**DEFENSORIA PÚBLICA**
ESTADO DO RIO DE JANEIRODECLARAÇÃO

No dia 15 de Dezembro de 2014, às 14:26 horas, na sede do Núcleo de Terras e Habitação, sito à Rua São José, 35, 13º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na presença das Defensoras Públicas titulares das 1ª. DP e da 2ª. DP, Maria Lúcia de Pontes e Adriana Magalhães Evilaqua e dos estagiários [REDACTED] e [REDACTED], a Sra. [REDACTED], brasileira, solteira, recepcionista, portadora do RG nº [REDACTED], expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], com domicílio no conjunto habitacional denominado Parque Carioca, Rio de Janeiro/RJ, prestou as seguintes declarações:

1 - A declarante informa que residiu na comunidade Vila Autódromo por 14 (quatorze) anos. No final do ano de 2013, com a pressão da Prefeitura do Rio de Janeiro para remoção de toda a comunidade resolveu negociar sua saída da comunidade, entregando sua casa à Prefeitura em troca de apartamento no conjunto habitacional Parque Carioca. Afirma que estava sem esperança em permanecer na comunidade, ante a enorme pressão da Prefeitura, cujos agentes diziam que todo mundo teria que sair da comunidade e se não fizesse acordo naquele momento por bem depois teria que sair sem nada, nem indenização, nem apartamento. Com tal pressão da Prefeitura para retirar as famílias, também perdeu a Declarante qualquer esperança na urbanização da comunidade, na realização de saneamento básico e de melhorias na comunidade. A declarante afirma que no dia marcado para a mudança, foi-lhe apresentada uma liminar através de funcionário da Prefeitura, informando que a mudança não seria possível, o que lhe causou prejuízo, uma vez que a mesma já havia se desfeito de seus pertences básicos, como fogão e botijão de gás. Diante disso, a declarante teve que permanecer em estado de carência em seu imóvel, junto com sua filha de 1 ano, dormindo em barraca de camping dentro do imóvel,



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

devido à falta de energia e a grande quantidade de mosquitos, e tendo que almoçar "quentinhas", prejudicando, assim, sua renda.

2 - Declara que acreditou que a Defensoria Pública não conseguiria nada de melhor para os moradores e que a liminar que tinha sido obtida para o impedimento de demolições colocava em risco o recebimento do apartamento, pois era isso que a Prefeitura afirmava; e inclusive o próprio Defensor Público Geral em reunião no auditório da sede da Defensoria Pública, para a qual foi levada a Declarante pela Prefeitura em ônibus fretado, explicou que o melhor seria aceitar o acordo com a Prefeitura recebendo o apartamento e entregando a casa na Vila Autódromo.

3 - Declara que a Prefeitura afirmava que bastava entregar a casa que seria recebido o apartamento em troca, já em nome da Declarante como proprietária, que não haveria tempo de espera, porque a Prefeitura quitaria de imediato, passando a propriedade do apartamento. Afirma que sequer sabia que o apartamento fazia parte do programa federal Minha Casa Minha Vida; porque a Prefeitura entregou uma lista com os documentos necessários para a assinatura do contrato e que na folha de papel desta lista estava escrito "inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida", mas que a agente Marly Peçanha, da Prefeitura, indagada a respeito, disse que o apartamento da declarante não tinha nada a ver com o programa federal, mas como os documentos eram os mesmos a Prefeitura aproveitava a lista que já estava pronta. Que quando fez o acordo com a Prefeitura acreditou que tudo que foi prometido, inclusive pelo próprio Prefeito do Rio de Janeiro, Sr. Eduardo Paes, em reunião no Riocentro, fosse cumprido. Ou seja, que não haveria financiamento, que tudo seria quitado junto



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

à Caixa Econômica Federal pela Prefeitura, sem nenhum gasto por parte da declarante e que a quitação seria imediata, possibilitando, por exemplo, que a declarante alienasse o imóvel caso não gostasse de morar no local. Narrou que na reunião do Riocentro, o morador Carlos André perguntou ao Prefeito se poderia imediatamente vender o apartamento quando o recebesse, tendo o Prefeito respondido que "o apartamento é seu e você pode fazer o que quiser, vender, alugar, dar, emprestar e inclusive entregar para sua mãe".

4 - Informa, no entanto, que não possui nenhum termo ou contrato em que este compromisso assumido publicamente pela prefeitura do Rio de Janeiro conste expressamente; Toda a negociação do contrato foi feita na sede da Subprefeitura da Barra da Tijuca; Que os agentes entregaram um modelo de contrato que afirmaram ser igual ao que a declarante iria assinar; Quando assinou o contrato com a Prefeitura e com a Caixa Econômica não recebeu cópia de tudo que foi assinado; que não tem a declarante qualquer noção do que assinou com a Prefeitura e com a Caixa Econômica Federal.

5 - Somente após a assinatura de contrato para recebimento do apartamento descobriu a declarante que o apartamento somente poderia ser vendido em 10 (dez) anos, que a declarante era obrigada a morar nele, caso contrário perderia a propriedade futura. Ficou à época indignada, sentiu-se enganada, inclusive pelo próprio Prefeito, pois assinou o contrato e permitiu a demolição de sua casa acreditando que já seria proprietária com todos os direitos sobre o apartamento.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6 - A declarante informa que neste mês de dezembro de 2014, descobriu mais uma inverdade dita pela Prefeitura, pois descobriu que possui dívida de 3 (três) meses com a Caixa Econômica Federal, pelo não pagamento da mensalidade do financiamento do apartamento do Parque Carioca. Afirma a Declarante que entende ser isto absurdo, pois entregou a casa que tinha na Vila Autódromo em troca da propriedade do apartamento e agora descobriu que ainda vai ter de pagar prestação do Programa Minha Casa Minha Vida e que não é proprietária do apartamento.

7 - Declara por fim que permite que o presente depoimento seja utilizado em ações judiciais em trâmite ou a serem propostas, bem como em procedimentos administrativos.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2014.




Anexo 9

"RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICO"

Comunidade Vila Autódromo

1. Introdução

O presente Relatório de Vistoria Técnica foi solicitado pela Associação de Moradores de Vila Autódromo e elaborado por um coletivo de Engenheiros¹³⁵, com intuito de resguardar interesses às propriedades de Vila Autódromo, devido à execução da obra do Parque Olímpico, contíguo à comunidade, assim como das demolições realizadas pela Concessionária Rio Mais no local, a partir de autorização expedida pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Esta vistoria está de acordo com a norma ABNT NBR12722:1992, que dispõe sobre “a obrigatoriedade de vistoria prévia da vizinhança de empreendimentos (obra, demolições) a executar” e com o Decreto nº 23235-03 RJ que “dispõe sobre os requisitos de segurança a serem observados no processo de demolição de imóveis no Município do Rio de Janeiro”, e poderá ser inserida oportunamente nos autos da ação própria como vistoria para avaliação de danos em imóveis (Vistoria “Ad Perpetuum Rei Memoriam”, como produção antecipada de provas).

2. Identificação do Local

¹³⁵ Os signatários deste documento.

A Vila Autódromo é uma pequena comunidade situada em uma área pública de propriedade do governo do Estado do Rio de Janeiro, no limite norte da região administrativa da Barra da Tijuca, principal área de expansão imobiliária para a população de alta renda da metrópole e a região do município que mais cresceu em população nos últimos anos. No entorno imediato à comunidade destacam-se empreendimentos imobiliários lançados nas décadas de 1990 e 2000, e extensas áreas ainda hoje disponíveis para construção.

A comunidade tem sua origem ligada à ocupação de pescadores e população de baixa renda às margens da Lagoa de Jacarepaguá há mais de 30 anos. Os primeiros moradores se organizaram já na década de 1980 na Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo para lutar por infraestrutura e investimentos públicos no loteamento que se iniciava, de forma que no início dos anos 1990 o Governo do Estado concedeu aos moradores o título de Concessão de Direito Real de Uso, um instrumento de regularização fundiária, cuja finalidade é garantir segurança de posse aos moradores.

De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, 1252 habitantes residem nos espaços limitados pelos muros do Autódromo Nelson Piquet, pela Lagoa de Jacarepaguá e pela Avenida Embaixador Abelardo Bueno, corredor viário que serve a região. Hoje a Vila Autódromo abriga cerca de 450 famílias em uma ocupação consolidada, composta por casas de alvenaria com baixa densidade, permeadas por alguns lotes vazios, espaço de lazer e recreação e a sede da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo.

O anúncio da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo da FIFA e das Olimpíadas ocasionou à comunidade, preocupação, devido à ameaça de remoção, e ao mesmo tempo, a esperança da realização da necessária urbanização como parte do “legado” que poder público até então afirmava que seria efetivo na cidade-sede. O projeto olímpico apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a margem da Lagoa de Jacarepaguá veio a reforçar o projeto de transformação da região em uma das principais frentes imobiliárias da cidade. A Avenida Abelardo Bueno seria novo eixo de investimentos públicos e privados, chamada inclusive de “Nova Barra”.

A comunidade Vila Autódromo é contígua ao antigo Autódromo Internacional Nelson Piquet, parte da extensa área pública transferida para a Concessionária Rio Mais, consórcio composto pela Carvalho Hosken, empresa que detém grande parte das terras nas imediações do local, em conjunto com a Odebrecht e Andrade e Gutierrez, para a construção do Parque Olímpico, obra que se iniciou contrariando Decreto 30.379/01 de janeiro de 2009, que exige a realização de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental para o Parque Olímpico. O documento, que deve ser público, nunca foi apresentado à população, nem mesmo com pedido formal da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo.

Recentemente foi amplamente veiculado pela mídia que os moradores da Vila Autódromo desejavam sair da comunidade, entretanto em cadastramento realizado pela parceria entre os laboratórios de pesquisa ETTERN/IPPUR/UFRJ e NEPHU/UFF, em meados de abril de 2014 contabilizou 187 famílias, totalizando 596 pessoas que desejam permanecer na comunidade. Nesse sentido, e em acordo com o comprometimento público da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em relação à permanência e urbanização da comunidade torna-se urgente a devida atenção à obra do Parque Olímpico e aos impactos dela decorrente na vida dos moradores que desejam permanecer na Vila Autódromo.



Imagem área da área da comunidade Vila Autódromo – Fonte: Google Earth

3. Data da Vistoria

A vistoria técnica relatada no presente documento foi realizada no dia 31 de julho de 2014.

4. Objetivo da Vistoria

Este trabalho caracteriza-se pela inspeção técnica realizada nas edificações e nos logradouros públicos da Comunidade de Vila Autódromo, com objetivo de avaliar eventuais impactos decorrentes das obras em andamento do Parque Olímpico, em área contígua à comunidade, bem como das demolições de moradias realizadas no assentamento pela Concessionária Rio Mais a partir de autorização expedida pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Na vistoria, buscou-se verificar eventuais danos causados às edificações e à infraestrutura existente, bem como outras ocorrências que pudessem oferecer risco aos moradores e ao meio ambiente ou ainda interferir e prejudicar a saúde e habitabilidade dos moradores de Vila Autódromo.

5. Metodologia

A inspeção foi baseada na avaliação mediante verificação “in loco” das edificações e da infraestrutura existente, que tem como resultado a análise técnica dos fatos ou das condições relativas à habitabilidade, considerando aspectos de desempenho, vida útil, utilização e segurança que tenham interface direta com os moradores da comunidade de Vila Autódromo.

Neste sentido, o trabalho foi classificado em três diferentes tipos de impactos na comunidade de Vila Autódromo:

I. Avaliação dos impactos advindos das demolições das casas negociadas com a Prefeitura, mais especificamente em relação aos seguintes aspectos:

- segurança geral das edificações, de seus moradores e da infraestrutura;
- segurança das edificações remanescentes e eventual comprometimento estrutural destas, em função de demolições de construções contíguas;
- comprometimento do abastecimento e contaminação da água potável por águas servidas;
- danos à rede pública de iluminação, ocasionando ambientes escuros e inseguros.

II. Avaliação dos impactos causados pelas obras do Parque Olímpico.

III. Avaliação dos possíveis impactos decorrentes da utilização da principal via de acesso da comunidade, com o tráfego de caminhões e máquinas de grande porte a serviço das obras do Parque Olímpico.

6. Opinião sobre os problemas observados

6.1. Demolições realizadas pela Prefeitura, no que diz respeito à:

- **Segurança geral das edificações, dos moradores e da infraestrutura:**

Verificou-se que a prefeitura vem executando as demolições das casas negociadas com os moradores de maneira extremamente inadequada, sem que tenha sido possível identificar qualquer metodologia ou planejamento dos procedimentos adotados. Nestas demolições, que segundo informações dos

moradores, são realizadas imediatamente após a saída do morador que fechou o acordo, os imóveis são parcialmente demolidos e entulhos, escombros e ferragens expostas são deixados no local, como se pode observar nas fotos abaixo, colocando em risco não só a estabilidade dos imóveis remanescentes como a segurança dos moradores, que ficam sujeitos a acidentes e doenças, em especial as crianças.



Foto - Demolições inacabadas com blocos de laje penduradas e entulhos deixados no terreno (Rua Denis Hulme).

Na Rua Francisco Landi, moradores sentem-se inseguros devido aos entulhos deixados no terreno, após demolição de casa vizinha. Além do risco de

acidentes, o risco de proliferação de mosquito da dengue ao contribuir para o acúmulo de água.



Fotos - Entulhos de casa demolida deixados no terreno (Rua Francisco Landi).

Também o Sr. João Felix dos Santos sente-se inseguro quanto a riscos de acidentes e proliferação de doenças, devido a entulhos e ferragens deixados nos terrenos das casas demolidas na Rua Francisco Landi.





Fotos - Entulhos de casa demolida deixados no terreno Rua Francisco Landi

Já na Rua Beira Rio, o entulho deixado após demolição da casa vizinha está causando a obstrução do acesso à moradia.



Fotos - Entulho de demolição obstruindo o acesso à moradia (Rua Beira Rio).

Além dos problemas acima relatados, o uso de máquinas pesadas na execução das demolições tem também abalado as moradias. Em uma demolição na Rua Beira Rio, máquina quebra muro da casa vizinha, causando insegurança aos moradores pela facilidade de acesso a seu terreno, bem como pelo entulho deixado.



Foto - Muro de moradia quebrado na demolição de casa vizinha (Rua Beira Rio)

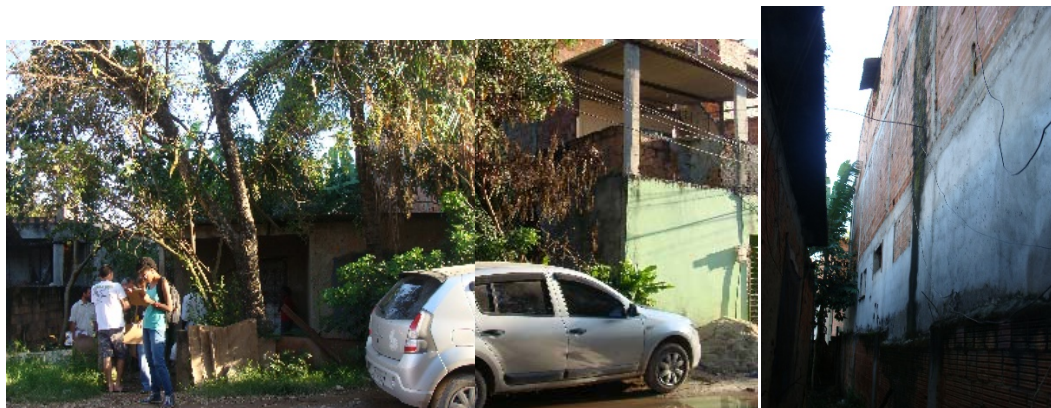
Na Rua Gilles Villeneuve, conforme relato da moradora D. Dalva Crispina, após a passagem das máquinas para a demolição de casas vizinhas, surgiram trincas nas paredes de sua cozinha.





Fotos - Trincas na parede da cozinha da casa da D. Dalva

Outra moradora (D. Denise), que pretende permanecer na comunidade, tem receio de que sua casa seja atingida com a demolição de prédio vizinho de três andares onde as famílias estão em processo de negociação com a Prefeitura para sair de Vila Autódromo. Esta preocupação é pertinente porque o procedimento adotado até o momento pela Prefeitura nas demolições inclui o uso de equipamentos pesados sem o devido cuidado para evitar danos às casas vizinhas.



Fotos - Casa de D. Denise e prédio vizinho

Vê-se, portanto, que a engenharia, a segurança e mesmo o bom senso ficaram longe da execução desses serviços. Tal atitude da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro é inaceitável e parece indicar uma clara intenção de criar um ambiente inóspito e inseguro à permanência dos moradores que não desejam negociar com o poder público ou que ainda se encontram em negociação.

Opinamos que se pugne pela paralisação imediata de todo e qualquer serviço de demolição e pela limpeza do local com a retirada do entulho remanescente, de acordo com as disposições do PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS, o qual é parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico de Água e Esgoto do Município do Rio de Janeiro (PMSB-AE), estabelecido pelo Decreto Municipal nº 34.290/2011 e pelo Decreto Municipal 23235-2003 RJ que dispõe sobre segurança na demolição.

Novas demolições só devem ocorrer após a definição da situação dos moradores que pretendem o reassentamento no mesmo local, que é Área de Especial Interesse Social (AEIS) já definida no Artigo 9º na Lei Complementar nº 74 de 14 de janeiro de 2005, cujos limites estão descritos no anexo desta, e a apresentação dos procedimentos a serem adotados, aprovados por engenheiro de segurança, a fim de que seja garantida a compatibilidade com as normas e dispositivos legais que norteiam a atividade, sendo inaceitável a demolição de imóveis geminados com habitações ocupadas.

Além dos danos às moradias, o tráfego intenso de máquinas utilizadas pela Prefeitura para as demolições e de veículos de grande porte proveniente da obra

do Parque Olímpico, tem, com frequência, danificado as frágeis vias da comunidade, assentadas sobre solo com baixa capacidade de carga.



Foto - Cratera na Rua do Autódromo, principal via carroçável da comunidade.

- **Risco de comprometimento estrutural de edificações em função da demolição de construções contíguas**

Além dos problemas acima expostos, o que por si só já são bastante graves, a Prefeitura ainda executa as demolições dos imóveis negociados, independentemente de serem imóveis geminados com outros ainda habitados. Os imóveis remanescentes ficam com as ferragens expostas e sob risco de ter sua estrutura comprometida.



Fotos (Rua Denis Hulme) – Ferragens expostas colocam em risco casa contígua à outra demolida

- **Comprometimento do abastecimento e contaminação das águas**

Na vistoria, apuramos que o abastecimento d'água da comunidade é feito através de rede de tubulações de 20 mm que alimentam os reservatórios das casas de modo direto, e que se encontram à baixa profundidade da superfície do terreno que, por sua vez, é de baixa resistência. Como a Concessionária Rio Mais, para facilitar o acesso das máquinas para a realização de novas demolições, vem utilizando os lotes das moradias já demolidas como caminho, este trânsito de veículos pesados vem acarretando, com frequência, o rompimento das tubulações que passam por tais terrenos.



Fotos - Caminho criado dando acesso à Rua Beira Rio.

Também as demolições executadas pela Prefeitura, às pressas e sem os devidos cuidados de segurança, estão deixando as ligações locais de adução rompidas, vertendo água até a exaustão, problema que, aliado a outros

vazamentos, vem comprometendo o abastecimento d'água das moradias remanescentes, devido à perda de carga, obrigando seus moradores a utilizarem bombas, como forma de garantir o abastecimento de seus reservatórios. Além disso, este problema vem causando poças de água que, quando próximas à ocorrência de lançamento de esgotos a céu aberto, são contaminadas e, pelo bombeamento, podem ser aspiradas para os reservatórios das moradias. Tal ocorrência foi constatada após denúncia de morador que percebeu a contaminação da água de sua residência.

Na Rua Pit Stop, observamos tubulação de água rompida e precariamente bloqueada com pedaço de cabo de vassoura, pelos funcionários responsáveis pelas demolições, situação que pode causar sua contaminação, perda de carga consequentemente diminuição de vazão e desperdício, caso ocorra seu rompimento.



Foto - Tubulação de água rompida e bloqueada com cabo de vassoura (Rua Pit Stop).

Nesta mesma rua, foi constatada poça de água potável contaminada com efluente de esgoto doméstico lançado a céu aberto nas proximidades, o que, além da possibilidade de aspiração para os reservatórios, coloca em risco os moradores que ficam sujeitos a contrair doenças de veiculação hídrica.



Fotos - Empoçamento de água e lançamento de esgoto na rua Pit Stop.

Esse é um problema de extrema gravidade, devido aos efeitos danosos que acarreta à população local. Opinamos que sejam feitas análises de qualidade das águas que abastecem as residências para esclarecimento cabal do assunto, e que as tubulações rompidas sejam adequada e urgentemente bloqueadas.

- **Danos à rede pública de iluminação, ocasionando ambientes escuros e inseguros**

Além dos danos causados às moradias, rede de abastecimento e infraestrutura acima relatados, verificou-se que o tráfego de máquinas pesadas utilizadas pela Concessionária Rio Mais nas demolições e, talvez, a falta de cuidado nas elevações de caçambas, estão causando danos também à rede elétrica, que são atingidas e não adequadamente reparadas, deixando alguns trechos de via sem iluminação, o que tem gerado insegurança nos moradores durante o período noturno, fato este agravado pela existência de entulhos, bueiros sem tampas, poços sem a devida proteção, que acabam por representar grandes riscos aos moradores da comunidade.

Abaixo, poste que se soltou devido às demolições foi ancorado com entulho, colocando em risco de rompimento o cabeamento que fica submetido a esforços de tensão.



Foto - Poste com fixação danificada e mal reparado (Rua do Autódromo).



Fotos - Rede elétrica com cabos soltos após demolição e poste tombando (Rua do Autódromo).

6.2. Avaliação dos impactos causados pelas obras do Parque Olímpico

O canteiro de obra construído para as obras do Parque Olímpico avança sobre o leito da Rua do Autódromo, diminuindo a largura da principal via de acesso à comunidade e colocando em risco de atropelamento os transeuntes, devido ao aumento de tráfego de carros, caminhões e máquinas desde o início das obras, problema este agravado pela utilização da mesma via para estacionamento de veículos a serviço das obras, como mostram as fotos a seguir.





Fotos - Avanço do canteiro de obras do Parque Olímpico sobre o leito da Rua Autódromo (Rua de acesso à comunidade).



Foto - Obra do Parque Olímpico na esquina da av. Embaixador Abelardo Bueno com a Rua Autódromo (Rua de acesso à comunidade).



Fotos - Obras de implantação da rede de drenagem do Parque Olímpico.

Conforme informado por um funcionário da construtora Odebrecht, neste local está sendo implantado uma das saídas da rede de drenagem do Parque Olímpico. No momento da vistoria não foi possível verificar o traçado e o ponto de lançamento desta rede. Contudo, o conhecimento deste projeto de drenagem do Parque é imprescindível, a fim de verificar se estas águas irão contribuir para o aumento de vazão do rio que corta o assentamento e se este incremento colocará em risco de inundações a área da comunidade onde população irá permanecer.

Na Rua do Autódromo, constatou-se outra obra de implantação de rede de drenagem, que deverá receber grande parte das águas pluviais do Parque Olímpico. O que mais nos chamou a atenção nesta obra foi a diferença de cota entre os poços de visita (PVs) e a cota de soleira média das edificações existentes na rua. Os PVs em construção estão bem mais altos do que o nível atual da rua e das edificações. E mais uma vez constatou-se que é imprescindível a obtenção, junto ao consórcio responsável pelas obras do Parque Olímpico e/ou à Prefeitura,

os projetos, tanto do Parque Olímpico, como os de urbanização da comunidade, este último, contemplando a solução técnica adotada para a drenagem de águas pluviais. A ausência de tais projetos só aumenta a insegurança dos moradores, que se veem ameaçados por possíveis inundações decorrentes do provável aumento dos caudais pluviais em função da ampliação de área impermeável do Parque Olímpico. Outra preocupação dos moradores é quanto à dificuldade de acesso às suas casas, em decorrência da discrepância de níveis das vias.

Constatou-se, ainda, uma ausência de cuidados com a segurança da população residente, já que a maioria dos poços de visita em construção e as escavações para a ligação deles encontravam-se sem rede de proteção, além de estarem cheios de água, aumentando o risco de proliferação do mosquito da dengue.





Fotos - PVs e escavações para implantação de rede de drenagem sem proteção

Terrenos das casas demolidas estão sendo utilizados como depósitos de manilhas e estacionamento de máquinas e caminhões. Contudo, sem o devido fechamento para evitar riscos aos moradores da comunidade.



Foto - Proteção inadequada de terreno utilizado como depósitos de manilhas.

6.3. Avaliação dos possíveis impactos decorrentes da utilização da principal via de acesso da comunidade para o tráfego de caminhões a serviço das obras do Parque Olímpico

O fato da comunidade Vila Autódromo estar localizada sobre solo compressível e as edificações existentes, em sua grande maioria, possuírem, segundo relato dos moradores, estrutura de *radier*, fundação rasa, cujo método construtivo é de baixo custo e rápida execução, faz com que se possa afirmar que a comunidade encontra-se extremamente vulnerável a qualquer utilização da principal via de acesso da comunidade por tráfego intenso de caminhões pesados a serviço das obras no entorno. Contudo, para a emissão de um parecer técnico, são necessárias informações quanto a volume diário, frequência e peso dos veículos (carregados e não), além de informações sobre o terreno (sondagens com descrições das camadas e SPT). Essas informações constam, em geral, dos estudos e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA) que deveriam ter sido elaborados para obtenção das licenças para as obras, sendo de grande importância a obtenção

desta documentação, que é franqueada ao público. No caso da inexistência desta documentação, seria o caso de exigirem-se as justificações para isenção do cumprimento da legislação.

Além do impacto sobre as estruturas, o tráfego intenso de caminhões ainda representa risco aos moradores, principalmente à população infantil e idosa da comunidade. Em função disto, opinamos no sentido de que a obra contemple alternativas para a circulação de caminhões internamente à área do autódromo, inclusive porque a utilização da via de acesso da comunidade como caminho de serviço da obra implicaria na eliminação da única área de lazer da comunidade.

6.4. Outros problemas observados durante a vistoria

- **Contaminação do corpo hídrico por despejos de óleos:**

Em vistoria na Rua do Autódromo, foi verificado a existência de uma galeria de drenagem desaguando em duas lagoas de estabilização, revestidas com manta geotêxtil (bidim)¹³⁶, onde se detectou a presença de óleo (alto poder de contaminação), como pode ser visto nas fotos abaixo, sem que tenha sido possível identificar a natureza desse óleo.

¹³⁶ Bidim é um elemento de drenagem, filtração e separação, e tem apenas a função de permitir um escoamento rápido e ao mesmo tempo evitar o carregamento de partículas finas para o interior do sistema drenante.





Fotos - Tanque de contenção com água contaminada por óleo (Rua do Autódromo).

O efluente da segunda lagoa, ao que tudo indica, pode estar sendo lançado diretamente na lagoa de Jacarepaguá. Cabe ressaltar que este tipo de lançamento tem que ter licença ambiental, pois óleo lubrificante é classificado como um resíduo perigoso (NBR, anexo A, código F130), rico em metais pesados, ácidos orgânicos, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos e dioxinas, necessitando de rigoroso tratamento prévio. Além disto, devido ao seu valor econômico, a Resolução CONAMA 362/2005 estabelece em seu art. 3º.: *“Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado coletado deverá ser destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino.”*

No local não existe qualquer informação (placa) sobre o possível tratamento, a empresa responsável por sua execução e monitoramento e o número da licença ambiental.

Mal esclarecidos sobre a procedência e necessidade destas lagoas, os moradores na vizinhança demonstram grande preocupação com a proliferação de mosquitos da dengue. Além disso, há preocupação de que uma eventual ocorrência de chuva intensa na região provoque o transbordamento dos diques e consequente contaminação da Lagoa de Jacarepaguá.

Opinamos que seja requerida uma análise da substância destas lagoas para verificar a natureza dos efluentes, assim como a adequação do lançamento à legislação vigente, uma vez que se trata de falta grave e sujeita a sanções.

Por fim, mais uma vez, a questão da falta de segurança foi verificada, pois o local onde estão as lagoas é facilmente acessado por crianças.

- **Outros problemas executivos com provável influência no prazo, na qualidade e no custo das obras.**

Ainda na Rua do Autódromo, foi constatado bueiro que sofreu recalque diferencial. Foi possível inferir que este bueiro será interligado a dois tubos, que já se encontram enterrados, como mostra a foto a seguir.



Foto - Bueiro celular que sofreu recalque diferencial (Rua do Autódromo).

Devido ao recalque, a construção de caixa de ligação no local implicará na remoção dos tubos já enterrados, que poderão ser danificados. Tal ocorrência, decorrente da má execução dos serviços, poderá envolver aumento de custos das obras, o que gera preocupação de que tais custos venham a ser repassado ao poder público, por omissão deste.

Em escavação para implantação da rede de drenagem na Rua do Autódromo, tubulação de adutora foi deixada sem escoramento, causando vazamento na emenda de tubos, um problema típico de falta de acompanhamento de técnico especializado. Ao invés de providenciar o escoramento da tubulação, visando restabelecer o seu nível, o que deverá ser executado por técnico da Cedae, está sendo feito o uso de bomba para o esgotamento da água que vaza, na continuidade dos serviços. Na foto abaixo vê-se uma escavadeira de grande porte sendo utilizada para auxiliar o posicionamento da bomba.



Foto - Escavadeira utilizada para localizar bomba em escavação na Rua Autódromo (Avenida Embaixador Abelardo Bueno).

7. CONCLUSÃO:

Diante dos problemas encontrados conclui-se que a habitabilidade da comunidade foi drasticamente prejudicada. As demolições e o corte de árvores, assim como o intenso tráfego de caminhões e máquinas de grande porte, têm gerado, para os moradores, grande dificuldade de acesso, além de diversos perigos, como vergalhões expostos, entulho de demolição acumulado, o que atrai insetos e roedores, e água acumulada em escavações, possibilitando a reprodução de mosquitos *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Além disso, algumas edificações já apresentaram fissuras, que os moradores afirmam serem provenientes do fluxo de caminhões e máquinas de grande porte nas ruas estreitas e sem pavimentação da comunidade, considerando ainda, que a área tem um solo de baixa capacidade de carga.

Observou-se também que as demolições executadas pela Concessionária Rio Mais, com o aval da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, e pela própria Prefeitura estão em total desacordo com o Decreto Municipal de Demolições nº 23.235 de 04 de agosto de 2003, pois não atenderam, até o momento, a nenhum dos seus 10 artigos.

Nesse sentido, é imprescindível a realização de uma vistoria “*Ad Perpetuam Rei Memoriam*”, uma medida cautelar de produção antecipada de provas, que possibilite a comprovação dos danos ocasionados na comunidade, tanto pelas demolições empreendidas pela Prefeitura quanto pelas obras do Parque Olímpico, de responsabilidade do Consórcio Rio Mais. Além disso, o trânsito intenso de veículos de grande porte tem se mostrado um fato preocupante, tanto no que se refere à integridade das edificações dos moradores que pretendem permanecer na comunidade quanto para a segurança dos transeuntes. Assim, é imperativa a divulgação do fluxo, do peso e a quantidade de veículos de grande porte que acessarão a comunidade, tanto devido às demolições quanto para a obra do Parque Olímpico, como forma de estudar se a via principal da comunidade, a

Rua do Autódromo, suporta esse tráfego, para o qual não foi projetada, não tendo sido sequer pavimentada.

Por fim é premente que seja solicitado aos responsáveis pelas obras do Parque Olímpico o Projeto de Drenagem para o local, pois dependendo da solução adotada, a implantação deste projeto poderá prejudicar os moradores em Vila Autódromo, devido ao risco de inundações que a área passará estar sujeita.

Também deve ser solicitado esclarecimento, ou mesmo denunciado aos órgãos ambientais (em nível federal, estadual e municipal) e ao Ministério Público, o lançamento de óleo na lagoa de Jacarepaguá, proveniente da Obra do Parque Olímpico, localizado na Rua Beira da Lagoa. A atividade encontrada está no mínimo inadequada quanto aos procedimentos exigidos nas legislações ambientais para o tratamento de resíduo sólido perigoso, que é o caso.

Anexo 10

Fotos do processo de remoção da Vila Autódromo



Figura 1: Espaços vazios por causa da demolição de casas e casas descaracterizadas.
Rua Pit Stop



Figura 2: Casas descaracterizadas.



Figura 3: Casas descaracterizadas. Rua Beira Rio



Figura 4: Casa descaracterizada. Rua Beira Rio



Figura 5: Tapume colocado em frente ao muro. Rua do Autódromo



Figura 6. Tapume colocado em frente do muro que foi demolido. Rua Autódromo, próxima a Lagoa de Jacarepaguá



Figura 7: Entrada da Vila Autódromo, com as obras do Parque Olímpico



Figura 8: Manilhas deixadas em um terreno que se tornou vazio após a demolição de uma casa



Figura 9: Caminhões estacionados em um terreno que se tornou vazio após a demolição de uma casa



Figura 10: Tomates que crescem em meio aos escombros

Anexo 11

Mapa das demolições das casas produzido pela equipe do Plano Popular

